

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Paulo Henrique Alonso

A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE.
Segregação e desigualdades socioespaciais
em Cataguases, Minas Gerais

Belo Horizonte
2022

Paulo Henrique Alonso

**A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE.
Segregação e desigualdades socioespaciais
em Cataguases, Minas Gerais**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Beatriz Alencar d'Araújo Couto

Belo Horizonte
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

A454c

Alonso, Paulo Henrique.

A construção de uma cidade [manuscrito] : segregação e desigualdades socioespaciais em Cataguases, Minas Gerais / Paulo Henrique Alonso. - 2022.
314 f. : il.

Orientadora: Beatriz Alencar d'Araújo Couto.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Cidades e vilas - Teses. 2. Segregação - Teses. 3. Espaço urbano - Teses. I. Couto, Beatriz Alencar d'Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DA DEFESA DE TESE DO(A) ALUNO(A) **Paulo Henrique Alonso** nº de matrícula **2016709124** DO CURSO DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos vinte dias, do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, na sala 134-C da Escola de Arquitetura da UFMG e por meio de videoconferência, reuniu-se a Comissão Examinadora de Tese para julgar o trabalho "A Construção de uma cidade. Segregação e desigualdades socioespaciais em Cataguases, Minas Gerais", requisito para a obtenção do grau de Doutor(a) na área interdisciplinar de concentração em "Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável". Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) professor(a) doutor(a) Beatriz Alencar D'Araújo Couto, após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final, pediu para o(a) aluno(a) iniciar a apresentação do trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do(a) doutorando(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

- Aprovação
 Aprovação com solicitação das revisões feitas pela banca.
 Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. Guilherme Carlos Lassance dos Santos Abreu

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Marcos Olender

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Beatriz Alencar D'Araújo Couto - Orientadora

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2022.

Homologado pelo Colegiado do Programa dos cursos de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável:

Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto - "Ad Referendum"

Coordenadora do PPG-ACPS

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Olender, Usuário Externo**, em 21/09/2022, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria Abrantes Baracho Porto, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 25/10/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Villefort Teixeira, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2022, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Alencar D Araujo Couto, Professora do Magistério Superior**, em 07/11/2022, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Carlos Lassance dos Santos Abreu, Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 23:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Barci Castriota, Professor do Magistério Superior**, em 13/12/2022, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1771401** e o código CRC **AA85AE8C**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Beatriz Couto, pela orientação, rigor e paciência concedidos durante a pesquisa; à Joana Capella por ter cedido cópias e indicado documentos, além das trocas de ideias a respeito de Cataguases; ao Lucas Menezes pelo empréstimo de vários livros que me auxiliaram na pesquisa; à Sandra e Sr. Antônio Jaime, funcionários da Prefeitura Municipal de Cataguases, que me acompanharam na extensa pesquisa nos arquivos do jornal Cataguases; ao Junior que me acolheu e acompanhou em visita ao bairro São Marcos; à Soninha que me acolheu e acompanhou em visita ao bairro Guanabara; aos funcionários Vitória e Daniel do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável que me auxiliaram e socorreram com as burocracias do programa; aos grandes amigos André Pereira e Francisco Alves e Silva que com paciência e carinho me permitiram conversar sobre a pesquisa ajudando-me avançar em muitas questões.

Então eles conquistavam o trabalhador, porque o trabalhador precisava mesmo. Naquela época eles faziam o seguinte: cada família que tivesse um trabalhador, eles davam um quilo de carne. A que tinha dez operários levava dez quilos de carne... tinha cinco, levava cinco. Fora de eleição eles faziam isso também. Não tinha diversão, naquela época o trabalhador... De madrugada, cinco horas da manhã... quatro e meia, o relógio do trabalhador era o tamanco, era o treco... Eles, iam andando, fazia muito barulho, fazia muito barulho aquele batido. Tanto que o relógio do trabalhador era o tamanco: aqueles que levantavam primeiro acordavam aqueles que estavam dormindo. De roupa simples e de tamanco. O calçado que o trabalhador tinha era tamanco e treco, porque não tinha jeito de comprar, não tinha condição. Passava a maior miséria, maior fome! Naquela época existia muita fartura, mas não existia dinheiro. Não dava pra comer. Eu estou dizendo a você que o negócio é esse.

Homero de Souza, operário, 2 ago. 1988 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, MINSITÉRIO DA CULTURA, FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1988)

Na entrada da avenida Guido Marlière tinha umas casinhas sim, morava uma porção de operários que trabalhavam na fábrica, era uma zona de muito operário. Mas a cidade era muito parada porque não tinha movimento não. Eu era solteiro, dormia lá na venda, via muitos operários quando saíam da fábrica. Quando o dia estava amanhecendo eu ouvia a sinfonia dos tamancos. Tinha o treco e o tamanco, o tamanco tinha o couro mais largo e o treco era igual a um chinelo, tem chinelo mais fechado e chinelo mais aberto. A gente usava muito o treco, ouvia aquela sinfonia de manhã no passeio. A gente falava: “ó, já deve ser quase seis horas porque o operário já vai pra fábrica”.

Oriel Ferreira de Aguiar, comerciante aposentado, 10 jun. 2013 (ALONSO (org.), 2014)

RESUMO

As cidades brasileiras são marcadas por segregação e desigualdades socioespaciais que se expressam de um lado, por espaços ocupados por classes médias e abastadas, bem infraestruturados, com acesso a serviços, comércio, mobilidade, equipamentos públicos e comunitários e, por outro, por espaços relacionados à ausência, precariedade ou dificuldade de acesso a essas qualidades, ocupados por população de baixa renda. A pesquisa investiga as formas que se produzem a segregação e desigualdades socioespaciais e suas naturalizações e o que as têm determinado no processo de construção e formação da cidade. Parte-se da hipótese de que há uma relação indissociável e intrínseca entre a organização social e espacial que, por conseguinte, se vincula com a segregação e as desigualdades e suas naturalizações. Através da interlocução entre espaço e tempo, busca-se trabalhar a relação dialética e de mediação entre espaço e sociedade, num processo de indissociabilidade e conexões entre eles. Utiliza-se o recorte espacial do distrito sede da cidade de Cataguases, em Minas Gerais, entre o período de fundação do povoado em 1828 e o ano de 2015. A pesquisa revela que a segregação e desigualdades socioespaciais e suas naturalizações, em Cataguases, possuem relação com um tipo de organização social que vêm desde sua fundação, cujos poderes econômicos e políticos se misturam de forma direta ou indireta e vão moldando e definindo a forma de construção da cidade. Na simbiose entre poder econômico e político, se misturaram as esferas pública e privada proporcionando privilégios, favorecimento, mais enriquecimento ao poder econômico em curso e localização no espaço urbano. A segregação e desigualdades evidenciaram-se e intensificaram-se a partir da industrialização, que, remunerando com baixos salários, representou uma ruptura na organização socioespacial. A mancha urbana se expande principalmente pelas encostas, com difícil acesso à centralidade e com infraestrutura precária, para abrigar uma população operária em crescimento e de baixa renda. Em contraposição, permanece uma centralidade bem infraestruturada, consolidada antes da industrialização, habitada por classes média e abastada. Cataguases exemplifica como segregação e desigualdades socioespaciais e suas naturalizações vinculam-se a relações intrínsecas e indissociáveis entre a organização social e espacial e à relação dialética e de mediação entre espaço e sociedade.

Palavras-chave: cidade. segregação. desigualdade. socioespacial. espaço. Cataguases.

ABSTRACT

Brazilian cities noticeably have spaces of segregation and socio-spatial inequalities that are, on the one hand, occupied by wealthy or middle-class people, which are well-infra-structured, provided with services, commerce, mobility, public and community facilities and, on the other hand, by others with total absent, precarious or difficult access to any amenities, where the low-income population lives. This research work investigates how that segregation and socio-spatial inequalities are produced, how they become a natural process and the factors that determine them during the whole process of construction and formation of a city. The hypothesis assumed is that there is an inseparable and intrinsic relationship between social and spatial organization that is linked to segregation and inequalities, turning them natural. From the interchange between space and time, we seek to work on the dialectic and mediation interrelation between space and society, in a process of inseparability and connection between them. The spatial portion of the district headquarters of the City of Cataguases, in Minas Gerais, is used, from the village's foundation in 1828 up to 2015. This research reveals that in Cataguases, segregation and socio-spatial inequalities - and how they become a natural process - are related to a type of social organization that has existed since its foundation, where economic and political powers directly or indirectly mingle and so shape and define how the city is formed. In that symbiosis between economic and political powers, public and private sectors are joined to bring privileges, preferences, moneymaking and better location in the city spaces to the ongoing economic powers. Segregation and inequalities became evident and were intensified after the industrialization period, when the low payment of workers have broken the socio-spatial organization of the city, which has mainly expanded along the slopes, with difficult access to its central area, and precarious infrastructure to house an increasing, low-income working population. Contrasting with a well infra-structured centrality that remains and was consolidated before the industrialization period, inhabited by wealthy and middle-class citizens. The case of Cataguases allowed us to verify that segregation and socio-spatial inequalities and how they become a natural process are linked to the intrinsic and inseparable relationships between the social and spatial organization and the dialectic and mediation relationship between space and society.

Keywords: City. Segregation. Inequality. Socio-spatial. Space. Cataguases.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira Matriz de Santa Rita de Cássia.	109
Figura 2 – Largo da Matriz de Santa Rita de Cassia	109
Figura 3 – Estação da Estrada de Ferro Leopoldina e Hotel Vilas	109
Figura 4 – Estação da Estrada de Ferro Cataguazes	109
Figura 5 – Paço Municipal e arborização	109
Figura 6 – Cine Teatro Recreio	109
Figura 7 – Trecho do Largo do Comércio	110
Figura 8 – Hotel Villas, Banco de Cataguases e Engenho Central	110
Figura 9 – Cadeia Pública e Templo Metodista.....	110
Figura 10 – Edifício da Imprensa Oficial	110
Figura 11 – Hospital de Cataguases.....	126
Figura 12 – Hospital de Cataguases, inaugurado em 1974	128
Figura 13 – Avenida Astolfo Dutra em 1916	133
Figura 14 – Avenida Astolfo Dutra em 1916 com desfile de alunos do Grupo Escolar	134
Figura 15 – Avenida Astolfo Dutra com seu canal central, em foto de 2019.	134
Figura 16 – Avenida Astolfo Dutra em foto de 2019.	134
Figura 17 – Casa Henriques Felipe & Comp.	135
Figura 18 – Ponte de madeira sobre o rio Pomba, construída entre 1839 e 1842.....	138
Figura 19 – Ponte metálica sobre o rio Pomba na sede municipal.....	138
Figura 20 – Construção de ponte metálica sobre o rio Pomba, no distrito de Vista Alegre	140
Figura 21 – Ponte metálica sobre o rio Pomba, no distrito de Vista Alegre.....	140
Figura 22 – O primeiro grupo escolar público da sede, atual Escola Estadual Coronel Vieira.	141
Figura 23 – Ginásio e Escola Normal de Cataguases na Chácara Granjaria.....	142
Figura 24 – Colégio Nossa Senhora do Carmo, no largo da Matriz.....	142
Figura 25 – Primeiro edifício da Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguazes	144
Figura 26 – Fábrica Fiação e Tecelagem de Cataguazes no dia da sua inauguração.	144
Figura 27 – Casa de força da Cia Força e Luz Cataguazes Leopoldina	144
Figura 28 –Cia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, no Largo do Comércio.....	144
Figura 29 – Vila Domingos Lopes, por volta da segunda década do século XX ainda com aspecto rural.....	148
Figura 30 - Igreja Matriz de Santa Rita de Cassia, cerca de 1912.	154
Figura 31 - Templo Metodista, inaugurado na década de 1920, na Avenida Astolfo Dutra recém-aberta.....	154
Figura 32 - Bondes na data de sua inauguração	154
Figura 33 - Centro Recreativo de Cataguazense, inaugurado em 4 de out. 1911	154
Figura 34 - Fábrica de tecidos União Industrial, inaugurada em 13 out. 1911	155
Figura 35 - “A Brasileira”, casa comercial inaugurada em 3 de maio de 1921, na rua da Estação	155
Figura 36 - Casa Pires, no largo da Estação, ainda com arquitetura colonial.....	155
Figura 37 - Casa Pires com o edifício eclético que substituiu o anterior colonial.....	155
Figura 38 – Peça publicitária da Casa comercial de Manoel da Silva Rama, imigrante português.	156
Figura 39 – Peça publicitária do Palacete Passos.....	156
Figura 40 – Rua Alferes Henriques de Azevedo, destaque para os trilhos dos bondes.....	157
Figura 41 - Rua Coronel Vieira, destaque para os trilhos dos bondes e da arborização urbana.....	157

Figura 42 - Rua Major Vieira, destaque para os trilhos dos bondes e arborização fora dos passeios.	157
Figura 43 - Rua Cel. João Duarte, antiga rua da Estação	157
Figura 44 – Rua Rabelo Horta, destaque para a arborização fora dos passeios.	157
Figura 45 – Rua Cel. João Duarte, antiga rua da Estação vista a partir do Largo do Comércio	157
Figura 46 – Largo da Estação	158
Figura 47 – Largo da Estação	158
Figura 48 – Festa das árvores com plantio de árvores na Avenida Astolfo Dutra, em 1917.....	158
Figura 49 – Vila operária Manoel Peixoto Ramos.....	163
Figura 50 - Vila da Estação Ferroviária, propriedade da família Peixoto.	163
Figura 51 - Vila do Largo do Rosário, propriedade da família Peixoto.....	163
Figura 52 – Vila Domingos Lopes	164
Figura 53 - Vila Manoel Peixoto Ramos.....	164
Figura 54 - Vila Minalda na outra margem do rio Pomba	164
Figura 55 – Vista aérea da ocupação do lado direito do rio Pomba em Figura de 1931.	165
Figura 56 – Moradias da Vila Tereza na margem direita do rio Pomba.	165
Figura 57 – Moradias da Vila Tereza na margem direita do rio Pomba.	165
Figura 58 – Vista geral da Vila Tereza com Cia Industrial Cataguases e Bairro Jardim	178
Figura 59 – Cia Industrial Cataguases em 1937, recém-construída.....	179
Figura 60 – Moradia da vila operária do Bairro Jardim – Tipo A.....	179
Figura 61 – Moradia da vila operária do Bairro Jardim – Tipo B. Sem afastamento frontal, alinhada à via.....	179
Figura 62 – Moradia da vila operária do Bairro Jardim.	180
Figura 63 – Vista aérea de parcial de Cataguases entre aproximadamente 1940 e 1950.	181
Figura 64 – Vista aérea de parcial de Cataguases entre aproximadamente 1940 e 1950.	181
Figura 65 – Colégio Cataguases. Edificação modernista que substitui a anterior	193
Figura 66 – Matriz de Santa Rita de Cássia. Edificação modernista que substitui a anterior.....	193
Figura 67 – Cineteatro Edgard. Edificação modernista que substitui o cine Recreio anterior.....	194
Figura 68 – Hotel Cataguases.....	194
Figura 69 – Educandário Dom Silvério. Edificação modernista que substitui a anterior.....	194
Figura 70 – Praça e monumento em homenagem a José Inácio Peixoto.....	194
Figura 71 – Companhia Mineira de Papéis.....	194
Figura 72 – Concha acústica da praça Manoel Inácio Peixoto, o patriarca da família Peixoto.	194
Figura 73 – Imagem dos primórdios do Bairro Haydée Fajardo Dutra.	200
Figura 74 – Escadarias no Bairro Haydée Fajardo Dutra	203
Figura 75 – Vista aérea das moradias da Fundação da Casa Popular.	206
Figura 76 – Aviso publicado no jornal Cataguases, em 1964, alertando sobre o cuidado na compra de lotes.	209
Figura 77 - Aviso publicado no jornal Cataguases, em 1980, alertando sobre o cuidado na compra de lotes.....	209
Figura 78 – Fragmento de Mapa de Cataguases de 1991 com a localização do Distrito Industrial.....	223
Figura 79 – Via íngreme de acesso aos bairros São Pedro e Santa Clara.	237
Figura 80 - Via íngreme de acesso aos bairros São Pedro e Santa Clara São Pedro e Santa Clara.....	237
Figura 81 - Moradia no bairro São Pedro, abaixo do nível da rua.....	237
Figura 82 - Escadaria no bairro Guanabara	237
Figura 83 - Escadaria no bairro Guanabara	237
Figura 84 - Via íngreme no bairro Guanabara	237

Figura 85 – Escadaria no bairro Guanabara	238
Figura 86 - Moradia em terreno com potencial de escorregamento no Bairro Guanabara	238
Figura 87 – Moradia abaixo do nível da rua no bairro Guanabara	238
Figura 88 – Escadaria no bairro Thomé	238
Figura 89 – Via íngreme no bairro Thomé. Não é possível transitar continuamente pelas calçadas.	238
Figura 90 – Moradias na encosta e abaixo do nível da rua no bairro Thomé	238
Figura 91 - Escadaria e moradia na encosta no bairro Thomé.....	239
Figura 92 – Escadaria no	239
Figura 93 – Bairro Santa Clara em 1994	244
Figura 94 – Vista parcial do bairro Santa Clara em 1998. Lotes em encosta	244
Figura 95 – Vista parcial do bairro Bandeirantes, em 1996, ainda sem pavimentação.....	244
Figura 96 – Vista parcial do bairro Bandeirantes, em 1996, ainda sem pavimentação.....	244
Figura 97 – Bairro São Vicente em Figura de 1993. O bairro foi implantado em encosta distante	245
Figura 98 – Calçadas no bairro Guanabara	245
Figura 99 – Calçadas no bairro Guanabara	245
Figura 100 – Calçadas no bairro Santa Clara	246
Figura 101 – O único espaço público de convivência no Bairro Thomé: uma rótula que organiza o trânsito.	246
Figura 102 – projetos de praças nos bairros Paraíso, Colinas, Sebastião Adolfo e Guanabara.....	247
Figura 103 – Praça no bairro Paraíso, construída em 2008	247
Figura 104 – Praça no bairro Guanabara, construída em 2008	247
Figura 105 – Conjunto Habitacional Taquara Preta	252
Figura 106 – Moradias originais do conjunto Taquara Preta em registro de 2018.	252
Figura 107 – Moradia do Conjunto Taquara Preta passando por intervenções	253
Figura 108 – Vista de uma rua do Conjunto Taquara Preta	253
Figura 109 – Conjunto Ana Carrara.	253
Figura 110 – Conjunto habitacional do bairro Bela Vista	253
Figura 111 – Conjunto João Paulo II	254
Figura 112 – Conjunto do Bairro Guanabara	254
Figura 113 – Moradias do bairro São Vicente construídas em 1987	254
Figura 114 – Vila São José: inaugurada em 1987.....	254
Figura 115 – Conjunto do Bairro São Cristóvão	255
Figura 116 – Conjunto do Bairro São Pedro	255
Figura 117 – Conjunto do Bairro São Pedro	255
Figura 118 – Bairro São Pedro	255
Figura 119 – Bairro São Cristóvão.....	255
Figura 120 – Conjunto habitacional São Marcos ainda em fase de construção.	257
Figura 121 – Implantação do conjunto habitacional São Marcos.....	257
Figura 122 – Vista dos edifícios do conjunto habitacional São Marcos.....	258
Figura 123 – Vista do conjunto habitacional São Marcos a partir da sua entrada	258
Figura 124 – Planta dos apartamentos do conjunto habitacional São Marcos.	258
Figura 125 – Campo de Futebol no Conjunto São Marcos.....	260
Figura 126 - Playground no conjunto São Marcos.....	260
Figura 127 – Anúncio de produtos e serviços, afixado na parte externa do conjunto S. Marcos.....	260

Figura 128 – Exemplo da adaptação para a distribuição individualizada da água potável no S. Marcos	263
Figura 129 – Varais de roupa distribuídos nas áreas externas do conjunto	264
Figura 130 – Lixo espalhado pelo conjunto.....	265
Figura 131 – Vista parcial do bairro Bandeirantes	268
Figura 132 – Vista parcial do bairro Guanabara.....	268
Figura 133 – Vista parcial do bairro Leonardo	268
Figura 134 – Vista parcial do bairro Miguel	268
Figura 135 – Vista parcial do bairro Thomé, cujo loteamento foi aprovado na década de 1960.	269
Figura 136 – Vista parcial do bairro Primavera, cujo loteamento foi aprovado na década de 1980.....	269
Figura 137 – Praça Santa Rita, antigo largo da Matriz.....	276
Figura 138 – Praça Rui Barbosa, antigo Largo do Comércio.....	276
Figura 139 – Rua Major Vieira.....	277
Figura 140 – Rua Coronel Vieira.....	277
Figura 141 – Bairro Jardim descaracterizado	279
Figura 142 – Vila Manoel Peixoto Ramos descaracterizada.....	280
Figura 143 – Edificação que abrigou a primeira indústria Têxtil	281
Figura 144 – Exemplos de podas de árvores.....	282

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização de Cataguases na Zona da Mata de Minas Gerais	32
Mapa 2	Localização das aldeias e aldeamentos indígenas na Zona da Mata	35
Mapa 3	Localização e período de origem dos povoados da Zona da Mata	36
Mapa 4	Localização do povoado de Cataguases em relação à topografia	53
Mapa 5	Localização do povoado de Cataguases em relação ao traçado urbano atual	53
Mapa 6	Município de Cataguases criado em 1877 com suas respectivas Paróquias	60
Mapa 7	Traçado esquemático da Estrada de Ferro Leopoldina, entre 1874 e 1887, e da Estrada de Ferro Cataguazes	67
Mapa 8	Percentual da população escrava nas paróquias da Zona da Mata em 1872	83
Mapa 9	Cataguases. 1878	95
Mapa 10	Cataguases. 1890	96
Mapa 11	Cataguases. 1913	107
Mapa 12	Cataguases. 1925	160
Mapa 13	Implantação da Cia Industrial Cataguases e vila operária	178
Mapa 14	Cataguases. 1940	182
Mapa 15	Evolução urbana 1940-1970-1990-2010-2015	189
Mapa 16	Cataguases. 1970	195
Mapa 17	Perímetro e imóveis tombados nacionalmente	198
Mapa 18	Declividade. Bairro Haydêe Fajardo Dutra	202
Mapa 19	Plano Diretor de 1967. Propostas	213
Mapa 20	Provisão Habitacional	230
Mapa 21	Evolução urbana. Hipsométrico	232
Mapa 22	Evolução urbana. Declividades	233
Mapa 23	Declividade. Bairros Santa Clara e São Pedro	235
Mapa 24	Declividade. Bairro Guanabara	235
Mapa 25	Declividade. Bairro São Vicente	236
Mapa 26	Declividade. Bairro Bandeirantes	236
Mapa 27	Rendimento dos chefes de família em salários mínimos. 2010	270
Mapa 28	Localização da população preta + parda. 2010	271
Mapa 29	Hipsométrico	272
Mapa 30	Declividades	273
Mapa 31	Perímetro de tombamento nacional	274
Apêndice C	Quantidade de população escrava no Brasil em 1872 por município	310
Apêndice D	Percentual da população escrava no Brasil em 1872 por município	311
Apêndice E	Mapa com o percentual de população escrava na Zona da Mata em 1872 por município	312

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Produção de café e outros cereais na Zona da Mata em 1904	62
Tabela 2 - Porcentagem das matas virgens no distrito sede e municípios da Zona da Mata no ano de 1904	63
Tabela 3 - População escrava e livre no município de Leopoldina em 1872.....	84
Tabela 4 - População em relação à raça e à condição na Paróquia de Santa Rita da Meia Pataca em 1872	85
Tabela 5 - Profissões da população estrangeira livre na Paróquia de Santa Rita da Meia Pataca em 1872	88
Tabela 6 – Quantidade de indústrias - 1940 a 1980 – Cataguases (MG).....	184
Tabela 7 – População total, urbana e rural- 1940 a 2010 – Cataguases (MG).....	185
Tabela 8 – Percentual do crescimento demográfico entre as séries censitárias - 1940 a 2010 – Cataguases (MG)	186
Tabela 9 – Percentual da população cujo ramo principal de trabalho é a indústria - 1940 a 2010.....	187
Tabela 10– Percentual do rendimento médio mensal familiar per capita em salários mínimos – Cataguases, Minas Gerais e Brasil – 1991, 2000 e 2010	188
Tabela 11 – Área urbana em hectares no distrito sede – Cataguases. 1940, 1970, 1990, 2010, 2015.....	188
Tabela 12 - Loteamentos e quantidade de loteamentos, cujas aprovações e ou registros em cartório foram publicadas no jornal Cataguases entre 1906 e 2015.....	224
Tabela 13– Relação entre altitudes e percentual ocupado pela área urbana – Distrito sede.	231
Tabela 14 – Relação entre declividades e percentual ocupado pela área urbana – Cataguases. Distrito sede nos anos de 1940, 1970, 2010 e 2015.	231

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Períodos do poder político dos clãs familiares em Cataguases entre 1842-2016.....	91
Quadro 2 – Indústrias da família Peixoto	191
Quadro 3 – Poder político. Administração municipal entre 1936 e 1983	191
Quadro 4 – Arquitetura modernista promovida e financiada diretamente pela família Peixoto	193
Quadro 5 – Doação de terrenos no Distrito Industrial na década de 1970.....	221
Quadro 6 – Doação de terrenos no Distrito Industrial na década de 1980.....	222
Quadro 7 - Loteamentos e quantidade de loteamentos, cujas aprovações e ou registros em cartório foram publicadas no jornal Cataguases entre 1906 e 2015.....	224
Quadro 8 – Loteamentos em que foram construídos por consórcio imobiliário.....	226
Quadro 9 - Loteamentos produzidos pela gestão Tarcísio Henriques até outubro de 1988	228
Quadro 10 - Loteamentos cuja infraestrutura básica exigida por lei, foi levada pelo poder público posteriormente à ocupação dos lotes, conforme publicado no jornal Cataguases – 1980-2015.....	242
Quadro 11 – Pavimentação levada aos bairros conforme noticiado no jornal Cataguases – 1980-2015	243
Quadro 12 - Provisão habitacional	249
Quadro 12 – Horários de transporte público por ônibus saindo do Bairro São Marcos de segunda a sábado	261
Quadro 13 – Horários de transporte público por ônibus saindo do Bairro São Marcos aos domingos e feriados	261

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
EMHA	Empresa Municipal de Habitação
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCMV	Minha Casa Minha Vida
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	O SURGIMENTO DO POVOADO E O SEU TRAÇADO URBANO INICIAL	32
2.1	Instruções, documentos e ideias que influenciaram o traçado do povoado	40
2.1.1	O Diretório dos Índios	41
2.1.2	Outras instruções e documentos	46
2.1.3	O traçado urbano uniforme e regular	47
2.2	O traçado do núcleo inicial de Cataguases	52
3	AS CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS DE FORMAÇÃO DA CIDADE	61
3.1	A produção cafeeira	61
3.2	A ferrovia	64
3.3	A organização social	73
3.3.1	O clã do café	75
3.3.2	Escravos, ex-escravos; negros e mulatos	80
3.3.3	Os imigrantes europeus	85
3.3.4	O clã da indústria	90
4	CONSOLIDAÇÃO DE UMA CENTRALIDADE	93
4.1	A Continuidade de um traçado urbano e regular	97
4.2	As novas infraestruturas	108
4.2.1	Epidemias e saneamento	110
4.2.1.1	<i>Água potável e esgotamento sanitário</i>	123
4.2.1.2	<i>Cemitério</i>	123
4.2.1.3	<i>Hospital</i>	123
4.2.2	Empréstimo do Estado: avenida sanitária, expansão urbana, ponte metálica e grupo escolar	128
4.2.2.1	<i>Avenida sanitária</i>	129
4.2.2.2	<i>Expansão urbana e ponte metálica</i>	137
4.2.2.3	<i>Grupo escolar</i>	140
4.2.3	Primeira indústria têxtil e energia elétrica	142
4.2.4	A cidade em marcha	148
4.2.5	Vilas de aluguel e operárias. Moradias para a população de baixa renda	161
4.2.6	Segunda indústria têxtil e sua vila operária	170

5	RUPTURA. INDUSTRIALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO URBANO	184
5.1	Início da ruptura. 1940-1970	190
5.1.1	A hegemonia da família Peixoto. Industrialização, política, cultura	191
5.1.2	O bairro Haydée Fajardo Dutra	199
5.1.3	Mudança de paradigma: moradia como propriedade	204
5.1.4	A tentativa de regulamentação do crescimento da cidade	207
5.1.5	O Plano Diretor Urbanístico de 1967: naturalização da segregação e das desigualdades socioespaciais	211
5.2	Ruptura. A partir de 1970	219
5.2.1	Fazenda da Saudade. Distrito Industrial e moradia para população de baixa renda	219
5.2.2	Loteamentos e aforamentos	223
5.2.2.1	<i>Traçado urbano x sítio</i>	231
5.2.2.2	<i>Ausência de infraestrutura</i>	239
5.2.3	Moradia como propriedade. Conjuntos habitacionais	248
5.2.3.1	<i>O bairro São Marcos</i>	256
5.2.4	A construção da paisagem urbana. Segregação e desigualdades socioespaciais	267
5.2.4.1	<i>Centralidade ameaçada</i>	278
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
	REFERÊNCIAS	293
APÊNDICE A	Clã Vieira de Rezende: nome, parentesco, data e local de nascimento e morte, formação e cargos políticos e burocráticos ocupados	307
APÊNDICE B	Clã Peixoto: nome, parentesco, data e local de nascimento e morte, formação e cargos políticos e burocráticos ocupados	308
APÊNDICE C	Mapa com a quantidade de população escrava no Brasil em 1872 por município	310
APÊNDICE D	Mapa com o percentual de população escrava no Brasil em 1872 por município	311
APÊNDICE E	Mapa com o percentual de população escrava na Zona da Mata em 1872 por município	312
APÊNDICE F	Quadro com os primeiros 30 municípios do Brasil com maior percentual de população escrava em 1872	313
APÊNDICE G	Quadro com os primeiros 30 municípios do Brasil com maior população escrava em 1872	314

1 INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras são marcadas por segregação e desigualdades socioespaciais que se expressam, de um lado, por espaços bem infraestruturaados, com acesso a serviços, comércio, mobilidade, equipamentos públicos e comunitários ocupados por classes médias e abastadas e, por outro lado, por espaços relacionados à ausência, precariedade ou dificuldade de acesso a essas qualidades, ocupados por população de baixa renda.

Junte-se a isso o aumento da ocupação irregular do solo urbano; as ocupações em áreas insalubres ou de risco; o aumento da poluição e agressão ao meio ambiente; o espraiamento excessivo da malha urbana com criação de vazios urbanos e a incapacidade do estado de intervir na cidade para resolver essas questões (SCHVASBERG, 2003, p. 53).

Maricato (2008, p. 40-41) nos diz que há um modo de organização social e econômica que vai construindo esse tipo de espaço das cidades no Brasil. O país nunca rompeu com a assimetria em relação à dominação externa e nem com a mistura entre as esferas pública e privada de características históricas de raízes coloniais. O pequeno estrato da população proprietária, dona dos meios de produção e da terra e que ocupa o poder econômico, utiliza desse poder para exercer também o poder político, numa relação que lhe traz privilégios e mais enriquecimento, em detrimento de uma maioria populacional que recebe baixos salários.

Nos períodos colonial e imperial o Brasil mantém sua economia na exportação de recursos naturais do seu território para o mercado europeu de um pequeno número de gêneros altamente remunerados no mercado internacional - açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão, café e outros - através da produção extensiva e consequente degradação do solo. A formação social deste tipo de economia centrava-se em povos africanos escravizados e em senhores de escravos que detinham a concessão de grandes extensões de terra (PRADO JR., 2011, p. 29).

Os primeiros povoados, vilas e ou cidades do país são fundados na costa atlântica tendo em vista as dificuldades iniciais de se embrenhar por um território ainda de difícil acesso e desconhecido pelos colonizadores. Aos poucos adentra-se além da costa e vai ser somente a partir de meados do século XVII que o processo de fundação de vilas e cidades se torna mais intenso e interiorizado, visando a uma centralização de poder e maior controle por parte da coroa portuguesa, haja vista a dispersão da população pelo território em função da crise açucareira e da busca e implantação de atividades minerárias (REIS FILHO, 1968, p. 186;

DELSON, 1997, p. 49).

No entanto, mesmo com predominância de população rural, as poucas cidades existentes desempenharam papel importante como centros político-administrativos, lugares de comércio e controle de exportação da produção e ainda como instrumentos de controle territorial, alfandegário e dominação dos povos indígenas.

Num contexto de gestão que misturava Estado e Igreja e numa sociedade composta basicamente por senhores, escravos e indígenas, havia uma série de instruções que determinavam a fundação de vilas e cidades, definindo desde questões administrativas, gestão e comportamento dos habitantes até a forma, localização, orientação e traçado dos novos núcleos urbanos. Trata-se de diversos tratados ou documentos como, por exemplo, o Regimento Geral de Tomé de Souza, as Ordenações do Reino de Portugal, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o Diretório Geral dos Índios, entre outros. Seguindo um ou outro a ou sobreposição de mais de um desses tratados, boa parte das povoações, vilas e cidades foram projetadas e implantadas através de um ideário de regularidade e uniformidade do traçado vinculado à ideia de embelezamento urbano, dominação, controle do território e processo civilizatório.

Na segunda metade do século XIX alguns acontecimentos vão ter impactos importantes na formação e ou transformação dos núcleos urbanos até então. Dentre os principais, destacam-se a Lei de Terras de 1850; a chegada da ferrovia; a abolição da escravidão; o incentivo à imigração com incremento à população de europeus originários de vários países; a recorrência de epidemias e suas consequências.

Começa a haver maior complexidade na organização social e econômica e da organização das cidades, vilas e ou povoados, que se consolidam como centros administrativos, de comércio e serviços, habitados por uma população mais diversa, composta pelas classes abastadas donas da produção rural, antigos senhores de escravos e agora donos da terra; ex-escravos; assalariados; imigrantes recém-chegados de diversas nacionalidades europeias; administradores da burocracia estatal; eclesiásticos; juízes; políticos; profissionais liberais; comerciantes (FERNANDES, 2006; PRADO JR., 2011).

A Lei de Terras vai consolidar os interesses das classes dominantes rurais, institucionalizar os grandes latifúndios e a propriedade privada da terra no país, restringindo o seu acesso

somente aos senhores de escravos e, posteriormente, às classes abastadas, dificultando o acesso à terra aos imigrantes recém-chegados e ex-escravos, forçando a mão de obra barata nos grandes latifúndios através do assalariamento (MARTINS, 2015). A terra transformada em mercadoria vai se transformar mais à frente em um elemento importante na organização espacial das cidades na disputa pelo uso e ocupação do solo urbano.

A abolição da escravidão vai deixar o ex-escravo à própria sorte, propiciando o crescimento de um contingente populacional vivendo em situação precária nas cidades em expansão, que se estende até os dias atuais (FERNANDES, 2006; SOUZA, 2003).

As ferrovias vão facilitar a comunicação entre diversos núcleos urbanos, facilitando e incrementando o escoamento da produção agroexportadora, principalmente a do café, e a circulação de pessoas, de coisas e de ideias.

A preocupação com saneamento e higienização, em função da recorrência das epidemias, aliado a um processo de embelezamento urbano e controle social, vai influenciar os códigos de posturas das cidades e ser colocada em prática na organização dos núcleos urbanos.

Assim, vai se consolidando nas cidades certa infraestrutura para abrigar a sociedade mais diversa e complexa que se formava: templo religioso, largos e praças, vias pavimentadas em pedras, passeios, aterramentos de pântanos, alinhamento de vias, retificação de cursos d'água, redes de água e esgotamento sanitário, edifícios para abrigar a burocracia administrativa, cadeia, hospital, estação ferroviária, hotéis, edificações para o comércio e serviço, teatro e os diversos tipos de moradia para abrigar essa sociedade diversa. Tudo isso perpassando por um ideário de saneamento, higienização e embelezamento urbanos.

Este vai ser o cenário das cidades num Brasil ainda rural até aproximadamente os anos 1930, quando, com uma economia ainda centrada na produção agroexportadora, o estado passa a investir em infraestrutura para o desenvolvimento industrial visando à substituição de importações. Neste momento inicia-se a inflexão de rural para urbano, de um país somente agroexportador para também industrial. Entre 1940 e 1980, há um grande crescimento econômico a taxas aproximadas de 7% ao ano, mas com acirramento da desigualdade social, resultado dos baixos salários do processo de industrialização e da falta de direitos sociais garantidos pelo estado (MARICATO, 2008, p. 20; OLIVEIRA, 2015).

Nesse período, entre essas décadas de 1940 e 1980, de grande crescimento econômico e

industrialização, a população urbana do país salta de 18 milhões para 80,4 milhões. São 3,2 vezes mais habitantes nas áreas urbanas em apenas 40 anos. É neste interstício, na virada da década de 1960 para a de 1970, que a população urbana ultrapassa a rural¹. Consequentemente as cidades crescem e se expandem de forma também acelerada demandando novas infraestruturas e equipamentos urbanos, habitação, saneamento e transporte.

Neste contexto, o processo de construção de cidades corre paralelo a uma política rodoviarista onde o automóvel tem um papel central. Ocorre o crescimento urbano horizontalizado e espraiado através de loteamentos precários e favelas onde vão habitar a população de menor renda. Ao mesmo tempo, a partir da década de 1960, é implantada a política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH) que prioriza as classes médias, constrói conjuntos populares de baixa qualidade nas periferias distantes da centralidade para a população de menor renda, promove vazios urbanos e penaliza pela distância, precariedade e ausência de cidade a população pobre que os habita (AMORE, 2015, p. 11; MARICATO, 2008, p. 19).

Junte-se a isso a interrupção do regime democrático entre 1964 e 1985, cindindo e bloqueando as possíveis políticas e lutas de movimentos organizados por melhoria nas condições de vida nas cidades, que vinham sendo gestadas antes deste período, resultado da intensificação de precariedade pelas quais a população urbana começava a passar.

Nas décadas de 1980 e 1990, marcadas pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista anterior por estagnação econômica, há um avanço de práticas neoliberais, agravando ainda mais os problemas nas cidades, o que ampliou o universo de desigualdade social e espacial com grande concentração de pobreza urbana. Nestas décadas a segregação urbana se torna mais acentuada com o surgimento, por exemplo, de loteamentos fechados e *shoppings centers* (MARICATO, 2008, p. 30), além do aumento das favelas, periferias distantes e precárias com população majoritariamente de baixa renda.

Por outro lado, os anos 2000, em contraposição às duas décadas anteriores, foram marcados pela retomada do crescimento econômico. Houve melhoria na renda dos trabalhadores e

¹ Em 1960 de um total 70,3 milhões de habitantes, 45% estão nas áreas urbanas e 55% nas rurais e em 1970 de um total de 93,1 milhões de habitantes, 56% nas áreas urbanas e 44% nas rurais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940-2010).

avanços institucionais e jurídicos como a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001; a criação do Ministério das Cidades em 2003; a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) em 2005; a gestação do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), que procurava enfrentar de forma participativa, pela primeira vez no país, o problema da questão da moradia considerando a diversidade demográfica, ambiental e territorial das cidades; a aprovação de legislações nacionais de saneamento básico e mobilidade urbana. O ano de 2006 foi o prazo limite para os municípios com mais de 20 mil habitantes elaborarem e revisarem seus planos diretores municipais que deveriam incorporar os avanços da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade.

No entanto, com os reveses sofridos pelo crescimento econômico a partir da crise financeira global de 2008, o governo central, buscando soluções para que o país não seja atingido por essa crise, vai incentivar políticas de consumo, através de subsídios à indústria de bens duráveis, principalmente a automobilística e à implantação de grandes investimentos em infraestrutura. Neste processo, o Ministério das Cidades é enfraquecido como formulador e condutor de políticas urbanas que são deixadas em segundo plano, priorizando-se políticas infraestruturais com objetivos econômicos que vão interferir consideravelmente no ambiente construído (MARICATO, 2011).

Assim, um dos principais investimentos econômicos para enfrentar a crise financeira foi o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) gestado pelo setor imobiliário e da construção civil com a ala econômica do governo, que propunha a produção habitacional em grande escala como forma de girar a economia num ciclo virtuoso, não só a da construção civil, mas de diversos outros setores agregados a ela, como a extrativista, moveleira e de eletrodomésticos.

Diferentemente do PLANHAB, que deixou de ser prioridade, o programa MCMV fazia uma leitura bastante simplificada do problema habitacional e a questão da segregação socioespacial é o seu grande gargalo (AMORE, 2015, p. 18). O Interesse do MCMV estava focado apenas na “quantidade de moradias e não na sua fundamental questão urbana” (MARICATO, 2011, p. 67). Ele era antes um programa econômico que habitacional e não considerou as diversas realidades de demanda por habitação, bem como as diferenças sociais e ambientais do país.

Neste sentido, a política do MCMV é similar à do BNH. Ambos se inserem na produção do espaço como mercadoria, fortalecido pela ascensão global do neoliberalismo a partir da década de 1970, no contexto da crise fiscal dos estados e da crise do petróleo e, a partir de 2008, da crise financeira global provocada pela bolha imobiliária (SANTOS, 2009, p. 124; MARICATO, 2011, p. 58).

O significativo aumento de investimentos financeiros em infraestrutura, habitação, saneamento e mobilidade e o fortalecimento de vários marcos institucionais e jurídicos a partir dos anos 2000 não foram capazes de pelo menos minimizar a precariedade da cidade que se construía até então. Foram poucos os planos diretores, por exemplo, que avançaram na aplicação territorial de instrumentos que diminuíssem a segregação e desigualdades socioespaciais, evidenciando o descompasso entre documento escrito e a prática das gestões municipais (RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 2011, p. 4-5).

Assim, apesar do alto crescimento econômico, entre 1940 e 1980, e com a sua retomada a partir dos anos 2000, a segregação, desigualdades socioespaciais e degradação ambiental presentes nas cidades brasileiras não vão ser minimizadas, pelo contrário, em alguns casos vão ser realçadas e até mesmo intensificadas.

Lefebvre (2008, p. 11-34) traz elementos, que nos parecem importantes para a compreensão desse processo de construção das cidades e do urbano, quando os relaciona com os períodos de antes e depois da industrialização - a cidade com valor de uso e a cidade com valor de troca. Esse autor diz que os núcleos urbanos anteriores à industrialização, além dos monumentos e sede de instituições, continham também espaços para festas, desfiles, passeios, diversões que eram ao mesmo tempo o lugar das diversas possibilidades do religioso, do político, do intelectual, do comercial, do econômico. Eram espaços com valor de uso.

Essa cidade com valor de uso vai desempenhar um importante papel para que a industrialização ocorra. No entanto, a partir do momento que ela ocorre vai acontecer uma ruptura e uma fragmentação. O sistema urbano preexistente se desestruturará e haverá um aprofundamento do processo de “implosão-explosão” das cidades. Surgem periferias residenciais ou produtivas e o antigo núcleo urbano se não se deteriora, vai se transformar em lugar de consumo para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos, onde o valor de troca suprime o valor de uso.

Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial [...] a cidade já tem uma poderosa realidade: são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos (LEFEBVRE, 2008, p. 12).

Para Lefebvre (2008, p. 52) o valor de uso das cidades relaciona-se à fruição, à beleza, ao encanto dos locais de encontro, às diversas possibilidades do viver, da sociabilidade, da politização, da criação, da negação, da apropriação coletiva dos espaços.

A industrialização rompe com essas qualidades, reduzindo a moradia apenas ao lugar de “comer, dormir, reproduzir”; rompe com as possibilidades do urbano como encontro, sociabilidade, diferença, centralidade. A cidade se torna apenas o lugar que garante a “eficiência e funcionamento das relações do capital”. Essa redução e rompimento vão ocorrer com mais intensidade nas cidades dos países periféricos, “onde ocorrem altos níveis de exploração do trabalho e as políticas do Estado não garantem acesso à mobilidade, aos espaços públicos e coletivos de produção da sociabilidade, cultura e moradia” (ALVAREZ, 2013, p. 112-113). Prevalece o valor de troca em detrimento do valor de uso.

Para Lefebvre (2008, p. 27) esse processo de transformação das cidades pela industrialização tem um pouco de natural, mas também e, principalmente, tem uma atuação ativa das classes dirigentes que detêm os meios de produção e geram não somente o emprego econômico do capital e investimentos produtivos, como também a sociedade inteira, com emprego de uma parte de suas riquezas na ‘cultura’, na arte, no conhecimento, na ideologia.

A pesquisa aqui proposta foi provocada pela percepção dessa segregação e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras e suas naturalizações pela sociedade. Interessa-nos na pesquisa investigar como, quando e por que se produzem a segregação e desigualdades socioespaciais e suas naturalizações e o que as tem determinado no processo de construção e formação da cidade.

Partimos da **hipótese** de que há uma relação indissociável e intrínseca entre a organização social e a espacial que, por conseguinte, tem vínculos com a segregação e as desigualdades e suas naturalizações na cidade.

Parece-nos que, da mesma forma que há no Brasil uma alta desigualdade socioeconômica², essa situação se espelha numa relação indissociável e intrínseca no espaço urbano.

Metodologia

Com foco na segregação e desigualdades socioespaciais, buscamos responder às questões da pesquisa, através da compreensão de como a organização ou formação social expressa e desenha a cidade e o espaço urbano e, por outro lado, como esse desenho contribui para a construção da organização social, numa articulação de indissociabilidade entre eles.

A pesquisa nos exige naturalmente um esforço interdisciplinar, onde se fazem interseções e sobreposições entre diversas áreas do conhecimento e os modos de abordagem sobre o objeto de estudo. Neste sentido, referenciamo-nos em alguns teóricos:

Lefebvre (1999, p. 110) diz que:

O urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações, rupturas do cotidiano. Todavia ele é mais ou outra coisa que a acumulação. Enquanto diversos, os conteúdos (coisas, objetos, pessoas, situações) excluem-se, e se incluem e se supõem enquanto reunidos. Pode-se dizer que o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não-objeto, supraconsciência e totalidade das consciências. Ele se liga, de um lado, à lógica da forma, e, de outro, à dialética dos conteúdos (às diferenças e contradições do conteúdo).

Para Lefebvre, há uma dupla determinação da noção de produção do espaço: uma a da produção de objetos, produtos, mercadorias, o que significa dizer que o processo de produção gera um mundo objetivo e, outra, a da produção do espaço como condição da reprodução da vida social (CARLOS, 2011, p. 56).

Para Gottdiener (2016, p. 18) “a ciência urbana em geral repousa sobre uma premissa básica de que os padrões espaciais de assentamento correspondem à ação de forças profundas de organização social”. E, em uma identificação com Lefebvre e numa perspectiva de que o espaço urbano não é resultado somente e exclusivamente de forças econômicas, esse autor reforça a ideia de que a forma de analisar a construção do espaço urbano deve incorporar a

² O Brasil é o 99º país mais desigual pelo índice de GINI, dentre 154 países do mundo, de acordo com Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010. O índice de GINI do Brasil em 2010 é de 51,3 e está atrás apenas da África do Sul que apresenta GINI 63; Namíbia, 61; Botsuana, 60,5; Zâmbia, 57,1; República Centro Africana, 56,2; Lesoto, 54,2; Moçambique, 54 e Reino do Eswatini, 51,5 (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME).

dimensão social.

Numa abordagem que também se aproxima das ideias defendidas por Lefebvre e Gottdiener, Carlos (2007, p. 50) diz que “a vida se realiza em espaços-tempos reais, sinalizando o fato de que as relações sociais têm uma dimensão espacial e se realizam através dessa e nessa dimensão”. Essa autora adverte que para pensar as relações sociais em sua dimensão espacial o espaço deve ser entendido como processo e movimento de produção e reprodução social, não como um determinando o outro, mas um termo se realizando no outro e através do outro, o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço e as mediações entre eles. Neste sentido é preciso considerar a ideia de indissociabilidade espaço-sociedade. Assim,

[...] poderíamos afirmar que a noção de produção pode se vincular à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado. Aponta ainda para o movimento da reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade mais ampla, que não se restringe apenas ao plano do econômico, abrindo para a sociedade em seu movimento, o que muda os termos da análise espacial. A noção de produção está articulada àquela de reproduções sociais, que ocorre num determinado tempo e lugar, escalas variáveis (CARLOS, 2011, p. 62).

Castells (1983, p. 181-182) reporta que “o espaço não é pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica”; que é um ponto de partida indispensável e elementar considerar a cidade como a projeção da sociedade no espaço. As formas de implantação espacial são uma das expressões mais visíveis das modificações da formação social. Para esse autor é necessário estudar a produção das formas espaciais a partir da estrutura social de base (p. 36).

Já Corrêa (2002, p. 8-11) diz que, especialmente na cidade capitalista, o espaço urbano é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas. E, por ser reflexo social e fragmentado, é profundamente desigual. E, ainda, sendo reflexo social e porque a sociedade é dinâmica, ele dispõe de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. O espaço urbano “é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como daquelas que se realizam no passado e que deixam suas marcas impressas nas formas espaciais”; o espaço urbano é um condicionante da sociedade que se dá através do desempenho das formas fixadas pelo homem, as espaciais, na reprodução das condições de produção e das relações de produção. É também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem, o que envolve também o cotidiano e o futuro próximo, crenças valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes. O espaço urbano é resultado

de ações acumuladas ao longo do tempo, cujos agentes responsáveis por essas ações são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos.

Parece-nos, portanto, haver uma aproximação de ideias entre os autores acima. A síntese dessa aproximação estaria em que as relações, práticas ou organização sociais teriam uma dimensão espacial, numa articulação de indissociabilidade entre espaço e sociedade, que se realizam ao longo do tempo.

Assim, a indissociabilidade entre espaço e tempo é fundamental para auxiliar em nossas análises. E, neste sentido, a história é uma disciplina importante. Segundo Pinheiro e Gomes (2004, p. 39) os arquitetos e urbanistas, numa busca por entender a segregação social e funcional e os novos modos de vida advindos de modernização, vão incorporar a dimensão espaço-tempo em suas análises, ou seja, a perspectiva historiográfica vai auxiliar esses profissionais nos estudos urbanos.

Nessa mesma abordagem, Rolnik (1994, p. 41-43) nos aponta que uma “volta ao passado” pode contribuir para a compreensão do fenômeno da segregação socioespacial nas cidades. Para essa autora, quando a variável espaço, a configuração física da cidade entra na história, coloca-se uma questão ao mesmo tempo histórica e teórica. O espaço pode ser lido como uma fonte, um registro na “medida em que se lê, na história da organização do espaço na cidade, as formas de organização do trabalho, as formas de relação social etc.” (ROLNIK, 1992, p. 28). As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. A relação sujeito e espaço-tempo é um movimento permanente de construção mútua. “O que se coloca é o espaço como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais” (p. 28).

Reis Filho (1991, p. 15-16) chama a atenção para a importância de uma visão de conjunto ao que ele se refere como história da urbanização, ao invés de história das cidades. Para ele, a visão de conjunto numa abordagem historiográfica é necessária tendo em vista que a urbanização se articula em várias escalas, desde a global e a nacional, onde “no mundo contemporâneo definem-se as estruturas de poder e de controle da produção e as relações de classe”, até o nível regional e do cotidiano, ou seja, a cidade e sua estruturação interior. A urbanização deve ser vista no conjunto da humanidade, de suas origens até o presente, portanto, a história das cidades deve ser vista como parte de uma perspectiva mais ampla.

Assim, numa interlocução entre espaço e tempo esta pesquisa busca trabalhar a relação dialética e de mediação entre espaço e sociedade, na indissociabilidade e conexões entre eles, através de um esforço interdisciplinar, com interseções e sobreposições de diversas áreas do conhecimento.

O recorte espacial da pesquisa é o distrito sede da cidade de Cataguases, na Zona da Mata de Minas Gerais e o temporal vai desde a fundação do povoado que deu origem à cidade, o ano de 1828, até o ano de 2015.

Cataguases teve uma economia pujante no século XIX, fazendo parte do ciclo econômico cafeeiro do país e, no século XX, da produção industrial, principalmente a têxtil. A transição econômica de uma cidade agroexportadora para industrial aproxima-se com as relações de ruptura e fragmentação do urbano e intensificação da segregação e desigualdades socioespaciais decorrentes desse processo principalmente nos países periféricos.

A cidade possui uma especificidade em relação à sua produção cultural – cinema de Humberto Mauro e literatura, arquitetura e artes modernistas - que a projetaram no cenário nacional e que, de certa forma, mascara e naturaliza os seus processos de segregação e desigualdades socioespaciais.

Sua arquitetura e artes modernistas foram produzidas pela elite industrial e pelas suas classes mais abastadas. O centro urbano da cidade e algumas obras arquitetônicas nele inseridas são tombados por órgão de preservação nacional e coincide com a centralidade da cidade, onde estão concentrados infraestrutura e moradias, comércio, serviços, equipamentos e espaços públicos e onde reside majoritariamente uma elite econômica e a classe média. A qualidade urbana e arquitetônica desta centralidade contrasta com os bairros periféricos e ou encostas, com baixa qualidade infraestrutural, mobilidade urbana deficiente, ocupados por população de baixa renda, em sua maioria com moradias autoconstruídas ou conjuntos habitacionais.

A escala da cidade, aproximadamente 75 mil habitantes, permite manipular, analisar e fazer as sínteses necessárias relacionadas às variáveis de produção daquele espaço, dentro dos limites de tempo para a pesquisa de doutoramento.

O início do recorte temporal escolhido – a fundação do povoado que dá origem à cidade – se deu em função da premissa de que a segregação e desigualdades socioespaciais, das quais as cidades apresentam na contemporaneidade, remontam à herança da sua organização social e

espacial (MARICATO, 2008, p. 40-41). O limite final do recorte temporal – o ano 2015 – diz respeito à contemporaneidade e, mais especificamente, à implantação de um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida, um exemplar significativo da segregação e desigualdades socioespaciais, tema desta tese.

Uma das principais fontes utilizadas para a pesquisa é o jornal *Cataguases*, o semanário municipal que, além de ser o órgão oficial dos três poderes municipais, é também um jornal noticioso. Nele fizemos uma varredura desde 1906, quando foi fundado, até 2016, na busca pelo que possa envolver o processo de organização social e espacial da cidade. Nesse jornal não há somente todos os atos oficiais e legais dos três poderes, mas, como se trata também de um órgão noticioso, há notícias, pequenos detalhes ou entrelinhas do que ocorre no dia a dia da cidade. Neste sentido, ao juntar oficialidade e informalidade, o jornal proporcionou uma fonte rica de pesquisa³.

O jornal *Cataguases* é editado pelo poder executivo e seu editor-chefe é o prefeito municipal. Assim, com certeza, ele reflete os interesses do poder em curso. Destaca-se, então, a atenção e o cuidado redobrados na varredura e análise dos fatos. Se por um lado tem-se a riqueza de uma leitura dos interesses do poder e as mudanças de cada gestão municipal, por outro, tem-se a oportunidade de perceber os interesses que ali não estão ditos. Esse foi um esforço constante da pesquisa, o de reconhecer a importância do que é dito no não dito em todas as fontes consultadas - suspeitar e confrontar, mas não deixar de estabelecer um diálogo com a fonte (CARPINTÉRO e CERASOLI, 2009, p. 70).

Outras fontes pesquisadas são as da historiografia nacional, regional e de *Cataguases* já existentes; os censos demográficos entre 1872 e 2010 que, aliados à cartografia existente e à produção de novos mapas, permitiu a visualização de dados na escala da mancha urbana, auxiliando na elaboração de análises e sínteses.

Documentos importantes como tratados, instruções e legislações que dizem respeito à organização social e espacial também foram consultados e analisados no sentido de compreender o contexto e as condicionantes da fundação inicial do povoado e da cidade. Destes, destacam-se os diversos Diretórios dos Índios; as Ordenações do Reino de Portugal; a

³ Antes de se decidir pelo jornal *Cataguases*, imaginamos que seria possível consultar documentos oficiais da Prefeitura e Câmara municipais tais como atas de reuniões, atos e legislações, mas esses documentos foram descartados e destruídos e não há mais nenhum registro deles.

Lei das Índias; as cartas e documentos de Guido Thomaz Marlière, o responsável pelo traçado inicial da cidade e personagem importante na criação de aldeamentos, cristianização e catequese de índios na região; os diversos códigos de posturas influenciados pelas recorrentes epidemias no século XIX, pelos quais povoado e cidade foram submetidos.

Parte dessas fontes, além de complementar informações do jornal Cataguases a partir do período em que ele foi fundado, é a que também preencheu a lacuna do período anterior à sua fundação. Outras fontes consultadas complementares foram legislações federais, estaduais e municipais; documentos, mapas e fotografias de arquivos e produzidas por este autor no percurso da pesquisa, investigação de campo, memória oral, dentre outras.

Como os termos segregação, desigualdades, socioespacial e centralidade permeiam toda a pesquisa, relacionamos abaixo o conceito que aqui foram utilizados para eles⁴.

“A segregação urbana é expressão do desdobramento da contradição que produz o espaço urbano que é ao mesmo tempo e dialeticamente valor de uso e valor de troca” (CARLOS, 2013, p. 97).

A segregação urbana é um conteúdo intrínseco do espaço urbano capitalista, fundado na propriedade da terra que exerce papel fundamental nas relações de dominação e da desigualdade socioespacial e valorização do capital. Ela se expressa na morfologia desigual das habitações, na dificuldade e ou impossibilidade de acesso à centralidade e aos serviços, na quase impossibilidade de presença da cidade, para grande parte de seus habitantes, na diminuição dos espaços públicos, no estreitamento da esfera pública (ALVAREZ, 2013, p. 113; CARLOS, 2013, p. 96).

Já as desigualdades no mundo social se manifestam de múltiplas formas: “entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, entre categorias de raças, as quais por sua vez se manifestam na renda, no acesso a serviços, na participação política” (ARRETCHE, 2015, p. 6) e no espaço ela se manifesta nas diferenças infraestruturais, nas formas de acesso ou na existência ou inexistência de equipamentos comunitários e públicos, nas condições da mobilidade, da moradia, entre outros.

Socioespacial refere-se “às relações sociais e ao espaço, simultaneamente, levando em conta

⁴ Reconhecemos a existência de uma discussão extensa e profícua a respeito desses conceitos. No entanto, não abordaremos essas discussões aqui, por não fazerem parte do escopo principal dessa pesquisa.

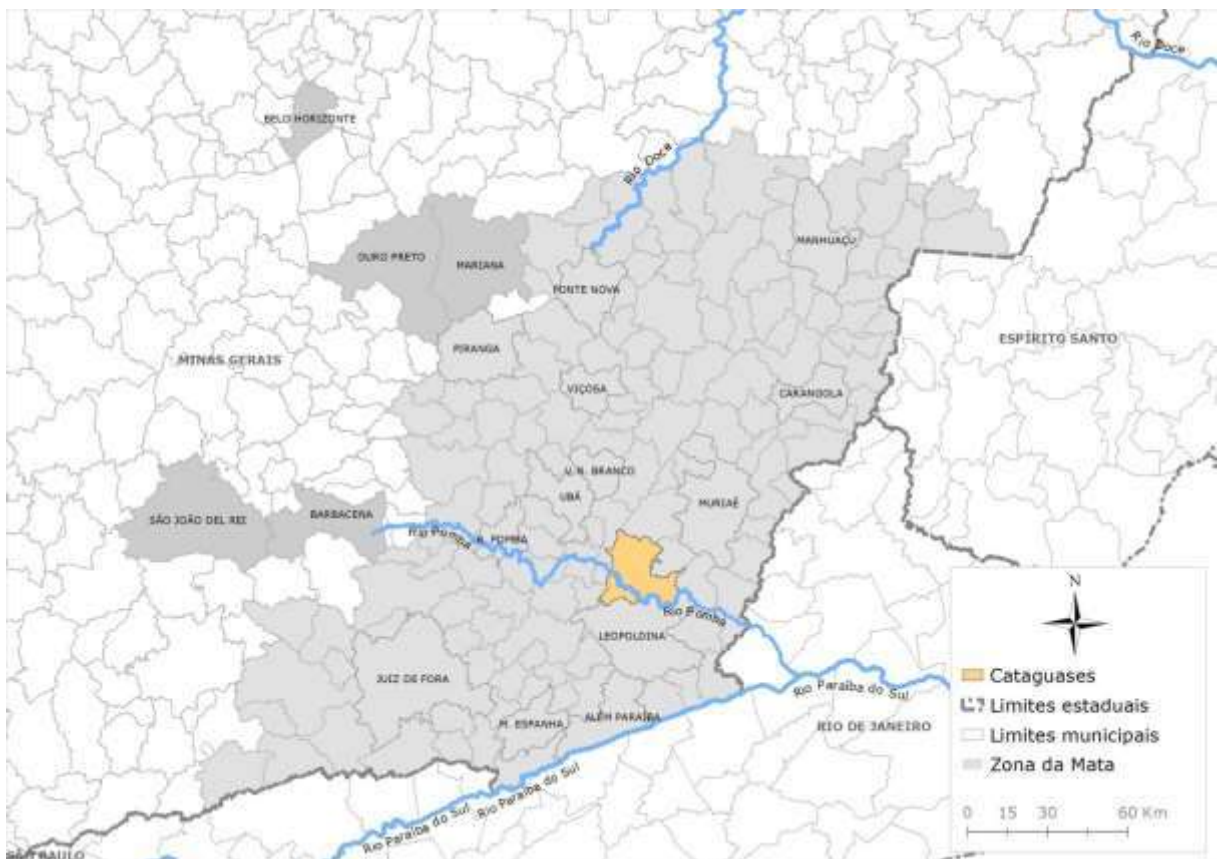
a articulação dialética entre ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um” (VASCONCELOS, CORRÊA e PINTAUDI, 2013, p. 15).

Centralidade refere-se a área que possibilita a ‘vida urbana’, o convívio e o encontro com o outro, a fruição; onde o patrimônio, as atividades culturais, o valor de uso e a apropriação democrática dos espaços urbanos têm maior expressão, abrigando grande diversidade de manifestações; onde os espaços públicos e os equipamentos de uso coletivo têm importância fundamental na estruturação do espaço urbano; é área urbana de maior densidade e heterogeneidade, com complexidade funcional e adensamento residencial, caracterizada pela concentração diversificada de emprego, comércio e serviços públicos e privados, que se aglomeram em função das complementaridades entre essas atividades; é área de acessibilidade privilegiada para onde se direcionam a maior parte dos deslocamentos intraurbanos (PDDI. RMBH, 28 out. 2010).

2 O SURGIMENTO DO POVOADO E O SEU TRAÇADO URBANO INICIAL

Cataguases surge no início do século XIX, no contexto do declínio da extração de ouro em Minas Gerais e pela consequente expansão da fronteira a leste da Capitania, por incentivo da Coroa Portuguesa. A cidade localiza-se no vale do rio Pomba, na denominada Zona da Mata de Minas Gerais⁵. A região está aproximadamente entre o rio Doce ao norte; o rio Paraíba do Sul ao sul; as fronteiras dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro a leste; e a zona mineradora, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei e Tiradentes, a oeste conforme ilustra o Mapa 1.

Mapa 1 – Localização de Cataguases na Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016;
Elaborado por Paulo H. Alonso, jul/2019

Nessa região, com densa mata Atlântica, no final do século XVIII serão abertos caminhos,

⁵ A denominação “Zona da Mata” se deve à mata densa que caracterizava a região que, de certa forma, formava uma barreira natural de exploração no período colonial e com o passar do tempo vai adquirir outras características peculiares em função de sua história, cultura, economia, dentre outras. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1989, a classifica como uma mesorregião - que é uma subdivisão regional no país conforme características de rede urbana. Segundo essa classificação, Minas Gerais possuía 12 mesorregiões, sendo a Zona da Mata uma delas composta por 126 municípios. A partir de 2017 essas classificações foram atualizadas e a denominação mudou para Região Geográfica Intermediária acrescida do nome do município de maior hierarquia na rede urbana da região. Assim, a Zona da Mata passou a se chamar Região Intermediária de Juiz de Fora. Nessa atualização foram acrescidos e retirados alguns municípios passando para um total de 146.

concedidas sesmarias, implantados povoamentos e aldeamentos⁶ em áreas indígenas, bem como iniciada a catequese e dominação indígena no contexto da política de colonização do território sob o governo de Marquês de Pombal. Anteriormente havia uma política imposta pela Coroa Portuguesa em não ocupar a área, proibindo a sua penetração e abertura de caminhos para impedir o contrabando e descaminho do ouro, o que foi permitido somente com a decadência da exploração nas regiões minerárias (VALVERDE, 1958, p. 25).

No início do século XIX as terras vão ser ocupadas por grandes fazendeiros vindos de outras regiões da Capitania, que as adquirem por concessão de sesmarias ou compra, estabelecendo uma disputa com tribos indígenas que começam a ser aldeadas. Os índios da região, os chamados Botocudos concentrados mais ao norte e Coroados, Coropós e Puris no restante, resistiam à ocupação do homem branco com constantes ataques, o que fez com que a Coroa implementasse a política de aldeamentos e catequese desses povos. Dessa forma, foram construídos postos denominados presídios e quartéis e sete divisões militares em lugares estratégicos coordenados por uma Junta de Civilização, Colonização e Navegação do Rio Doce subordinada ao governador da Capitania (AGUIAR, 2006a, p. 38-39; 47).

Oliveira e Simões (2006, p. 19) dizem que a Zona da Mata foi povoada de três formas: a primeira através da abertura em 1703 do Caminho Novo que liga a região aos Campos das Vertentes como caminho alternativo, assim que a exploração minerária começa a declinar; a segunda, uma parte mais central, compreendida onde hoje se encontram as cidades de Rio Pomba, Visconde do Rio Branco e Ubá, ocupada a partir da política pombalina de integração das populações indígenas, povoada por franciscanos que eram pacificadores dos índios, além de pequenos comerciantes e mineradores. A terceira, mais a nordeste, desde Muriaé a Manhuaçu, povoada por imigrantes vindos do Rio de Janeiro. Cataguases está inserida na segunda região (Mapa 1).

Dessa região central, em 1767, São Manoel da Pomba, atual cidade de Rio Pomba, foi o

⁶ Os aldeamentos indígenas faziam parte de um modelo de colonização e dominação da Coroa Portuguesa em território brasileiro. Segundo Vainfas (2001), eles remontam à segunda metade do século XVI e estão associados aos jesuítas, com ideal missionário e de catequese cujas iniciativas iniciais eram de pregação itinerante, de aldeia a aldeia, percorridas pelos religiosos. Posteriormente, ao invés de os religiosos se deslocarem em direção às aldeias para catequese, quem são deslocados são os índios com a fixação de aldeamentos no litoral. Nestes locais, agora fixos, *os índios* “são obrigados a obedecer ao calendário cristão, sedentarizar-se pelo trabalho agrícola e adotar costumes cristãos com rupturas consideráveis no seu modo de vida anterior” (VAINFAS, 2001, p. 23). Esse modelo gerou conflitos e resistências entre indígenas, jesuítas e colonos que disputavam a mão de obra cativa dos nativos.

primeiro aldeamento a surgir para catequização e dominação pelos colonizadores de índios Coropós, Coroados e Puris (CARRARA, 1999, p. 16). Em seguida, em 1787, surge São João Batista dos Coroados e que, em 1805, pela instalação de cadeia, posto militar e cargo de direção dos índios para defesa dos colonos contra os ataques indígenas, passa a se chamar São João Batista do Presídio, onde hoje se encontra a cidade de Visconde do Rio Branco. Um terceiro aldeamento, desta vez de Puris, que já possuía capela em 1810, é a atual cidade de São João Nepomuceno. Seguem-se assim a instalação de outros aldeamentos como, por exemplo, em 1815, São Januário de Ubá, atual cidade de Ubá, de índios Coroados; em 1819, São Paulo do Manoel Burgo, aldeamento de índios Puris, onde hoje se encontra a cidade de Muriaé (BARBOSA, 1995; MOREIRA, 2013, p. 33-38). Cataguases surge num local denominado Porto dos Diamantes.

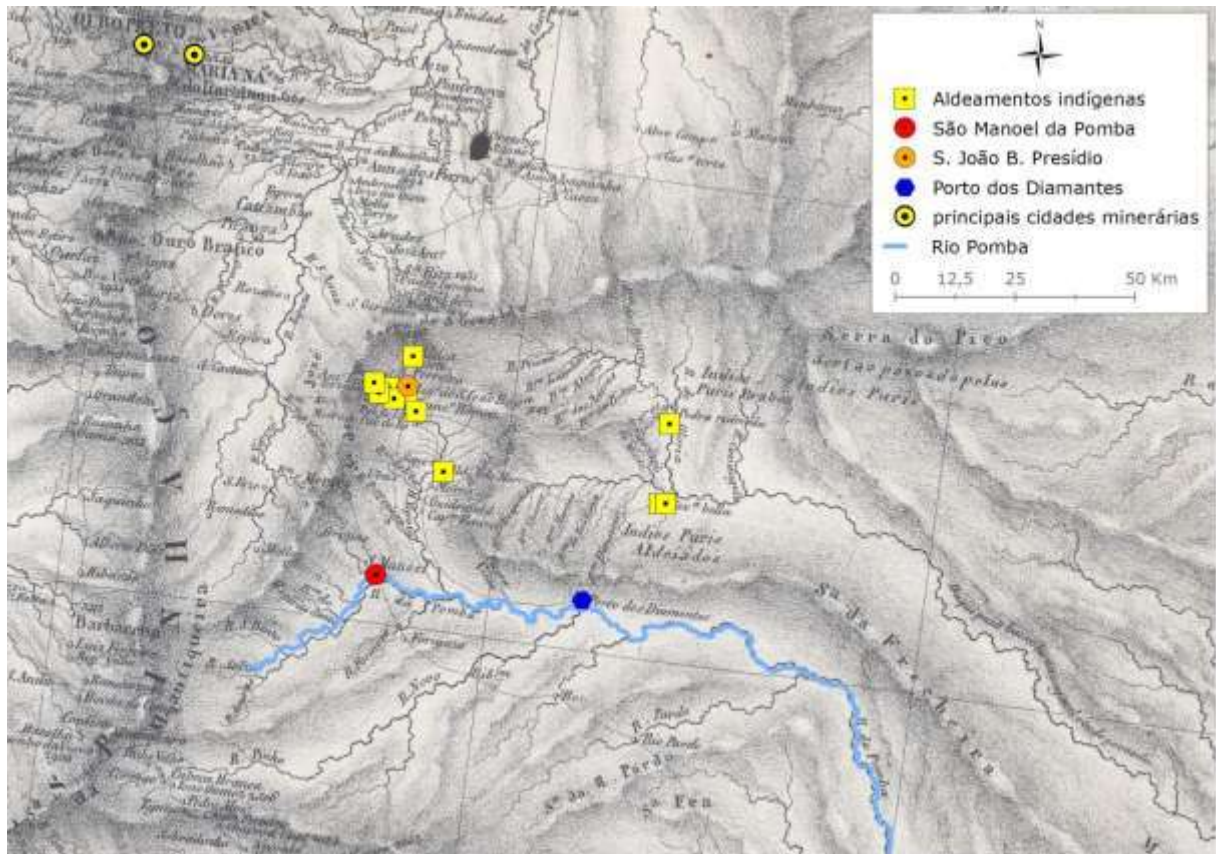
Em 1811, como alternativa ao Caminho Novo, é concluída uma estrada mais curta ligando São João Batista do Presídio a Campos dos Goitacazes, litoral do Rio de Janeiro. Segundo Capella (2013, p. 7), no intuito de povoar o território, foram distribuídas sesmarias ao longo da estrada que se torna rota de comércio de madeira, poaia⁷, gado fumo, toucinho, queijos, doces e gêneros diversos. Dessa forma, essa estrada contribuiu para a ocupação de parte da Zona da Mata com a criação de quartéis, capelas e aldeamentos indígenas, que eram os embriões dos primeiros povoados.

Os mapas 2 e 3 a seguir ilustram a descrição acima.

O de nº 2 é o recorte e de um mapa de 1831, produzido por ESCHWEGE e MARTIUS, em que se verifica, dentre outras, a concentração de aldeamentos nos arredores de São João Batista do Presídio bem como a localização de aldeias Puris a nordeste do rio Pomba, conforme encontra-se registrado na imagem: “Índios Puris Aldeados”, “Índios Puris Brabos” e “Sertão Povoadado pelos Índios Puris”, onde atualmente são os arredores das cidades de Mirai, Muriaé, Eugénópolis, Tombos e Carangola. Esse mapa registra ainda a localização de Porto dos Diamantes, local de surgimento de Cataguases.

⁷ Erva medicinal expectorante contra disenteria e que provoca vômitos.

Mapa 2 – Localização de aldeias e aldeamentos indígenas na Zona da Mata



Fonte: ESCHWEGE e MARTIUS, 1831; elaborado por Paulo H. Alonso, jul./2021

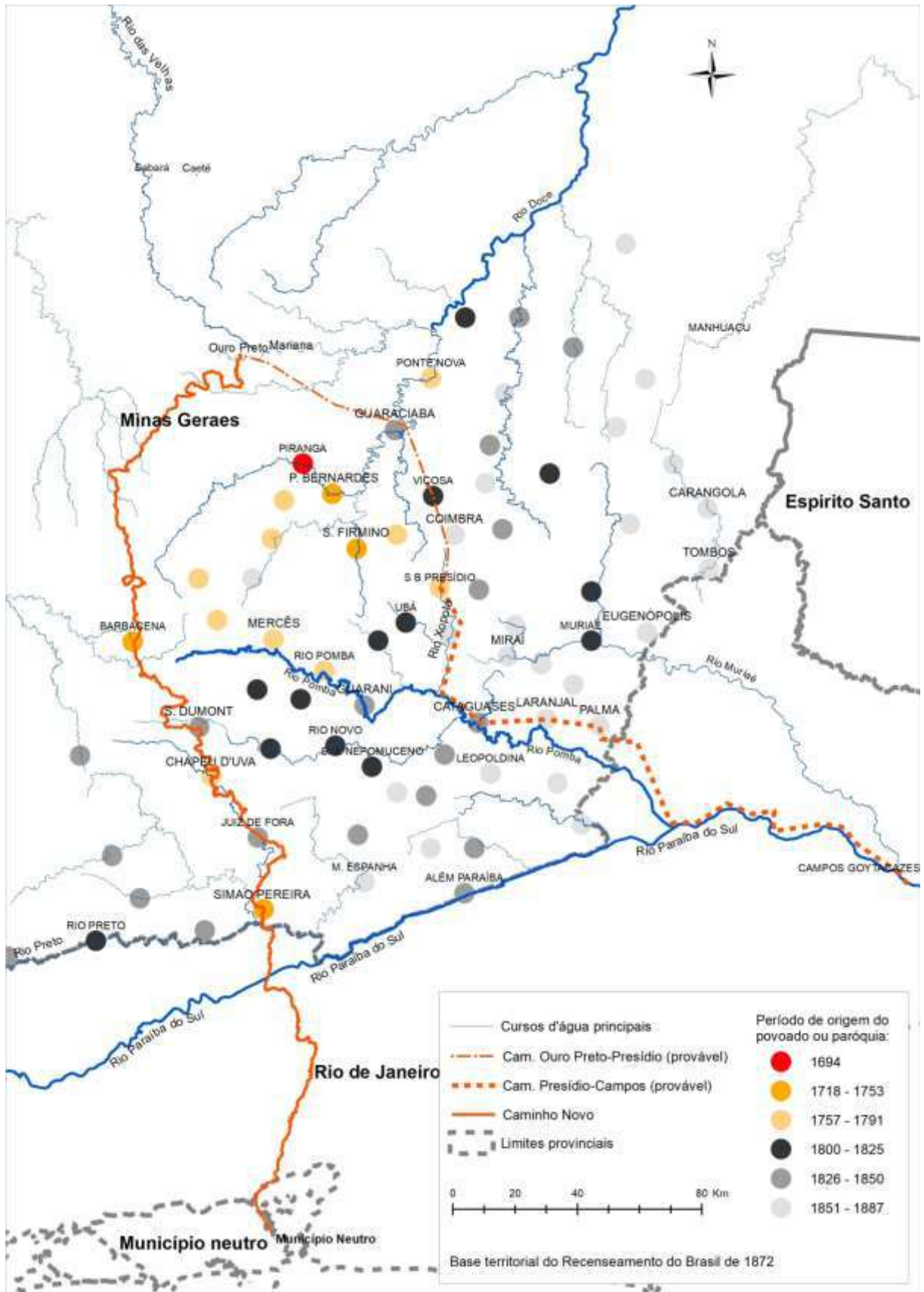
Nota: Mapa iluminado a partir de recorte do Mapa citado na fonte.

Já o mapa 3, abaixo, ilustra a localização e período de surgimento dos povoados na região. Observa-se a forte relação de proximidade deles com os cursos d'água bem como com o do traçado dos caminhos-troncos que segue boa parte do leito dos rios⁸ e, ainda, que as primeiras ocupações da Zona da Mata se deram no sentido oeste-leste e norte-sul, localizando-se num primeiro momento nas proximidades da zona minerária entre os dois caminhos tronco, e depois se dirigindo para leste⁹.

⁸ Parece-nos que essa proximidade dos povoados com os cursos d'água e caminhos, que seguem o leito dos rios, tem relação com a menor dificuldade de desbravamento em mata fechada e desconhecida e de sobrevivência. Os cursos d'água provavelmente eram uma espécie de guia em local estranho e desconhecido e a localização dos povoados próximos a eles tem relação com o uso da água para seres humanos e animais. No entanto, cabe destacar que o Regimento Geral de Tomé de Souza de 1549 bem como a Lei das Índias de 1573 já possuíam instruções neste sentido (REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, 17 dez. 1548, § 7 e 39; (RECOPIACION de Leys de los Reinos de Las Indias. Tomo Segundo, 1841, Título Quinto, De las poblaciones, ley II).

⁹ Tendo como referência o Recenseamento do Brasil de 1872 (BRASIL, [1874?]) e os seus limites atuais, em 1872 a Zona da Mata era composta por doze municípios, sendo que alguns deles extrapolam os limites atuais da região. São eles: Barbacena, Juiz de Fora, Leopoldina, Mar de Espanha, Muriaé, Ponte Nova, Piranga, Pomba, Rio Novo, Rio Preto, Santa Rita do Turvo e Ubá. Esses municípios por sua vez eram divididos em paróquias ou curatos num total de 76 na região que são as localidades representadas no Mapa 3.

Mapa 3 – Localização e período de origem dos povoados da Zona da Mata



Fonte: BARBOSA, 1995; BRASIL, [1874?]; CAPELLA, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016; INSTITUTO Estrada Real, 2015. Nota: Os períodos foram buscados em Barbosa (1995) e seguem o seguinte critério: checkou-se primeiro a instalação da capela no povoado, se não obtida essa informação, segue-se pela instalação do distrito e na ausência desta, utilizou-se o ano de instalação da paróquia; utilizou-se como base da divisão territorial o Recenseamento do Brasil de 1872.

O núcleo urbano inicial de Cataguases surge às margens do rio Pomba e da estrada que estava sendo aberta pela 3ª Divisão Militar do Rio Doce, ligando São João Batista do Presídio a Campos dos Goitacazes. O local denominava-se Porto dos Diamantes, onde aquela divisão se aquartela e onde, por volta de 1810, teriam aportado “Dignidades Eclesiásticas e seculares de Mariana” (UNIVERSAL, 1828), pela notícia da existência de jazidas de diamantes, cujas buscas posteriores não se mostraram bem-sucedidas.

É a partir da inspeção da estrada entre São João Batista do Presídio e Campos dos Goitacazes, que Guido Thomaz Marlière¹⁰ fará o primeiro traçado do povoado dando origem a Cataguases.

Para melhor compreensão da forma como foi constituída a formação do povoado e subsídio às análises, citamos a seguir alguns trechos escritos por Marlière à época.

O primeiro trecho é parte de um documento produzido em 1826 intitulado “Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais”, composto de 58 parágrafos instruindo a lida com os índios. Esse documento discorre, por exemplo, sobre a localização, implantação e organização de aldeamentos, tipos de culturas agrícolas a serem ou não incentivadas, relação dos índios com utensílios, dentre outros. Desses, foram selecionados os que chamam a atenção e dizem respeito diretamente ao espaço físico dos aldeamentos.

[...] 2º Aldeamentos – Devem ser estabelecidos em Matas Virgens, Patria dos Indios em avizinhanças de Rios navegáveis, sendo possível dominantes de Peixe, q. determinará a sua fixdª pela abundante daquele sustento, e o deleite dos banhos, sem os quaes não passam.

Será ao mesmo tempo huma Escolla de Canoeiros.

Assim o pratiquei. O governo deve conceder para cada aldeia 4 Sesmarias, metade consagrada a Agricultura, metade reservada para tirar madeira de construção para os edifícios do divertimento da Caça para os índios.

[...]

¹⁰ Guido Thomaz Marlière foi um importante personagem da história da Zona da Mata mineira. Nasce na França em 1769 e morre no Brasil em 1836. Estudou humanidades e filosofia, tendo se dedicado à ocupação militar desde os 18 anos. Emigra para Portugal fugindo das dificuldades impostas pela Revolução Francesa; é contratado pelo exército português e vem para o Brasil, em 1808, com a família Real Portuguesa. A partir de 1813, quando é designado para averiguar ocorrências de usurpação de terras e abusos entre portugueses e indígenas em São João Batista do Presídio, irá galgar vários postos militares na Zona da Mata mineira nas funções de pacificação, “civilização” e aldeamento de índios, inspeção de divisões militares, fundação de povoados, entre outras, até chegar, em 1824, a Comandante das Divisões Militares do Rio Doce, Diretor Geral dos Índios e Inspetor da Estrada de Minas aos Campos dos Goitacazes. Marlière foi responsável por delinear o traçado do povoado que dá origem à cidade de Cataguases (AGUIAR, 2008; JOSÉ, 1958).

16. Casas. Em cada Aldeia deve-se erigir huas espaçozas e sobretudo ranchos abertos anexos a ellas para o Alojamt^o. Dos Indios. Hua junta a Capella p^a. O Missionário.

[...]

27. Enterramentos. Cada Aldeia deve ter um Cemitério para inhumar os índios, bem cercado.

55. Telhas. He artigo de 1^a necessidade, sem o qual nada se pode fazer em termos. Carece Mestre, e Bois para preparar o barro. (MARLIÈRE, 1906, p. 81-82; mantida a grafia original).

O próximo trecho foi extraído de um relatório de 15 de janeiro de 1828 dirigido ao Ex-governador das Armas, em que Marlière, prestando contas dos aldeamentos sobre sua responsabilidade, caracteriza a localidade onde será a futura Cataguases:

Meia Pataca (Porto dos Diamantes) está na Estrada do Presídio aos Campos dos Goitacazes, distante 36 léguas de Ouro Preto, tem Manoel Carlos de Almeida como seu subdiretor, possui aproximadamente 400 índios Puris que se ocupam da agricultura e poalhas, não têm terras próprias para a sua cultura, trabalham como jornaleiros para os fazendeiros daquela estrada e vendem poalha e outras drogas do sertão. (MARLIÈRE, 1907, p. 498-9, mantida a grafia original).

A seguir, o documento registrado por Marlière em cartório, em 26 de maio de 1828, que traz informações mais precisas sobre a fundação do povoado, reproduzido aqui na íntegra:

Na inspeção que passei na estrada de Minas aos Campos de Goitacases, que por Ordem Imperial e do Governo desta Província está abrindo a 3^a Divisão Militar do Rio Doce do meu Comando, e chegando a este lugar do Porto dos Diamantes, presentes o Sr. Alferes Comandante da mesma e o Sargento das Ordenanças morador no sítio Henrique José d’Azevedo e outros mais moradores, tenho delineado, na forma do Diretório de 7 de dezembro de 1767 dado pelo Governador desta Província Luiz Diogo Lobo da Silva, a nova Povoação deste lugar em que a se acha ereta com a permissão do Ordinário uma capela debaixo da invocação de Santa Rita, em terreno doado pelo referido Sargento Henrique José d’Azevedo, povoado de brasileiros e índios.

Confrontações do Terreno

Ao nascente, com o ribeirão chamado ‘Meia Pataca’; ao poente, com o rio Pomba; e ao nordeste com um pequeno córrego que deságua no Meia Pataca; e pelos fundos com o doador: neste sítio mandei afincar por este mesmo três marcos de pau chamado marmelada, e lavrados, para evitar dissensões futuras entre eles e os moradores do arraial.

A estrada nova atravessa este em linha reta.

Delineei as ruas na distância de cinquenta passos de um e de outro ângulo da Igreja. A praça pública e o lugar futuro para o corpo da mesma Igreja, que por ora não tem senão a capela-mor, a fim de que se forme uma Povoação bem regular para a qual convida a sua bela localidade.

Deixo aos meus poderes a recomendação ao Sargento Henriques José d’Azevedo para conceder terrenos para casas e quintais, na projeção delineada, deixando sete palmos de intervalo entre uma casa e outra, para serventias públicas e poder acudir a qualquer incêndio, na forma do retro citado Diretório para a criação dos arraiais em terras de índios.

Não consentirá nos arruamentos casas cobertas de capim, para evitar incêndios.

O Diretório não concede mais que 60 palmos de frente e 100 de fundos para quintal (permitindo-o o terreno) para o Revdo. Capelão, Comandante e pessoas graduadas – 50 ditos para os que são de classe média, com 80 de fundos – 40 enfim, para os demais habitantes, e 70 de fundo.

Nada de quintais nas frentes, entremeados com as casas.

Ninguém tem direito a edificar no terreno delineado para praça pública, o qual fica pertencendo à comunidade em geral, e a ninguém em particular.

E por parecer este arranjo justo aos moradores e ao Sargento doador, o qual fiz para o bem público e em virtude do meu cargo levarei este termo para servir de regulador pelo futuro, por mim assinado, assim como pelas pessoas presentes, ficando cópia dele depositada em mãos do já mencionado Sargento para conhecimento e inteligência de todos.

Quartel Geral do Porto de Diamantes em 26 de maio de 1828.

Guido Thomaz Marlière

Coronel Comandante das Divisões Militares do Rio Doce, Diretor Geral dos Índios e Inspetor da Estrada de Minas aos Campos dos Goitacases

Henrique José de Azevedo

José Gomes de Barros

Joaquim de Souza Lima

José Antônio Rodrigues

Antônio Rodrigues de Mello

Antônio Borges

Manoel Carlos de Almeida

Joaquim José da Silva

(MUSEU MUNICIPAL ALÍPIO VAZ, 1971-2; mantida a grafia original)

E por último, em correspondência de 15 de julho de 1828, ao vice-presidente da Província, Marlière (1907, p. 541) diz:

[...] já temos um arraial e Capella novos no sítio do Porto dos Diamantes, onde desceu das Serras Orientais o ribeirão aurífero Meia Pataca e cercado ao ocidente pelo R. Pomba e um Campo aprazível por outra onde atravessa a Estrada Nova, e no qual delineei as ruas da povoação paralelas à mesma Estrada. Contém já a nova povoação denominada St^a. Rita do Porto dos Diamantes, 38 Fogos e a Filial da Freguesia de São João Batista do Presídio, da qual dista desta mais de 10 legoas [...] (mantida a grafia original).

Complementar aos trechos acima reproduzimos, a seguir, uma notícia do jornal O Universal de 7 julho de 1828, da qual parece, inclusive, que Marlière utiliza para algumas das suas informações:

Huma Povoação Nova

Na bella Estrada, que abre a 3^a Divisão do Rio Doce, dessa Província, aos Campos dos Goytacazaes, no Sítio chamado Porto dos Diamantes [assim chamado porque ali forão embarcar em 1809, ou 10, muitas Dignidades Eclesiásticas, e seculares de Mariana, e outros Sítios, sobre a notícia de que o Rio Pomba tinha Diamantes em abundancia, mas parece que o resultado foi pouco mais de zero] em uma magnifica planície doada pelo Sargento Henrique José d’Azevedo se acaba de erigir, com licença do Ordinario huma Capella debaixo da invocação de Santa Rita da Matriz de S. João Babtista do Presidio, do qual dista 10 legoas.

Confronta o terreno doado ao Nascente, com o Ribeirão Meia Pataca [Nome derivado de meia pataca de ouro deu uma so bateada das suas áreas, tirada por uns Aventureiros]; ao Poente com o Rio Pomba; ao N.E. com um córrego pequeno que desagua no Meia Pataca; e pelos fundos, com o doador.

A Estrada nova atravessa o Arraial em linha recta. O Inspector delineou as ruas paralelas á estrada distantes 50 passos de um, e outro ângulo da Capella, a qual fica no meio de uma Praça espaçosa, que não tem a menor desigualdade.

Contem já esta nova Povoação 38 fogos de Brasileiros e varias Aldeias de Indios Coroados, Coropós e Puris. É de esperar que se formem outras à medida que a Estrada for avançando para nossa Fronteira, que dista 12 legoas do Porto dos Diamantes, onde se achava a Divisão trabalhando a 28 do corrente (O Universal, 7 jul. 1828, mantida a grafia original).

Pelas citações acima percebe-se que o povoado que dá origem a Cataguases, apesar de ter surgido em 1828, já no Brasil Império, tem na sua fundação a influência de uma série de normativos urbanísticos anteriores do período do Brasil colonial. Tais normativos vão desde o Regimento Geral de Tomé de Souza aplicado a Salvador em 1549; a Lei das Índias de 1573 que, mesmo sendo direcionada a América Espanhola, verifica-se que pode ter influenciado o traçado inicial de Cataguases; a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia de 1707; o Diretório dos Índios de 1758, bem como seus derivativos aplicados no país inteiro.

Parece, portanto, que o desenho de novos núcleos urbanos que se fazia no território brasileiro não se ancorava apenas em uma única instrução. Apesar de em alguns casos haver instruções muito específicas, há situações e, mesmo no caso das específicas, que elas se originam ou são influenciadas por outras e anteriores. De certa forma, as legislações e instruções urbanísticas vão se sobrepondo, são copiadas com algumas modificações, vão se repetindo em alguns aspectos como um palimpsesto de ideias e normativos.

2.1 Instruções, documentos e ideias que influenciaram o traçado do povoado

Neste subitem serão expostos e analisados as instruções, documentos e ideias, que nos parecem ter influenciado o traçado urbano inicial do povoado de Cataguases. Pelo seu protagonismo na fundação da cidade, começa-se expondo sobre o Diretório dos Índios e seus derivativos. Posteriormente seguimos para os outros documentos e instruções: o Regimento Geral de Tomé de Souza, a Lei das Índias, as Ordenações do Reino, o papel da Igreja com a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia e, por último, passamos para a contextualização do modo de fazer cidades de traçado regular e uniforme, mas que se ajusta à topografia do sítio, que os portugueses vão praticar em suas colônias. Logo a seguir,

fazemos uma análise desses documentos e ideias com o núcleo urbano inicial de Cataguases.

2.1.1 O Diretório dos Índios

As instruções que vigiam no Brasil colônia a respeito de aldeamentos indígenas, a partir de 1758, foram estabelecidas pelo “Diretório que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará e Maranhão” (DIRETÓRIO..., 1758) mais conhecido como o Diretório dos Índios de 1758¹¹.

Marlière menciona no documento registrado em cartório (MUSEU MUNICIPAL ALÍPIO VAZ, 1971-2) que ele delineou a nova povoação conforme o “Diretório de 7 de dezembro de 1767, dado pelo governador da Província Luiz Diogo Lobo da Silva” e, mais à frente nesse mesmo documento, refere-se a tal Diretório como o “para a criação dos arraiais em terras de índios”. Cabe lembrar que Marlière vinha exercendo papel importante em relação à tutela dos índios na região. Já em 1813, até 1819, ele ocupa o cargo de Diretor Geral dos Índios da Freguesia de São Manoel do Pomba, São João Batista e aldeias anexas (JOSÉ, 1958), cargo que foi inaugurado pelo Diretório dos Índios de 1758. E como visto acima ele chega a escrever recomendações em como lidar com os indígenas em “Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais” (MARLIÉRE, 1906). Assim, em 1828, ao estabelecer o traçado inicial de Cataguases, Marlière parece ter uma experiência já consolidada, herda e segue as instruções relativas aos aldeamentos e trato com os índios advindos de instâncias superiores.

No decorrer da colonização e na esteira da política indígena para a colônia, dos conflitos e resistências entre os diversos atores vão surgindo variadas instruções e regulamentos para o relacionamento com os índios, nos quais se inserem as dos aldeamentos. Em 1658 Padre Antônio Vieira elabora o Plano das Aldeias que resulta mais à frente, em 1686, no Regimento das Missões do Grão Pará e Maranhão, estabelecendo que os aldeamentos fossem submetidos à tutela de religiosos, em sua maioria, jesuítas. Com a expulsão dessa ordem religiosa da colônia e aliadas à política pombalina - entre 1750 e 1777 - surgem novas instruções, essas agora de caráter laico, cujo marco será o Diretório dos Índios de 1758, que irá substituir o Regimento das Missões de 1686 (VAINFAS, 2001).

¹¹ O Diretório dos Índios foi assinado em 3 de maio de 1757; teve suas diretrizes aprovadas pelo alvará de 17 de agosto de 1758 e foi instituído por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759), irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O Diretório dos Índios foi extinto pela Carta Régia de 12 de maio de 1798.

Dentre as várias instruções do Diretório dos Índios destacam-se a retirada da tutela religiosa dos índios nos aldeamentos passando-a para a administração de diretores, nomeados pelo Governador e Capitão Geral do Estado; incentiva-se a prática da agricultura e do comércio como meios civilizatórios, o uso da língua portuguesa, a introdução de povos brancos nas aldeias, estimulando o seu casamento com os índios, como forma de trazer e sobrepor o modo de vida dos brancos sobre o dos indígenas¹², a edificação de novos povoados e manutenção dos existentes, remanescentes da tutela religiosa¹³.

O Diretório dos Índios, apesar de trazer diferenças em relação às instruções anteriores, ancora-se nelas; baseia-se em “um conceito de civilização associado a uma ação a realizar-se em espaços planejados” no “constituir povoações organizadas à imitação dos modelos de administração de cidades e municípios trazidos pelos colonizadores portugueses” (ALMEIDA, 1997, p. 46-47); é “um objeto de intervenção amplo, que abrange a pretensão de construir uma nova ordem social”; “tinha por objetivo garantir o patrimônio populacional representado por índios catequizados e outros ainda por conhecer e contatar nas novas terras a serem exploradas, especialmente as situadas na fronteira”; vinha atender ao problema da força de trabalho para a colonização e para a categoria social de origem europeia que a requeriam e organizar a economia (ALMEIDA, 1997, p. 19; 162); não excluía, portanto, a força de trabalho escravocrata negra¹⁴. A ideia era transformar o modo de vida indígena de forma a incorporar

¹² O Regimento das Missões de 1686, diferentemente do Diretório dos Índios de 1758, não permitia que outros povos que não os índios habitassem os aldeamentos (Regimento das Missões do estado do Maranhão e Grão-Pará, de 21 de dezembro de 1686, 2012).

¹³ O Diretório dos Índios de 1758 possui 95 parágrafos e desses, as instruções que dizem respeito diretamente à organização espacial nos aldeamentos são: a instalação de duas escolas públicas - uma masculina e outra feminina - para se garantir o ensino como se “pratica em todas as Nações Civilizadas” (DIRETÓRIO..., 1758, § 7º); a garantia de que os índios façam as suas casas à imitação dos brancos, com repartições internas e de forma que as famílias vivam em separado para, no entender dos portugueses, evitar-se a promiscuidade – aqui, chama atenção a desqualificação das habitações indígenas tradicionais denominando-as de “choupanas” comparando os índios aos “bárbaros que habitam o inculto centro dos Sertões” (DIRETÓRIO..., 1758, § 12). O Diretório instrui que toda povoação deve ter pelo menos 150 habitantes, por se entender que a quantidade de habitantes favorece e possui relação com a civilidade e comércio e que o aumento populacional “concorre para a nobreza dos edifícios”; que devem ser erigidas casas de câmara com “possível grandeza” e cadeia pública “com toda segurança” (DIRETÓRIO..., 1758, § 74); que toda povoação deve ter um armazém para guarda e controle, pelos diretores, de gêneros da agricultura e para facilitação de cobrança de dízimos de forma a se evitar desvios e corrupção; que as povoações que ficaram em ruínas, em função do abandono da tutela religiosa dos jesuítas, devem ser reestabelecidas.

¹⁴ Neste sentido é curiosa a distinção que as instruções do Diretório faz entre índios e negros. Proíbe-se chamar os índios de negros cuja “natureza os tinha destinado para escravos dos brancos, como regularmente se imagina a respeito dos pretos da costa da África” enquanto aos índios “foi servido nobilitar”, “habilitando-os para todo emprego honorífico” (DIRETÓRIO..., 1758, § 10). Assim, aos índios foi reservada a inserção na sociedade às custas da anulação de sua cultura e aos negros, a escravidão.

essa etnia na sociedade que deveria se espelhar na europeia e imitá-la.

Assim, as vilas e lugares erigidos sob as instruções do Diretório tinham um papel político-pedagógico de legitimar a ocupação portuguesa; “era a domesticação da paisagem”. (COELHO, 2007).

Se inicialmente o Diretório dos Índios era um documento direcionado especificamente a região amazônica – capitanias do Pará e Maranhão, posteriormente ele se estende às demais capitanias, em alguns casos com acréscimos e alterações que vão atender às especificidades locais. Neste sentido, parece que o “Diretório de 7 de dezembro de 1767” (MUSEU MUNICIPAL ALÍPIO VAZ, 1971-2) dado pelo governador da província de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, do qual Marlière cita em documento lavrado em cartório para se basear na fundação do povoado de Cataguases, é uma dessas instruções derivadas do Diretório dos Índios de 1758. Entretanto, apesar de exaustivas buscas e pesquisas, não localizamos esse documento que poderia nos auxiliar no melhor entendimento da formação do povoado inicial de Cataguases. Utilizaremos, portanto, outras bases documentais.

Chama a atenção algumas coincidências existentes no Diretório de Pernambuco¹⁵, em relação à fundação de Cataguases. O Diretório de Pernambuco é instituído pelo mesmo governante, Luiz Diogo Lobo da Silva, coincidentemente citado por Marlière, que depois de ser governador daquela Capitania, entre 1756 e 1763, o será na de Minas Gerais, entre 1763 e 1768. Provavelmente Lobo da Silva traz as mesmas experiências de gestão em Pernambuco para Minas Gerais. O Diretório de Pernambuco institui, de novidade, instruções quanto à divisão territorial por hierarquia social, similar à que Marlière faz no povoado de Cataguases. Essas

¹⁵ O Diretório de Pernambuco intitula-se “Direção com que interinamente se devem regular os índios nas novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas” (DIREÇÃO... 1759); é instituído em 29 de maio de 1759, diante das especificidades e diferenças da capitania de Pernambuco em relação às do Pará e Maranhão; possui 115 parágrafos em contraponto aos 95 dos de Pará e Maranhão. Nele, o conceito original do Diretório dos Índios de 1758 foi mantido, com a repetição de boa parte das instruções e alguns acréscimos. As principais mudanças dizem respeito à inclusão da distribuição de terras. Sob o aspecto da organização físico-territorial, além das instruções trazidas do Diretório anterior, diz que deveriam ser selecionados índios para aprenderem determinados ofícios de forma a incutirem neles um modo de civilização europeia e garantir mão de obra para a manutenção e construção dos aldeamentos - pedreiros, carpinteiros, ferreiro, serralheiro e, ainda, alfaiate e barbeiro; e, na esteira da formação dessas profissões, os diretores deveriam estabelecer fornos de cal, fábrica de telhas e tijolos, materiais necessários para a “fundação dos edifícios indispensáveis para a formosura e ornato das vilas e lugares, além da maior comodidade dos seus habitantes” (DIREÇÃO... 1759, § 15). Os diretores deveriam persuadir os índios a fazerem casas “decentes” reguladas pela “simetria nas frontarias e alturas”; deixar praças e ruas “direitas” o que “concorre muito para o ornato da vila ou lugar e comodidade de seus habitantes” (DIREÇÃO... 1759, § 78).

coincidências - mesmo governante e divisão territorial – indicam que o Diretório citado por Marlière poderia ser parecido com o de Pernambuco, uma vez que muitas instruções desses diretórios eram repetidas, acrescidas ou adaptadas à Capitania à qual estava sendo implantado.

O Diretório de Pernambuco traz normatização de unidades de medida, subsidiárias a repartição dos lotes a serem concedidos nas povoações, que será feita de acordo com “a graduação e postos, que ocupam os moradores de cada vila ou lugar” (DIREÇÃO... 1759, § 102-115)¹⁶.

No seu conjunto de instruções, no que diz respeito às questões espaciais, percebe-se clara preocupação com a regulação e embelezamento do espaço urbano, bem como a explicitação da hierarquia social demonstrada na distribuição dos lotes.

No caso de Minas Gerais, há um documento não datado denominado “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios da capitania de Minas Gerais, enquanto sua Alteza Real não mandar o contrário” (DIRECTÓRIO..., 1897)¹⁷. Entretanto, não conseguimos apurar se

¹⁶ As unidades de medida definidas pelo Diretório de Pernambuco são as seguintes: 1 palmo = 8 polegadas; 1 braça = 10 palmos; e 1 légua = 2.800 braças (DIREÇÃO... 1759, § 101) e a divisão de lotes:

Para o Vigário: 100 braças de comprimento por 100 braças de largura;

Coadjutor: 90 x 100 braças;

Principal: 100 x 100;

Principal – para cada pessoa da família, inclusive filhos e domésticos: 40 x 100;

Capitão-mor: 90 x 100;

Capitão-mor – para cada pessoa de seus filhos e domésticos: 35,5 x 100;

Sargento-mor: 80 x 100;

Sargento-mor – para cada pessoa de seus filhos e domésticos: 24 x 100;

Capitão: 70 x 100;

Capitão – para cada pessoa de seus filhos e domésticos: 17,5 x 100;

Alferes: 60 x 100;

Alferes - para cada pessoa de seus filhos e domésticos: 12 x 100;

Sargentos e cabos de esquadra: 50 x 100;

Sargentos e cabos de esquadra - para cada pessoa de seus filhos e domésticos: 10 x 100;

Soldados: 40 x 100;

Soldados - para cada pessoa de seus filhos e domésticos: 7,5 x 100;

Morador ou índio que assistir ou se agregar às vilas: o mesmo que os soldados;

Oficial: o mesmo que o alferes;

Escrivães do público, meirinhos e seus escrevães: o mesmo que sargentos

Para assistência dos pobres, órfãos e viúvas: 100 x 200 (DIREÇÃO... 1759, § 102-115).

Na divisão dos lotes não estão incluídas as áreas para caminhos, igrejas, casas de câmara, cadeia, de assistência de moradores e ruas públicas, “que todas devem ser direitas e cordeadas”, que se devem ter quintais para criações e lugar destinado a recolher o gado vacum, cavalar de serviço, e miúdo (DIREÇÃO... 1759, § 113).

¹⁷ Tal Diretório encontra-se num lote de vários outros documentos, encabeçado por uma carta encaminhada a Dom João, escrita por Francisco de Borja Garção Stoker que se denomina secretário, datada de 3 e 21 de agosto de 1801, intitulada Catequese e civilização dos indígenas da Capitania de Minas Gerais, onde informa que

esse Diretório foi colocado em prática e parece que não é o mesmo do qual Marlière utiliza como referência para a fundação de Cataguases – o de 1767. Marlière faz uma divisão de lotes com detalhamento de medidas conforme a hierarquia social de cada morador. O suposto Diretório de Minas Gerais não diz sobre distribuição de lotes; é basicamente uma cópia do Diretório do Pará e Maranhão trazendo de novidade somente a indicação da abertura da estrada para Campo dos Goitacazes e instruções para a pacificação dos índios que transitavam nas vias de comunicação e rotas de comércio de Minas Gerais.

Chama a atenção que os Diretórios aqui citados, desde o do Pará e Maranhão, passando pelo de Pernambuco e este último, o de Minas Gerais, veem os índios como seres inferiores aos povos dominadores - os europeus. Tais documentos são redigidos em uma linguagem que coloca o índio como um ser estranho, que não corresponde às expectativas de comportamento dos dominadores e, por isso, precisa ser modificado para “ser útil a si e ao Estado” (DIRECTORIO..., 1897). Neste sentido, é curioso o uso dos adjetivos depreciativos presentes naqueles documentos para designar os índios: bárbaros, praticantes de péssimos e abomináveis costumes, infelizes, miseráveis, rústicos, ignorantes, ociosos, incultos, indisciplinados, desobedientes, frouxos, negligentes, entre outros. Dessa forma, as instruções para lida com os índios são explicitamente no sentido de apagar a cultura daqueles povos; elas são de dominação e violentas.

O pressuposto era que a cultura indígena precisava ser anulada e modificada de forma a incorporar essa etnia a um tipo de sociedade idealizada pelos colonizadores para se atingir interesses econômicos e de conquista. E, em contraponto, a cultura europeia é colocada em condição superior, um modelo a ser seguido e imitado. E aqui, chama atenção também a diferença estabelecida nesses documentos entre índios e negros. O índio seria incorporado a um tipo de sociedade que requeria a anulação de sua cultura, já o negro, seria o escravo.

Assim, os Diretórios dos Índios surgem aliando a inclusão dos índios como membros da sociedade brasileira com a construção de povoados e vilas planejadas e regulares como estratégias de colonização e dominação.

remeteu ao Conselho Ultramarino “os requerimentos e demais papéis de Francisco da Silva Campos” por avisos de 26/03/1800, 23/06/1801 e 12/08/1801. Nos documentos desse lote, Francisco da Silva Campos é denominado capelão cura dos índios coroados na capela de São João Batista e Peixe, nomeado em 1791, pelo Visconde de Barbacena (CATECHESE E CIVILISAÇÃO..., [1801] 1897).

2.1.2 Outras instruções e documentos

O Regimento Geral de Tomé de Souza de 1549 pode ser considerado uma das primeiras instruções de caráter urbanístico no Brasil, quando traz as normas para a instalação de Salvador, cuja Lei das Índias, organizada em 1573, por Felipe II também se assemelha (SIMÕES JUNIOR, 2012). Nele, destaca-se a escolha do sítio para a nova cidade, em lugar elevado, seguro, salubre e com boas comunicações por água e terra. Apesar de ser direcionada especificamente para Salvador, parece que essa escolha do sítio vai influenciar a instalação de muitos outros povoados implantados na Colônia, a partir da ideia colocada anteriormente de que os normativos urbanísticos são muitas vezes copiados e sobrepostos.

A Lei das Índias, cujas regras para ordenação espacial possuem relação com o espírito da “regularidade geométrica” e que “se tornou um hábito comum e uma exigência primária na técnica produtiva”, se direciona especificamente às novas cidades da América Espanhola (BENEVOLO, 1983, p. 488). No entanto, novamente parece que muitas das suas instruções foram colocadas em prática nos novos povoados planejados no Brasil principalmente os instalados a partir da administração de Marquês de Pombal e, também, no que se refere aos aspectos relativos à uniformidade e regularidade do traçado urbano¹⁸. No que diz respeito às questões espaciais, essa legislação traz, dentre outras instruções, as relativas à escolha do sítio, instruindo que as terras a serem povoadas sejam localizadas em locais que tenham boa comunicação por mar e terra, por boas estradas ou por navegação com o propósito de facilitar os deslocamentos, a comercialização, a governança, o socorro e a defesa. Vê-se aqui a sintonia com o Regimento Geral de Tomé de Souza; ao desenho da nova povoação e relação com o seu futuro crescimento; à igreja e à praça principal que vão definir o início do povoado, sua localização, dimensionamento, proporção e sua relação com as ruas adjacentes e comércio que nelas vão se instalar, bem como os usos ao seu redor; à concessão de lotes edificáveis ao redor da praça e fora dela; à localização da igreja; ao hospital dos pobres (RECOPIACION DE LEYS ..., 1841).

Os portugueses utilizavam como normativo administrativo e jurídico de ocupação dos territórios as Ordenações do Reino de Portugal que através do tempo se sobrepõem e

¹⁸ Neste sentido, cabe lembrar que a Lei das Índias foi instituída em 1573, um pouco antes do período de União Ibérica que ocorreu entre 1580 e 1640.

assumem várias denominações culminando com as Ordenações Filipinas de 1603¹⁹. Estas, diferentemente da Lei das Índias, não possuem recomendações explícitas relativas ao traçado urbano dos novos povoados; concentram-se na relação das edificações entre si e sua vizinhança; aberturas das edificações – privacidade, vista, iluminação; construção sobre a rua, paredes entre vizinhos, águas pluviais, partilha de casas (MACEDO, 2014). No entanto, mesmo pela ausência de recomendações explícitas de traçado urbano, mas até mesmo pelo seu conteúdo relativo à organização espacial das construções nos povoados, as Ordenações do Reino provavelmente exerceram influência na conformação das povoações. Cabe destacar que os códigos de posturas municipais elaborados a partir da Lei de 1º de outubro de 1828 (BRASIL, 1828) vão incorporar boa parte dos preceitos estabelecidos naquelas Ordenações e que elas serão substituídas somente em 1916, pelo Código Civil Brasileiro.

A igreja também vai assumir importante papel na organização do espaço, uma vez que antes da gestão de Marquês de Pombal, ela era a tutora dos índios nos aldeamentos e mesmo quando perde esse status, ainda continua tendo muita influência. Em 1707, é consolidada as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que se baseiam e são reguladas pelo Concílio de Trento (1545-1563), ocorrido na época da Contrarreforma, quando são fortalecidas as relações da Igreja com os Estados Nacionais (SIMÕES JUNIOR, 2012). Essa legislação é difundida por todo o território brasileiro e, em relação à organização espacial, estabelece a localização e orientação dos templos religiosos nos novos povoados, que assume um papel preponderante e articulador do desenho e paisagem dos núcleos urbanos.

2.1.3 O traçado urbano uniforme e regular

No desenho urbano de Cataguases há uma tendência que parece própria do modo de fazer cidades do período colonial trazida pelos portugueses, que dura pelo menos até determinado período. Trata-se da regularidade e uniformidade no traçado das ruas obedecendo-se as condicionantes topográficas do sítio. Observam-se essas características tanto na fundação de Cataguases, presentes nos documentos de Marlière como, posteriormente, quando o povoado vai aumentando sua mancha urbana e se desenvolvendo até, aproximadamente, a

¹⁹ As diversas denominações das Ordenações do Reino foram: Código Afonsino de 1446, promulgado por Dom Afonso V; Código Manuelino de 1512, promulgado por Dom Manuel I; e Ordenações Filipinas, de 1603, promulgadas por Felipe II, que vigiu até a promulgação do Código Civil Brasileiro em 1916 (MACEDO, 2014, p. 18).

década de 1940. A partir dessa década, principalmente quando vai haver uma demanda por mais moradia e a mancha urbana começa a subir encostas mais íngremes, essa técnica se perde.

Cabe destacar que no Brasil a regularidade e uniformidade do traçado urbano vai se relacionar com o processo de dominação e colonização implantada pelos portugueses.

Reis Filho (1968, p. 186-187) contextualiza a fundação e regulação de novas vilas e povoados, para o maior controle administrativo da coroa portuguesa sobre a colônia, com a decadência da monocultura do açúcar a partir de meados do século XVII. A queda de preço dessa mercadoria internacionalmente induz e faz com que os colonos se interessem por outras atividades econômicas e se dispersem pelo território, enfraquecendo a economia de exportação, importante para a metrópole, e se voltem para uma de subsistência. A Coroa Portuguesa proíbe a produção manufatureira na colônia, de forma que o comércio de vulto fique reservado às companhias privilegiadas e aos comerciantes portugueses. O maior controle administrativo começa a ser exercido com a transferência para o Brasil de grupos de administradores em substituição aos grandes proprietários rurais. Dessa forma, o controle da população dispersa no território será feito com a fundação de novas vilas, que abrigarão os novos administradores, terão maior regulação em seus espaços e edifícios públicos monumentais.

Para Delson (1997), a necessidade de maior controle por parte da Coroa Portuguesa relaciona-se ainda à descoberta do ouro nos anos de 1690 que, aliada à decadência da cultura do açúcar, também atrai e dispersa a população pelo território em busca de novas atividades exploratórias. A descoberta do ouro induz e faz surgir espontânea e desordenadamente novas povoações ao redor dos locais de mineração. Surge então, por parte da Coroa, a necessidade de melhor controlar o escoamento do ouro, a distribuição de terras, a manutenção da lei e ordem e as ameaças dos interesses espanhóis.

Para conter o crescimento independente e sem o controle do território pela Coroa foi instituída a regulação na distribuição de terras²⁰ combinado com a construção de novas vilas planejadas. Assim, criar ou mesmo transformar os povoados que surgiram espontaneamente

²⁰ Daí a instituição da Carta Régia de 27 de dezembro de 1695 e, posteriormente, a de 7 de dezembro de 1697, que delimitam as medidas das sesmarias a serem concedidas em 1 por 4 léguas e em 1 por 3 léguas, respectivamente, uma vez que o tamanho das terras concedidas começava a fugir do controle da Coroa.

em vilas era uma forma de impor o domínio de um modo de vida europeu e levar administradores e a burocracia de controle pelo território²¹.

É a partir do governo de Marquês de Pombal (1750-1777), influenciado pelas ideias do iluminismo, que vai se intensificar a construção dessas novas comunidades planejadas em regiões remotas do Brasil²². O desenho dessas povoações com malha urbana em xadrez, uniformidade dos quarteirões, praças regulares, ruas retas, fachadas uniformes, alinhamento e regularidade das construções refletiam o pensamento iluminista da época. O desenho racional e ordenado deveria ser o exemplo e modelo de civilização a ser seguido pelos índios, considerados não civilizados pelos colonizadores; é o modelo que deveria representar a racionalidade no comportamento; a aspiração ou imposição de um modo de vida europeu. Essas ideias eram caras ao governo de Marquês de Pombal e seguidas e colocadas em práticas pelos governadores das capitânicas (DELSON, 1997 , p. 49-68).

Os modelos urbanos utilizados nos novos núcleos da América remontam a práticas do século XIII, tanto dos portugueses quanto dos espanhóis, no contexto da reconquista dos territórios aos mouros e da ocupação na África e Ásia. E, no período do descobrimento das Américas, obras clássicas que preconizam um tipo de desenho racional e geometrizado, estavam sendo redescobertas e retomadas como as de Vitruvio e Vagecio (SIMÕES JUNIOR, 2012), bem como a de influência vitruviana de Leon Battista Alberti²³. Assim, é num contexto de ideias e

²¹ Não foi à toa que os povoados minerários, de crescimento espontâneo de Minas Gerais foram elevados à categoria de vila entre os anos de 1711 e 1718: em 1711 foram elevados a Vila Sabará, Mariana e Ouro Preto; em 1712, São João Del Rei; em 1714, Vila do Príncipe, Serra do Frio, Caeté; 1715, Pitangui; 1718, Tiradentes. A elevação desses povoados a vila, mesmo que não planejadas, era uma forma de manter, através de uma burocracia administrativa que neles se instalava, maior controle principalmente relativo ao escoamento do minério (DELSON, 1997, p. 40).

²² Delson (1997) faz uma minuciosa pesquisa sobre a construção de arraiais e vilas planejadas no Brasil no período colonial. Sua pesquisa contrapõe à ideia de que as cidades brasileiras se originaram apenas de povoações espontâneas, não regulares e não planejadas, diferentemente de cidades de malha ortogonal da América Espanhola. Alguns exemplos, dentre os muitos trazidos pela autora, estão: Mariana (MG) fundada em 1746; Campo dos Goytacazes (RJ), 1677; Vila Bela (MT), 1752; São José do Rio Negro (AM), 1755; Caslavasco (MS), 1782; Aldeia de Maria, 1782 (GO); Prado (BA), 1772. Em seu estudo é dado destaque ao período de governo de Marquês de Pombal (1750-1777) quando, segundo essa autora, foram construídas pelo menos 35 vilas ou arraiais planejados com malha urbana em xadrez e traçado regular. Do período colonial, foi no século XVIII que houve o maior número de elevação de povoados a vilas ou criação de vilas a partir do zero: ao todo foram 118, sendo que dessas, 60 o foram somente no governo de Pombal. No século XVI foram criadas 14 vilas; no século XVII, 37 e no século XIX até os anos 1800, 25 (AZEVEDO, 1992).

²³ O tratado de Marco Vitruvio Polido (século I A.C.) - De Architectura - é redescoberto em 1414 quando, a partir daí, suas ideias passam a ser difundidas; da mesma forma a obra de Flavio Renato Vagecio (século IV) - Instituta Rei Militaris é retomada e a de Leon Battista Alberti (1404-1472), com influência das ideias vitruvianas, vai ser muito difundida.

práticas de traçado regulares que vão surgir muitos normativos para lidar com os novos territórios colonizados pelos europeus.

Moreira (2003) aprofunda e traz um panorama do modo de fazer cidades dos portugueses na época colonial, que nos ajuda a clarear essa questão da regularidade do traçado urbano. Vem desde a Baixa Idade Média a configuração do tipo de traçado no qual se destaca um detalhe importante: procuram-se manter as ruas paralelas e perpendiculares acompanhando as condicionantes do relevo,

não havia a obsessão pelo ângulo reto nem da geometria abstrata, mas a necessidade prática (e o gosto) de abrir ruas tanto quanto possível paralelas, adaptando-se ao relevo do terreno – à linha da costa, curso de um rio, nível da cota de uma encosta abrigada da intempérie (MOREIRA, 2003, p. 11).

Ainda segundo Moreira (2003) esse modelo vai sendo consolidado no decorrer da colonização portuguesa, passando pelo período manuelino, entre os anos de 1495 e 1521, através de regulamentação por legislação e posturas municipais. Neste período parece “afirmar-se a virtude do retilíneo na vida da cidade: estruturantes, higiênicas, defensivas, estéticas” (p.15).

No período que vai de 1540 a 1620, parece estabilizar-se um tipo clássico de cidade portuguesa ou define-se uma metodologia de desenho urbano pela síntese de diversas influências que vêm do pensamento urbanístico italiano, do modelo de metrópole indomulçumana e da tradição manuelina. Nesse período, há um esforço de organização profissional onde o arquiteto é visto como cientista, a especialização se torna cada vez mais uma necessidade com contratação de técnicos italianos no Reino e criação de cargos de alto nível nas colônias – fortificador, engenheiro e engenheiro-mor. Ao mesmo tempo em que se triunfa o conceito “científico”, erudito, da cidade utópica à italiana com seu purismo geométrico,

anonimamente, vai se definindo o tipo de vila ou de cidade colonial portuguesa²⁴ que se molda às condições do relevo e procura tirar partido dele, que se defende com uma cerca abaluartada – que condiciona o traçado urbano por um conjunto de regras bem sabidas.

As ruas são determinadas pelo sítio [...]

O seu traçado ‘tendencialmente regular’ torna-se cada vez mais regular, sem chegar à esquadria: procura-se um alinhamento retilíneo com quadras proporcionadas, o que nem sempre é possível pela natureza do terreno ou edifícios preexistentes; mas a intenção de regularidade é tão indiscutível quanto

²⁴ Moreira (2003) cita como exemplos Olinda, Salvador, Rio, Santos, Luanda, Chaul, Baçaim, Colombo e Gale, Macau, dentre outras.

o recurso a desenhos prévios no papel, uma atitude de projeto e medida obedecendo a princípios e a hábitos e normas mais do que modelos fixos e a regras legais, concretizadas com grande estilo de pragmatismo pelos velhos métodos de cardeação com uso da bússola, compasso, marcos e cordas enceradas em vez de régua e do esquadro (MOREIRA, 2003, p. 22).

Assim, aproximadamente entre 1620 e 1750, deslocam-se os eixos dos acontecimentos para o Brasil, onde as ideias do iluminismo e da idade da razão terão oportunidade de se realizar. Evidencia-se em primeiro plano a criatividade dos práticos, cuja experiência agora é enriquecida pela síntese entre o saber erudito e livresco e o tradicional empirismo.

Além dos engenheiros militares, habituados a abrir caminhos e a traçar novas povoações já perfeitamente regulares, os agentes do urbanismo regular sistemático serão os anônimos ocupantes do cargo igual ao ‘medidor’ metropolitano.

[...] a esses humildes funcionários municipais deve-se a aparência moderna das cidades brasileiras, mais regulares que as da metrópole e do Oriente; e sua prática profissional, a arte da ruação²⁵, marca a entrada na era moderna. (MOREIRA, 2003, p. 23-24)

Moreira (2003) informa que havia o cargo camarário do ruador que em alguns lugares eram chamados de medidores. Verifica-se, no entanto, que a partir da independência do Brasil, nos códigos de posturas municipais surge o cargo de alinhador, o que nos parece são os profissionais que assumem a função anterior de ruador ou medidor.

No que diz respeito aos engenheiros militares que “abriam caminhos e traçavam novas povoações” cabe dizer que havia no Brasil as aulas de arquitetura militar que surgem da necessidade de criação de novos quadros técnicos em função da fundação das novas vilas e povoados para domínio e controle do território (REIS FILHO, 1968, p. 186).

Bueno (2004) informa que as aulas de arquitetura militar foram as primeiras no Brasil destinadas ao ensino da arquitetura²⁶ e que além de serem destinadas prioritariamente a membros do exército o eram também a civis interessados na matéria, sem o benefício de uma bolsa. A autora chama a atenção para o fato de que muitos profissionais formados

²⁵ Moreira (2003) cita a publicação “Tratado de Ruação” de José de Figueiredo Seixas, oferecido em 1763 ao ministro Marquês de Pombal, como melhor testemunho dessa prática urbanística naquele momento, “cujo objetivo era fundar uma disciplina nova: a Ruação, tendo por matéria o estudo científico e rigoroso da forma, o desenho e o crescimento das cidades, sua função histórica, tipologia etc.: o fenômeno urbano autônomo”.

²⁶ Havia aulas de arquitetura militar em Salvador (1696); Rio de Janeiro (1698), São Luis do Maranhão (1699), Recife (1701) e Belém (1758), antecedentes da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) por ocasião da vinda da Missão Artística Francesa ao Brasil, depois chamada de Academia Imperial de Belas Artes (1826). Esses cursos foram as matrizes do ensino de engenharia no Brasil, antes da fundação da Escola Central (1858) e da Escola Politécnica (1874) (BUENO, 2004, p. 93).

nesses cursos irão atuar como agentes das Câmaras locais “na concepção de projetos, supervisão das arrematações e vistorias de obras públicas” (p. 95).

2.2 O traçado do núcleo inicial de Cataguases

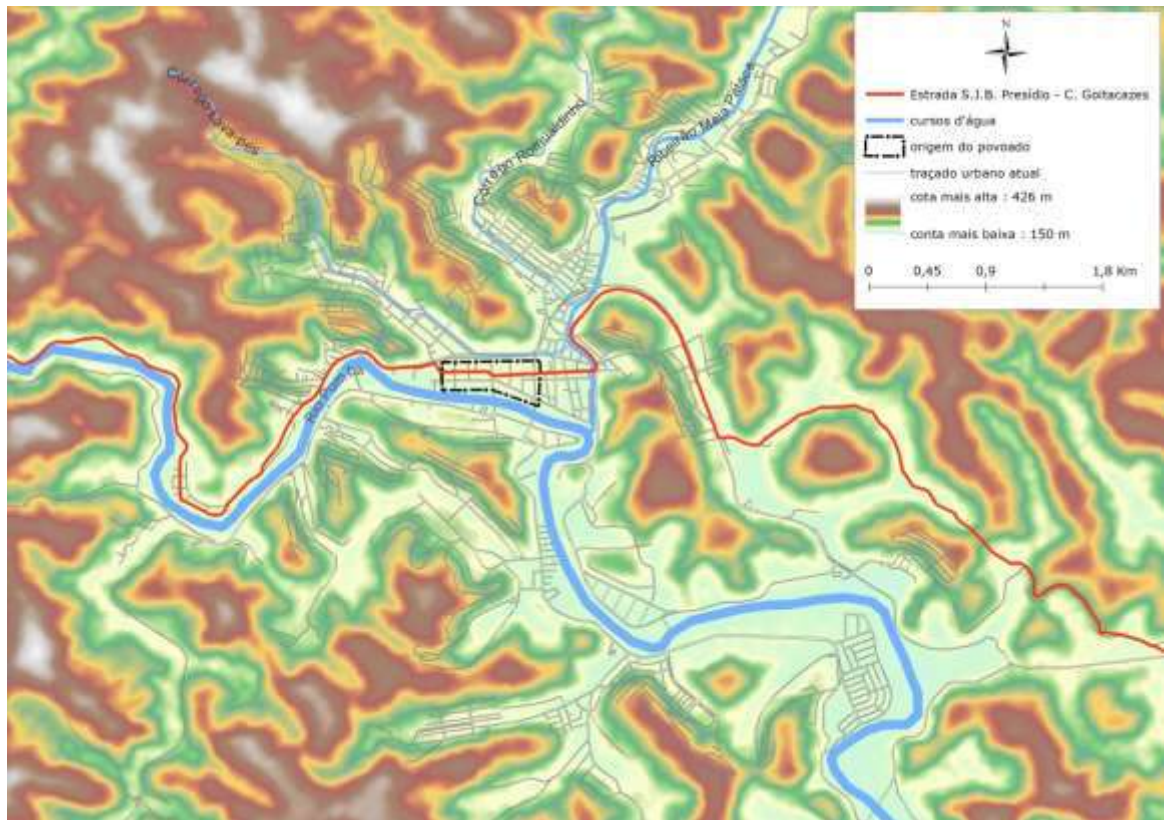
A seguir, será feita uma leitura da fundação do núcleo inicial de Cataguases tendo como referência esses normativos, ideias e práticas dos colonizadores e suas sobreposições, cruzando-os com os documentos deixados por Marlière e o recorte do jornal O Universal citados anteriormente.

Os limites municipais atuais de Cataguases encontram-se entre as cotas topográficas 140 e 1.140 metros e a malha urbana de sua sede entre 149 e 345 metros. O sítio onde foi implantado o núcleo inicial está numa parte elevada de terreno em relação ao seu entorno, na margem esquerda do rio Pomba, em área não inundável, entre as cotas 175 e 180 metros; o entorno imediato é mais baixo, em cota média de 160 a 174 metros, está na várzea cortada pelo ribeirão Meia Pataca e córrego Lava-pés e é inundável pelas suas condições naturais conforme ilustram os Mapas 4 e 5 na página seguinte.

Durante boa parte de sua existência, até o início da década de 1940, quando só então a malha urbana começa a se estender pelas encostas²⁷, esse núcleo inicial foi a parte mais alta da cidade. Ele surge em torno de uma capela que foi o referencial para a implantação de uma praça e duas ruas; corresponde atualmente à localização da igreja e praça Santa Rita e às ruas Alferes Henrique de Azevedo, Doutor Lobo Filho, Major Vieira e Coronel Vieira. A malha urbana foi definida inicialmente de forma ortogonal e foi se replicando no entorno dessa mesma forma, à medida que o núcleo foi se expandindo, conformando em sua maior parte por quadras retangulares ou trapezoidais, não necessariamente do mesmo tamanho, conforme demonstra o Mapa 5 abaixo.

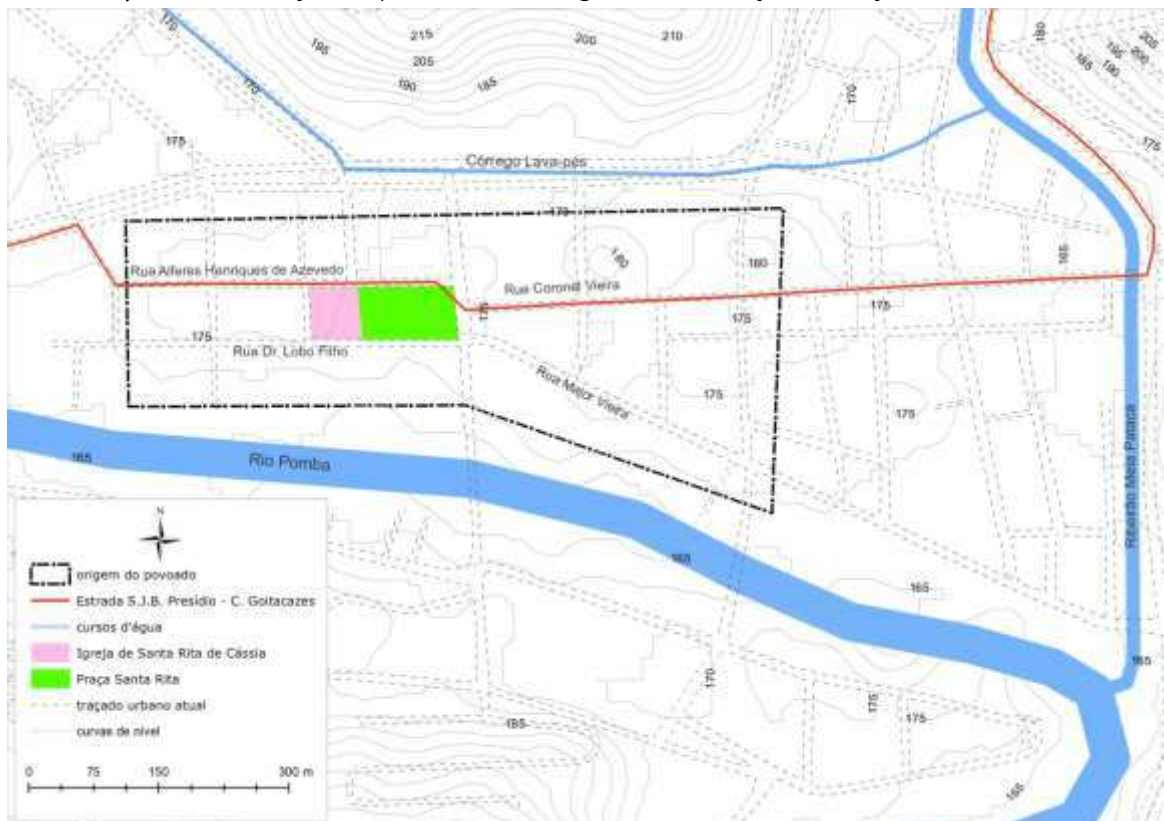
²⁷ O primeiro assentamento implantado na encosta em Cataguases foi o bairro Jardim, vila operária criada a partir de 1936 juntamente com a Companhia Industrial Cataguases.

Mapa 4 – Localização do povoado de Cataguases em relação à topografia



Fonte: CAPELLA, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016; NASA Earth Science Data and Information System, 2011.

Mapa 5 – Localização do povoado de Cataguases em relação ao traçado urbano atual



Fonte: CAPELLA, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021; NASA Earth Science Data and Information System, 2011.

A localização e a implantação desse núcleo inicial parecem-nos que foram escolhidas pelo grupo de eclesiásticos²⁸ que se deslocaram de Mariana e outros sítios para o local em busca de diamantes e foi sendo também ocupado pelos militares que abriam a nova estrada de São Joao Batista do Presídio a Campos dos Goitacazes. Essa percepção é corroborada pelo fato de que, quando Marlière funda o povoado, já havia ali “outros mais moradores”, “povoado de brasileiros e índios” (MUSEU MUNICIPAL ALÍPIO VAZ, 1971-2) e “38 fogos de brasileiros” (UNIVERSAL, 1828). Da mesma forma, parece que já existia ou acabara de ser erigida uma capela conforme relata Marlière: “a nova povoação deste lugar se acha ereta, com a permissão do Ordinário, uma capela debaixo da invocação de Santa Rita”, além da citação do jornal O Universal: “se acaba de erigir com licença do Ordinário huma Capella debaixo da invocação e Santa Rita”. Percebe-se, portanto, que o local já estava ocupado.

Na escolha do sítio, o protagonismo dos primeiros eclesiásticos que ali chegaram também é corroborado pela relação de localização da capela ali instalada com a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia. Essa legislação instruía que as Igrejas deveriam ser fundadas e edificadas em lugares “decentes” e acomodadas em sítio alto, livre da umidade, desviando-se de lugares “imundos e de casas particulares”; e que a orientação dos templos deveria ser de tal forma que, se possível, o sacerdote no altar fique com o rosto voltado para o oriente²⁹. (Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, § 687-688). No povoado de Cataguases, a primeira capela foi implantada seguindo essas diretrizes de localização no sítio.

Neste sentido, apesar de Marlière ter em mente a escolha do sítio para a implantação de povoados, conforme colocado em suas Reflexões sobre os Índios e das prováveis instruções do Diretório a que faz menção, parece que ele apenas ratifica a escolha do sítio, cuja ocupação precedente coincide com suas intenções.

Verifica-se que a escolha inicial do povoado também se relaciona com as instruções do

²⁸ Os aldeamentos foram inicialmente implantados pelos Jesuítas que entendiam que para cristianizar e trazer os índios para a civilização cristã ocidental, era preciso reuni-los e aldeá-los (AZEVEDO, 1957, p. 27). Os aldeamentos de índios por parte dos Jesuítas cessaram por completo em 1759, quando os Jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal. Outros religiosos assumem este papel: Franciscanos, Carmelitas, Capuchinos.

²⁹ “As Igrejas Pacochiaes terão Capella maior, e cruzeiro, e se procurará que a Capella maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote no Altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser fique para o Meio Dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente” (Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo reverendíssimo e ilustríssimo D. Sebastião Monteiro da Vide, 1853). Em relação a essa questão fica-nos a dúvida sobre o referencial de posicionamento do sacerdote no altar em relação aos fiéis, se de frente ou de costas. Caso o sacerdote se posicione de frente para os fiéis a orientação da capela em Cataguases também seguiu as orientações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Regimento Geral de Tomé de Souza e com a Lei das Índias no que diz respeito às instruções de salubridade, presença de água abundante, facilidade de comunicação por água e terra. Em relação à facilidade de comunicação e de deslocamentos, exercem esse papel tanto o rio Pomba, como a estrada que liga São João Batista do Presídio a Campos dos Goitacazes. E, para Marlière, o rio Pomba ainda tinha importância não só pelo seu papel de facilitador na comunicação, mas também para a pesca, banho dos índios e como possibilidade para escola de canoeiros.

Novamente a Igreja vai ter papel preponderante. É a partir do local escolhido para a capela e sua orientação que se inicia o núcleo urbano e se articula o traçado urbano inicial. Marlière utiliza a implantação do primeiro templo religioso como referência para o traçado das duas ruas e a localização da praça do novo povoado: “Delineei as ruas na distância de cinquenta passos de um e outro ângulo da **Igreja**” (MUSEU MUNICIPAL ALÍPIO VAZ, 1971-2, grifo nosso).

Parece-nos, ainda, que a ideia de regularidade foi aplicada no traçado inicial do povoado tanto pelo uso sutil ou subliminar de algumas palavras dos registros encontrados, como pelo próprio traçado em si.

Marlière no registro cartorial diz: “[...] a fim de que se forme uma Povoação bem **regular** para qual convida a sua bela localidade” (MUSEU MUNICIPAL ALÍPIO VAZ, 1971-2, grifo nosso); já o jornal O Universal (1828) notícia: “A Estrada nova atravessa o Arraial em linha **recta**. O Inspector delineou as ruas **paralelas** à estrada distantes 50 passos de um, e outro ângulo da Capella, a qual fica no meio de uma Praça espaçosa, que não tem a **menor desigualdade**” (grifo nosso, mantida a grafia original). Vê-se que as palavras grifadas nestas citações remetem à regularidade do traçado urbano.

No que diz respeito ao traçado executado, além do templo religioso, a praça também foi protagonista na formação do núcleo inicial. Ela é um dos primeiros elementos a serem definidos. Nisso, parece-nos, portanto, ter havido influência da Lei das Índias, cujas instruções davam à praça grande importância como referencial inicial, articuladora e definidora do restante do traçado dos novos núcleos urbanos.

Além disso, mesmo que na descrição de Marlière não estejam claras as medidas da futura praça, é curiosa a proporcionalidade que a praça Santa Rita possui atualmente com as

definidas pela Lei das Índias, apesar das prováveis modificações ao longo do tempo. A Lei das Índias definia que as praças deveriam ser retangulares com medidas ideais cujo tamanho mínimo seria de 200 por 300 pés; tamanho médio de 400 por 600 pés; e máximo de 500 por 800 pés, sempre levando em consideração a relação do tamanho com a possibilidade de crescimento do futuro núcleo urbano. A praça Santa Rita atual é retangular com medidas aproximadas de 184 por 301 pés (56 x 96 metros), formato e proporcionalidade similares e bem próximos aos definidos em tamanho mínimo na Lei das Índias.

Esses dados induzem-nos a pensar que da mesma forma que a regularidade vinha sendo praticada na implantação de novos povoados na era de Pombal, ela foi incorporada no traçado urbano de Cataguases.

Marlière ainda se preocupa com a ocorrência de incêndios não somente quando estabelece as serventias públicas – espaços de sete palmos entre uma casa e outra – mas também quando não permite casas cobertas de capim (MUSEU MUNICIPAL ALÍPIO VAZ, 1971-2). A preocupação com a cobertura das casas aparece também nas suas Reflexões sobre os Índios quando diz que as telhas são artigos de primeira necessidade (MARLIÈRE, 1906) que, por sua vez, vêm ao encontro do Diretório de Pernambuco. Este Diretório recomenda, na esteira da formação das profissões de carpinteiro e pedreiro, que os diretores estabeleçam fornos de cal, fábrica de telhas e tijolos, materiais necessários para a “fundação dos edifícios indispensáveis para a **formosura e ornato das vilas e lugares**, além da maior comodidade dos seus habitantes” (DIREÇÃO... 1759, § 15; grifo nosso). Aqui, pode-se inferir que essa opção por cobertura em telhas cerâmicas, pode ter uma relação com a prevenção de incêndios e, neste sentido, cabe lembrar os ocorridos em Lisboa em função do terremoto de 1755³⁰, provavelmente colocando na pauta da construção das cidades a prevenção de incêndios. Mas, a escolha da telha pode também, como sugere o Diretório de Pernambuco, ser uma opção por materiais da cultura europeia que se pretendia impor, que traz “formosura e ornato”, se sobrepõe aos materiais utilizados pelos índios e, conseqüentemente, à sua cultura.

³⁰ A destruição de cidades por incêndios dava oportunidade à reconstrução com traçado regular e uniforme. Delson (1997, p. 29) cita por exemplo que a destruição de uma parte de Ouro Preto, em 1714, foi oportunidade e pretexto para o estabelecimento de um arruamento alinhado e regular do traçado urbano. Foi o que ocorreu também em Lisboa em 1755. Aproveitou-se da destruição da cidade para a implantação de um traçado urbano uniforme e regular dentro do espírito das políticas pombalinas, em substituição ao anterior, medieval.

Marlière propunha também a divisão e distribuição dos lotes no novo povoado por hierarquia social assim como definia o Diretório de Pernambuco, porém de uma forma mais simplificada. No novo povoado de Cataguases são definidos somente três tamanhos de lotes: para o reverendo capelão, o comandante e as pessoas graduadas seriam destinados os de maior dimensão: 60 palmos de frente por 100 de fundos; para as de classe média: 50 por 80 palmos; e os demais habitantes: 40 por 70 palmos. A não ser o reverendo capelão e o comandante, não há uma definição clara das outras categorizações sociais, ou seja, as pessoas graduadas, de classe média e demais habitantes não foram categorizados detalhadamente como o fez o Diretório de Pernambuco. Assim, não se sabe, portanto, se os índios estavam incluídos na categoria social de “demais habitantes”. No entanto, chama a atenção a recomendação que Marlière faz em suas Reflexões sobre os índios no item “16. casas” quando diz que “em cada aldeia deve-se erigir ruas espaçosas e sobretudo **ranchos** abertos **anexos** a elas para o alojamento dos índios” (MARLIÈRE, 1906, grifo nosso). Aqui cabem algumas considerações. O Diretório dos Índios e seus derivados instruíam que as casas dos índios fossem feitas à imitação dos brancos, com repartições internas e de forma que as famílias vivessem em separado, em clara intenção de sobreposição de cultura do branco sobre a do índio e para evitar promiscuidade que o colonizador imaginava ocorrer nas moradias típicas indígenas. Se em Cataguases os lotes e casas destinados aos índios se referem à categoria “demais habitantes”, poderiam estar submetidas a essas instruções de moradia com repartições internas. Em suas Reflexões sobre os Índios, Marlière, no entanto, pode ter optado por “ranchos abertos” pela falta de adaptação do índio ao modo de morar dos brancos. Imaginamos que os ranchos abertos ofereciam uma forma de adaptabilidade mais próxima da moradia original à indígena. O que chama a atenção é que as duas opções são uma forma de anulação da cultura indígena. E mesmo que a intenção do colonizador fosse a de incluir o indígena na sociedade brasileira, isso era feito de forma excludente; ou se submete ao tipo de moradia à imitação do colonizador ou lhe é destinado um “anexo”.

Por fim, ao chegar ao local para fundação do povoado, Marlière encontra as terras já expropriadas dos indígenas. Os 400 índios Puris, que ali existiam, eram, conforme os relatos, jornaleiros dos fazendeiros e se ocupavam da agricultura e venda de poaia e outras drogas. Já tinha havido, portanto, a aculturação daqueles povos.

Da fundação oficial do povoado à implantação da cidade, entre 1828 e 1881, decorridos,

portanto, 53 anos, a localidade passa pelas seguintes evoluções toponímicas³¹:

- 1828 – Santa Rita do Porto dos Diamantes;
- 1841 - a povoação é transformada em Curato de Santa Rita da Meia Pataca pela Lei Provincial nº 209 de 7 de abril de 1841 (art. 1º, parágrafo 3º) e anexado à freguesia de São Januário de Ubá, que por sua vez estava subordinada ao município de São João Batista do Presídio (MINAS GERAIS, 1841, p. 37-42);
- 1851 - o curato é elevado a Paróquia ou Freguesia de Santa Rita de Meia Pataca pela Lei Provincial nº 534 de 10 de outubro de 1851, que delimita seus limites e estabelece que os habitantes deveriam, às suas custas, paramentar a Matriz (MINAS GERAIS, 1851, p. 56-57);
- 1854 – a paróquia de Santa Rita da Meia Pataca é transferida de São João Batista do Presídio para a jurisdição de Leopoldina quando a Lei Provincial nº 666 de 27 de abril de 1854 cria o município de Leopoldina (MINAS GERAIS, 1854, p. 13-14);
- 1875 – a Paróquia de Santa Rita da Meia Pataca é elevada a município de Cataguazes, desmembrado dos municípios de Leopoldina, Ubá e de Muriaé pela Lei nº 2.180 de 25 de novembro de 1875 (MINAS GERAIS, 1876, p. 140-141). O povoado de Meia Pataca é elevado à categoria de Vila. O município será composto de sete paróquias:
 - Santa Rita de Cássia de Cataguases, atual distrito-sede de Cataguases;
 - Nossa Senhora da Conceição do Laranjal, atual distrito-sede do município de

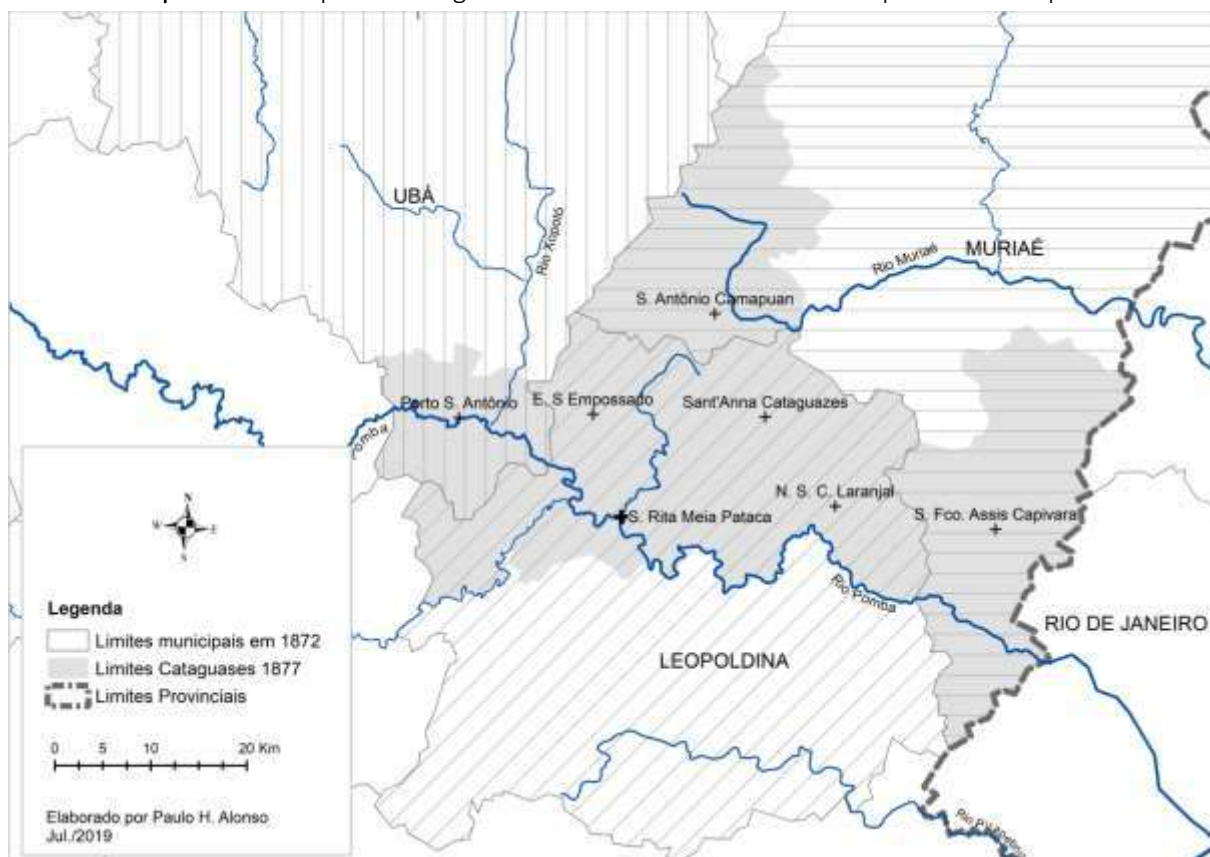
³¹ Marx (1991) nos ajuda a esclarecer essas toponímias. Naquela época não havia separação entre o Estado e a Igreja. O Estado delegava à Igreja o desenvolvimento das localidades, daí a relação toponímica com palavras de cunho eclesiástico. Assim, a partir do povoado, a categoria imediatamente superior era o Curato, que consistia na localidade com uma capela visitada regularmente por um padre. Acima do Curato vinha a Paróquia ou Freguesia, um embrião institucional reconhecido, uma célula menor eclesiástica e administrativa, com nova organização não só de cunho religioso, mas também civil e com novas classes diferenciadas, centro administrativo e sede de autoridades. Se no Curato tinha-se a Capela, na Paróquia ou Freguesia tinha-se a Matriz. Já as Vilas eram a sede do município e eram fundadas quando a categoria anterior – paróquia ou freguesia – crescia em termos populacionais, econômicos e edificados; elas passavam a possuir autonomia política e administrativa, a zelarem por si mesmas, com um território próprio que lhe seria designado, ou seja, seu termo. As Vilas colocam-se como unidade autônoma dentro do Estado, são sedes de uma área territorial bem definida que é o município. Um dado que reforça essa mistura entre estado e igreja é como o primeiro recenseamento geral do país, o de 1872, trata o nome das localidades. Nas inúmeras tabelas que aquele censo apresenta as localidades são designadas como “Paróquias” sendo que poderiam ser tratadas como “Freguesias”, todas seguidas de nomes de santos.

Laranjal;

- Espírito Santo do Empossado, atual Cataguarino, um dos distritos de Cataguases;
 - Santo Antônio do Camapuan, atual distrito-sede do município de Mirafí;
 - São Francisco de Assis do Capivara, atual distrito-sede do município de Palma;
 - Sant'Anna de Cataguases, atual distrito sede do município de Santana de Cataguases;
 - Porto de Santo Antônio, atual distrito sede do município de Astolfo Dutra.
- 1877 – a Vila de Cataguazes é inaugurada em 7 de setembro de 1877;
 - 1881 – a Vila de Cataguazes é elevada à categoria de cidade pela Lei nº 2.766 de 13 de setembro de 1881 (MINAS GERAIS, 1881, p. 11-12).

O Mapa 6 abaixo ilustra o desmembramento dos municípios de Leopoldina, Ubá e Muriaé e a formação do de Cataguases, bem como a localização das suas Paróquias. Cataguases terá a maior parte do seu território entre os Rios Muriaé e Pomba e todas as suas Paróquias estarão entre esses dois rios.

Mapa 6 – Município de Cataguases criado em 1877 com suas respectivas Paróquias



Fonte: BRASIL, [1874?]; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016

Nota: Mapa elaborado com base na divisão territorial de 1872; mantida a grafia da época.

3 AS CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS DE FORMAÇÃO DA CIDADE

Se inicialmente a ocupação da Zona da Mata estava centrada numa cultura de subsistência, posteriormente, a partir da segunda metade do século XIX, se dirige para a agroexportadora através da cultura do café, seguida da implantação de um sistema ferroviário para escoamento da produção, que dará novos rumos ao desenvolvimento local. Nos dois itens a seguir veremos como se deram a implantação da cultura cafeeira e a instalação da ferrovia, fundamentais para o entendimento da formação socioespacial da cidade nos anos subsequentes.

3.1 A produção cafeeira

A Zona da Mata apresentava condições favoráveis para o cultivo agrícola devido às características do seu relevo, solo e clima. Tais características, aliadas à política de ocupação do território por grandes proprietários de terra e de mão de obra escrava, propiciaram, a partir do segundo quartel do século XIX, grande desenvolvimento de produção cafeeira para exportação, transformando-a em uma das mais importantes regiões dessa cultura no país, atrás apenas da zona do Vale do Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro. Além do café, outras culturas também prosperavam como o milho, cana-de-açúcar, arroz, fumo e feijão (VALVERDE, 1958, p. 27).

Se por um lado as primeiras aldeias e povoados surgem numa parte mais central da região, tendo o vale do Rio Pomba como condutor da ocupação, por outro, a cultura cafeeira vai penetrar pelo sul, através da fronteira fluminense. O café, já bastante cultivado na Capitania do Rio de Janeiro, atravessa o rio Paraíba do Sul, fronteira de Minas com o Rio de Janeiro, instalando-se a partir daí nos solos férteis da Zona da Mata Mineira. Vassouras, no Rio de Janeiro, era a capital dessa lavoura no final do século XVIII. Neste caminhar por Minas Gerais, em 1817 a cultura se instala em Mar de Espanha; chega em 1830 a Matias Barbosa; 1850, a São João Nepomuceno; segue para Leopoldina, Juiz de Fora, Rio Preto e em 1870 a Zona da Mata já era toda cultivada por café (PEDROSA, 1962, p. 199-200). Rezende e Silva (1908, p. 653) relata que, já em 1874, a paróquia de Santa Rita da Meia Pataca fazia parte do circuito de grande exportação de café da região, por meio das estradas de rodagem que a serviam e que, naquele ano apresentava diversas casas comerciais.

No entanto, no final do século XIX e início do XX, a produção entra em crise na Zona da Mata, principalmente naqueles municípios precursores da cultura em Minas Gerais, situados mais ao sul. A crise do escravismo, o desgaste dos solos e a ocupação de novas áreas são alguns dos fatores que trazem a esta situação (CARRARA, 1999, p. 61). A maior produção vai se deslocar para os municípios mais ao centro como Ubá, Muriaé, Ponte Nova, Rio Novo e São Manoel. Levantamento feito por Carlos Prates (1906) nos mostra como esses municípios, em 1904, detinham a maior produção da região, além de outros cereais em detrimento dos municípios precursores, conforme demonstra a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Produção de café e outros cereais na Zona da Mata em 1904

Município	Nº. de pés em plena produção		% da área plantada no distrito sede				Quantidade de arrobas exportadas
	CAFÉ	CAFÉ	MILHO	ARROZ	CANA	FEIJÃO	FUMO
Ubá	9.000.000	18,30%	5,50%	0,37%	-	1,76%	5.120
São Paulo do Murihaé	8.000.000	41,00%	17,10%	0,48%	-	4,27%	200
Rio Novo	6.800.000	10,40%	2,00%	0,28%	-	0,45%	-
Cataguazes	6.144.000	12,30%	6,10%	0,60%	0,72%	0,18%	260
São Manoel	4.747.000	5,20%	2,60%	0,16%	0,00%	0,96%	-
São João Nepomuceno	3.072.000	21,50%	10,80%	1,12%	0,45%	2,15%	4.000
Rio Branco	3.100.000	10,10%	4,60%	0,77%	2,05%	1,60%	-
Pomba	3.000.000	5,30%	2,60%	quase inexistente	0,51%	1,05%	-
São José de Além Parahyba	2.564.000	2,20%	2,40%	quase inexistente	-	0,00%	-
Juiz de Fora	2.368.000	4,50%	2,20%	0,11%	0,56%	0,45%	-
Guarará (Bicas)	2.169.000	11,70%	5,80%	quase inexistente	0,90%	1,94%	-
Santa Luzia do Carangola	2.160.000	-	-	-	-	-	2.350
Leopoldina	2.000.000	3,10%	0,80%	0,37%	0,17%	0,52%	-
Palma	1.800.000	8,10%	0,00%	0,34%	0,34%	0,00%	-
Ponte Nova	1.800.000	1,50%	3,00%	0,90%	0,30%	0,75%	800
Mar d'Hespanha	1.800.000	2,00%	1,80%	-	0,18%	1,11%	-
Rio Preto	1.000.000	0,70%	0,60%	0,14%	0,04%	0,29%	-
Viçosa	66.000	-	-	-	-	-	-

Fonte: PRATES, 1906, p. 12-133.

Nota: (1) Dados compilados do relatório de Carlos Prates, inspetor da indústria, minas e colonização, encarregado pelo governo de examinar as condições de diversas lavouras da Zona da Mata servida por estradas de ferro.

(2) Grafia utilizada conforme o relatório de Prates (1906).

Nesse processo, chama a atenção a destruição da floresta. A cultura do café dizimou a mata atlântica, cuja presença nas grandes extensões de terra era símbolo de falta de cuidado com a

propriedade. Se por um lado é a mata que vai auxiliar nas condições favoráveis dos solos férteis pelo acúmulo de húmus, por outro, vai se transformar em empecilho para a exploração agrícola, tanto pela necessidade de derrubá-la para a nova cultura, como pela presença de animais selvagens e dos índios resistentes à ocupação do homem branco (AGUIAR, 2006a, p. 51). Cabe lembrar ainda que boa parte da madeira retirada da mata vai alimentar as locomotivas da rede ferroviária em instalação na região.

Prates (1906) também mostra a dimensão das matas virgens devastadas pela cultura cafeeira e outros cereais. Abaixo, na Tabela 2, é apresentado, como exemplo, um levantamento do que sobrou das matas virgens nos distritos sedes da Zona da Mata:

Tabela 2 - Porcentagem das matas virgens no distrito sede e municípios da Zona da Mata no ano de 1904

Município	% da área das matas virgens no distrito sede
Ubá	quase inexistentes
Ponte Nova	2,20%
Pomba	2,30%
Rio Novo	3,40%
Juiz de Fora	3,90%
Rio Preto	4,80%
Leopoldina	5,00%
Mar d'Hesqanha	7,30%
São João Nepomuceno	10,10%
Rio Branco	11,40%
São Paulo do Muriaé	19,40%
Cataguazes	21,50%
São Manoel	24,20%
Palma	24,20%

Fonte: PRATES, 1906, p. 12-133.

Nota: Grafia utilizada conforme o relatório de Prates (1906).

A devastação da floresta era tão grande naquela época que a questão ambiental já era uma preocupação em alguns círculos influentes e de poder. Segundo Pedrosa (1962, p. 199-200) várias vozes irão se manifestar sobre a derrubada desenfreada da mata: José Bonifácio em 1823 com manifesto público; o presidente da Província Manuel Dias Toledo, em 1836, a respeito da devastação em terras de Mar de Espanha; o naturalista George Gardner, em 1840, em passagem por Mar de Espanha; o Padre Antônio Caetano da Fonseca que em 1862 problematiza a derrubada da mata em Muriaé, Pomba e Ubá com as perturbações climáticas, irregularidades pluviiais, dentre outros distúrbios naturais que já se faziam sentir.

3.2 A ferrovia

No Brasil, em 31 de outubro de 1835, o decreto imperial nº 101 concede privilégios³² para uma estrada de ferro destinada a ligar a capital do Império, Rio de Janeiro, às Minas Gerais, ao Rio Grande do Sul, e à Bahia. Dentre os privilégios concedidos estão: concessão por 40 anos; isenção das taxas de importação de máquinas, instrumentos, outros artefatos de ferro ou quaisquer metais necessários à instalação do empreendimento; cessão gratuita de terrenos devolutos e autorização para desapropriação daqueles de propriedade particular por onde passará a estrada de ferro; definição do valor cobrado pelos fretes; taxas que a companhia estabelecer em seu benefício pelo trânsito das estradas, pontes, canais ou pela navegação que lhe é privativa seriam consideradas interesse do capital nos primeiros 40 anos; liberdade para fixação do frete, pedágio ou direito de pedágio (BRASIL, 1864b, p. 31-34; 118-119).

Essa lei não atraiu empreendedores e outra legislação similar é promulgada 17 anos depois. O decreto imperial nº 641 de 26 de junho de 1852 autoriza a concessão para a construção de caminho de ferro entre o município da Corte até as províncias de Minas Gerais e São Paulo. Nesta, os privilégios são os seguintes: concessão pelo prazo de 90 anos; direito de desapropriar terrenos particulares para a passagem do leito do caminho, instalação de estações, armazéns e mais obras adjacentes, bem como o direito à gratuidade dos terrenos devolutos; concessão do uso de madeiras e outros materiais existentes nos terrenos devolutos e nacionais para a construção do caminho de ferro; concessão à isenção de direitos de importação sobre os trilhos, máquinas, instrumentos e mais objetos destinados à mesma construção, do carvão de pedra, por um prazo determinado; impedimento à construção de outros caminhos que fiquem dentro da distância de cinco léguas entre um e outro lado e na mesma direção a não ser que haja acordo com a Companhia; direito a perceber os preços de transporte; garantia de juros de até 5% do capital empregado na construção (BRASIL, 1853, p. 5-7).

Aqui chama a atenção a proibição, já em 1852, de mão de obra escrava na construção da

³² Um fato que chama a atenção ao investigar o processo de formação socioeconômico de Cataguases e região, são os incentivos fiscais, concessões ou, como as próprias legislações se referem, os “privilégios” concedidos pelo Estado a grandes capitalistas como forma de alavancar seus negócios e a economia, em contraposição a um discurso economicamente liberal feito pelos próprios beneficiários diretos. No decorrer desta pesquisa serão vistas as várias situações em que isso ocorre.

ferrovia. O parágrafo 9º, art. 1º do Decreto nº 641 diz:

A Companhia se obrigará a não possuir escravos, a não empregar no serviço da construção e costeio do caminho de ferro se não pessoas livres que, sendo nacionaes, poderão gozar da isenção do recrutamento, bem como da dispensa do serviço activo da Guarda Nacional, e sendo estrangeiros participarão de todas as vantagens que por lei forem concedidas aos colonos uteis e industriosos (BRASIL, 1853, p. 6, mantida grafia original)

Este vai ser um ponto importante nos rumos da formação socioespacial cataguasense, uma vez que muitos imigrantes, inclusive aqueles que fizeram fortuna através do trabalho, tiveram seus primeiros empregos nas companhias de estrada de ferro, tornando-se proeminentes figuras nas estruturas da elite econômica e política da cidade. Cabe lembrar ainda que essa legislação está em consonância com as políticas imigratórias que começavam a ser postas em prática em função da abolição do tráfico negreiro e da Lei de terras, ambas de 1850³³.

Com bases legais e incentivos para a sua instalação, toma impulso o empreendimento ferroviário no país: a primeira ferrovia, construída em 1854, por Irineu Evangelista de Sousa, o futuro Barão de Mauá, tinha 14,5 km e ia de Mauá, na Baía de Guanabara, até Raiz da Serra na estrada de Petrópolis³⁴. E, no ano seguinte, em 1855, o governo organiza a Ferrovia Pedro II, inaugurando-a em 1858 (BLASENHEIM, 1996, p. 87).

Na Zona da Mata, a necessidade de escoamento da produção voltada para a exportação faz desenvolver uma rede de comunicações, primeiro de estradas de rodagem e depois de ferrovias, sobre responsabilidade dos produtores de café, também detentores do poder político regional.

Inicialmente os deslocamentos de pessoas e cargas, inclusive a do café, que se dirigia ao porto do Rio de Janeiro para exportação, eram feitos por muares passando por caminhos e trilhas de difícil locomoção. Somente a partir de 1861, quando é inaugurada a primeira estrada carroçável pavimentada da região, a União Indústria, que liga Juiz de Fora a Petrópolis e, posteriormente, com a primeira ligação ferroviária em 1876, é que a situação das conexões começa a melhorar.

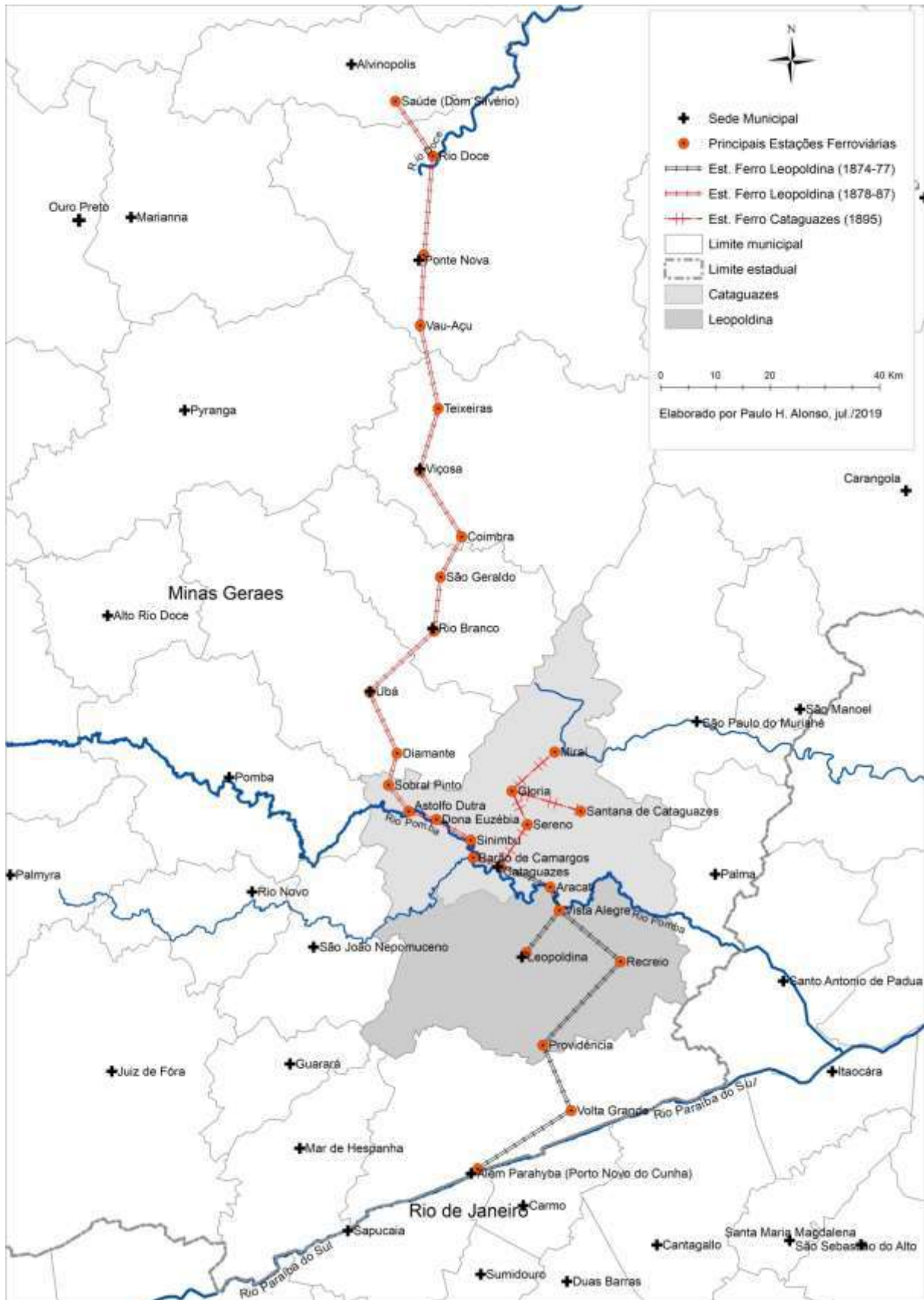
³³ Esse assunto será retornado um pouco mais à frente ao se tratar da questão imigratória no item 3.3.3 desta pesquisa.

³⁴ De acordo com Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) após a inauguração da Estrada de Ferro Mauá, sucederam-se as seguintes ferrovias: inaugurados em 1858 o trecho Recife ao São Francisco e a ferrovia D. Pedro II; em 1860, Bahia ao São Francisco; em 1867, Santos a Jundiá; em 1872, a Companhia Paulista (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES [2019?]).

Serão as ligações ferroviárias que ligam o sul e centro da Zona da Mata à cidade do Rio de Janeiro, no final da década de 1870, que vão alavancar as exportações de café, principalmente entre 1875 e 1880, e irão modificar consideravelmente a dinâmica socioeconômica da região. Os fazendeiros, muitos dos quais ocupando posições políticas influentes, irão capitalizar os projetos rodoviários e ferroviários que engenheiros ligados a essa mesma elite irão executar (BLASENHEIM, 1996, p. 83-84). Inclusive muitos dos trechos ferroviários irão passar pelas propriedades destes senhores, com pequenas estações ou pontos de embarque para escoamento da produção agrícola, mostrando o seu poderio político e econômico.

Cabe dizer que dos problemas da Zona da Mata mineira demandados à administração da Província na segunda metade do século XIX, além da escassez de mão de obra, era a dificuldade de escoamento da produção agroexportadora devido às difíceis conexões com o Rio de Janeiro. Assim, dentro do contexto dos problemas de deslocamento, em 1871 o governo mineiro autoriza a concessão e subvenção para a construção ferroviária ligando a cidade de Leopoldina a Porto Novo do Cunha, atual Além Paraíba, onde já existia um ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II, que se conectava ao porto do Rio de Janeiro. Para construir e explorar esse trecho instituiu-se a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina com concessão do Estado por 50 anos e garantia de juros de 7% sobre os investimentos ou subsídios de nove contos de réis por quilômetro (MINAS GERAIS, 1871, p. 121-122). Essa companhia foi organizada na cidade de Leopoldina e dirigida por grandes produtores de café da Mata, interessados na exportação de sua produção (BLASENHEIM, 1996, p. 99).

Mapa 7 - Traçado esquemático da Estrada de Ferro Leopoldina, entre 1874 e 1887, e da Estrada de Ferro Cataguazes



Fonte BRASIL, [1874?]; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016; SIQUEIRA, 1938. Nota: Mapa com a divisão territorial de 1900; mantida a grafia da época.

Entre 1874 e 1877, a Estrada de Ferro Leopoldina inaugura oito estações, totalizando 120 quilômetros de extensão do trecho de Porto Novo do Cunha, nos limites da Província do Rio de Janeiro, subindo até Leopoldina e Santa Rita da Meia Pataca, futura Cataguases (SIQUEIRA, 1938, p. 12), conforme ilustra o Mapa 7 acima.

A estação da sede municipal de Leopoldina é inaugurada em 31 de julho de 1877 e, a de Cataguases, em 7 de setembro de 1877, juntamente com a instalação da Vila de Cataguases.

Se inicialmente a concessão da Estrada de Ferro colocava a cidade de Leopoldina como uma das protagonistas neste processo, posteriormente, esse protagonismo será transferido para Cataguases. A primeira legislação que autoriza a construção da ferrovia, a lei nº 1.826 de 1871, cita explicitamente a cidade de Leopoldina em seu título:

Carta da lei que autoriza o governo á subvencionar com quantia não excedentes a 9:000\$000 rs. por Kilometro, ou a garantir juros até 7 por % sobre capital não superior a 2.400:000\$ rs. á qualquer companhia ou empresa que se proponha a construir uma estrada de ferro, **ligando o Porto Novo do Cunha á cidade de Leopoldina** (MINAS GERAIS, 1871, grifo nosso, mantida grafia original).

É bastante compreensível que Leopoldina esteja como o município protagonista no processo de concessão da ferrovia. Várias questões nos induzem a esse raciocínio.

Leopoldina se consolida desde seus primórdios por um forte poderio político e econômico. A partir de 1817 este município e Mar de Espanha começam a ser apropriados por sesmarias. Em Leopoldina, além das terras cedidas em sesmarias, muitas das terras devolutas foram tomadas por uma única família, os Monteiro de Barros³⁵. Esse processo foi facilitado por que muitos dos membros dessa família já possuíam altos cargos nos governos da capitania e depois da província: comendador, barão e membro da junta do Governo Provincial, desembargador, ouvidor (CARRARA, 1999, p. 20). Posteriormente, outros senhores de terra com o mesmo poderio vão se juntar aos Monteiro de Barros, como os Botelho e os Ribeiro Junqueira. Isso nos dá uma noção da força que a cidade deveria possuir nas decisões políticas nas altas esferas governamentais.

Leopoldina, Mar de Espanha e Juiz de Fora, antes dos outros municípios da Zona da Mata, vão figurar nas primeiras explorações cafeeiras da Zona da Mata e conseqüentemente usufruirm

³⁵ Detalha-se um pouco mais a trajetória dessa família em Leopoldina no item 3.3.1 desta pesquisa, quando são abordados os clãs do café.

primeiramente das benesses sociais e econômicas que essa cultura irá proporcionar. Não é por acaso que, de acordo com o recenseamento de 1872 (BRASIL, [1874?]), dentre os 72 municípios de Minas Gerais, esses vão ter a maior população escrava da Província e Leopoldina, o maior número absoluto de escravos em Minas Gerais (APÊNDICES E, F e G).

Além disso, desde 1861 Leopoldina já tinha o status de município, enquanto Cataguases ainda era apenas uma de suas sete paróquias. O fato de já ser um município proporcionava à paróquia sede de Leopoldina, São Sebastião de Leopoldina, uma dinâmica social e econômica bastante avançada se se comparar com as demais do próprio município. O recenseamento de 1872 apresenta São Sebastião de Leopoldina, naquele ano, com 314 profissionais nos estratos sociais mais elevados como religiosos, profissionais liberais, juízes, empregados públicos, militares, capitalistas e proprietários, comerciantes, dentre outros. Em contrapartida, a Paróquia de Santa Rita da Meia Pataca possuía apenas 78 desses profissionais, demonstrando que era uma paróquia bem menos dinâmica.

Assim, nada mais previsível que a localidade com maior dinâmica, importância socioeconômica e poder de influência nas instâncias superiores da Província e do Império, protagonizasse a implantação da ferrovia, inclusive nomeando-a: “Estrada de Ferro **Leopoldina**”. É compreensível que a paróquia de Santa Rita da Meia Pataca, bem menos desenvolvida, não estivesse nos planos ferroviários iniciais. Somente um tempo depois, quatro anos após a concessão inicial, decide-se pelo prolongamento da ferrovia até Santa Rita da Meia Pataca, como nos que diz o enunciado da lei provincial nº 2.161 de 1875 e seu artigo 1º :

Lei que autorisa á companhia de estrada de ferro da Leopoldina **a prolongal-a até Santa Rita da Meia Pataca**”

[...]

Art. 1º A companhia de estrada de ferro da Leopoldina, **depois de construir a linha férrea até a cidade da Leopoldina**, pelo traçado mais conveniente e econômico, fica concedido o poder [de] prolongal-a do ponto mais proprio até Santa Rita da Meia Pataca, ficando assim aprovado o contrato modificativo de 3 de maio do corrente anno (MINAS GERAIS, 1875, grifo nosso, mantida grafia original).

Vê-se que houve uma modificação de contrato e o enunciado desta lei mais o da nº 1.826 de 1871 traz uma leitura de que Cataguases seria ainda somente um prolongamento da linha principal, que originalmente estava atrelada à cidade de Leopoldina.

No entanto, Cataguases assumirá o protagonismo no traçado da ferrovia em detrimento a Leopoldina com a situação sendo invertida: Leopoldina passa a figurar apenas como prolongamento de linha. As legislações complementares e posteriores à da concessão nos mostram essa mudança. O decreto imperial nº 4.914 de 1872 em seu enunciado diz:

Concede ao Engenheiro Antonio Paulo de Mello Barreto autorização para organizar uma companhia que se incumba de construir uma estrada de ferro economica **entre a estação do Porto Novo do Cunha e Santa Rita da Meia Pataca** na Provincia de Minas Geraes (BRASIL, 1874, p. 136, grifo nosso, mantida grafia original).

E ainda, o decreto nº 4.976 de 1872, que concede autorização para a Companhia funcionar e aprova seus estatutos, em seu artigo 1º diz: “A companhia tem por fim construir uma estrada de ferro **entre a estação do Porto Novo do Cunha e Santa Rita da Meia Pataca**, na Província de Minas Geraes” (BRASIL, 1872, grifo nosso, mantida grafia original).

Blasenheim (1996, p. 94) cita que essa mudança de planos ocorreu devido às dificuldades do terreno próximo da zona urbana de Leopoldina para a passagem da ferrovia, o que convenceu o concessionário original a mudar o terminal para Santa Rita da Meia Pataca, futura Cataguases, a 12 Km para o norte. Não se conseguimos apurar outras razões dessa mudança³⁶.

O fato é que a cidade de Leopoldina, mesmo com uma posição de destaque no cenário socioeconômico e político da Província, passou para uma posição secundária no que diz respeito à instalação da Estrada de Ferro, sendo apenas o final de um ramal, conforme ilustra o esquema do Mapa 7.

O protagonismo de Cataguases fica mais evidente quando em 1878 a Companhia recebe autorização para prolongamento da ferrovia de Cataguases até a região às margens do rio Jequitinhonha, ao norte da Província (BRASIL, 1879, p. 795). Isso permite que, entre 1878 e 1887, sejam inauguradas mais 17 estações rumo ao norte de Minas Gerais, ligando a via que vinha de Porto Novo do Cunha passando por Cataguases até atingir a localidade de Saúde, atual município de Dom Silvério, também ilustradas no Mapa 7.

³⁶ Parece-nos que a motivação dessa mudança não diz respeito apenas às dificuldades do terreno, talvez envolva disputas políticas e de poder, o que mereceria uma investigação mais aprofundada, que não será feita nesta pesquisa pelo tempo escasso e não ser este o nosso objetivo principal.

Além disso, outra linha férrea vai ser construída conectando distritos e propriedades produtoras de café, principalmente as da família Vieira de Rezende, dentro do município de Cataguases. Trata-se da Estrada de Ferro Cataguazes, cuja linha principal vai do distrito sede seguindo a nordeste até Santo Antônio do Muriaé, atual Mirai, onde segundo Prates (1906, p. 39) estavam as melhores e maiores terras de café municipais. A legislação que autoriza essa nova concessão é de 1888 e já entre os anos de 1895 e 1896 eram inauguradas as seis novas estações (Mapa 7). A concessão foi de 50 anos, com dispensa de todos os direitos provinciais de importação dos materiais para a Companhia se organizar e garantia de juros de 7% sobre o capital máximo de quinhentos contos de réis, por 20 anos (MINAS GERAIS, 1888; MINAS GERAIS, 1890).

No final do século XIX, Cataguases tinha 15 pontos, entre estações e paradas de ferrovias, somente dentro dos seus limites municipais: nove da Estrada de Ferro Leopoldina e seis da Estrada de Ferro Cataguazes; além de ser ponto de passagem desde a localidade de Saúde a norte da Província, ligando-se diretamente ao porto do Rio de Janeiro na capital do país. Isso facilitou as possibilidades de trocas no município não somente como ponto de passagem e de armazenagem de café e outros cereais colhidos no município e região com destino à capital do país, mas também outros tipos de mercadorias, pessoas, costumes e influências culturais (MIRANDA, s/d).

Com o passar do tempo, a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina vai assumir outras empresas ferroviárias que exploravam trechos em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em 1891, a extensão total de suas linhas era de 2.127,582 Km, sendo 844,117 km em Minas, 1.246,465 no Rio de Janeiro e 37 km no Espírito Santo (SIQUEIRA, 1938, p. 14).

Blasenheim (1996, p. 97) chama a atenção para uma crítica existente na época quanto ao mau planejamento das linhas ferroviárias na Zona da Mata: o excesso de linhas competindo entre si, que em vez de ligar os maiores centros de produção passava pelos lugares de maior influência política. Cabe lembrar o interesse dos concessionários no processo. As concessões ferroviárias eram feitas através de legislação elaboradas por eles mesmos - os grandes proprietários de terra - que tinham influências e assentos nas instâncias políticas. Eles financiavam os empreendimentos, mas a própria legislação lhes concedia incentivos e 'privilégios'; a estrada de ferro valorizava suas terras, além de lhes possibilitarem retorno a

sua exploração.

No entanto, na década de 1890, com um estado financeiro complicado, a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina sofre vários reveses, o que aprofunda mais ainda este estado: entre 1893 e 1894, a Revolta Naval interrompe o seu tráfego; em 1894 uma epidemia coleriforme ocorre em Porto Novo do Cunha, que já difundida pelo vale do Paraíba, para evitar o contato com a peste, a população destrói as linhas de ferro; em 1894 chuvas impedem o tráfego e ocasionam descarrilamentos.

A Companhia Estrada de Ferro Leopoldina vai à falência e quem a assume, em 1898, é The Leopoldina Railway Company, Limited, de capital inglês³⁷ (BRASIL, 1900). Apenas como suporte para o transporte do café, essa nova companhia sobrevive até meados da década de 1920. Mesmo com o sucesso inicial com ampliação e aquisição de novas linhas, o declínio da produção cafeeira no final do século XIX e início do XX vai determinar a redução do tráfego e começar a enfraquecer esse modal na Zona da Mata mineira (BLASENHEIM, 1996, p. 109).

Apesar de tudo, a ferrovia continua sendo o meio de transporte mais importante da região até que são inauguradas as estradas de rodagem, principalmente a Rio-Bahia em 1948. E, a partir da década de 1950, com a implantação cada vez maior do modal rodoviário no país, a ferrovia perde quase que totalmente seu protagonismo na Zona da Mata. Em 1951 a Estrada de Ferro The Leopoldina Railway Company, em face de vários problemas financeiros é assumida pelo governo brasileiro e em 1957 é incorporada pela Rede Ferroviária Federal, quando o governo brasileiro opta por fomentar o transporte rodoviário em detrimento do rodoviário (PAULA, 2002, p. 47).

A ferrovia foi, no nosso entendimento, elemento decisivo nos rumos da prosperidade inicial de Cataguases. As facilidades e possibilidades de conexões e trocas da cidade com a região e principalmente com a capital do país, o Rio de Janeiro, potencializaram e proporcionaram um desenvolvimento socioeconômico e cultural, que talvez não fosse alcançado sem ela.

Corroborando esse raciocínio cabe citar o que o agente executivo municipal, entre 1892 e 1894, Antônio Cavalcanti Sobral, exatamente o período de implantação e conclusão dos

³⁷ A Companhia The Leopoldina Railway Company, Limited é autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 2.797 de 14 de janeiro de 1898 (BRASIL, 1900, p. 137).

trechos ferroviários da Cia Leopoldina, diz em relatório a respeito da cidade:

Foi o período aureo, e idade de ouro desta terra! O Brasil se afogava em dinheiro ... Foi a época do café a 30\$000, do encilhamento agrícola, das prezas prosperas das iniciativas arrojadas. **Cataguases era o grande empório regional do commercio de café, e uma rica e movimentada praça comercial.** Casas de commercio houve que venderam para mais de 700 contos em um anno. A vida social tornou-se brilhante (RESENDE E SILVA, 1908, p. 792, grifo nosso, mantida grafia original).

E ainda, Resende e Silva (1908, p. 945):

Por outro lado [a cidade] ficou colocada no ponto central de uma grande zona agrícola-cafeeira, favorecida, ao demais, pela Estrada de Ferro Leopoldina, que marcava ali o seu primeiro trecho concluído, e inaugurado exatamente no dia da instalação da Villa. Desta sorte Cataguazes tornou-se naturalmente, por sua situação especial, **o empório do commercio da zona e o ponto forçado de exportação e de embarque de toda a região circunjacente, em um raio de 30 kilometros.** Affluiram commerciantes, pequenos industriais e operários de todos os pontos, mormente para os trabalhos de prolongamento da estrada de ferro (grifo nosso, mantida grafia original).

Um pouco mais a frente, em 1904, Prates (1906, p. 39) vai dizer que o município “sob todos os pontos de vista é um dos melhores da Zona da Matta”; que contava com 69 engenhos de café, desses, dois estavam na cidade; 437 de cana de açúcar; um engenho para arroz; uma serraria a vapor e fábrica de cerveja e, ainda, que tinha o serviço mais regular de estatística do qual se ocupa Arthur Rezende.

3.3 A organização social

A partir da criação do povoado, em 1828 até aproximadamente o final do século XIX, a formação e organização da sociedade cataguasense é fundada nas bases do grande proprietário de terras e da mão de obra escrava, primeiro com uma produção de subsistência e depois na de café para exportação. A partir do final do século XIX essa organização assume uma faceta mais complexa, quando começa a se consolidar uma classe média composta tanto pelos filhos dos patriarcas produtores de café, como por imigrantes que se juntam aos donos da terra e logo depois aos ex-escravos. E, a partir de 1905, complementam-se a esses estratos anteriores uma nova elite econômica e uma classe operária, ambas ligadas ao processo de industrialização.

É no último quartel do século XIX e início do século XX que ocorre a transição entre uma fase e outra, quando ocorrem significativas mudanças socioeconômicas e políticas no país e na

região. O auge da produção cafeeira influenciou decisivamente na organização social com a consolidação dos grandes proprietários de terra e de escravos e posteriormente de imigrantes que vão substituir a mão de obra escrava em função da abolição da escravatura. Esses mesmos imigrantes, com a decadência das lavouras, aos poucos, vão migrando para outras atividades, principalmente as instaladas no espaço urbano. A elevação do povoado a vila em 1877 vai necessitar de uma estrutura burocrática e política, como funcionários públicos, juízes, escrivães, oficiais de justiça, vereadores dentre outros. Esses cargos vão ser ocupados, principalmente, pelos filhos da classe senhorial cafeeira. Também novas necessidades vão ser demandadas no antigo povoado, agora vila, como infraestrutura e edificações e conseqüentemente novas estruturas de organização social, profissionais liberais – médicos, advogados, engenheiros – e comerciantes. Um pouco mais à frente, a partir de 1905, no contexto da decadência da cultura do café, redireciona-se o modelo de desenvolvimento econômico voltando-se para a industrialização, principalmente de têxteis, onde vão surgir o industrial - aliado ou independente dos antigos produtores rurais - e o operário.

Para nos auxiliar no entendimento do modo de organização do topo da pirâmide social da cidade, tanto no período cafeeiro como no da industrialização, será utilizado, assim como Almeida³⁸ (2004, p. 18) o fez, o conceito de oligarquia. Norberto Bobbio nos diz que

Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar (BOBBIO, NICOLA e PASQUINO, 1998, p. 835).

Neste mesmo sentido, outro conceito que será utilizado é o de clã que “é um conjunto de pessoas que se consideram descendentes de um mesmo ancestral e, portanto, julgam-se como parte de um grupo que tem uma identidade comum” (JOHNSON, 1997, p. 35) e complementando, “grupo de famílias que descendem de ancestrais comuns; grupo de

³⁸ Odete Valverde Oliveira Almeida desenvolve um importante trabalho de investigação da disputa de grupos familiares pelo poder local em Cataguases – os Vieira de Rezende e Peixoto. Sua investigação rompe com um modelo historiográfico sobre Cataguases de exaltação e feitos dos grupos familiares cataguasenses, muito comum até então. Na sua pesquisa, ela procura demonstrar, dentre outras abordagens, “como os dois grupos utilizavam-se dos projetos urbanísticos de modernização da cidade para, através deles, travarem uma luta pela posse e monopólio da memória coletiva” (ALMEIDA, 2004, p. 6).

peças que pertencem a uma só família; grupo de peças unidas por interesses comuns” (MICHAELIS, 2015).

Utilizaremos esses conceitos uma vez que são importantes para o melhor entendimento de formação e consolidação do estrato que está no topo da pirâmide social de Cataguases: um tipo ligado à propriedade da terra e de escravos e à produção cafeeira e outro, à produção industrial, a do imigrante que se enriquece.

3.3.1 O clã do café

Como já mencionamos, o povoamento da região da Zona da Mata se fez através da concessão de sesmarias ou da aquisição de grandes extensões de terras por famílias vindas de outras regiões da província mineira.

No caso de Cataguases, inicialmente a estrutura de organização social é ancorada no senhor proprietário de terras e de escravos, cujo poder econômico e, por extensão, o político vai dominar o século XIX e passar, através de seus descendentes, por quase todo o século XX. Conforme nos indica Almeida (2004, p. 18) trata-se de um tipo de organização clânica e patriarcal com poderio econômico e político restringindo-se aos donos de terra e de escravos e suas numerosas famílias, constituindo-se, além disso, um poder oligárquico.

Cabe dizer que entre esses grandes proprietários havia um padrão de solidariedade que só fazia aumentar e dar maior unidade ao seu poderio. Eles possuíam uma solidariedade grupal, através de laços de parentesco - o casamento na própria família ou entre as famílias proprietárias das terras - haja vista as situações adversas que os unia: luta contra índios e quilombolas; vigilância contra invasores e marginais; isolamento e falta de proteção legal; dentre outras (HORTA, 1957, p. 47).

Além disso, do ponto de vista da organização política, nos chama atenção o fato de que a Constituição Federal de 1824, em vigor por quase todo o século XIX, vai fortalecer ainda mais o poder oligárquico em curso, uma vez que havia restrições por limites de renda para ser eleitor ou eleito. Para se eleger senador exigia-se o rendimento anual por “bens de raiz, indústria, comércio ou empregos” de oitocentos mil réis de renda líquida anual; deputado, quatrocentos mil réis; eleitor votante dos deputados, senadores e membros dos conselhos da província, duzentos mil réis; e eleitor das assembleias paroquiais, cem mil réis (BRASIL, 1824).

Ou seja, os poucos que estavam no topo da pirâmide social dominavam a cena política por dispositivos constitucionais.

Se num primeiro momento o poder é exercido pelos patriarcas desses clãs, posteriormente passa a ser exercido por seus filhos, não só por assumirem o poder político nos cargos elegíveis, mas também através do controle da máquina burocrática da cidade. São os filhos que terão condições de frequentar escolas, os primeiros a concluir cursos superiores e por consequência se inserirem nas novas funções que a burocracia do Estado em formação irá exigir, como funcionários públicos, juristas, fiscais (SOUZA, 2003, p. 139), o que lhes favorece e lhes reforça o status para ocupar os cargos elegíveis, como agentes executivos municipais, vereadores, deputados, senadores. Alguns desses também vão assumir algumas funções de profissionais liberais como engenheiros, médicos e advogados. E, assim forma-se um ciclo, o poderio vai se estendendo por sucessivas gerações.

Horta (1957, p. 50) reforça essa característica - o clã patriarcal, com escravos e grandes extensões de terra é que dará a feição ao povoamento dos atuais municípios de Leopoldina, Cataguases, Mar de Espanha, dentre muitos outros em Minas Gerais.

No que diz respeito ao clã cafeeiro em Cataguases vai ter destaque a família Vieira de Rezende. A influência dessa família começa através do patriarca Joaquim Vieira da Silva Pinto³⁹, que originário da região de Queluz, já em 1837 adquire terras correspondentes a um total de 3.000 alqueires, distantes a 16 km do povoado de Santa Rita da Meia Pataca. E em 1842, por ocasião dos embates e êxodos provocados pela Revolução Liberal ocorridos na sua localidade de origem, este senhor e sua família se transferem para as terras anteriormente adquiridas em Santa Rita da Meia Pataca, fundando a Fazenda da Nossa Senhora da Glória (BRASIL, 2010, p. 50; RESENDE E SILVA, 1908, p. 651).

Com este senhor virão parentes e contraparentes que se instalam nos arredores de sua propriedade tais como vários cunhados, irmão, sobrinho e genro formando um verdadeiro clã

³⁹ O berço brasileiro da família Resende é a fazenda do Engenho Velho dos Cataguás, fundada por João Resende Costa e sua mulher açoreana Helena Maria, em meados do século XVIII, em Lagoa Dourada. Joaquim Vieira da Silva Pinto, o Major Vieira, nasceu em 25/10/1804 na Fazenda da Cachoeira, antigo município de Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete, e faleceu em 14/11/1880, em Cataguases. Casou-se com Maria Balbina de Resende, filha de Antônia de Ávila Lobo Leite Pereira, descendente de Garcia Ávila, Senhor da Ilustre Casa da Torre e, conseqüentemente, vinculada aos condes de Aveiras, fidalgos portugueses. Em 1844 é nomeado Guarda-Mor, em 1845, Guarda-Mor do distrito do Meia Pataca e em 1851 recebe o título de Major (RESENDE, 1969, p. 24-27).

Vieira de Rezende na região (HORTA, 1957, p. 64). Para se ter uma noção da extensão das terras desse clã, Hélio Brasil (2010, p. 61-62) relaciona 18 propriedades ao redor da Fazenda da Glória somente dos Vieira de Rezende, em extensões que hoje extrapolariam as fronteiras municipais⁴⁰.

Joaquim Vieira da Silva Pinto, o patriarca, era originário de família política tradicional e já gozava de prestígio político junto às autoridades administrativas da Província, o que vai facilitar sua ascensão no poderio local e regional. Ele, seus descendentes e demais familiares vão ocupar importantes cargos políticos, ora municipais, estaduais e nacionais, definindo muito dos rumos de Cataguases.

Assim, por exemplo, é que por sua ingerência em 1851 o curato de Santa Rita da Meia Pataca é elevado a Paróquia e em 1875, a autoria da lei que cria o município, além da escolha do nome da cidade - “Cataguazes” - é de José Vieira de Rezende e Silva⁴¹, seu filho. O nome “Cataguazes” vem do rio que banhava a fazenda Bom Retiro, em Lagoa Dourada, onde este senhor nascera. Também se devem a José Vieira de Rezende e Silva e a outro importante fazendeiro político regional, Nominato José de Souza Lima⁴², os estudos preliminares para a construção da Estrada de Ferro ligando Porto Novo do Cunha a Cataguases. Esses fatos são alguns exemplos do quão decisiva foi essa família nos primórdios de construção da cidade, não somente do ponto de vista político-administrativo, como também simbólico, quando por questões ligadas à afetividade de um dos membros familiares é definido o nome da cidade.

Segundo Fanni (2006, p. 65), somente Joaquim Vieira da Silva Pinto, o patriarca da família Rezende e Silva, teria em 1875 um contingente de 120 escravos. Ele foi o maior proprietário de escravos que essa autora encontrou no município, até aquele momento de sua pesquisa, o que vem mais uma vez demonstrar o seu poderio.

⁴⁰ Para se ter uma ideia do tamanho da Fazenda da Glória, o atual município de Palma, em Minas Gerais, cuja sede dista 35 km da sede de Cataguases, também pertencia àquela fazenda.

⁴¹ José Vieira de Rezende e Silva, o Coronel Vieira, nasceu em 20/08/1829 na Fazenda do Bom Retiro, freguesia de Lagoa Dourada, jurisdição de Queluz, faleceu em 12/09/1881 na fazenda do Rochedo, em Cataguases. Coursou Humanidades no colégio Congonhas do Campo. Em 1861 foi eleito deputado à assembleia provincial Mineira e reeleito no biênio seguinte. Foi coronel comandante da Guarda Nacional das comarcas de Ubá e Leopoldina (COSTA, 1977, p. 560-561).

⁴² Nominato José de Souza Lima (1849-1904) foi vereador em Leopoldina entre 1865-1868; juiz de paz e presidente da assembleia paroquial a partir de 1872; deputado provincial nas legislaturas de 1872-1873 e 1874 e 1875; intendente de Patrimônio do Distrito Federal entre 7 de março e 11 de agosto de 1890; presidente da Companhia de Comissões e Ensaque de Café (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2017; VEIGA, 1874, p. 451-452).

A família Vieira de Rezende exerce ininterruptamente o comando político de Cataguases praticamente desde que chega à localidade, entre 1842 até 1920, um período de 78 anos. Depois dos anos 1930 vão alternar no poder com a família Peixoto, quando somente a partir de 1959 vão perder definitivamente sua hegemonia. Serão quatro gerações dos Vieira de Rezende no poder político da cidade (ALMEIDA, 2004, p. 149; jornal CATAGUASES, 30 out. 1877). A primeira geração será comandada pelo patriarca como guarda-mor, major da Guarda Nacional, vereador em Leopoldina, juiz de paz e juiz municipal. A segunda, pelo filho, José Vieira de Rezende e Silva como juiz de paz, deputado na assembleia provincial, comandante superior na Guarda Nacional, presidente da Câmara Municipal e administrador de Cataguases; a terceira, por netos do patriarca que ocupam cargos de vereança, deputado provincial, chefia do executivo municipal, deputado estadual e federal. Desses, destaca-se a atuação política de Astolfo Dutra Nicácio Neto, formado em direito em São Paulo, que se ingressa na vida política em 1895 e vai até 1920, tendo projeção nacional presidindo a Câmara Federal entre as legislaturas de 1914-1917 e 1919-1920. O poder da quarta geração é ocupado pelo bisneto do patriarca, Pedro Dutra Nicácio, que formado em direito no Rio de Janeiro detém a liderança política em Cataguases de 1930 a 1959, com algumas interrupções, além de cargos como vereador, deputado estadual, prefeito e deputado federal⁴³.

Ainda em relação aos clãs familiares e à oligarquia cafeeira, deve-se citar os de Leopoldina: as famílias Monteiro de Barros, Monteiro de Castro, Ribeiro Junqueira e Botelho cujos descendentes se unem através do casamento e vão exercer importantes papéis econômico e político, não só em Leopoldina, mas em toda a região da Zona da Mata. Essas famílias também vão ser decisivas em alguns empreendimentos em Cataguases. Exemplos da força desse poderio clânico leopoldinense são as iniciativas de implantação da Estrada de Ferro Leopoldina e o fato de aquela cidade possuir o maior número de escravos da província conforme abordado anteriormente.

Em Leopoldina três filhos do patriarca Monteiro de Barros⁴⁴ serão proprietários de terras e,

⁴³ A síntese da trajetória desses personagens encontra-se no APENDICE A - Clã Vieira de Rezende: nome, parentesco, data e local de nascimento e morte, formação e cargos políticos e burocráticos ocupados pelos familiares.

⁴⁴ A família Monteiro de Barros tem como patriarca Manuel José Monteiro de Barros, nascido em Portugal por volta de 1716. Ele veio para o Brasil, foi Guarda-mor das Minas de Ouro Preto; foi pai de nove filhos – sete homens e duas mulheres. Quatro dos filhos homens fizeram curso superior em Coimbra, dois deles recebem títulos nobiliárquicos, Visconde de Congonhas do Campo e Barão de Paraopeba; todos os homens exercem

além das terras férteis cedidas por sesmarias, muitas extensões de terras devolutas foram tomadas por eles por volta de 1818 (CARRARA, 1999, p. 20). Martins (2017), em uma lista que não pretende esgotar as informações sobre a família, relaciona que no período de 1836 a 1866, 13 descendentes dos Monteiro de Barros e Monteiro de Castro assumem cargos em Leopoldina como vereadores, presidente da câmara municipal, juiz municipal, juiz de paz, suplente de delegado, deputado provincial, deputado geral e senador, ou seja, boa parte da família controlou os cargos locais naquele período.

Na segunda metade do século XIX os Monteiro de Barros vão se unir por casamento a duas outras famílias que exercem poder econômico e político em Leopoldina: os Ribeiro Junqueira e os Botelho. Uma bisneta do patriarca Manuel Monteiro de Barros se casa com um Ribeiro Junqueira tendo como um dos filhos José Monteiro Ribeiro Junqueira que será um dos sócios da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina fundada em 1905 em Cataguases. Outra filha daquele casamento, Maria Nazaré Ribeiro Junqueira, se casa com Francisco Andrade Botelho, tendo o filho Ormeu Junqueira Botelho que mais tarde, em 1936, funda com os Peixoto a indústria têxtil Companhia Industrial Cataguases e assume a empresa de energia elétrica um tempo mais à frente, fundada pelo seu tio (BROTERO, 1951).

Em Cataguases, as famílias Ribeiro Junqueira e Botelho exercem diretamente o poder econômico e indiretamente, o político desde 1905 até os dias atuais através das empresas que comandam. Seus descendentes com formação em nível superior em medicina, direito ou engenharia vão ocupar diversos cargos políticos durante o século XX em Minas Gerais e no país. José Monteiro Ribeiro Junqueira exerce cargos políticos entre 1894 e 1934 de vereador, presidente da câmara municipal de Leopoldina, deputado estadual e federal e senador. Quando ele cria a Companhia de Energia Elétrica, era deputado federal por Minas Gerais, cargo que exerce de 1904 a 1930⁴⁵. Posteriormente seu sobrinho, Ormeu Junqueira

cargos eletivos como deputado geral, deputado provincial e ou senador. Alguns assumem cargos como juiz municipal, juiz de paz, ouvidor, desembargador entre outros em diversas partes do país. Uma das filhas, Maria do Carmo Monteiro de Barros, se casa com o primo, o coronel Domiciano Ferreira de Sá e Castro, e inaugura um novo clã, os Monteiro de Castro. Os descendentes dos Monteiros de Barros estabelecem relações de alianças com famílias tradicionais tanto de Minas Gerais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Carrara (1999, p. 20) a família possuía um vasto patrimônio agrário: oito de seus membros possuíam 24 sesmarias; somente um dos filhos, o comendador Manuel José Monteiro de Barros, um dos filhos que se instala em Leopoldina no início do século XIX, obteve a concessão de 14 (BARATA e BUENO, 1999; BROTERO, 1951; MARTINS, 2017).

⁴⁵ José Monteiro Ribeiro Junqueira (1871-1946), além da Cia Força e Luz Cataguases Leopoldina, foi incorporador e diretor-presidente da empresa hidrelétrica e da Sociedade Anônima de Pecúlios Zona da Mata, fundou a Gazeta de Leopoldina e o Ginásio Leopoldinense, dos quais foi também diretor, fundou ainda a Companhia

Botelho⁴⁶, formado em engenharia no Rio de Janeiro, além da presidência da Cia de Energia Elétrica e um dos incorporadores da segunda indústria têxtil de Cataguases, será conselheiro da Legião Liberal Mineira entre 1931 e 1933 e deputado federal entre 1962 e 1967 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009; MONTEIRO, 1994)

Dessa forma, configura-se inicialmente o estrato no topo da pirâmide social em Cataguases: as famílias proprietárias de grandes extensões de terra e de escravos que vão exercer através dos seus restritos grupos familiares o poder econômico, que se estende ao político e cultural, durante o século XIX por até meados do século XX. Posteriormente se sobrepõem a esses clãs oligárquicos iniciais os da produção industrial que, juntos ou em disputa, exercerão as diversas modalidades de poder por quase todo o século XX.

3.3.2 Escravos, ex-escravos; negros e mulatos

No que diz respeito aos escravos, houve um aumento significativo na participação deles na composição da sociedade da Zona da Mata em função da produção cafeeira. De acordo com o recenseamento de 1872, a maior população de escravos, naquele ano, em Minas Gerais, concentrava-se nos municípios que iniciaram a exploração do café na província – os da fronteira ao sul com o Rio de Janeiro – Mar de Espanha, Juiz de Fora e Leopoldina (APÊNDICES E, F e G).

Grande parte dos escravos no país trabalhava nas áreas rurais ocupando-se das lavouras, e nas cidades, onde a vigilância era um pouco mais frouxa, havia os escravos de ganho, cujo trabalho era cobrado por dia; eram, por exemplo, carregadores principalmente de objetos de grande porte como tonéis, pianos e caixas (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 277).

Apesar de o país possuir uma organização social extremamente hierarquizada, dividida entre senhores e escravos, no século XIX havia uma grande parcela da população em uma posição

Leiteira Leopoldinense, as Casas Bancárias Ribeiro Junqueira, a empresa Irmãos Botelho, a Companhia Fiação e Tecidos Leopoldinense e a Companhia Carbonífera de Urussangueda do Rio Carvão, em Santa Catarina (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

Seus primos também seguiram trajetória política: Antero Andrade Botelho foi deputado federal eleito por Minas Gerais (1903-1923), e Antônio Augusto Ribeiro Junqueira, deputado da Assembleia Legislativa de Minas (1927-1930).

⁴⁶ Ormeu Junqueira Botelho (1897-1990), filho de Francisco de Andrade Botelho, senador estadual em Minas Gerais de 1911 a 1923, foi também diretor da Cia de Tecidos Leopoldina, presidente da Associação Rural da Cooperativa Produtora de Leite e da Cia Leiteira de Leopoldina, presidente do Banco Mineiro do Café e do Instituto Mineiro de Café.

“não classificada” entre esses estratos, que representava 2/3 dos brasileiros, composta, por exemplo, por tropeiros, vendeiros, cabra de confiança, braço armado e o camarada do patrão (FRANCO, 1997, p. 14). Essa categoria são os que Prado Jr. (2011, p. 300) chama de os “desclassificados, dos inúteis e inadaptados, indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma: pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios fora do seu habitat nativo; mestiços”. Não eram escravos nem podiam ser senhores e a maioria derivada da escravidão ocupava posições nas franjas do sistema como um todo, ficava à margem do sistema produtivo.

Quando da abolição da escravidão em 1888, a essa camada se junta o negro e mulato liberto abandonado à própria sorte. Ainda, conforme nos diz Prado Jr. (2011, p. 364), a estes não foram dadas as condições para sair do seu ponto de partida; o trabalho escravo, o esforço físico não o educou e não o preparou para uma perspectiva de vida melhor, pelo contrário, tolheu-lhe e inclusive eliminou o conteúdo cultural que por ventura havia trazido do seu estado de origem e poderia servir para alavancar melhores posições que sua condição de abandonado à própria sorte lhe impunha.

Às implicações que a questão da escravidão colocava a esse estrato social junta-se a questão fundiária.

Em 1850, com a Lei de Terras (BRASIL, 1850), o regime de propriedade passa a não mais depender da condição de homem livre, mas daquele que tinha recursos para a aquisição da terra. Martins (2015) demonstra como essa legislação elaborada pelo próprio poder oligárquico dominante nas instâncias de câmaras e senado e que, portanto, fazia as leis, vai perpetuar a posse e propriedade de terras nas mãos desse poder.

Cabe lembrar que as sesmarias eram concedidas apenas a um número limitado de homens “bons”, aqueles senhores que detinham as condições de explorá-las e aos que possuíam escravos, a mão de obra necessária para cultivar a terra (HORTA, 1957, p. 49). Assim, a posse da terra era exclusiva de quem detinha o poderio econômico. As terras não exploradas eram chamadas de devolutas e pertenciam ao Império.

O século XIX é marcado por uma série de revoltas de escravos em busca de liberdade e muitos deles, refugiados, vão ocupar terras devolutas em busca do seu próprio sustento.

Além disso, começava a existir uma percepção pela elite escravocrata de que a abolição, mais cedo ou mais tarde, ocorreria. A Lei de Terras ocorre neste contexto: o escravo fugido ou ex-escravo, ocupando terras devolutas, ameaçaria a estrutura de fornecimento de mão de obra para os latifúndios. Dessa forma, a partir da Lei de Terras as sesmarias, que até então eram concessão para uns poucos, passam para propriedades desses poucos – os homens bons. E o restante – as terras devolutas – só poderia ser adquirido por compra. Isso impedia negros e mulatos refugiados ou mesmo libertos bem como a maioria dos imigrantes europeus que começavam a chegar em massa a adquirirem uma porção de terra para sua subsistência. O direito à propriedade ficou, portanto, restrito a poucos.

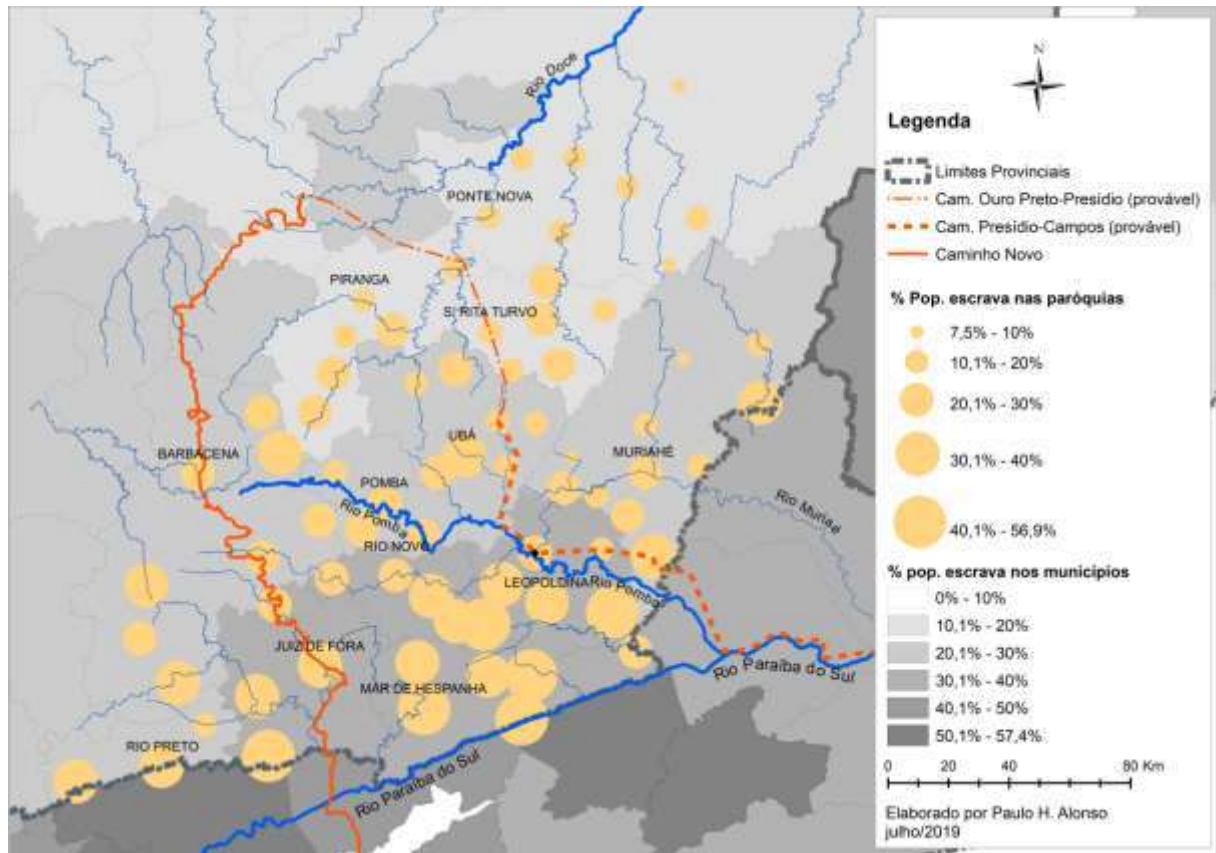
Assim, pretos e mulatos ex-escravos ou imigrantes europeus pobres não tiveram alternativa a não ser continuar como mão de obra para o senhor da terra ou a se juntarem à parcela de desclassificados aos quais se referem Prado Jr (2011).

Os dados mais precisos localizados referentes a escravos e população negra ou mulata no século XIX são os do recenseamento de 1872 (BRASIL, [1874?]). De acordo com aquele recenseamento, o Brasil possuía 9.947.743 habitantes dos quais 1.511.523 eram escravos, ou seja, 15,2% do total populacional. Minas Gerais com 2.052.257 habitantes detinha o maior número absoluto de escravos na época, 370.469, correspondendo a 24,5% da população escrava do país, seguida do Rio de Janeiro com 19,37%. Em 1872 a escravidão e a cultura de café estão intimamente relacionadas. O maior contingente de escravos do país localizava-se na região do vale do rio Paraíba do Sul entre as fronteiras do Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde estava concentrada a produção agroexportadora de café no Brasil naquela época. Outro grande contingente escravocrata localizava-se no Maranhão (APÊNDICES C e D).

Naquele ano, dentre os municípios que têm maior percentual de população escrava na província de Minas Gerais estão Mar de Espanha com 39,2%; Juiz de Fora com 37,5%; Leopoldina, 36,9% e Rio Novo, 30,5%, todos na Zona da Mata (APÊNDICE E, F e G). Estes são exatamente os municípios por onde a cultura do café se instala no primeiro momento depois de ultrapassar a fronteira ao sul com o Rio de Janeiro. As paróquias desses municípios, situadas entre os rios Pomba e Paraíba do Sul, são as que detêm o maior percentual de população escrava na Zona da Mata, conforme demonstra o Mapa 8 abaixo. Observando o mapa, parece que, naquela época, o rio Pomba estabelecia ainda um limite fronteiro de

avanço da quantidade de mão de obra escrava em direção ao norte da região.

Mapa 8 – Percentual da população escrava nas paróquias da Zona da Mata em 1872



Fonte: BARBOSA, 1995; BRASIL, [1874?]; CAPELLA, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016; INSTITUTO Estrada Real, 2015.

Nota: mantida grafia da época.

Chama a atenção o fato de Leopoldina liderar o maior número de escravos na Província de Minas Gerais: 15.253⁴⁷. Essa cidade estava entre os 30 primeiros municípios do país, tanto em quantidade de escravos, quanto em percentual.

Cataguases em 1872 estava subordinada ao município de Leopoldina como paróquia de Santa Rita da Meia Pataca. A Tabela 3 abaixo mostra a população escrava e livre no município de Leopoldina em suas respectivas paróquias.

⁴⁷ Leopoldina figurava em 1872 na 9ª colocação em maior população escrava do Brasil, atrás apenas da capital do país, o Rio de Janeiro; dos municípios cafeeiros da Província do Rio de Janeiro no Vale do Paraíba – Campos, Valença, Vassouras, Parahyba, Cantagalo –; e dos municípios de São Salvador e Cachoeira, na Bahia (APÊNDICE G). Aqui mais uma vez, é reforçado como esse fato corrobora o poderio econômico daquela cidade no contexto da Zona da Mata.

Tabela 3 - População escrava e livre no município de Leopoldina em 1872

Paróquia	População escrava		População livre		População total	
	Número absoluto	% em relação ao total da paróquia	Número absoluto	% em relação ao total da paróquia	Número absoluto	% em relação ao total do município
São Sebastião de Leopoldina	3.100	39,1%	4.835	60,9%	7.935	18,9%
N. S. Madre Deos de Angu	2.666	53,2%	2.341	46,8%	5.007	12,0%
Santa Rita da Meia Pataca	1.250	21,0%	4.706	79,0%	5.956	14,2%
N. S. Conceição do Laranjal	802	19,8%	3.247	80,2%	4.049	9,7%
Sant'Anna do Pirapitinga	1.021	23,8%	3.275	76,2%	4.296	10,3%
Nossa Senhora da Piedade	1.575	30,9%	3.523	69,1%	5.098	12,2%
N. S. Conceição da Boa Vista	2.611	46,4%	3.019	53,6%	5.630	13,4%
Senhor Bom Jesus do Rio Pardo	2.228	56,9%	1.687	43,1%	3.915	9,3%
Total no município	15.253	36,4%	26.633	63,6%	41.886	100%

Fonte: BRASIL, [1874?].

Santa Rita da Meia Pataca, apesar de ser a segunda paróquia mais populosa do município, configurava em penúltima posição quanto ao número relativo de escravos comparado às demais. Vinte e um por cento de sua população, ou seja, 1.250 pessoas eram escravas, em relação aos seus 5.956 habitantes. Dos escravos, 52,4% eram homens e 47,2%, mulheres; 33,7%, pardos e 66,7%, negros; todos analfabetos. Na classificação de profissões, a população escrava é distribuída da seguinte forma: 29% sem profissão; 25% em serviços domésticos; 22% criados e jornaleiros, 16,6% lavradores; 6,9% operários em tecidos. Havia ainda um escravo operário em metal; outro, em edificações e dois de calçados.

Um dado complementar é que, em função da criação da vila em 1877, foram transferidos para Cataguases 2.631 escravos e 437 ingênuos (RESENDE E SILVA, 1908, p. 959), o que nos faz intuir que provavelmente entre 1872, ano do recenseamento, e 1877 aumentou a população escrava local.

Em relação à raça⁴⁸, conforme mostra a Tabela 4 abaixo, o recenseamento aponta que a maior parte da população é de pretos e pardos, 58%. Deste grupo, os livres representam um contingente de 37% do total da população. Isso pode ser devido às políticas emancipatórias que começavam a ser colocadas em prática no país. Pedrosa (1962, p. 202) nos traz um dado que pode corroborar este raciocínio: em função da Lei do Ventre Livre (BRASIL, 1871) foram

⁴⁸ No recenseamento de 1872 na classificação de raça, a preta era para pessoas africanas, negras e crioulas; a parda, para o cruzamento da raça africana com outras raças; e a cabocla para indígenas ou mistura de brancos e indígenas (GOUVÊA e XAVIER, 2013, p. 105).

beneficiados na freguesia de Santa Rita da Meia Pataca 461 filhos de escravos.

Tabela 4 - População em relação à raça e à condição na Paróquia de Santa Rita da Meia Pataca em 1872

	Branco	Pretos	Pardos	Caboclos	Total	%
Livres	2.455	680	1.523	48	4.706	79,0%
Escravos	0	828	422	0	1.250	21,0%
Total	2.455	1.508	1.945	48	5.956	
%	41,2%	25,3%	32,7%	0,8%		100,0%

Fonte: (BRASIL, [1874?])

Esta população de pretos e pardos livres (37% da população total) provavelmente pertence à classe que Prado Jr. (2011) denomina como “desclassificados”. E, quando da abolição da escravidão, em 1888, se juntarão a esses os libertos perfazendo o maior contingente populacional da Paróquia: 58 %.

Em 1872, chama a atenção o fato de a população de caboclos – indígenas ou mestiços de indígenas com brancos – contar apenas 48 indivíduos, sendo que 44 anos antes, em 1828, o relatório de Marlière registrava a presença de 400 índios Puris. Parece-nos claro que essa população foi desaparecendo.

3.3.3 Os imigrantes europeus

Em relação aos imigrantes europeus, vai ser a partir da segunda metade do século XIX que eles vão começar a assumir, cada vez mais, importantes papéis na organização social do Brasil. Com a abolição do tráfico negreiro e a Lei de Terras, potencializa-se e estimula-se a política imigratória e a partir do final dos anos 1860 o governo central vai começar a financiar a vinda em massa desses imigrantes (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 275).

Florestan Fernandes (2006 , p. 109-175) mostra a importância que os imigrantes tiveram na desagregação da rígida ordem social anteriormente estabelecida fundada no senhor de terras e na escravidão, e ainda na consolidação da ordem social competitiva, por consequência, na formação capitalista do país.

No Brasil os caminhos de acumulação de capital eram acessíveis apenas aos membros das elites senhoriais ou daqueles que já dispunham de capital financeiro e comercial. Os

imigrantes do final do século XIX somente com muito trabalho árduo e metódico é que ascenderão à acumulação capitalista. Assim, a diferença no modo de buscar riqueza entre as elites nativas e os imigrantes será no ponto de partida: das primeiras através da herança familiar já consolidada e dos segundos através do trabalho metódico e sistematizado.

Poucos imigrantes traziam recursos suficientes para inserir-se no topo da pirâmide social ou em posições intermediárias. Na perspectiva de obterem melhores condições de vida econômica, diferente da de seus países de origem, sujeitavam-se ao trabalho árduo e metódico e, muitas vezes, até em piores condições das que exerciam em suas origens. Inicialmente como forma de autoproteção, eles isolavam-se culturalmente, fechando-se em pequenos grupos e abstinham-se de interagir moralmente com os costumes e valores aqui consolidados. Estavam apenas interessados no resultado que poderiam obter com o seu trabalho. Dessa forma, incorporam a maneira de ser e de agir requeridos pelo padrão de personalidade capitalista: cálculo econômico, mentalidade racional, pensamento voltado para o futuro.

Depois de algum tempo, saindo das áreas rurais em direção às urbanas, uma parte desses imigrantes vai se juntar à classe da burocracia e de profissionais liberais descendentes dos senhores de terra, contribuindo para a formação da classe média nas zonas urbanas; outros, sem possibilidades de ascensão, se juntam aos pobres e outros poucos, colhendo os frutos da maneira de ser e de agir da personalidade capitalista, vão enriquecer.

Entre os que enriquecem, o status que a riqueza lhes daria do ponto de vista de inserção na sociedade e de poder político, vai interessar-lhes somente num segundo momento. Quando isso acontece, eles se juntam aos círculos tradicionais e conservadores vigentes, conflitantes com a ordem competitiva que eles mesmos ajudam a fundar. As condições do mercado interno, com uma dinâmica econômica pequena para uma economia com bases competitivas, favorecem essa situação. Dessa forma, o imigrante enriquecido além de repetir sob uma nova roupagem o passado do senhor de terras, absorve para si o mesmo modo de acumulação e reprodução do capital daqueles senhores.

Essa análise de Florestan Fernandes (2006) nos chama atenção pela correspondência com os clãs familiares de Cataguases - tanto os da cultura cafeeira quanto os da produção industrial - em seus modos de exercício de poder econômico e político.

A maior parte dos imigrantes em Cataguases se dedica inicialmente ao trabalho nas lavouras de café em substituição ao trabalho escravo e, aos poucos, vai galgando outras posições sociais e econômicas no espaço urbano.

Pode-se dividir a chegada deles na cidade em três fases: a primeira, a daqueles que parece terem vindo de forma dispersa, atraídos pela instalação da ferrovia ou de outras atividades economicamente promissoras; a segunda, quando houve um processo sistematizado de trazê-los da Europa, que em Cataguases ocorre nos anos 1894 e 1895; e, a terceira fase, na instalação das colônias rurais Major Vieira e Santa Maria, já nos anos 1910.

A ferrovia que se instala na Zona da Mata vai exercer um papel importante na chegada dos imigrantes livres da primeira fase, haja vista a proibição da mão de obra escrava na sua construção, como salientado anteriormente. Rezende e Silva (1908, p. 792) informa que, antes da instalação da Vila em 1877, o povoado já era frequentado por grande número de portugueses, empregados nas obras de construção da Estrada de Ferro iniciada, no caso da Leopoldina, em 1874. Assim, muitos vão chegar à região como mão de obra da construção ferroviária e com o passar do tempo empreender em outras atividades.

Em relação a essa fase têm-se os dados do recenseamento de 1872. Naquele ano, a Paróquia de Santa Rita da Meia Pataca contava com 250 imigrantes: 149 africanos e 101 europeus. Dos africanos, 114 eram escravos e 35 livres. Dos europeus, 76 eram portugueses; 22 italianos, dois espanhóis e um alemão. Os livres eram em sua maioria lavradores (27,2%); os criadores e jornaleiros correspondiam a 18,4%; os comerciantes, guarda-livros e caixeiros a 17,6% e os que se dedicavam ao serviço doméstico a 11,8%, como demonstra a Tabela 5 abaixo. A maioria desse contingente, 45,6%, ainda estava ligada a área rural – à categoria de profissões agrícolas e de pessoas assalariadas. No entanto, boa parte já se dedicava a profissões ancoradas na área urbana como, por exemplo, as da categoria industriais e comerciais (17,6%).

Tabela 5 - Profissões da população estrangeira livre na Paróquia de Santa Rita da Meia Pataca em 1872

		Quantidade	% em relação ao total de estrangeiros livres	
Religiosos seculares		1	0,7%	
Profissões industriais e comerciais	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	24	17,6%	
Profissões manuais e mecânicas	Costureiras	6	4,4%	
	Operários	em metal	1	0,7%
		em madeira	7	5,1%
		em tecido	9	6,6%
		de edificações	6	4,4%
		de calçados	2	1,5%
Profissões agrícolas	Lavradores	37	27,2%	
Pessoas assalariadas	Criadores e Jornaleiros	25	18,4%	
Serviço doméstico		16	11,8%	
Sem profissão		2	1,5%	
TOTAL		136	100,0%	

Fonte: BRASIL, [1874?]

Da segunda fase imigratória, que ocorre entre 1894 e 1895, os imigrantes chegam em duas levadas pelo sistema de imigração subsidiada, tendo sido instalada até mesmo uma hospedaria na cidade para recebê-los⁴⁹. No entanto, naquele momento a vinda de mais imigrantes foi interrompida, temendo-se epidemia de cólera, haja vista a ocorrência de dois casos na hospedaria (RESENDE E SILVA, 1908, p. 814). Segundo Capella (2011), eles vêm com destino inicial para lavouras de café.

Nos anos 1910 e 1911, outros imigrantes chegam à cidade para a fundação das colônias rurais de Santa Maria e Major Vieira, respectivamente. Em 1917 a Colônia Major Vieira tinha população de 532 pessoas, sendo 286 imigrantes e 246 brasileiros, incluídos os filhos dos imigrantes nascidos no Brasil (CAPELLA, 2011, p. 5;23).

Além desses, outros migrantes chegam à cidade de outras regiões do País e da Província. Resende (1969, p. 69) nos conta que a revolta de seis de setembro de 1893⁵⁰ havia

⁴⁹ Somente numa dessas levadas entraram na hospedaria de Cataguases 187 imigrantes (RESENDE E SILVA, 1908, p. 814).

⁵⁰ Revolta na qual o Rio de Janeiro é bombardeado por navios da Marinha que se por um lado tinha prestígio no governo monárquico, por outro, se sentia desprestigiado e era contrário ao governo republicano de Floriano Peixoto. O governo reprime o movimento e governa sob estado de sítio (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 320-321; 619).

estimulado várias famílias a saírem do Rio de Janeiro, muitas das quais procuram asilo em Cataguases. Já nesta época, nos anos 1890, parece que a cidade exercia grande atração sobre migrantes, dada as suas condições de prosperidade econômica e social, além da facilidade de comunicação com o Rio de Janeiro através da ferrovia.

Como dito anteriormente, se de início os imigrantes vão estar ligados à agricultura, aos poucos eles se dirigem para a área urbana e constroem um novo tipo de vida na cidade. Capella (2011, p. 10), em uma lista que elabora de algumas dessas pessoas, traz as profissões a que elas se dedicam: comerciante; funcionário público; jornalista; engenheiro; educador; fotógrafo; músico; cantor; cineasta; atriz; dentista, médico; advogado; construtor; banqueiro; comissário de café; pastor metodista; industrial; líder operário; mecânico.

Alguns desses imigrantes, que se enriquecem, tornam-se importantes personagens responsáveis pelas mudanças sociais e políticas da cidade. Em Cataguases, vai haver dois desses tipos que pertencem à primeira fase imigratória: João Duarte Ferreira e Manuel Inácio Peixoto⁵¹.

João Duarte Ferreira⁵², ex-funcionário da ferrovia, torna-se grande produtor de café, comerciante, banqueiro sócio da primeira indústria têxtil da cidade e da companhia de energia elétrica, ambas instaladas em 1905; é ainda agente executivo por 12 anos na segunda década do século XX, promovendo importantes transformações urbanas na sede municipal.

Manuel Inácio Peixoto assume a indústria têxtil a partir de 1911 e, através dos seus descendentes, sua família vai dominar e disputar a cena econômica, política e cultural da cidade por quase todo o século XX. Assim como os Vieira de Resende, formará um clã

⁵¹ Outros imigrantes, que conseguimos apurar, também funcionários da ferrovia, e que empreenderam em outras atividades posteriormente são, por exemplo, os portugueses Antônio Gomes de Oliveira, José Queiroz Pereira, Manoel da Silva Rama; e o italiano Caetano Mauro (COSTA, 1977).

⁵² João Duarte Ferreira, 24/jun./1850, Freixosa, Portugal – 17/jun./1924, Rio de Janeiro – 73 anos. Chega ao povoado de Santa Rita de Meia Pataca em 1873, empregado na Estrada de Ferro Leopoldina e depois no Hotel Venâncio; em 1882 torna-se sócio e posteriormente único dono da firma Joaquim Estolano da Silveira; em 1891 instala na cidade o primeiro engenho de café; entre 1890 e 1892 faz parte do grupo dos primeiros intendentess da cidade e entre 1892 e 1894, da primeira Câmara municipal republicana como vereador; em 1893, com outros sócios funda o Banco de Cataguases, tornando-se único dono posteriormente; em 1895 constrói o Teatro Recreio de Cataguases; em 1905 torna-se o maior acionista da Cia Força e Luz Cataguases Leopoldina e da Cia de fiação e Tecelagem de Cataguases; em 1910 contribuiu para a construção do Ginásio e Escola Normal; entre 1910 e 1922 é agente executivo municipal sob tutela de Astolpho Dutra de Resende, cargo que somente foi interrompido pelo seu falecimento. Em 1905 figura como o primeiro maior contribuinte de imposto territorial urbano na sede de Cataguases. Deixou fortuna estimada em 12 mil contos de réis (jornal Cataguases, 30 dez. 1906; 22 jun. 1924).

oligárquico na cidade.

3.3.4 O clã da indústria

Uma frase do obituário de Manoel Inácio Peixoto, publicado pelo jornal CATAGUASES em 14 de outubro de 1917, é bem ilustrativa de quem foi esse senhor e sua família e remete ao que Fernandes (2006) nos fala da maneira de ser e de agir requeridos pelo padrão de personalidade capitalista: “Creou solidamente uma família e ensinou-a a crêr na eficiência da seriedade e no triunfo do trabalho systematizado” (CATAGUASES, 1906-2016, mantida grafia original).

Manoel Inácio Peixoto era português da Ilha do Pico, arquipélago de Açores; nasceu em 1852; migrou para o Brasil ainda criança e foi operário na Estrada de Ferro. Em Cataguases dedicou-se à lavoura do café e tornou-se comerciante (COSTA, 1977, p. 567). Em 1911, adquiriu a Companhia de Fiação e Tecelagem que, fundada em 1905, tinha problemas financeiros e estava insolvente⁵³. Teve 12 filhos, três do primeiro casamento e nove do segundo. Em 1917, falece deixando o controle da indústria para os filhos, que darão impulso aos negócios do pai e assumirão nos anos seguintes quase que todo o empreendedorismo industrial da cidade. Em 1936 um dos filhos, José Inácio Peixoto, cria, junto a Ormeu Junqueira Botelho e Severino Pereira da Silva, a Companhia Industrial Cataguases, mais uma indústria no ramo têxtil; em 1943, a família funda a Cia Mineira de Tecidos de Algodão; em 1954, a Cia Mineira de Papéis; em 1958, a Fundação Cataguases; e em 1961, a Indústria Química Cataguases (ALMEIDA, 2004). Também é a família Peixoto a responsável por introduzir a arquitetura e artes modernistas em Cataguases quando, a partir da década de 1940, começam construir e financiar uma série de edificações privadas e públicas, projetadas por iminentes arquitetos modernistas brasileiros, que vão mudar a cena arquitetônica da cidade. Além disso, os Peixoto vão acumular a propriedade de muitas terras e imóveis na sede urbana (Planta da cidade de Cataguases, [1940?]).

Vários descendentes da família vão assumir cargos como vereadores, prefeitos, deputados estadual e federal e também exercerão influência e mando sobre outros políticos da cidade⁵⁴.

⁵³ Posteriormente, em 1913, a Cia de Fiação e Tecelagem passa a se chamar Indústria Irmãos Peixoto.

⁵⁴ O APÊNDICE B traz uma síntese do papel exercido pelo clã Peixoto em Cataguases.

Dos filhos, Manoel Inácio Peixoto Filho⁵⁵ se destacará no comando político mesmo não tendo exercido nenhum mandato eletivo diretamente na cidade.

Conforme abordamos anteriormente, o exercício de poder político da família Peixoto será disputado com a família Vieira de Rezende a partir da década de 1930, quando ambas vão se alternar no poder conforme ilustrado no Quadro 1 abaixo. Assim, a família Peixoto terá o poder econômico, político e o cultural na cidade, os quais não serão exercidos independentemente, pelo contrário, se retroalimentarão.

Quadro 1 – Períodos do poder político dos clãs familiares em Cataguases entre 1842-2016

Família	Período de domínio político	Quantidade de anos no poder político
Vieira de Rezende	1842-1920	78
Outro	1921-1930	10
Vieira de Rezende	1930-1936	6
Peixoto	1936-1945	9
Vieira de Rezende	1945-1947	2
Peixoto	1947-1955	8
Vieira de Rezende	1955-1959	4
Peixoto	1959-1971	12
Outros	1971-1973	2
Peixoto	1973-1983	10
Outros	1983-2016	33

Fonte: ALMEIDA, 2003, p. 149; Jornal Cataguases, 14 set. 2012.

Dessa forma, configurou-se a organização sociopolítica de Cataguases em finais do século XIX e início do século XX. No topo da pirâmide se formaram dois clãs oligárquicos com diferentes pontos de partida: os da cultura do café, proprietários de grandes extensões de terra e de escravos, com a família Vieira de Rezende, além dos de Leopoldina que direta ou indiretamente estarão presentes em Cataguases; e, um pouco depois os da produção industrial, cujo patriarca é um imigrante recém-chegado, Manoel Inácio Peixoto. Na parte intermediária dos estratos sociais, a classe média composta de funcionários públicos e profissionais liberais, gente com nível superior, muitos, filhos dos proprietários de terra – os que tinham condições de estudar - somados aos imigrantes europeus que assumem diversas

⁵⁵ Manoel Inácio Peixoto Filho (1898-1972) em 1917 assume a Companhia de Fiação e Tecelagem junto com os irmãos; foi deputado estadual (1935-1939); deputado federal (1939-1951). Atuaram diretamente na política seu filho Emanuel Carvalheira Peixoto, seu sobrinho afim Geraldo Martins da Silveira e seus genros Celso Gabriel de Resende Passos e Rodrigo Lanna (MONTEIRO, 1994, v.2, p. 510).

profissões na cidade. Na base da pirâmide, os ex-escravos, negros e mulatos aos quais deverão se somar os pobres brancos, migrantes e outros imigrantes que não conseguiram ascender socialmente, correspondendo à maior parcela populacional. Os índios, primeiros habitantes da região, já não aparecerão mais nas estatísticas.

Em 1890 a Paróquia-sede de Cataguases, a mais populosa do município, apresentava uma população de 7.457 habitantes contra os 5.956 de 1872, representando um crescimento de 25% em 18 anos (BRASIL, 1898). Naquele ano, o município com suas sete Paróquias tinha população total de 27.584 habitantes. E, no ano de 1900 a população total do município era de 34.890 habitantes, um crescimento de 26,5% em dez anos⁵⁶ (BRASIL, 1905).

No capítulo seguinte analisaremos como se configurou e foi sendo construído o espaço urbano do distrito-sede de Cataguases com base nessas condicionantes históricas expostas anteriormente e como neste espaço se configurou uma centralidade.

⁵⁶ Em relação aos censos de 1890 e 1900 não obtivemos acesso a dados tão detalhados como os de 1872.

4 CONSOLIDAÇÃO DE UMA CENTRALIDADE

Resende e Silva (1908, p. 652) nos traz o panorama das transformações ocorridas no espaço físico do antigo povoado na segunda metade do século XIX⁵⁷.

Em 1851, quando o curato é elevado a freguesia, a antiga povoação ainda “era um simples pouso à beira da estrada com o rancho para abrigo das tropas e venda ao lado”.

Em 1874, quando a Paróquia de Santa Rita de Cássia é transferida de São João Batista do Presídio para o município recém-criado de Leopoldina, a povoação antiga já possuía “casas de comércio, população crescente”, fazendas produtoras de cereais e exportadoras de café e boa rede de estradas de rodagem (p. 658).

Em 1877, quando a Vila de Cataguases e Estação da Estrada de Ferro Leopoldina são inauguradas, a povoação já possuía seis ruas, duas praças, 87 casas e 450 habitantes (RESENDE E SILVA, 1908, p. 675-677).

Em 1890 havia na Vila 350 moradias e nos dez anos seguintes foram instaladas importantes edificações e infraestruturas. A cidade vai sofrer modificações significativas em sua estrutura física para atender às demandas socioeconômicas em curso, impulsionadas pela produção cafeeira e pela localização e conexão privilegiadas das Estradas de Ferro Leopoldina e Cataguazes, que a transformavam em um entroncamento ferroviário, favorecendo as trocas de mercadorias e passagem de pessoas, como já abordado anteriormente.

Entre os anos de 1889 e 1896, epidemias de febre amarela, cólera e varíola vão assolar a cidade e impulsionar medidas de higienização e saneamento. E, sequencialmente, nas primeiras quatro décadas do século XX a essas medidas de higienização e saneamento se juntam as de embelezamento urbano, provavelmente influenciadas e impulsionadas pelas que também estavam em curso no país como, por exemplo, as reformas de Pereira Passos no

⁵⁷ Na falta dos documentos oficiais da Prefeitura e Câmara municipais do período de 1828 a 1908 utilizamos, para nos auxiliar e cobrir esse período, a obra de Arthur Vieira de Resende e Silva intitulada “O Município de Cataguases. Esboço histórico”, publicado em 1908. Essa obra traz um registro detalhado do município tanto do ponto de vista social, político e econômico como espacial. Resende e Silva baseia sua publicação, em sua maior parte, nas atas de sessões das câmaras e relatórios dos administradores municipais. Cabe lembrar que esse autor pertencia à 3ª geração do clã dos fundadores de Cataguases e foi vereador na cidade entre 1892 a 1897; possuía, portanto, acesso e condições privilegiadas para fazer tal registro. Assim no decorrer desta tese seus registros aparecerão com frequência. Após esse período, como dito anteriormente, a fonte principal será o semanário oficial do município, o jornal Cataguases.

Rio de Janeiro, entre 1902 e 1904.

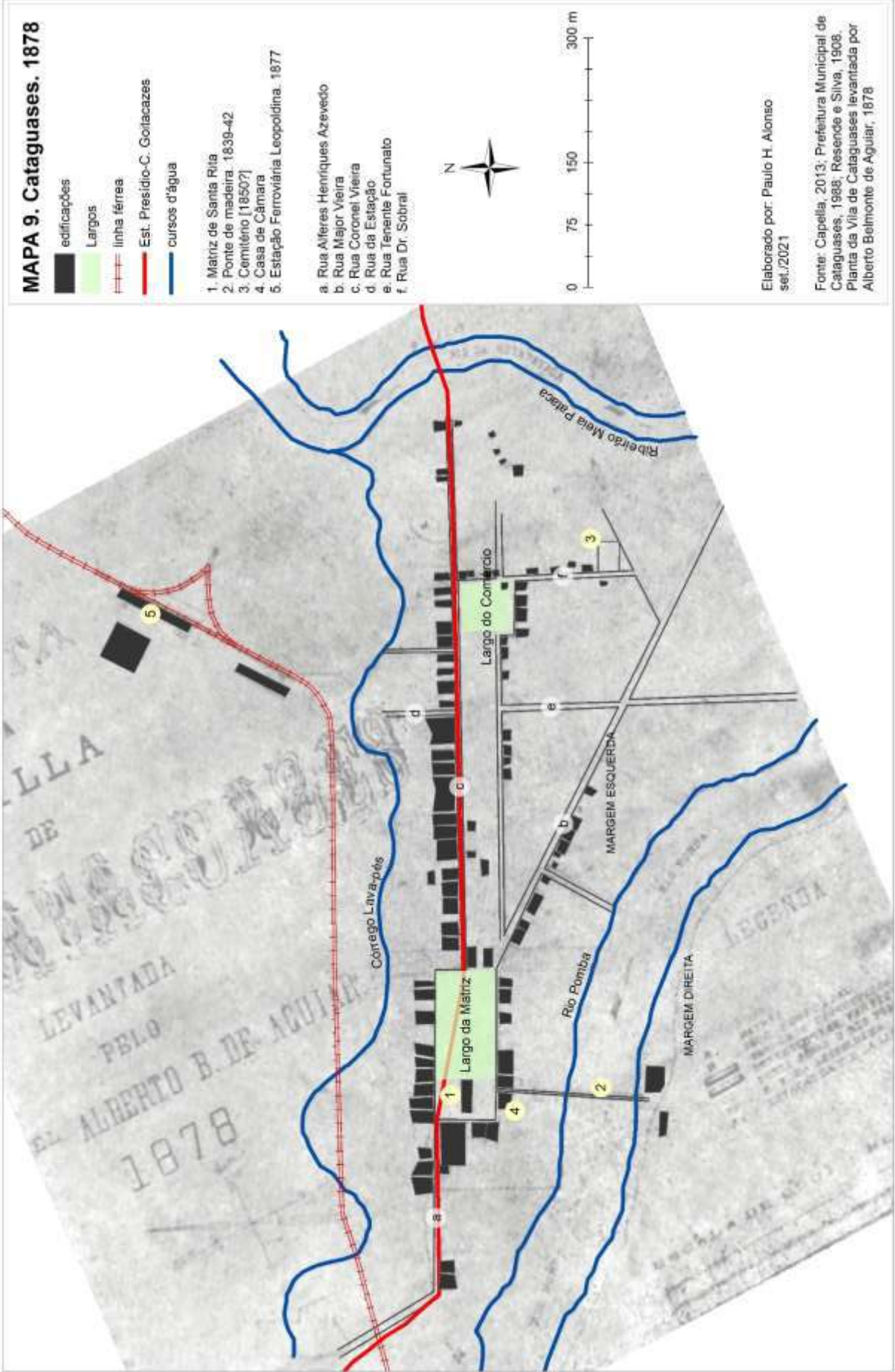
A primeira planta elaborada para o povoado⁵⁸ data de 1878, um ano após a instalação da Vila. É a partir dela que Resende e Silva (1908, p. 675-677) descreve o distrito sede na data da sua inauguração, onde havia 87 casas (Mapa 9).

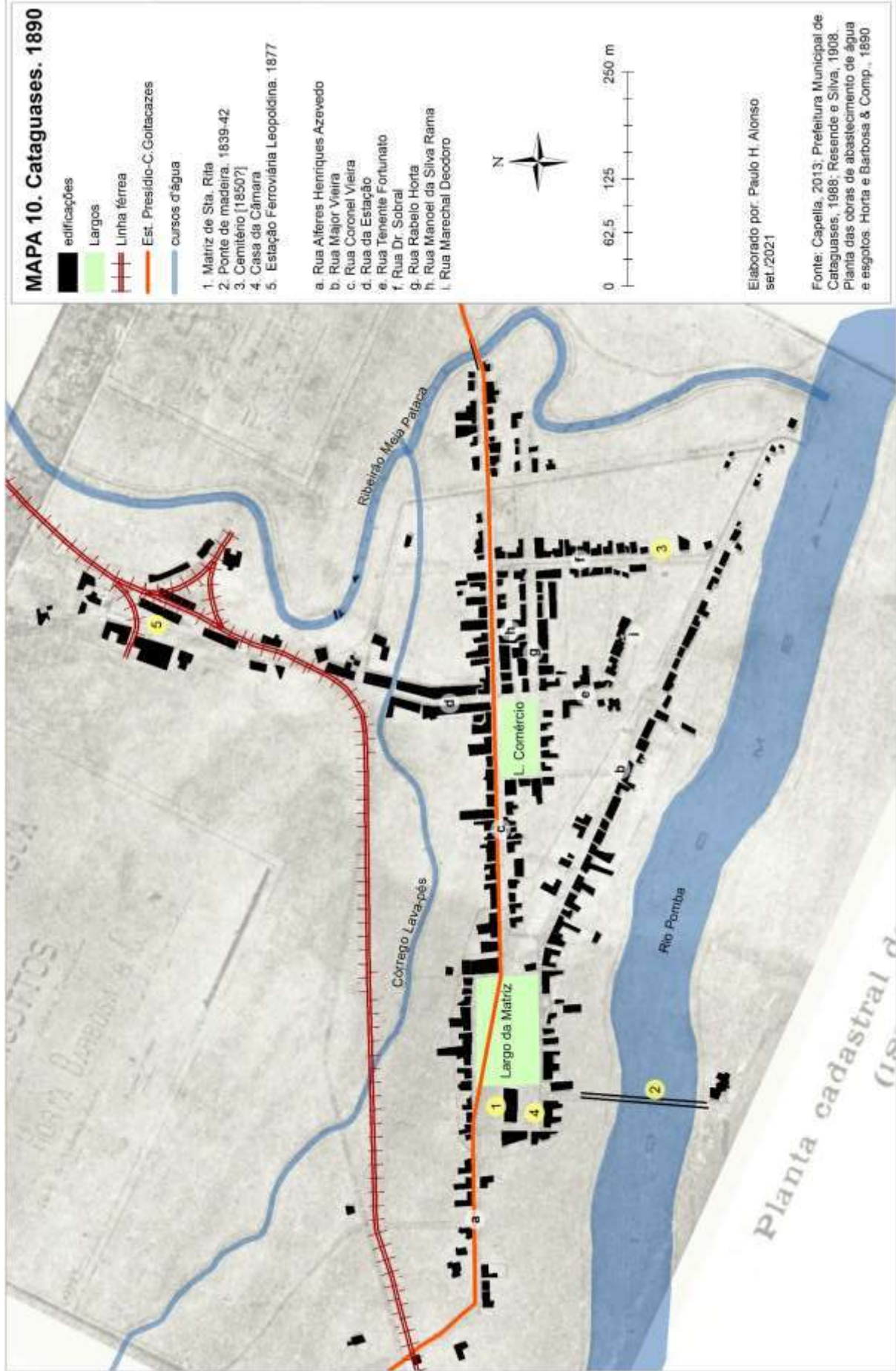
Já a segunda planta⁵⁹ data de 1890; foi elaborada para a instalação das infraestruturas de água e esgotamento sanitário em função das epidemias que assolaram a Vila entre 1889 e 1896. Nesta há 350 moradias registradas para receberem as infraestruturas sanitárias em contraponto às 87 moradias existentes nos 13 anos anteriores, conforme ilustra o Mapa 10 nas páginas seguintes.

Ao se comparar essas duas plantas, veem-se mudanças significativas sofridas no espaço nesse curto período. Em 1890, há uma densidade construtiva bem maior que em 1878 na área de terreno com cota mais alta do antigo arraial, definida como o Patrimônio da povoação e onde se localizam a igreja Matriz e sua respectiva praça, o largo do comércio e as ruas adjacentes em direção ao ribeirão Meia Pataca. Começam também as ocupações em direção à Estação Ferroviária Leopoldina instalada em 1877.

⁵⁸ Essa planta foi elaborada pelo engenheiro Alberto Belmonte Aguiar e provavelmente foi encomendada pela Câmara Municipal da Vila recém-instalada. Resende e Silva (1908, p. 676) nos informa que a Câmara a adquiriu por 300\$000. Aqui ela é utilizada como base para elaboração do Mapa 9.

⁵⁹ Elaborada por Horta e Barbosa e Cia, Planta Cadastral da Cidade de Cataguazes, Plano das Obras, "Abastecimento de Água e Exgottos". Utilizada como base para iluminar o Mapa 10.





4.1 A continuidade de um traçado urbano uniforme e regular

Conforme abordado anteriormente, a área destinada ao Patrimônio Municipal é um platô, relativamente plano, às margens do rio Pomba. As partes inclinadas dessa área são aquelas que se direcionam do platô para as margens dos cursos d'água que o circundam ou, seja, do córrego Lava-pés, do ribeirão Meia Pataca e do rio Pomba. E conforme ilustram os Mapas 9 e 10 apresentados anteriormente, o traçado urbano seguiu regular na medida do possível obedecendo às condicionantes naturais do sítio. Dessa forma, por exemplo, a atual rua Major Vieira faz uma diagonal com o restante do traçado, acompanhando paralelamente o curso do rio Pomba, aproveitando maior área do terreno, tendo as margens do curso d'água como fundo dos lotes em declive. Também, seguem as condicionantes naturais do terreno o desenho da atual rua Coronel João Duarte fazendo uma curvatura, posteriormente, em direção à parte mais baixa, no nível e em direção à Estação Ferroviária.

Os lotes de uma das faces do Largo da Matriz, rua Coronel Vieira e Largo do Comércio também fazem fundos com o córrego Lava-pés da mesma forma que os da rua Major Vieira o fazem para o rio Pomba.

Comparando-se os Mapas 9 e 10 vê-se a reconfiguração do largo do Comércio que se desloca de leste para oeste e adquire um formato retangular em contraponto ao quadrado anterior. Sobre essa alteração, Resende e Silva (1908) registra que a Câmara, em 1881, já possuía a intenção de modificá-lo. O fiscal da Vila, Antônio José da Silva, em representação que endereçou à Câmara em 13 de junho de 1881 diz: “Esta Ilma. Câmara deliberou reduzir o Largo do Rosário desta Villa por ser demasiadamente extenso e permitido edificar-se na parte reduzida para que o largo que era **informe, formasse uma forma elegante**” (p. 676, grifo nosso). É concedida pela Câmara autorização para se edificar no espaço que foi reduzido, mas quando começam as primeiras obras, elas são embargadas pelo juiz municipal. Por requerimento, alguns cidadãos alegam que o terreno já estava de posse do povo há mais de 30 anos; seria destinado à construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário, era posse da Santa e não da Câmara.

Curioso que mais à frente, em 1896, um grupo “composto em sua maioria por libertos” tentou em períodos noturnos erguer, neste mesmo largo, uma igreja sobre a invocação de Nossa Senhora do Rosário. A ação foi interrompida por ordens da Câmara Municipal alegando

que iriam de encontro às posturas municipais, sendo aquele o local mais ativo do comércio da cidade, que ficaria reformado e obstruído (RESENDE E SILVA, 1908, p. 716). Em sua descrição Resende e Silva (1908), no entanto, não traz detalhes de como o largo do comércio foi deslocado e não conseguimos acesso a documentos que esclarecessem esse fato. O caso é que o largo foi deslocado para oeste, encurtando sua distância com a praça Santa Rita. O espaço entre as duas ruas que seguiam paralelas, entre a praça Santa Rita e largo do Comércio, é reconfigurado sendo ocupado por um quarteirão triangular mais o próprio largo do Comércio e dois outros quarteirões retangulares de medidas aproximadas, conforme ilustra o Mapa 10.

Assim, vai se configurando um tipo de traçado no qual se procuram manter as ruas paralelas e perpendiculares acompanhando as condicionantes do relevo como nos disse Moreira (2003), sobre o modo de fazer cidades dos portugueses na fase colonial. Cabe lembrar que Cataguases foi fundada depois da independência. Esse modo de traçar as cidades foi incorporado às legislações que dizem respeito à organização espacial das cidades, mesmo após o Brasil colônia. Questões relativas a alinhamento e regularidade e ainda, relacionadas a decoro e ornamento, aparecem na Lei de 1º de outubro de 1828 que define as novas atribuições das Câmaras Municipais da era pós-independência. Diz essa legislação:

Art. 66. [as Câmaras Municipais] terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e **proverão por suas posturas** sobre os objetos seguintes:
 § 1º **Alinhamento, limpeza, iluminação, e desempachamento das ruas**, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes, ou **para decoro e ornamento** das povoações (BRASIL, 1828, grifo nosso).

Cabiam, portanto, às novas Câmaras Municipais, formadas a partir da independência, definir em seus Códigos de Posturas sobre a organização espacial dos núcleos urbanos que se formavam. O alinhamento era um item recorrente nestas legislações, inclusive destacado através de seus títulos e capítulos específicos, o que demonstra o cuidado e atenção dispensados a esse quesito na conformação das cidades à época. Os códigos de posturas mencionam ainda profissionais específicos para cuidarem do alinhamento, normalmente um fiscal e ou “alinhador”, um tipo similar ao “ruador”, como mencionado anteriormente. Assim, um modelo de traçado urbano vai se incorporando, de alguma forma, nas normas urbanas e definindo o desenho das cidades que se conformavam naquele momento. Chama a atenção a

herança de legislações anteriores. A presença dos quesitos “limpeza, iluminação e despachamento das ruas”, eram termos caros às Ordenações do Reino de Portugal, especialmente as Ordenações Filipinas (PORTUGAL, 1870), e a relação que se faz entre alinhamento e “decoro ou ornamento” aparece no Diretório dos Índios de Pernambuco (DIREÇÃO..., [1759] (1883).

Neste sentido, a formação e desenvolvimento do traçado urbano de Cataguases, pelo menos até determinado momento⁶⁰, não fugiu a essas regras.

No momento em que Cataguases é fundada, em 1877, quando sua Câmara municipal foi instalada devendo prover a nova cidade de seu próprio Código de Posturas, verifica-se, portanto, que já havia se consolidado um traçado urbano regular, como observado no Mapa 9. E, conforme verificado anteriormente, na intencionalidade de Guido Marlière, a própria fundação do povoado já inaugura esse tipo de traçado. Assim, o traçado regular que se consolidou entre os anos 1828 e 1877, quando Cataguases era apenas um povoado, era resultado de uma maneira de se fazer cidades pelos portugueses que vinha se perfazendo desde o Brasil colonial e vai se replicar nos Códigos de Posturas do município ao qual o povoado neste período estava subordinado.

Em 1828 o povoado estava subordinado ao município de São João Batista do Presídio, que por sua vez seguia o Código de Posturas de Mariana⁶¹ (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1847).

Em 1854 o povoado passa para a jurisdição do município de Leopoldina, sendo seu Código de Posturas o mesmo daquele município até o ano de 1888, quando Cataguases, já município,

⁶⁰ Mais à frente, nesta pesquisa, será mostrado como esse traçado urbano com ruas paralelas e perpendiculares acompanhando as condicionantes do relevo vai se perder nos assentamentos implantados a partir da década de 1940 que vão subir as encostas, onde permanece certa regularidade no traçado sem acompanhar as condicionantes do relevo.

⁶¹ No período imperial (1822-1889) os Códigos de Posturas Municipais eram elaborados pelos vereadores locais, no entanto, tinham que ser submetidos para aprovação à Assembleia Provincial para serem aplicados. Alguns municípios, na falta de seus respectivos Códigos, seguiam os de outros municípios por resoluções da Assembleia Provincial. Esse era o caso, por exemplo, de São João Batista do Presídio que seguia o de Mariana, e de Cataguases, que durante um tempo, segue o de Leopoldina (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1847; MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1882).

terá o seu próprio Código aprovado na Assembleia Provincial⁶².

Recuperamos abaixo o que estes códigos de posturas vão dizer sobre o traçado urbano para as respectivas sedes e povoados.

Enquanto o povoado de Cataguases estava subordinado a São João Batista do Presídio, entre 1828 e 1854, o Código de Posturas vigente era o de Mariana, que data de 1829. Nesse, o quesito alinhamento vai aparecer já no 1º artigo, expondo a necessidade de licença da Câmara para novas construções para que se possa regular o alinhamento:

Art. 1º. Nenhuma pessoa desta cidade pode construir nas ruas e subúrbios e sesmarias do Conselho casas novas nem alienar as que se acham feitas sem licença da Câmara, não só **para que essa possa regular o alinhamento** como o Direito do Foro, assim como não se poderá fazer nas ruas paíóis e alpendres sem licença da mesma Câmara com a cominação de serem multados em quatro mil reis, os contraventores destas determinações para as obras públicas, cujas licenças serão dadas gratuitamente e somente pelo Sr. Presidente assinadas. E quando acontecer cair alguma propriedade sujeita ao Foro, será seu dono obrigado a levantá-la dentro de um ano, com a pressa de se julgar devoluto o terreno e assim a tornar-se ou aforar-se a quem a ele mais der. (MARIANA. CÂMARA MUNICIPAL, 1829, grifo nosso).

Os códigos de posturas subsequentes, os quais Cataguases vai se subordinar enquanto dependia da jurisdição de Leopoldina, datam de 1856 e depois de 1866. Sobre a conformação do desenho e traçado urbano, o de 1856 diz:

Art. 38. Nas concessões de terrenos, os lugares para a construção de casa, a Câmara deverá regular-se de sorte que a povoação **comece do centro para os lados**, evitando-se que sejam habitados os arrabaldes, antes de estar o interior ocupado, e para que nas ruas entre um e outro morador não haja longos espaços.

[...]

TITUTO 2º. Do asseio das povoações

CAPÍTULO 1º. **Do Alinhamento.**

Art. 40. Enquanto não houver planos, os alinhadores cingir-se-ão às instruções que lhes forem dadas de ordem da Câmara apresentadas **pelos fiscais**.

Art. 41. Haverá **os alinhadores** necessários para esta Vila e para os Arraiais do Município. Os alinhadores serão nomeados pela Câmara, e seu número fixado pela mesma maneira que as distâncias e, conseqüentemente, as despesas sejam as menores possíveis. Os mesmos alinhadores vencerão o salário marcado no capítulo e artigo do respectivo regulamento.

Art. 42. Compete ao alinhador alinhar e perfilar o edifício conforme **o plano da povoação se houver**, ou segundo as instruções que lhe forem apresentadas pelo fiscal.

⁶² Em 1879, apesar de a Câmara de Cataguases ter aprovado o Código de Posturas próprio do município ele não foi aprovado pela Assembleia Provincial (RESENDE E SILVA, 1908, p. 679). Continuou vigindo, portanto, para Cataguases o Código de Posturas de Leopoldina que era de 1866.

[...]

Art. 44. Nesta Vila e nos arraiais não se poderá sem licença:

§ 2º Fazer concertos ou qualquer obra que possa **ofender o alinhamento**: multa da importância do salário que havia de vencer o alinhador e quando o edifício, obra ou conserto ofender o alinhamento, será desfeito todo, ou a parte que ofender. (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1857, grifos nosso).

Nessa legislação verifica-se curiosamente a preocupação com a ocupação da povoação de forma que não se forme vazios urbanos. Há um capítulo destinado especificamente ao alinhamento, o que demonstra como esse quesito era um item importante na organização espacial da época. É mostrado ainda a existência dos profissionais “alinhadores” e de um “plano da povoação” pelo qual o alinhador deveria seguir. É curiosa ainda a localização do item “alinhamento” no título: “Do asseio das povoações”, sugerindo alinhamento relacionado a limpeza e higiene.

Já o código de posturas de Leopoldina de 1866 estabelece:

TÍTULO 4º. Da edificação nas povoações, das ruas e praças.

Art. 58. [É proibido] Edificar, reedificar, levantar muros ou fazer qualquer outra obra em terrenos públicos ou à frente das ruas ou praças sem licença da Câmara ou do Presidente e sem que precedam **alinhamento e nivelamento dados pelo alinhador**, ou por quaisquer outros peritos que venham a ser instituídos pela Câmara; pena de 20\$000 rs. de multa.

Art. 59. Edificar ou reedificar frente de casa que deite para a rua ou praça sem observar **o prospecto que a Câmara adotar e publicar**, pena de 30\$000 rs. de multa.

[...]

Art. 61. O proprietário do edifício é obrigado sob pena de 15\$000 de multa:

§ 3º A ter em frente do edifício **passeio calçado com 8 palmos de largura** até três meses depois de concluído o edifício, se antes não for para isso intimado pelo Fiscal, marcando-lhe prazo suficiente.

[...]

Art. 65. **As ruas que de novo se abrirem, nunca terão menos de 60 palmos**, salvo se for travessa de pequena extensão, cuja largura será na ocasião fixada pela Câmara em vista das circunstâncias. (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1867, grifo nosso).

Novamente, nessa legislação posterior repetem-se o papel do alinhador, a existência de algum plano para o povoado e aqui já se definem larguras mínimas para calçadas e ruas.

E o Código de Posturas de Cataguases de 1888 define

TÍTULO II. **Do Alinhamento** de casas, ruas, praças e edificações.

Art. 33. Haverá na cidade e em cada povoação do município **um alinhador** nomeado pela Câmara.

Art. 34. Os alinhadores receberão o salário de 300 réis, pagos pelo proprietário por cada metro de frente que alinharem.

Art. 35. Na cidade e povoações do município, não se poderá edificar, reedificar, retocar frentes de casa, levantar muros ou qualquer outra obra, sobre a rua, praça ou terrenos públicos, sem licença da Câmara; multa de 10\$000; e **se a obra ofender o alinhamento** será desfeita pelo fiscal, à custa de quem a fez ou mandou fazer.

Art. 36. O **alinhamento será feito por um alinhador**, com assistência do fiscal e de conformidade com o plano da povoação ou da rua ou praça.

[...]

Art. 46. **As ruas e travessas** que forem se formando nesta cidade e povoações do município deverão ter **a largura de 13,20m** e os becos deverão conter 4,50m de largura.

[...]

Art. 47. Os proprietários de casas, dentro do perímetro da cidade são obrigados: § 1º A colocar na frente das casas, **passeios de pedras ou macadame**; neste caso, deverão ser guarnecidos, do lado da rua, de uma tira de cantaria de vinte centímetros de largura. Os passeios terão **1,32 m de largura**, com declive para fora de 6 centímetros.

[...]

Art. 48. O alinhamento e nivelamento dos passeios serão feitos de acordo com os da respectiva rua.

Art. 49. Qualquer particular poderá arborizar a frente de seu prédio, precedendo licença da Câmara e assistência gratuita do alinhador; as árvores serão plantadas 2 metros de distância da casa. Compete à Câmara o domínio e a inspeção das árvores plantadas. (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1889, grifo nosso).

Essa legislação própria de Cataguases traz, além das questões relativas ao alinhamento, um detalhamento maior. Há a definição da largura das vias, que seguem a mesma medida do código de posturas de Leopoldina de 1866; a obrigatoriedade de passeios em frente às casas bem como sua largura que é um décimo da medida definida para as ruas e seu alinhamento; e, ainda, a arborização das vias com assistência do alinhador e definição da distância entre espécies e edificações. Aqui cabe destacar a preocupação, já naquela época, com a arborização do núcleo urbano, uma característica marcante na cidade que se estende aos dias atuais e, além disso, a disposição das espécies nas vias. As árvores não são locadas nos passeios, mas na própria via a uma distância de 68 centímetros do meio fio.

A necessidade de um traçado urbano regular e uniforme e até mesmo passando a ideia de beleza urbana mostrava-se nas legislações, mas também parece que estava bastante presente no imaginário da época. Resende e Silva (1908) em um capítulo onde parte para a conclusão de seus registros sobre Cataguases nos diz: “Nessa planície pôde a cidade se desenvolver folgadoamente, sem tropeços e sem acidentes em **ruas regulares e retas**,

facilmente entrecruzando em diversas direções” (RESENDE E SILVA, 1908, p. 949, grifo nosso). Nesse mesmo sentido, o prefeito da cidade, entre 1901 e 1907, Joaquim Gomes de Araújo Porto, em relatório de 1902, “pedia que a Câmara regulamentasse os serviços de limpeza, iluminação e **embelezamento da cidade** e também que as edificações não deveriam ser feitas **sem ordem, sem método e sem arte**” (RESENDE E SILVA, 1908, p. 861, grifo nosso).

Ainda na busca de embelezamento, vão se juntar e aliar as questões de higiene e saneamento urbanos, talvez em razão das epidemias por quais vai passar a cidade. Essas relações aparecem em 1908, formalizadas na lei nº 221 que codifica todas as legislações municipais anteriores e na construção, a partir de 1911, da avenida sanitária margeando a linha férrea. Diz a lei nº 221 de 1908 em seu artigo 617:

Nenhum prédio será construído nas ruas novamente abertas, sem que a respectiva planta seja previamente aprovada pelo presidente da Câmara e obedeça o plano arquitetônico aos preceitos **de higiene e embelezamento**. (CATAGUASES, 1908, grifo nosso).

Encontram-se ainda nesta mesma lei nº 221 artigos que dizem respeito à configuração da área do patrimônio e vem, de certa forma, reforçar e complementar os códigos de posturas anteriores:

Art. 428. Os terrenos do patrimônio, ou de uso comum dos municípios, na cidade ou nos distritos, serão divididos em posses e concedidos aos particulares para edificação.

Art. 429. Cada posse não terá mais de 13,20 m, contado sobre o alinhamento das ruas e praças.

Art. 430. Os fundos de cada posse, ou a sua extinção, serão marcados pelos fiscais dos distritos, com aprovação do presidente da Câmara, e tanto quanto possível, serão iguais para os prédios confrontantes, a contar da linha da frente.

Parágrafo único. Os fundos de posse, quando possível, terão 120 palmos [26,4m] a contar da linha de frente da rua. (CATAGUASES, 1908, grifo nosso).

Assim, a área do patrimônio, através das sucessivas legislações com acréscimos e modificações, vai se delineando por um traçado urbano com ruas de 13,20 metros de largura; passeios com 1,32 metros; arborização a dois metros da frente das edificações; lotes de 13,20 metros de frente pelo dobro para a medida de fundos, 26,40 metros. De certa forma, das diretrizes traçadas por Marlière para o tamanho dos lotes, prevaleceu uma medida única, aproximada às definidas por ele, a do lote de tamanho maior que ele destinou para o Reverendo Capelão, o Comandante e as pessoas graduadas, ou seja, lotes de 60 palmos (13,20 metros) de frente e 100 (22 metros) de fundos.

Destaca-se que, desde a fundação do povoado, os lotes na área do patrimônio eram concedidos a particulares para edificação. Essas concessões eram feitas às classes mais abastadas, pois eram as que dispunham de condições para edificar, fazer uso dos lotes e pagar os impostos que o uso e ocupação do solo naquela área impunha. Além disso, os sucessivos códigos de posturas vigentes traziam uma série de condicionantes vinculados à concessão que, pelos custos a serem dispendidos para atender a tais condições, provavelmente só daria condições a essas classes edificarem ali. Os códigos de posturas fixavam, por exemplo, prazos para se começar e concluir a edificação; manutenção constante da calçada em suas paredes externas; proibição de coberturas de palhas; proibição de cercamentos frontais que não fossem muros de alvenaria ou gradis; obrigatoriedade de se fazerem passeios, entre outras.

O último código de posturas onde é encontrada menção à concessão dos lotes do patrimônio foi o de 1908 (CATAGUASES, 1908). Ou seja, já num momento em que quase toda a área do patrimônio já tinha sido concedida a particulares e praticamente ocupada (mapas 9 e 10).

Chama a atenção o fato de as concessões de lotes na área do patrimônio municipal deixar uma herança de localização das classes sociais mais altas na cidade que pode ser vista até os dias atuais. É nesse local que foram se consolidando as melhores infraestruturas e equipamentos do espaço urbano e se fixou a elite socioeconômica de Cataguases.

No decorrer do tempo, os lotes concedidos no patrimônio foram se tornando propriedade dos concessionários sem nenhuma contrapartida para o poder municipal, conforme corrobora notícia do jornal Cataguases em 1931 alertando para esse fato⁶³:

Terrenos do Patrimônio Municipal.

Constantemente vemos lavrarem-se nos cartórios deste Termo escrituras públicas de venda de terrenos pertencentes ao patrimônio Municipal. Tais escrituras são nulas de pleno direito porque ninguém pode vender imóvel que não lhe pertence ou ocupa a título precário. [...] (jornal Cataguases, 15 out. 1931).

Assim, esse fato é parecido com o que ocorreu com a promulgação da Lei de Terras em 1850, ou seja, as terras foram concedidas para as classes abastadas, gerando, de certa forma, um

⁶³ A questão dos lotes concedidos do patrimônio a particulares ter sido apropriada pelos mesmos, merece um pesquisa mais detalhada, pela qual não faremos nesta pesquisa por uma questão temporal.

tipo de herança socioespacial segregacionista e de privilégios.

Numa terceira planta da cidade elaborada em 1913⁶⁴, iluminada no Mapa 11 abaixo, observa-se a consolidação da ocupação na área do Patrimônio e a expansão da mancha urbana para a região onde se localizavam as duas estações ferroviárias, para onde se instalara a indústria têxtil e em direção à Vila Domingos Lopes. Essa planta une projetos de saneamento, reforma e ampliação das redes de distribuição de água e esgotos, além de possuir um projeto de expansão urbana, o que mostrava certa intencionalidade do poder público local com este propósito naquele momento. Nela há o projeto da avenida sanitária, hoje avenida Astolfo Dutra, bem como as expansões para a Várzea da Granjaria, para uma área atrás da Matriz de Santa Rita e para o outro lado do rio Pomba, o que virá a ser a Vila Tereza. Todas essas expansões terão traçados uniformes e regulares.

Os desenhos da Várzea da Granjaria, da Vila Tereza e nos fundos da Matriz não foram executados exatamente como o projetado nessa planta de 1913, apesar de construídos de forma bastante similar.

O traçado das vias na Várzea da Granjaria é regular e uniforme, porém vai apresentar pontos bastante críticos para se vencer o relevo, principalmente, nas extremidades das suas vias transversais onde há uma inclinação considerável do sítio, na parte a nordeste e sudoeste da área conforme assinalado no Mapa 11. Esse traçado que está em área mais inclinada acabou não sendo executado.

Aqui, parece, que pelo menos em projeto, se perdeu aquela herança do modo de fazer cidades dos portugueses abordada anteriormente, curiosamente já em 1913. De qualquer forma, essas vias em terreno muito inclinado não foram executadas em sua totalidade quando a cidade se expande posteriormente.

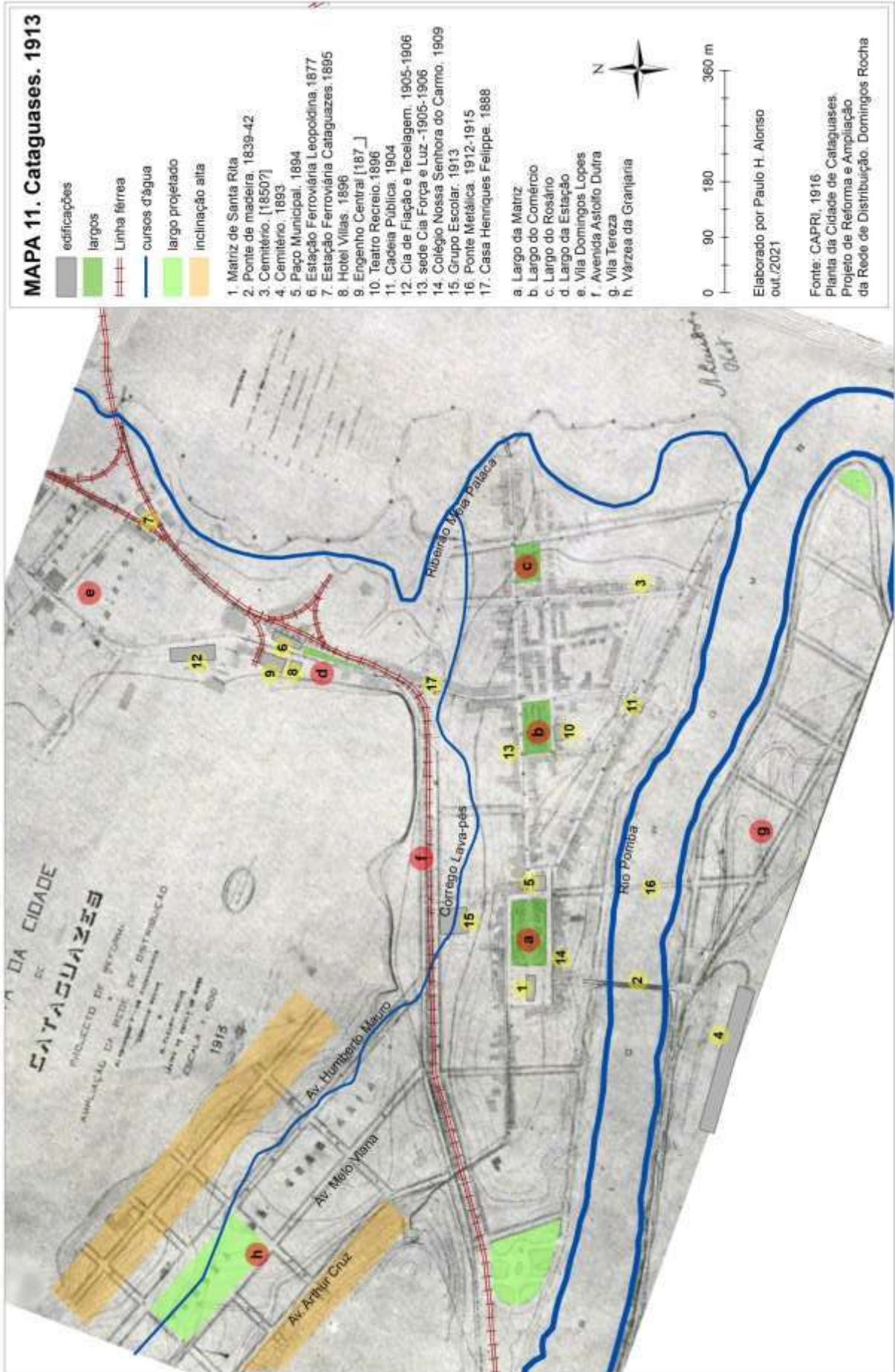
Outro ponto de destaque é que também no traçado original da Várzea da Granjaria foi deixado um vazio que parece ter sido reservado para um grande largo. Da mesma forma, foram projetadas uma praça na extensão do traçado nos fundos da Matriz, onde se encontram rio Pomba e ferrovia, e outra praça na Vila Tereza, desta vez menor, aproveitando

⁶⁴ Elaborada sob responsabilidade do engenheiro Domingos Rocha, por ocasião de um empréstimo feito pela municipalidade ao governo do Estado para melhorias, principalmente relativas a saneamento e embelezamento urbanos, conforme detalhado mais adiante nesta pesquisa.

a curvatura do rio e área de resíduo do parcelamento do solo. Esses largos projetados não foram executados. Porém, o projeto deles nos indica que havia uma prática e intencionalidade na criação de espaços públicos na conformação da cidade. Neste curto tempo e, relativamente próximos espacialmente, já se havia consolidado na cidade quatro largos: da Matriz, do Comércio, do Rosário e da Estação.

Nessa mesma planta de 1913, ainda na Várzea da Granjaria, chama a atenção uma estrada desenhada sob o traçado projetado, dando acesso à área do Patrimônio que provavelmente era o antigo caminho-tronco Presídio-Campos dos Goitacazes. No projeto são feitas vias na mesma direção dessa estrada: as atuais avenidas Arthur Cruz, mais próxima à estrada e em área mais inclinada; a avenida Melo Viana; a avenida Humberto Mauro seguindo o curso do córrego Lava-pés e uma outra via, também em área mais inclinada que não foi executada. Será visto, mais à frente, que a ocupação da Várzea da Granjaria se dá primeiramente ao longo da avenida Melo Viana, provavelmente devido às condicionantes do terreno que não necessitavam tanta movimentação de terra como a da avenida Arthur Cruz, ou que não tinha o curso d'água como empecilho como o da avenida Humberto Mauro⁶⁵. Somente depois é que se ocupam as avenidas Arthur Cruz e Humberto Mauro. Isso nos indica que as ocupações vão se dando por lugares anteriormente percorridos – o caminho tronco – aliados àqueles terrenos mais favoráveis.

⁶⁵ Futuramente a avenida Humberto Mauro recebe o mesmo tratamento com canal central retificado, similar à avenida Astolfo Dutra.



4.2 As novas infraestruturas

Em 1877, com a chegada da ferrovia e elevação do povoado a Vila, o espaço urbano começa a ser transformado. No período que vai aproximadamente entre as últimas décadas do século XIX e as quatro primeiras do século XX, começam a ser instalados e consolidados infraestruturas e equipamentos públicos para atenderem às necessidades da cidade em expansão. Ações de saneamento, higiene e embelezamento urbano, em função das epidemias que assolam a cidade no final do século XIX, vão estar na pauta da organização espacial influenciando a formulação de legislações e modificações físicas no espaço. Da mesma forma, uma série de ações transformadoras da sociedade e do espaço urbano terá como protagonista a iniciativa privada que, composta por uma elite econômica e política em formação, de proprietários de terras e imigrantes recém-chegados, vai exercer influência na gestão municipal da cidade⁶⁶. Neste sentido, no contexto das ações da iniciativa privada, pode-se dizer que um ponto de inflexão neste processo de transformações vai ser a criação das empresas energética e têxtil em 1905. E, além disso, o aparecimento e consolidação de um comércio pujante, bem como outras indústrias, engenhos de café, de arroz, de açúcar, bancos e diversos serviços. E, no contexto das iniciativas do poder público, um empréstimo feito pela municipalidade ao governo do Estado para obras de saneamento e melhorias urbanas.

Assim, nas duas últimas décadas do século XIX já existiam ou foram instalados a matriz de Santa Rita e seu respectivo largo; duas estações ferroviárias; hotel; paço municipal; largo do comércio; teatro; casas comerciais; calçamento; arborização; nomeação de ruas; numeração das edificações e, na primeira década do século XX, a cadeia pública e a imprensa oficial. Essas edificações são ilustradas entre as imagens 1 e 10 abaixo e suas localizações estão nos Mapas 9, 10 e 11 apresentados anteriormente.

⁶⁶ Aqui se evidencia o tipo de organização social que abordamos anteriormente no item 3.3 desta pesquisa.

Figura 1 – Primeira Matriz de Santa Rita de Cássia.



Fonte: RESENDE E SILVA, 1908

Figura 2 – Largo da Matriz de Santa Rita de Cassia



Fonte: RESENDE E SILVA, 1908

Figura 3 – À direita a Estação da Estrada de Ferro Leopoldina inaugurada em 1877. À esquerda, Hotel Vilas inaugurado em 1896.



Fonte: CAPRI, 1916

Figura 4 – Estação da Estrada de Ferro Cataguazes inaugurada em 1895, cujos trens circulavam apenas dentro do município e atendia os cafeicultores locais.



Fonte: RESENDE E SILVA, 1908

Figura 5 – Ao fundo, Paço Municipal inaugurado em 1894, de autoria do engenheiro Antônio Agostinho Horta Barbosa e cujo local já estava reservado desde 1879. A imagem mostra também a localização da arborização na via, fora do passeio.



Fonte: RESENDE E SILVA, 1908.

Figura 6 – Cine Teatro Recreio inaugurado em 1896, no largo do Comércio, de propriedade do imigrante português João Duarte Ferreira, que faz fortuna na cidade.



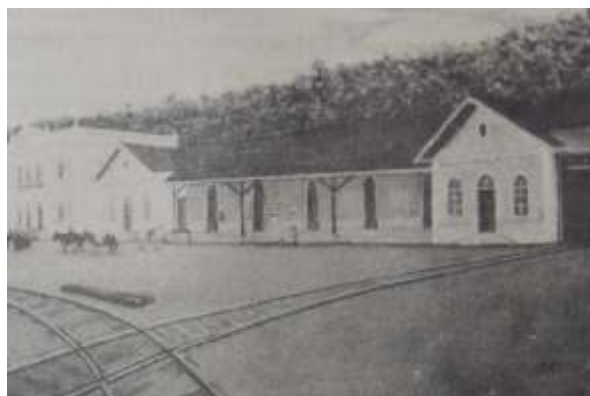
Fonte: Centro Cultural Eva Nil, s/d

Figura 7 – Trecho do Largo do Comércio



Fonte: RESENDE E SILVA, 1908

Figura 8 – À esquerda hotel Villas e à direita o Banco de Cataguases e Engenho Central ambos de propriedade de João Duarte Ferreira.



Fonte: jornal Cataguases 2 set. 1990

Figura 9 – À esquerda, Cadeia Pública, inaugurada em 1904, e à direita, Templo Metodista.



Fonte: Prefeitura de Cataguases, Departamento Municipal de Documentação Histórica, s/d

Figura 10 – Edifício da Imprensa Oficial inaugurada em 28 de janeiro de 1906.



Fonte: jornal Cataguases, 5 set. 1907.

4.2.1 Epidemias e saneamento

Muitas mudanças e infraestruturas instaladas na cidade relacionam-se e foram influenciadas pelo momento em que o mundo e o país passavam em função da presença de surtos epidêmicos e das medidas em curso para contê-los nas áreas urbanas. Em Cataguases tais mudanças estão relacionadas à expansão da área da cidade para margem direita do rio Pomba, que se inicia com a construção de um novo cemitério em 1893 e posteriormente de um novo hospital, em 1916; à retificação do ribeirão Meia Pataca como medida para se evitar enchentes⁶⁷ na várzea desse curso d'água que atingiam, frequentemente, as áreas mais

⁶⁷ As partes da cidade que desceram o platô inicial de fundação da cidade em direção ao antigo largo do Rosário, hoje Praça Sandoval Azevedo; à Estação Ferroviária Leopoldina; e à Avenida Astolfo Dutra, que se localizam próximo às antigas várzeas do ribeirão Meia Pataca e córrego Lava-pés, entre as cotas aproximadas de 160 a 167 metros, sofrem enchentes recorrentes até os dias atuais, o que tem sido um grande desafio para as gestões municipais.

baixas da cidade e que começavam a se urbanizar; à instalação de infraestruturas de distribuição de água potável e esgotamento sanitário e, mais à frente, à canalização do córrego Lava-pés e abertura da avenida sanitária Astolfo Dutra aliados à ideia de saneamento, embelezamento urbano e progresso.

Cataguases foi assolada, entre 1889 e 1896, por uma epidemia de febre amarela, que se manifestou em maior intensidade, mas também com a sobreposição de surtos de varíola e cólera neste mesmo período (HENRIQUES, 2005; RESENDE E SILVA, 1908). Destacamos que foi uma época posterior à fundação da cidade, em 1877, quando começa a se consolidar uma vida urbana mais intensa com a chegada da ferrovia e quando a população começa a aumentar. O antigo povoado tornou-se entreposto comercial de produção de café e cereais, com mais pessoas morando e circulando no centro urbano, configurando-se, portanto, em um ambiente propício à disseminação de doenças infectocontagiosas que recorrentemente apareciam em ciclos naquele século, tanto no mundo como no Brasil.

Ujvari (2020) relata e ajuda a contextualizar os surtos epidêmicos experimentados ao redor do mundo, sendo o maior deles o da peste bubônica de 1347, que dizimou quase um terço da população europeia. Muitas epidemias como tifo, sífilis, varíola, cólera, febre amarela foram recorrentes, reaparecendo em ciclos e sua disseminação favorecida em função de guerras, navegações, disputa por territórios, colonização, rotas e trocas comerciais. Tais epidemias começam a ser debeladas somente no início do século XX.

Várias doenças infectocontagiosas chegaram ao Brasil através das embarcações dos colonizadores e dos navios negreiros, vindo a contaminar a população indígena frágil em relação à imunização natural, os negros escravizados e os imigrantes brancos, disseminando-se em povoados e cidades.

Em 1555 chega, por exemplo, a varíola que se propaga pela costa brasileira, aportando em 1660 no Maranhão e Pará dizimando boa parte da população indígena (UJVARI, 2020, p. 91).

Uma grande epidemia de cólera, iniciada em Calcutá em 1817, se espalha ao redor do mundo e, em ciclos recorrentes no século XIX, chega ao Brasil em 1855, primeiramente no Pará, depois Salvador e Rio de Janeiro propagando-se por todo o território do país (UJVARI, 2020, p. 183-186).

A febre amarela que se alastra nas América Central e do Norte a partir de 1647, chega ao Recife em 1686 e dissemina-se rapidamente para a Bahia, tornando-se uma epidemia. Após esse surto ela desaparece e retorna em 1849 ao Rio de Janeiro, quando por ciclos recorrentes a cada verão, regressa não somente ao Rio de Janeiro, mas em várias partes do país até o início do século XX como, por exemplo, sua disseminação em 1889 nas cidades cafeeicultoras de Campinas e Sorocaba e, como dito anteriormente, até mesmo em Cataguases, o que era favorecido pelas rotas ferroviárias já bastante avançadas no país (RESENDE E SILVA, 1908; SCHWARCZ e STARLING, 2015; UJVARI, 2020).

O século XIX no Brasil será um momento propício para o aparecimento e disseminação epidêmica devido aos vários acontecimentos em curso que favoreciam os contatos humanos e, conseqüentemente, à disseminação de doenças infectocontagiosas vindas do exterior: a chegada da família Real, a abertura dos portos, a exportação de café, a consolidação de aglomerados urbanos e urbanização, o tráfico negreiro, a intensificação da imigração, a ligação de várias partes do território por ferrovias, principalmente aos portos.

A exposição de Cataguases a esses surtos epidêmicos relaciona-se ao fato de a cidade ser um entroncamento ferroviário, o que facilitava muitas trocas e disseminação das doenças infectocontagiosas da época.

Para explicar o surgimento e disseminação dessas várias epidemias que acometem a Europa e o mundo havia a teoria dos miasmas, que predominou até finais do século XIX quando é substituída pela teoria bacteriológica. A teoria dos miasmas justifica o surgimento e disseminação das doenças infectocontagiosas através da propagação dos odores pútridos do ar. Vai ser o ar contaminado por regiões insalubres, sujas, sem higiene, com acúmulos de água, lixo e corpos de animais e vegetais em putrefação o responsável pela disseminação das doenças.

Ujvari (2020, p. 21) diz que a teoria miasmática tem raízes anteriores aos povos gregos. Ela já tinha sido utilizada por Hipócrates, por volta de 430 a. C., como uma das hipóteses para justificar uma grande epidemia que se abateu por Atenas naquela época. Da mesma forma, foi utilizada pela Universidade de Paris para explicar o surgimento e disseminação da peste bubônica que atacou a Europa em 1347 (p. 53).

Assim, a teoria dos miasmas permaneceu para explicar o aparecimento e transmissão de várias doenças infectocontagiosas que se dissiparam pelo mundo, predominando durante a maior parte da história das epidemias que acometem a humanidade, até o final do século XIX. Foi um assunto que colocou e reforçou na ordem do dia a questão relativa à insalubridade do espaço urbano naquela época.

São ilustrativas as medidas propostas do Dicionário de Medicina Popular publicado em primeira edição em 1842 por Chernoviz⁶⁸, onde consta o vocábulo miasma e as medidas para seu controle. Chama a atenção a mesma linguagem utilizada no dicionário que também vai estar presente nos códigos de posturas municipais vindos após a lei de 1º de outubro de 1828, que dá nova forma às Câmaras municipais no Brasil, como se verá mais adiante, e até mesmo na linguagem corrente daqueles que falam das medidas profiláticas contra os miasmas à época. Percebe-se, portanto, que vai se consolidando um tipo de linguagem e medidas profiláticas comuns, que vão se rebater na organização do espaço urbano. Diz Chernoviz (1890) sobre a prevenção dos miasmas:

O poder do homem sobre os miasmas, para prevenir o seu desenvolvimento, é imenso, e se quizesse dar-se cuidadosamente ao trabalho, quasi todos os focos de infecção seriam destruídos. **O esgoto dos pântanos**, e de todas as espécies d'aguas dormentes, preservaria de muitas espécies de febres que affligem tantas regiões do globo. Convem que os canaes que levam os líquidos alterados, mormente os grandes desaguadeiros, estejam em declive e bem unidos: nunca se devem consentir **depósitos de imundicias** nas vias públicas: **as ruas devem ser bem calçadas, os cadáveres de toda a espécie enterrados**; é necessário manter o asseio dos navios, desembaraçal-os da lama fétida que faz do seu porão um pântano; preferir antes, para limpar o interior dos navios, o raspar as taboas do que laval-as ; fazer ventilações com as mangueiras; emfim recorrer ao uso das substancias desinfectantes indicadas no artigo DESINFECÇÃO.

As indústrias insalubres devem ser removidas para longe das habitações, e os homens dados a ellas terão grande cuidado de proteger a sua saúde, arejando os logares em que trabalham, entretendo um asseio restricto, e empregando outros meios de desinfecção. **Os cemitérios mais bem situados são os que se acham apartados das casas; seu terreno deve ser enxuto, um pouco inclinado e accessivel aos ventos**. Serão espaçosos, de sorte que cinco ou seis annos e mais decorram sem ser preciso mexer-se nas covas, cuja profundeza conveniente deve ser de 1 metro 65 cent. a 2 metros.

As latrinas são focos de infecção obrigado, que cada casa conserva, mas cujos inconvenientes, entretanto podem ser diminuídos havendo todo o cuidado no asseio, empregando-se os fossos inodoros, ou collocando-se os barris o mais longe possível dos quartos habitados. Quando não se pôde impedir a formação dos miasmas, é preciso ao menos favorecer a sua diffusão. Consegue-se isto

⁶⁸ Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, médico polonês, morou no Brasil entre 1840 e 1855. O autor traz além da definição do vocábulo “miasma”, as medidas para sua prevenção que devem ser adotadas no espaço urbano.

procedendo-se nas cidades ao **alargamento das ruas, ou abrindo-se os quarteirões mal arejados**; não se permitindo que se edifiquem casas de muitos andares; multiplicando-se nos hospitaes, quartéis, prisões, etc, as portas e janellas, procurando abrir, se o tempo o permittir, as portinholas e as escotilhas dos navios; abatendo certos matos ou morros que concentram os miasmas em um valle ou impedem a chegada dos ventos que devem dispersal-os, etc, etc. Póde-se operar a diffusão dos miasmas, agitando com largas superficies o ar dos logares circumscriptos. Isto faz-se em alguns hospitaes, removendo com as portas a atmosphaera das salas. Este meio pôde bastar para renovar o ar de um quarto de medíocre extensão. O mesmo effeito pôde obter-se removendo violentamente o ar pela deflagração da pólvora, e por isso aconselha-se que se dispare uma pistola nas partes-dos navios onde, como o porão e a coberta, o ar não circula. Obtem-se também de uma maneira mais certa a diffusão dos miasmas, estabelecendo, por meio do calor, entre a atmosphaera viciada e o ar externo, uma corrente que deite uma no outro. Muitos meios podem preencher esta indicação. Os primeiros e os mais simples são as **chaminés**. Estando o fogo acceso no fogão, e abrindo-se, as portas, o ar de um quarto é promptamente renovado. Os fogareiros conseguem o mesmo fim, mas com menos efficacia.

[...]

A salubridade das salas dos theatros obtem-se mediante um processo análogo. Uma chaminé de tamanho sufficiente é collocada por cima do telhado no lugar correspondente ao lustre e communica com a sala por sua abertura inferior. O lustre e o calor da sala fazem o resto. Ao mesmo tempo, um systema de tubos está organizado para conduzir á sala o ar exterior, e dirigido de maneira que não venha tocar immediatamente os espectadores. Seria muito para desejar que se procedesse com iguaes cautelas na purificação dos hospitaes, das prisões e de todos os logares onde uma quantidade de homens são ou doentes devem viver ou restabelecer-se em um espaço circumscripto. (CHERNOVIZ, 1890, p. 421-426, grifo nosso, mantida a grafia original).

Observa-se que os termos grifados na citação acima aparecem recorrentemente à época em documentos que abordam as questões de salubridade do espaço urbano como, por exemplo, nos códigos de posturas municipais. Chama a atenção ainda a sugestão que Chernoviz faz sobre os alargamentos das ruas ou abertura de quarteirões mal arejados como medida profilática de difusão dos miasmas, o que lembra as reformas urbanas de Paris da segunda metade do século XIX executadas por Haussmann e, no caso do Brasil, as de Pereira Passos no Rio de Janeiro, no início do século XX, e outras subsequentes que aconteceram em outras partes do país por influência daquelas, inclusive em Cataguases com a abertura da avenida sanitária.

Mesmo ainda não sendo uma resposta científica à disseminação e proliferação das epidemias, as medidas utilizadas para combater os miasmas e, até mesmo as quarentenas e os isolamentos serviram de alguma forma para minorar os danos causados pelas doenças infectocontagiosas antes do século XX. Exemplos são os da cólera que se transmite por água e alimentos infectados com a bactéria causadora da doença, eliminada nas fezes dos pacientes.

As cidades, ainda não tendo sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário eram lugares propícios à disseminação da cólera, tanto pela contaminação das águas consumidas como por alimentos, além da ausência da prática de se lavar as mãos. Contribuíam também a existência de áreas pantanosas e alagadiças, propícias à proliferação e reprodução de mosquitos vetores de febre amarela ou, ainda, habitações insalubres, mal ventiladas e com densidade excessiva, como os cortiços, que facilitam a transmissão de tuberculose e outras doenças por contágios da tosse. Neste sentido, os isolamentos, por sua vez, auxiliavam para barrar as doenças que se transmitiam também pela tosse de doentes infectados.

É importante ressaltar a relação existente entre a insalubridade, a disseminação das epidemias e as condições de moradia da população pobre nas cidades que se formavam no processo de urbanização no século XIX e XX. Em um período de início da industrialização e posteriormente com sua consolidação aliada à baixa remuneração da força de trabalho, as classes trabalhadoras pobres são as que terão as piores condições de salubridade tanto em suas próprias moradias – altos índices de coabitação dos cortiços, por exemplo - como no entorno de suas habitações. Consequentemente a possibilidade de disseminação e concentração de doenças infectocontagiosas que dependiam da condição de salubridade e aglomeração de pessoas era mais recorrente entre os de menor renda. Em função disso vai surgindo um processo de discriminação da classe trabalhadora pobre como não observadora das condições adequadas de higiene e como a responsável pela propagação das pestes.

Foucault (2021, p. 143-170) ilustra como esse processo de discriminação da classe trabalhadora, aliado a outras questões, aparece no espaço urbano. No contexto do surgimento da medicina social, esse autor classifica como medicina urbana a relação existente entre proliferação de epidemias, medidas de salubridade e processo de urbanização acelerado, que ocorrem principalmente no final do século XVIII com a industrialização nas principais cidades europeias. A medicina urbana teria por objetivo “analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos e endêmicos como, por exemplo, os cemitérios”; deveriam ser controlados não só a circulação dos indivíduos, mas também a da água e do ar. Daí as medidas de intervenção nas cidades relativas a saneamento e, até mesmo, abertura de grandes vias. São medidas que estão relacionadas, de certa forma, à

teoria dos miasmas.

Posteriormente, no segundo terço do século XIX, esse autor nos diz que as populações mais pobres também vão aparecer como perigo para a saúde, não mais somente por conta da insalubridade do espaço urbano como classificado na medicina urbana. É o que Foucault classifica como medicina da força de trabalho, ou seja, “o controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas” (FOUCAULT, 2021, p. 169). Esse autor, utilizando exemplos das cidades em processo de industrialização e alto crescimento urbano da Europa, diz que as razões desse perigo referem-se ao fato de os pobres tornarem-se forças capazes de participar de revoltas; ter sido encontrado um meio de dispensar, pelo menos em parte, os serviços prestados por essa população, como o estabelecimento de serviços postais e de carregadores; e o fato de a epidemia de cólera, iniciada em 1832 em Paris que se alastra por toda a Europa, ter se cristalizado em torno da população proletária. Para Foucault foi a partir dessa época que se começou a dividir o espaço urbano entre pobres e ricos. A coabitação entre pobres e ricos foi considerada um risco sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros de pobres e de ricos. É o momento em que o poder político começa a atingir o direito de propriedade e da habitação privadas.

Assim, medidas de higienização, saneamento e até mesmo segregação socioespacial⁶⁹ serão tomadas para se combater e evitar a disseminação de epidemias nas cidades, tendo como suporte principal, naquele momento, a teoria miasmática que se manteve em disputa científica posteriormente com o surgimento da teoria bacteriológica (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020).

Somente no final do século XIX descobre-se, pela teoria bacteriológica, que são os micróbios os causadores das doenças infecciosas, tendo, por exemplo, a água, o ar, insetos, contato entre os humanos como vetores específicos de transmissão e contaminação. A partir daí, a teoria miasmática, aos poucos, começa a ser substituída pela bacteriológica. No entanto, as raízes de medidas profiláticas tendo por base a teoria miasmática já estavam bastante

⁶⁹ Abordaremos mais à frente nesta pesquisa, como em Cataguases a questão da segregação socioespacial vai estar aliada às medidas de saneamento, higienização, embelezamento e expansão urbanas, quando for analisada a questão habitacional e os cortiços da Vila Tereza.

consolidadas em seu rebatimento de modificações no espaço urbano⁷⁰ (UJVARI, 2020).

Cabe dizer que tais medidas profiláticas contra as epidemias, baseada na teoria dos miasmas, já estavam na pauta de planejamento das cidades no Brasil, formalizadas pelo menos desde a Lei de 1º de outubro de 1828 (BRASIL, 1828). Assim, na fundação do povoado de Cataguases que se deu também em 1828, já havia, portanto, um marco jurídico que estava atento à questão da salubridade do espaço urbano para a não proliferação de epidemias e com medidas profiláticas em curso para combatê-las. Tais questões vão sendo construídas e aperfeiçoadas nos códigos de posturas municipais a que o povoado e ou a cidade de Cataguases estava subordinado. A presença de medidas profiláticas contra as epidemias nos códigos de posturas nos faz inferir como essas ameaças epidêmicas eram recorrentes naquele período e como, de certa forma, vão de fato interferir no desenho e organização espacial da cidade.

Diz a Lei de 1º de outubro de 1828:

Art. 66. [As câmaras] terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à política e economia das povoações e seus termos, pelo que tomarão deliberações e proverão por suas posturas sobre objetos seguintes:

[...]

§ 2º. Sobre o estabelecimento de **cemitérios** fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento de **pântanos**, e qualquer **estagnação de águas infectas**; sobre a economia e **asseio de currais e matadouros públicos, sobre a colocação de cortumes, sobre depósitos de imundices e quando possa alterar e corromper a salubridade da atmosfera.**

[...]

Art. 69. Cuidarão no estabelecimento, e conservação das **casas de caridade**, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se **vaccinem** todos os meninos do districto, e adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido. (BRASIL, 1828, grifo nosso, mantida grafia original).

Observa-se como os termos grifados na citação acima já possuem relação com a teoria dos miasmas e as formas de combatê-los. Destaca-se também no artigo 69 a atenção às casas de caridade e já naquela época a preocupação com a vacinação.

O Código de posturas de Mariana, pelo qual o povoado de Cataguases quando fundado estava submetido, vai dizer sobre a proibição de “**lançar lixo e imundices** das casas nas ruas e

⁷⁰ No escopo dessas medidas de combate às epidemias, há ainda outra questão que é da vacina. A primeira vacina desenvolvida foi a da varíola, descoberta já na passagem entre o século XVIII e XIX e, somente com a transição da teoria miasmática para a bacteriológica no final do século XIX, é que foram desenvolvidas as vacinas contra difteria, tuberculose e tétano e posteriormente muitas outras já no século XX (UJVARI, 2020).

travessas” e sobre a necessidade de enterrar animais mortos a uma distância de pelo menos 100 braças fora da povoação e “como acontece de morrer **muita gente de enfermidades e epidemias**, como tísica e bixiga, **os trastes** e espólio dessas pessoas devem ser queimados publicamente na frente do fiscal” (MARIANA. CÂMARA MUNICIPAL, 1829, grifo nosso, mantida grafia original).

Já o Código de Posturas de Leopoldina de 1856 (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1857), que será o próximo ao qual Cataguases vai se subordinar, nas próprias denominações de determinados títulos e capítulos mostra como foi destacada essa preocupação com a salubridade e saúde das povoações. Há os títulos “Do asseio das povoações” e “Da saúde pública” e os capítulos “Da limpeza”, “Salubridade do ar, água e alimentos” e “Dos meios preventivos de enfermidades”. Tais títulos e capítulos são preenchidos com artigos que vão dizer sobre a proibição de “lançamento na rua de imundices de cheiro desagradável, ainda que por encanamento as despejem”; de se estabelecer curtumes de couros ou qualquer outra manufatura que possa prejudicar a saúde pública; de se lançarem imundices, lavar roupas ou quaisquer outras coisas nas fontes, chafarizes ou outros lugares em que é permitida a conservação das águas para bebida e nos lugares a ela superiores; de enterramentos de corpos humanos em outro lugar que não os cemitérios públicos e de enterramentos em templos religiosos. A “Câmara poderá declarar quais os lugares se podem ou não fazer despejos”; os moradores são obrigados a conservarem as testadas dos quintais e lotes limpos; o abatimento de rezes somente poderá ser feito nos matadouros públicos; os fiscais deverão observar para que não se acumulem “águas infectas”. Ainda chama a atenção, já nessa época, a inclusão na legislação da vacinação como meio preventivo das enfermidades: a Câmara deverá pedir ao governo ou comissário da Província a vacina, nomear as pessoas em que a vacina deve ser aplicada e da qual o médico “do partido” deverá fazê-lo.

Da mesma forma, o próximo código de posturas, também de Leopoldina de 1866 (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1867) vai ter um capítulo denominado “Da saúde pública” cujas recomendações e proibições são similares ao anterior. Proíbe-se enterrar em templos religiosos em locais que houver cemitérios; conservar imundos ou com águas estagnadas os pátios e quintais ou quaisquer terrenos; ter canos ou bueiros que despejem imundices sobre as ruas; fazer despejos de qualquer natureza em rua ou praça ou

fora dos lugares que forem designados pelos fiscais; conservarem sujas as testadas das casas ou as margens de rios e córregos que atravessem as propriedades; terem cortumes, estender e secar couros, ter porcos encheirados ou exercer em qualquer recinto do povoado qualquer indústria que seja perigosa ou oposta à salubridade pública; abandonarem, mesmo concedendo liberdade, escravos afetados por “morphea” ou outra enfermidade, ou inválidos e se consentirem que eles, ou algum seu familiar ou subordinado afetado de enfermidade contagiosa ou asquerosa, ande esmolando por povoados ou estradas. Deve-se comunicar as autoridades se for infectado por varíola. Aqui a questão da vacinação aparece novamente, porém, com maior ênfase pela sua obrigatoriedade: o chefe de família, senhor tutor ou administrador é obrigado a mandar vacinar os seus subordinados no dia, lugar e hora que o vacinador designar ou a fazê-lo em sua própria casa. Da mesma forma, não se poderá admitir nas escolas alunos não vacinados. Também já começa a aparecer a segregação de cemitérios e hospitais no recinto urbano. É proibido estabelecer cemitérios, edificar hospitais e estabelecer enfermarias ou qualquer outra casa destinada a receber enfermos dentro de recinto de povoação sem licença da Câmara. Percebe-se que as medidas começam a ficar mais severas em relação aos códigos anteriores, o que nos indica que as epidemias provavelmente eram uma ameaça constante como corrobora um dos artigos do código:

Art. 57. Nos casos de **invasão de uma epidemia**, ou quando rasoavelmente seja ella de receiar-se, a Camara fica autorizada, ou o seu Presidente quando não esteja ella reunida, a recomendar e ordenar em editais quaisquer outras medidas de salubridade pública, podendo comminar os infractores as penas de 1 e 8 dias de prisão e de 2\$ a 30\$000 de multa. (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1867, grifo nosso, mantida a grafia original).

Quando se chega ao primeiro código de posturas próprio de Cataguases, o de 1888, (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1889) já não há muitas novidades em relação aos anteriores. As medidas basicamente se repetem. Importante lembrar, portanto, que esse código foi aprovado antes de a cidade ser atingida pelas epidemias de febre amarela, varíola e cólera iniciadas em 1889. Da mesma forma que nas duas legislações anteriores, a preocupação com a salubridade do espaço urbano vai estar explícita nos títulos e capítulos do código. Há um título denominado “Do asseio da cidade e das povoações” e outro “Da saúde pública” e os capítulos “Da saúde pública” e “Meio preventivo de enfermidades”. Proíbem-se largar nas ruas e praças imundices, fazer estrumeiras, abrir cano ou vale que lance imundices sobre o terreno vizinho; lançar animais mortos ou moribundos que devem ser enterrados fora

das povoações; enterrar corpos humanos em outros lugares que não sejam os cemitérios públicos; instalar fábricas ou indústrias dentro das povoações que prejudiquem a saúde pública; estagnar águas infectas. Devem ser conservadas limpas as testadas das casas; os proprietários das casas, situadas dentro do perímetro urbano, são obrigados a caiar suas paredes externas quando a câmara ordenar por editais; os chiqueiros são permitidos com até dois cevados em pátios cimentados; as rezes devem ser abatidas e esquartejadas somente nos matadouros públicos; os cemitérios da cidade e freguesia deverão ficar sob inspeção da Câmara.

Em relação à vacinação há artigo similar ao código de Leopoldina de 1856: a Câmara deverá pedir ao governo da Província a vacina, nomear as pessoas em que a ela deve ser aplicada e da qual o médico “do partido” deverá fazê-lo.

A legislação traz de novidade a criação, pela Câmara Municipal, de um “médico de partido” para curar os enfermos pobres que os chamarem em suas casas, com curativo também providenciado pela Câmara, da mesma forma, de novidade, são estabelecidas medidas de isolamento de enfermos acometidos por varíola ou outra doença infectocontagiosa, com a proibição de se entrar no município pessoas não residentes acometidas por essas doenças. Novamente transparece na legislação a ameaça constante de epidemias, também corroborado por um dos artigos:

Art. 138. As providências tomadas pela Câmara **em épocas de epidemias** para hygiene e salubridade pública, serão publicados por editaes e obrigarão a todos sob pena de 10 dias de prisão e 20\$000 de multa (MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1889, grifo nosso, mantida a grafia original).

Em 1889, quando surge a epidemia em Cataguases, é ilustrativa uma correspondência emitida pela Câmara de Cataguases, em 8 de outubro daquele ano, dirigida ao presidente da Província, informando sobre as medidas a serem tomadas em função da epidemia, para que o governo provincial pudesse se incumbir:

Tendo vossa excelência dados higiênicos fornecidos pelo médico comissionado pelo governo geral e engenheiros especialistas enviados pelo governo provincial e o geral, limitar-se-á a Câmara a indicações e aconselhadas pela experiência, subordinando-as, outrossim, à máxima poupança dos cofres públicos.

Na opinião de todos os especialistas que se pronunciaram são medidas essenciais:

1º) Abastecimento à população de água potável de boa qualidade;

- 2º) Estabelecimento de um sistema de canalização que remova a latrina fosso em uso na cidade;
- 3º) Desobstrução de uma cachoeira no rio Pomba, logo abaixo da cidade, que o represa e nas cheias faz refluir o ribeirão Meia Pataca, seu afluente, derramando por largo perímetro dos subúrbios da cidade;
- 4º) Asseio na cidade e nas casas. (RESENDE E SILVA, 1908, p. 774).

A correspondência ilustra como já no início da pandemia se tinha em mente que as medidas profiláticas advinham da salubridade no espaço urbano.

Da mesma forma, é ilustrativa uma exposição do agente executivo, Astolpho Dutra Nicácio Neto, já em 1893 sobre as condições de salubridade da Vila de Cataguases, naquele momento. Sua exposição realça também que as necessidades de medidas de engenharia e mudanças nas condições urbanas para contenção das epidemias estavam na ordem do dia daquele período.

As medidas preventivas, que não envolverem a supressão dos focos, que aqui alimentam a epidemia de febres, hão de ser sempre improficuas, só prometendo resultado prático a execução de um plano de completo saneamento, que coloque a cidade em condições de reagir contra qualquer epidemia. Enquanto, porém, a água potável continuar no estado em que a encontrei, e permanecerem outras causas intuitivamente prejudiciais, como o transbordamento do Meia Pataca, os pântanos marginais desse ribeirão, e do córrego Lava-pés, o péssimo calçamento existente, e a ausência dele em muitas ruas e praças, falta de esgoto para as águas pluviais, de nivelamento e consequente arborização de ruas, praças, etc. a saúde pública não poderá reputar segura nesta terra. (RESENDE E SILVA, 1908, p. 818-819).

Neste contexto, com a chegada das epidemias, começam a se intensificar as preocupações com a salubridade e saneamento em Cataguases, cujas ações serão executadas no decorrer de várias gestões municipais, a partir do primeiro surto de 1889 até os primeiros anos do século XX⁷¹.

Foram implantados o abastecimento de água potável e esgotamento sanitário; fechado o cemitério velho e criado um novo do outro lado das margens do rio Pomba; mudada a localização do matadouro municipal; criado serviço de limpeza pública e desinfecção de casas

⁷¹ Surtos epidêmicos eram recorrentes mesmo após o período que vai de 1889 a 1896. Em 1912, por exemplo, há um decreto da Câmara Municipal intitulado “Regula o serviço de debelação de epidemia” que traz várias medidas contra uma epidemia que provavelmente surgiu naquele ano. Dentre as medidas estão a transformação dos hospitais de caridade da sede e dos distritos de Mirai e Porto do Santo Antônio em hospitais de isolamento (jornal Cataguases, 9 jun. 1912). Mais à frente, em 1918, Cataguases também vai ser atingida pela “gripe espanhola” e pelos relatos do jornal Cataguases ela foi mais intensa em outubro daquele ano, quando o executivo municipal decreta medidas para combatê-la e assistir indigentes (jornal Cataguases, 17 nov. 1918).

e quintais com varrição de ruas, becos e praças, retirada do lixo das casas⁷², capina de ruas e praças, de cemitério e matadouro, limpeza frequente do córrego Lava-pés; retificação do leito do ribeirão Meia Pataca, que apresentava problemas de escoamento e transbordava recorrentemente sobre as áreas da Vila; destruição da cachoeira do Bandeira no rio Pomba para impedir o represamento das águas do ribeirão Meia Pataca e consequente alagamento de áreas na Vila; feitos aterros, desaterros e nivelamento das ruas para facilitar escoamento das águas pluviais; aterrados pântanos na área urbana; proibida a escavação a uma distância de dois quilômetros do perímetro urbano para confecção de telhas e retirada de areia, como forma de se evitar a criação de valas e buracos, onde se estagnavam as águas pluviais que se tornavam focos de vetores e transmissão de doenças; criadas enfermarias provisórias para o tratamento das pessoas pobres; criado um hospital e um serviço de socorro; dada atenção ao cuidado de indigentes (RESENDE E SILVA, 1908).

Como pode-se observar, são medidas que trazem como suporte num primeiro momento, a teoria dos miasmas e as formas de combatê-los e que já estavam na pauta de planejamento e construção das cidades com a Lei de 1º de outubro de 1828 e os sucessivos códigos de posturas a que a cidade se subordinava, desde pelo menos quando o povoado de Cataguases foi fundado.

Essas medidas vão interferir no crescimento e desenvolvimento do traçado urbano da cidade. Serão implantados um novo cemitério e um hospital no futuro bairro Vila Tereza, na margem direita do rio Pomba, fora dos limites do povoado.

Vai ser também na Vila Tereza que vai se consolidar um cortiço, com segregação espacial dos muito pobres da cidade que se formava. Neste rol de medidas sanitárias, inclui-se também a construção no início do século XX da atual avenida Astolfo Dutra, uma via sanitária aliada a um processo de embelezamento urbano, com drenagem de pântano e retificação do córrego Lava-pés, criando-se um canal central. Veremos com destaque alguns desses aspectos nos itens a seguir.

⁷² Curiosamente, nesta época a destinação final do lixo pelo próprio poder público, se dava na foz do ribeirão Meia Pataca com rio Pomba (RESENDE E SILVA, 1908, p. 851).

4.2.1.1 *Água potável e esgotamento sanitário*

Em 1886 ainda não havia distribuição de água potável em Cataguases. A ata de sessão da Câmara de 16 de outubro daquele ano, antes, porém, do surgimento das epidemias, registra o requerimento de um particular para que a Câmara lhe concedesse a instalação de tubos nas ruas e praças da Vila para fornecimento de água potável em dois chafarizes a serem instalados um em cada largo. Barris de água de 36 litros seriam distribuídos em carroças e vendidos à população até o limite de 1.200 litros diários (RESENDE E SILVA, 1908, p. 760). No entanto, essa empreitada não obteve sucesso. Um sistema de distribuição de água potável por tubos e esgotamento sanitário que atendia as 350 edificações da Vila até então, foi concluído somente em 1892, com projeto dos engenheiros Paulo de Frontin e Henrique de Baptista e execução da Empresa Horta e Barbosa & Comp. A base do mapa 9, apresentado anteriormente, é do projeto de 1890 desse primeiro sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a cidade. No decorrer dos próximos anos sucessivos projetos de ampliação dessas redes vão acontecer, deixando como legado algumas plantas da cidade.

4.2.1.2 *Cemitério*

Chama a atenção a mudança de localização do cemitério para a margem direita do rio Pomba, em uma colina, distante da mancha urbana até então, como medida profilática contra a emanção dos maus odores e epidemias e que vai induzir posteriormente a ocupação daquela parte futura da cidade, a Vila Tereza.

O primeiro cemitério do povoado ficava em frente à primitiva capela na Praça Santa Rita, onde provavelmente se fizeram enterramentos até o ano de 1850, quando foi transferido para o entroncamento onde hoje se encontram as ruas Marechal Deodoro e Dr. Sobral, conforme ilustra os mapa 9 mostrado anteriormente⁷³. Em princípios de 1893 o novo cemitério e atual entrava em funcionamento na margem direita do Rio Pomba (mapa 11), data que é corroborada pelo seu túmulo mais antigo, de 29 de junho de 1893, de Rachel Dutra Nicácio Vieira de Rezende (COSTA, 1977, p. 259-260).

Já em 1860 havia registros da intencionalidade da mudança do cemitério para a margem

⁷³ Não existem resquícios desse cemitério nesse local. Não conseguimos apurar em qual momento ele foi removido, no entanto, encontraram-se registros de que ele existiu até pelo menos 1908, pois Lei municipal nº 221 de 18 de abril de 1908, em seu artigo 445º, trata de sua limpeza (CATAGUASES, 1908).

direita do rio Pomba. Em processo dos herdeiros das antigas terras onde ele foi implantado, a fazenda Bom Sucesso, há menção de doação de parte dos seus terrenos para a Câmara Municipal de Leopoldina com o objetivo de se instalar um campo-santo para a Freguesia do Meia Pataca. Há ainda nesse processo citações do médico Francisco de Paula Alvarenga, nomeado por aquela Câmara, recomendando aquele local para o cemitério do antigo povoado, como forma de se evitar que os cadáveres transitassem e ficassem enterrados no povoado para que não se propagassem “emanações nocivas” e, conseqüentemente, epidemias. E, em 1883 o vereador Joaquim Carvalho Drummond apresenta projeto de mudança do cemitério para a margem direita do rio, cuja implantação só vai ser concluída em 1893.

Portanto, a intencionalidade de implantação do cemitério em Cataguases, fora do núcleo urbano e em terrenos que se evitassem a emanção dos miasmas ou contaminassem os lençóis freáticos, é anterior ao surto de epidemias na cidade. Tal intencionalidade, no entanto, encontra-se na esteira das ideias para se prevenir as doenças infectocontagiosas que recorrentemente rondavam as cidades no século XIX no Brasil, como demonstrado anteriormente nos sucessivos códigos de posturas pelos quais o povoado ou cidade se subordinou à época. Além disso, conforme já mencionado, a implantação do cemitério nas margens direita do rio Pomba parece que vai induzir o crescimento e desenvolvimento da cidade para aquela área.

4.2.1.3 Hospital

Em 1889 com a emergência das epidemias, por iniciativa da Câmara Municipal, são criadas enfermarias para cuidado dos indigentes e pobres em Cataguases. Um hospital de isolamento de doentes acometidos pelas doenças infectocontagiosas é instalado em 1901, onde anteriormente foi uma antiga fábrica de cerveja, adquirida pela Câmara Municipal, localizada no núcleo urbano, na rua Coronel Vieira, nº 10. Inicialmente a Câmara instalara ali a hospedaria de imigrantes e posteriormente o hospital de isolamento que encerra suas atividades por volta de 1903 (RESENDE E SILVA, 1908, p. 941-944).

No entanto, a ideia de se criar um hospital de caridade permanente destinado a “pobres,

indigentes e necessitados” surge em 1892 por iniciativa de José Gustavo Cohen⁷⁴, que somente será concretizada em 1899, com inauguração de “modesto” hospital, também na rua Coronel Vieira, mantido por filantropia da população com alguns aportes em dinheiro da Câmara Municipal e governo do Estado. Em 1905 esse hospital de Caridade se transfere para o edifício onde foi o antigo hospital de isolamento, de propriedade da Câmara Municipal e que se encontrava à época abandonado e em ruínas (RESENDE E SILVA, 1908, p. 941-944).

Foucault (2021, p. 171-189) nos auxilia no entendimento do processo de criação de hospitais que se destinavam inicialmente aos pobres e aos militares. Na Europa a medicina dos séculos XVII e XVIII era individualista no sentido de que a prática hospitalar estava excluída da formação médica. O hospital que funcionava naquele continente até o século XVIII não era concebido para a cura; era somente um lugar de assistência aos pobres que estariam morrendo, portadores de doenças e de possível contágio; era um local de recolhimento e segregação daqueles que ofereciam riscos ao restante da população. Daí também a ideia de hospital de isolamento. E o pessoal destinado a cuidar desse tipo de hospital, normalmente religiosos, eram pessoas ligadas à caridade, não à medicina; estavam ali para garantir a salvação eterna não somente do paciente ao morrer, mas a sua própria.

Foucault (2021) nos diz também que o hospital destinado aos militares, mesmo ainda não direcionado à cura, vem do fato de que com a descoberta do fuzil, no final do século XVII, os exércitos passaram a ter de treinar e ensinar seus soldados a manejar esse equipamento, o que fez com que essa mão de obra se tornasse preciosa e cara. O preço de um soldado “ultrapassará o preço de uma simples mão de obra e o custo do exército tornar-se-á um importante capítulo orçamentário de todos os países” (p. 178). Daí a emergência de não se deixar morrer esse soldado treinado e caro para os exércitos; ao ficar doente ou ferido ele é direcionado para os hospitais como forma de não se perder uma mão de obra treinada.

Somente no final do século XVIII é que vai surgir a formação de uma medicina hospitalar que se utiliza da disciplina aplicada, inicialmente nos hospitais marítimos e militares, e pela transformação, nessa época, do saber e prática dos médicos.

Parece-nos que a criação do hospital em Cataguases possui uma herança desse percurso da criação dos hospitais na Europa, principalmente o que se relaciona ao hospital de caridade

⁷⁴ Vidraceiro, imigrante que chega à cidade no final do século XIX.

direcionado aos pobres, e ao momento em que se vive, de ameaças das epidemias que vão induzir a segregação desses equipamentos no espaço urbano em função da proliferação dos miasmas.

A ideia de criação do hospital na Vila Tereza⁷⁵, na margem direita rio Pomba, onde também foi construído o cemitério, surge em 1916, por iniciativa da sociedade civil, com a fundação de uma comissão para organizar os trabalhos e arrecadar fundos. A concretização desse hospital se deu somente em 1924, em sua maior parte através de donativos da população e em menor parte por subvenção da Câmara Municipal⁷⁶. A Figura 11, abaixo, mostra o edifício do Hospital construído na Vila Tereza na data de sua inauguração.

Figura 11 – Hospital de Cataguases na data de sua inauguração, em 16 novembro de 1924



Fonte: jornal Cataguases, 16 nov. 1924

⁷⁵ Notícia do jornal Cataguases em janeiro de 1916 informa sobre a criação de uma comissão para fundação do novo hospital na cidade: “No dia 23 do corrente realizou-se uma grande reunião popular com o fim de deliberar-se sobre a construção dum Hospital n’esta cidade. Aclamado presidente o Dr. Luciano de Souza Lima, Juiz de Direito da comarca, o Dr. Astolpho Dutra expõe os fins da reunião, demonstrando a construção inadiável da construção do Hospital.” (jornal Cataguases, 30 jan. 1916.).

O lote para a construção desse hospital na Vila Tereza, foi doado pelo Cel. Antônio Augusto de Souza, dono da fazenda local, denominada Bom Sucesso (COSTA, 1977, p. 186). No entanto, um hospital de caridade, ainda dentro dos limites urbanos, se mantém até a criação do novo hospital na margem direita do rio Pomba. Publicações no jornal Cataguases com a definição dos orçamentos municipais corroboram essa manutenção. Por exemplo, para o orçamento de 1909 há a rubrica de despesas com “hospital de caridade” de 2.400\$000 de um total de despesas de 165.110\$000 previstas para aquele ano (jornal Cataguases, 22 nov. 1908). Da mesma forma, para 1924 há rubrica para “auxílio ao Hospital (velho)” de 1.800\$000 e “auxílio para a construção do Novo Hospital” de 5.000\$000 de um total de despesas previstas de 343.558\$550 (jornal Cataguases, 28 out. 1923). E ainda, em 1913 há ainda a destinação dos hospitais de caridade da sede e dos distritos de Miráí, Porto do Santo Antônio para hospitais de isolamento para debelar epidemia surgida naquele ano (jornal Cataguases, 5 out. 1913).

⁷⁶ Lei municipal nº 257 de 1º de fevereiro de 1916 autoriza o agente Executivo a subvencionar com a quantia de 10:000\$000 a construção do Hospital de Cataguases bem como os serviços de movimentação de terra para a construção do edifício (jornal Cataguases, 6 fev. 1916).

Na criação do novo hospital há um misto de caridade destinada aos pobres, mas prevalece a medicina hospitalar destinada à cura. Notícias do jornal Cataguases corroboram essa questão.

A citação a seguir exemplifica a intencionalidade da caridade.

A todos os recantos do município irá a comissão construtora estender a sua mão pedindo uma esmola, em nome dos desgraçados enfermos que, no momento da dor recorrem à **caridade pública**, no leito hospitalar.

Unamo-nos, pois, em torno desse ideal dominados por um único sentimento – **A Caridade**, a mais sublime das virtudes, e dentro em breve surgirá, majestoso e bello, espelhando-se nas águas plácidas do Pomba, o edifício com que se cogita de dotar Cataguases, a meiga e grácil ‘Flor da Matta’ para o fim de nelle se abrigarem os **infelizes desprotegidos** da sorte (jornal Cataguases, 14 set. 1919, grifo nosso, mantida a grafia original).

E uma notícia do jornal Cataguases de 1929, que traz o modo de funcionamento e organização interna daquele hospital, exemplifica que ele é reflexo de uma medicina hospitalar e disciplinada dos quais nos fala Foucault (2021), mas ao mesmo tempo de caridade com locais específicos para os pobres inválidos e com atuação de religiosos no treinamento de enfermeiros. Naquele ano o hospital já era equipado com gabinete de raio X; sala de banco destinada a atender os doentes pobres, que além de consulta médica grátis, recebem medicamentos, duas enfermarias com 20 leitos cada uma; sala de operações; sala de diretor geral; farmácia; laboratório; capela e em construção pavilhão da colônia Portuguesa e de mais quartos para pensionistas e futuramente um asilo para pessoas “reconhecidamente pobres que, inválidos, necessitarem de amparo e sustento”. Seriam ainda construídas duas enfermarias, uma para crianças e outra para tratamento de moléstias infectocontagiosas. Havia um corpo médico composto de cinco profissionais⁷⁷, além de enfermeiros orientados pelas irmãs Carmelitas (jornal Cataguases, 29 maio 1929).

Chama a atenção que a iniciativa para a criação do hospital parte da sociedade civil e não do estado. A construção do hospital é feita com a maior parte de donativos da sociedade civil e as do estado, que se por ora aconteceram, são em função de solicitações de particulares através de articulações políticas nos âmbitos municipal, estadual e federal. Além disso, é curiosa que uma das motivações da construção do hospital estava em estabelecer garantia para mão de obra imigratória italiana para suprir a produção agrícola dos fazendeiros locais. Havia, naquele momento, imigração em massa de italianos para o Brasil e uma das

⁷⁷ Os médicos eram José Mendonça Costa, Edson Rezende, Sebastião Ferreira dos Santos, Carlos Cruz e Evandro Baeta Neves e o diretor, Dr. Octaviano Costa.

prerrogativas do governo da Itália para autorizar a vinda de imigrantes era a sua assistência médica e hospitalar em território brasileiro⁷⁸. Percebe-se, portanto, outros interesses na construção do hospital que apenas o da caridade e da cura. Notícia da inauguração do Hospital publicada no jornal Cataguases corrobora essa questão:

O estabelecimento que se levantará aqui – vai ser um dos títulos de orgulho da cidade, mas vai, principalmente **prestar auxílio poderoso aos nossos fazendeiros** – que dele terão necessidade para os seus colonos. Da lavoura deve vir o recurso mais rápido, mais avultado. Principalmente agora que com a falta de braços temos a urgência de obter o braço italiano.

Mas o **governo italiano** – e isto demonstra a atitude de seu Governo – só permite a vinda de homens de sua terra com a garantia segura entre outras, **da assistência médica e hospitalar** – fiscalizada pelos seus agentes. E Cataguases poderá nesse particular – concluída a grande obra de assistência pública – se enfileirar ao lado de qualquer município – para a vinda, em massa de colonos para as nossas terras. (jornal Cataguases, 25 maio 1924, grifo nosso).

Mais à frente o Hospital de Cataguases também fará parte do processo de apagamento do passado. Em 1974 é concluído um novo edifício no mesmo local do anterior, com 14 pavimentos, sendo o edifício mais alto da cidade, marcando significativamente a paisagem (Figura 12).

Figura 12 – Hospital de Cataguases, inaugurado em 1974, de autoria do arquiteto modernista Luzimar de Góes Telles, que substituiu o edifício anterior,



Fonte: Alexis Azevedo, 2008

⁷⁸ Cabe lembrar que Cataguases era um destino certo de muitos imigrantes europeus e que nos anos 1910 e 1911 chegam vários deles para fundação das colônias rurais de Santa Maria e Major Viera.

4.2.2 Empréstimo do Estado: avenida sanitária, expansão urbana, ponte metálica e grupo escolar

No contexto de instalação de novas infraestruturas para a cidade, um marco importante foi a promulgação da lei nº 233 de 24 de julho de 1911 (CATAGUASES, 1911) que autorizava o executivo municipal a contrair um empréstimo de até 500 contos de réis, com o objetivo de reconversão da dívida municipal e promoção de “melhorias” municipais. Dentre tais “melhorias” destacam-se as construções da atual avenida Astolfo Dutra e do primeiro grupo escolar público da cidade, atual Escola Estadual Coronel Vieira, nesta mesma avenida; os aterramentos da “zona baixa” da cidade nas margens do ribeirão Meia Pataca; melhorias do abastecimento de água e esgoto; construção de duas pontes, em áreas rurais, tendo como contrapartida que o governo do estado construa uma ponte metálica sobre o rio Pomba na sede municipal⁷⁹.

Tais investimentos parecem-nos que foram ações importantes executadas pelo poder público nas quatro primeiras décadas do século XX que, de certa forma, juntamente e a reboque de outras iniciativas privadas, vão auxiliar a consolidar o centro urbano que se formava e ainda direcionar o crescimento da mancha urbana para outras áreas, dentre elas, a avenida sanitária, a margem direita do rio Pomba e a várzea da Granjaria.

Cabe destacar que os melhoramentos proporcionados por esse empréstimo tinham um viés que unificava saneamento e embelezamento urbano, como bem exemplifica o artigo 29 da lei municipal nº 230, de 22 de setembro de 1910, que fixa o orçamento municipal para o ano de 1911:

Fica, outrossim, autorizado o mesmo Agente Executivo a contrair empréstimos destinados a unificação da dívida pública do Município e a realização de obras **de saneamento e embelezamento** dos centros populosos. (CATAGUASES, 1910, grifo nosso).

Abordaremos a seguir como esse empréstimo vai impactar na organização espacial da cidade, especificamente, a criação da avenida sanitária, a construção da ponte metálica, a expansão urbana para a Vila Tereza e a construção da primeira escola pública na sede municipal.

⁷⁹ A contrapartida de construção da ponte metálica encontra-se em relatório de prestação de contas do executivo à Câmara Municipal relativo ao ano de 1911, datado de 15 de janeiro de 1912 e publicado no jornal Cataguases em 9 de junho de 1912.

4.2.2.1 Avenida Sanitária

A avenida sanitária, atual avenida Astolfo Dutra⁸⁰, foi construída a partir de 1911, através da retificação e canalização do córrego Lava-pés e aterro da várzea onde esse curso d'água se encontra, conforme ilustrado no mapa 11. É nela que vai se instalar a elite econômica e política da cidade. Da ideia inicial até a sua efetiva construção se passam aproximadamente 20 anos.

A primeira menção que localizamos da construção da avenida remonta entre os anos 1890 e 1892, no período de epidemias e quando a cidade é administrada por uma junta de intendentos dos quais um dos membros, João Duarte Ferreira, propõe a sua abertura (RESENDE E SILVA, 1908, p. 857).

Novamente, em 1895, é apresentada a proposta de abertura da via por um dos membros distritais da Câmara Municipal, Tenente Fortunato Gomes da Silva, não se obtendo sucesso por envolver questões fundiárias em terrenos de propriedade do patrimônio municipal. A avenida seria implantada nos fundos dos lotes do patrimônio municipal. No entanto, os 60 palmos (13,2 metros) de fundos na concessão inicial dos lotes, naquela área, não foram respeitados e os concessionários daqueles lotes que seriam atingidos se manifestaram contra a proposta de abertura da avenida⁸¹ (RESENDE E SILVA, 1908, p. 856).

⁸⁰ A avenida sanitária passa a se chamar Astolfo Dutra a partir de 1920, em homenagem ao político do clã Vieira de Rezende, Astolfo Dutra Nicácio Neto, que havia falecido naquele ano. Até aquele momento ela é denominada apenas como Avenida: "Art. 1º Fica denominada Avenida Dr. Astolfo Dutra, a **atual avenida construída ao longo da linha férrea** nesta Cidade" (CATAGUASES, 1920).

⁸¹ Os concessionários de lotes no patrimônio que se manifestaram contra a abertura da avenida foram: Francisco Alpheu Cavalcanti de Albuquerque; Eduardo Augusto Delphim; Manuel Fortunato Ribeiro; Manuel Fernandes Tosta; Luiz Augusto do Carmo; José Caetano da Costa; J. J. do Carmo Ribeiro; José dos Santos Junior; João Duarte Ferreira. Cabe destacar que um dos concessionários de lotes contrário à abertura da via proposta neste segundo momento, João Duarte Ferreira, foi o que sugeriu a sua abertura quando participava da junta de intendentos, e posteriormente vai construí-la em sua gestão, quando se torna agente executivo municipal, entre 1911 e 1923. Parece, portanto, que aqui a questão não era apenas fundiária, mas também de disputa política. Notícia no jornal Cataguases de 1910 cobra do poder público municipal a abertura da avenida onde se diz que estava prevista na lei nº 2 de 1894 do Conselho Distrital. No entanto, não localizamos essa lei de 1894 (jornal Cataguases, 5 jun. 1910).

Somente em 1906 aparece novamente e formalmente a menção de abertura da avenida, através da lei municipal nº 198⁸² e, logo em seguida, em 1908, na lei municipal nº 221⁸³. Destaca-se que na lei nº 198 a abertura da avenida vem junto a medidas para tentar resolver os problemas de inundações que já acometiam, naquele momento, as partes mais baixas de terreno que a cidade começa a ocupar. Essa lei resgata algumas instruções de saneamento da época das epidemias, mencionando a necessidade de asseio das casas; extinção de pântanos; escoamento de águas pluviais; de que os novos prédios a serem construídos na cidade fossem acompanhados de planta aprovada pela municipalidade, para que as novas construções concorram para o “embelezamento da cidade e obedeçam aos preceitos de higiene”.

Neste sentido chama a atenção o fato de que a avenida já nasce idealizada aliando as questões de saneamento, higiene e embelezamento urbano, além de proporcionar a expansão urbana. Vejamos, por exemplo, como o agente executivo municipal expõe os motivos junto aos vereadores para contrair o empréstimo junto ao governo do Estado, citando a necessidade da abertura da avenida:

Em cumprimento do que vem prescrito nos artigos 609 e 616 da lei nº 221 de 18 de abril de 1908, mandei levantar a planta de uma **Avenida** que partindo da rua da Estação vai terminar à margem do rio Pomba acompanhando a linha férrea. Apresentado a planta, tenho por fim pedir a aprovação dela para que oportunamente possa ser executada **como obra de saneamento**. Além da **Avenida sanear** esta parte da cidade, alargará a zona edificável que vai escasseando e constituirá **obra de embelezamento**” (relatório das contas municipais do ano de 1910, apresentado à Câmara, pelo executivo municipal; jornal Cataguases, 30 jul. 1911, grifo nosso).

⁸² Abaixo os artigos da lei nº 198:

“Art. 1º. Ficam aprovadas as medidas adotadas pelo agente executivo municipal para corrigir os efeitos das **últimas inundações** de [ilegível] vítima uma parte desta cidade.

Art. 2º. Além de providências para rigorosa execução das leis vigentes **sobre asseio das casas do perímetro urbano** e suas dependências, o agente executivo municipal mandará extinguir todos **os pântanos** que se formarem em consequência das **inundações**, facilitando quando possível o **escoamento das águas pluviais**.

Art. 3º. A Câmara Municipal por seu executivo facilitará aos proprietários dos prédios atingidos pelas enchentes a reconstrução dos mesmos em outro lugar, concedendo-lhes isenções de impostos (ilegível) pecuniários.

Art. 5º. Se não puder chegar a acordo com os proprietários, requisitará ele da Câmara Municipal o decreto de desapropriação, fazendo-o acompanhar das plantas e planos a que se refere a lei estadual nº 15.

Art. 6º. Fica outrossim, autorizado o mesmo **agente executivo a adquirir os terrenos que margeiam o córrego Lava-pés** e a linha férrea para a abertura de uma rua ou avenida.

Art. 7º. As despesas para a execução da presente lei serão feitas pela verba fornecida pelo governo da União.

Art. 8º. Nenhum prédio será construído nas ruas novamente abertas sem que a respectiva planta seja previamente aprovada pelo agente executivo para que as novas construções concorram para o **embelezamento da cidade e obedeça aos preceitos de higiene**”. (CATAGUASES, 1906, grifo nosso.).

⁸³ O artigo 609 da Lei nº 221 diz: “É declarada de utilidade pública a desapropriação de prédios e terrenos necessários ao prolongamento da rua Carlos Gomes até a da Estação, e abertura de uma avenida margeando o córrego Lava-pés”. (CATAGUASES, 1908).

Somente a partir de 1910 o projeto da avenida começa a sair do papel, quando foram feitas as aquisições de terrenos às margens do córrego para a sua abertura e, definitivamente a partir de 1911, com o empréstimo feito pelo governo do Estado, quando são feitas desapropriações de lotes, retificação do curso d'água, aterramentos das margens, canalização, construção de passeios e arborização concluídos em 1917, quando na via já se encontravam edificadas doze moradias (jornal Cataguases, 28 jan. 1911; 9 jun. 1912; 1913; 30 abr. 1917, relatórios de prestação de contas do Executivo Municipal). Cabe ainda lembrar que a área onde foi construída a avenida, por ser várzea de um córrego, provavelmente tinha características de um pântano, daí a necessidade de aterr-la para eliminação dessa situação do terreno.

A legislação municipal nº 239 de 1912 ditava as normas de abertura e ocupação da avenida. Os terrenos dos fundos dos prédios do largo do Comércio, da rua Coronel Vieira e do largo de Santa Rita seriam divididos ao meio, de forma que cada lote teria 120 palmos (26,40 m) de fundos, conforme as posturas vigentes. Os lotes que margeavam a avenida, pertencentes à Câmara Municipal, seriam concedidos a particulares na condição de que os requerentes apresentassem junto à requisição do lote, planta da futura edificação previamente aprovada pelo presidente da Câmara com projeto arquitetônico obedecendo a preceitos de “higiene e embelezamento”. Os concessionários deveriam também efetuar pagamento do imposto de edificação e das despesas que a Câmara fez com o muro construído na Avenida e aquisição dos respectivos terrenos⁸⁴. Condicionavam-se às concessões que as edificações fossem iniciadas em três meses e conclusão em um ano, ambos os prazos contados a partir do alvará de concessão, com pena de se perder o direito ao lote. Os concessionários dos terrenos do patrimônio cujos fundos confrontassem com a Avenida teriam preferência para as novas concessões que se disponibilizavam (CATAGUASES, 1912).

⁸⁴ Os preços estabelecidos para a concessão dos lotes na avenida de propriedade da Câmara Municipal foram: lotes 3 a 17 – 600\$000 cada um; lotes 23 a 35 - 500\$000; lotes 41 a 51 – 400\$000; lotes 30 a 68 – 350\$000; lotes especiais: 19, 21 e 37 - 1:000\$000 cada um. De acordo com edital, os lotes relacionados poderiam ser examinados no local e em planta existente na Secretaria Municipal; os demais eram de propriedade de particulares (Edital de divisão dos lotes da Câmara Municipal publicado conforme a lei nº 239 de 14 de julho de 1912; jornal Cataguases, 1912).

Até 15 de janeiro de 1917 já tinham sido despendidos em todo o trabalho feito na Avenida a quantia de 104.000\$000 e revertida à Câmara a importância de R\$ 8:200\$000 de concessões de lotes para edificações (relatório de prestação de contas à Câmara Municipal, do agente executivo, para o ano de 1916; jornal Cataguases, 30 abr. 1917).

Também foram criadas isenções dos impostos municipais (predial urbano, água e esgotos e remoção de lixo) para os prédios que ali se edificavam pelo período de cinco anos, o que de fato perdurou entre 1915 e 1928⁸⁵ (CATAGUASES, 1915).

As Figuras 13 e 14 abaixo mostram a avenida no período em que foi construída e as Figuras 15 e 16, a mesma avenida em imagens mais atualizadas, de 2019.

Figura 13 – Avenida Astolfo Dutra em 1916, logo nos primeiros anos de sua abertura. A vista é a partir da antiga rua da Estação em direção às margens do rio Pomba, no final da avenida. À esquerda da imagem estão os lotes que fazem fundos com largo do Comércio, rua Cel. João Duarte e largo da Matriz. A edificação à direita, um pouco mais distante da linha ferroviária e mais elevada, é uma das primeiras construídas na avenida e pertenceu ao deputado federal Astolfo Dutra Nicácio, já indicando que a via seria ocupada pela elite econômica e política da cidade.



Fonte: CAPRI, 1916

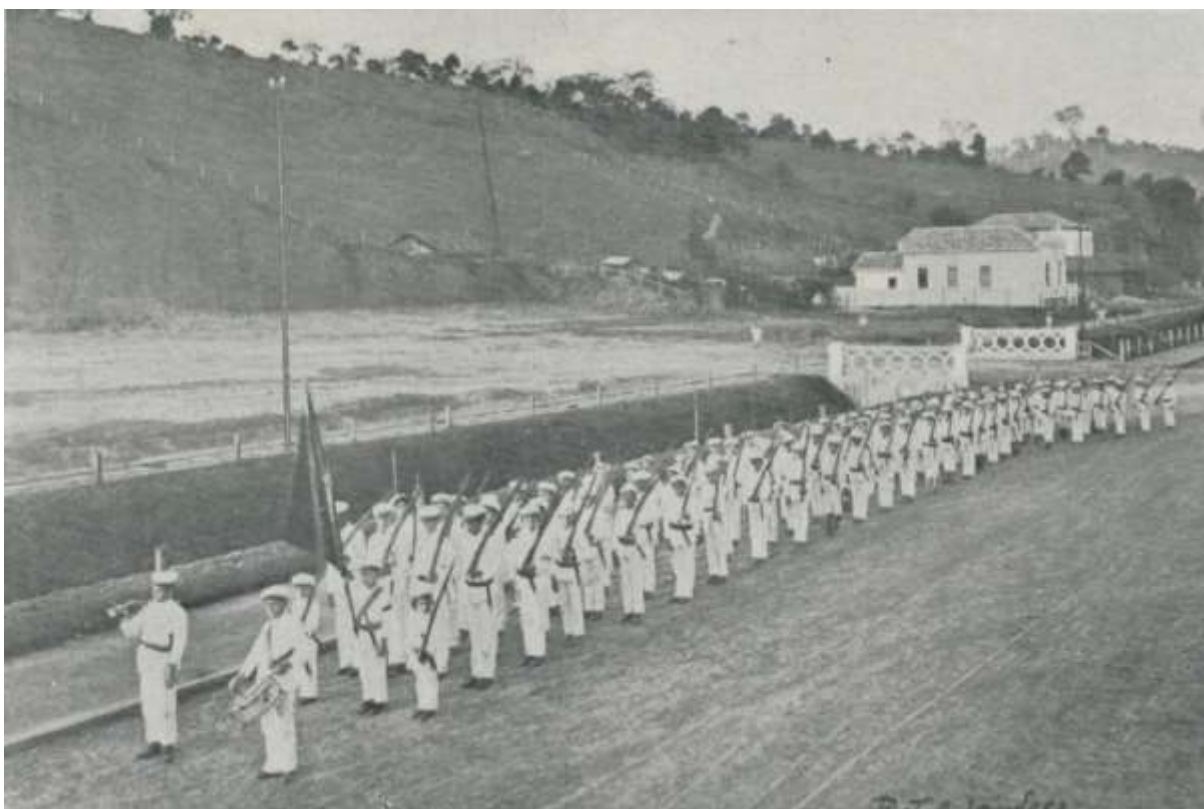
⁸⁵ A lei nº 255 de 1915 diz:

“Art. 27. Continua o Agente Executivo Municipal autorizado a ceder, pelo preço que convencionar, posses para construção na Avenida aberta ao longo da linha férrea;

Art. 28. Como compensação do preço da cessão das posses, os prédios já construídos na mesma Avenida e os que se construírem neste e no próximo exercício, ficarão isentos de impostos predial urbano, água e esgotos e remoção de lixo até 31 de dezembro de 1920;

Art. 29. Os edifícios que se construírem na Avenida em terrenos estranhos ao patrimônio municipal gozarão de isenção de que trata o artigo antecedente se o proprietário pagar a taxa de duzentos mil réis (200\$000) antes de iniciar a construção”. (CATAGUASES, 15 out. 1915).

Figura 14 – Avenida Astolfo Dutra em 1916 com desfile de alunos do Grupo Escolar



Fonte: Alberto Landóes; CAPRI, 1916

Figura 15 – Avenida Astolfo Dutra com seu canal central, em foto de 2019.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 16 – Avenida Astolfo Dutra foto de 2019. A largura do passeio e banco proporcionam a convivência no espaço público.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Algumas questões nos chamam a atenção na construção da avenida.

A avenida era vista como uma necessidade de expansão urbana do pequeno núcleo que se formava. Ela está ligada claramente a um projeto de saneamento, higienização e embelezamento urbano da cidade. Tais questões podem ser vistas tanto na justificativa do agente executivo no intuito de obter empréstimo para financiar sua construção, como nas

legislações que mencionam sua abertura e regulação e, ainda, na difusão de uma série de notícias na imprensa local como se verá mais adiante. Havia claramente uma herança em relação ao que as epidemias que assolaram a cidade e as soluções que deveriam ser adotadas para combatê-las representavam: aterramentos; combate aos pântanos; retificação de córrego; escoamento de águas pluviais; regulação das edificações para asseio, higiene e embelezamento.

Neste sentido, não se pode esquecer o contexto de grandes transformações urbanas pelas quais o país passava naquele momento envolvendo saneamento e embelezamento urbano e que, com certeza, vão influenciar nas transformações urbanas de Cataguases. Dentre as quais, destacam-se as reformas urbanas do Rio de Janeiro, executadas no início do século XX, por Pereira Passos, principalmente a abertura da Avenida Central, claramente influenciadas pelas reformas de Paris da segunda metade do século XIX.

Em Cataguases essas influências vão estar presentes não somente na concretude da abertura da avenida sanitária, como também na criação de um imaginário coletivo na sociedade local. Veja-se, por exemplo, peça publicitária da Casa Henriques Felipe & Comp, cujo edifício situa-se em frente à avenida recém-aberta, conforme ilustra a Figura 17 a seguir: nessa peça aparece a expressão francesa “boulevard” estabelecendo, de certa forma, uma relação entre as reformas urbanas recentes de Paris com a abertura da avenida sanitária em Cataguases.

Figura 17 – Casa Henriques Felipe & Comp, localizada na Rua da Estação de frente para a avenida Astolfo Dutra; uma das primeiras grandes casas comerciais da cidade fundada em 1878, pelo imigrante português Henriques Felipe. O edifício da imagem foi construído em 1888.



Fonte: CAPRI, 1916

Destaca-se também a similaridade com abertura dos canais para o saneamento de áreas alagadiças e pântanos executada em Santos, por Saturnino de Brito, na primeira década do século XX. A solução adotada em Cataguases é muito similar à de Santos, principalmente do ponto de vista estético – um canal central aberto e retificado, com vias arborizadas nas duas margens. A diferença é que em Santos o esgotamento sanitário e as águas pluviais e ou fluviais correm em canais separados, em Cataguases, junto.

Outra questão é a destinação da classe social que iria ocupar a avenida. A obtenção dos lotes e a regulação construtiva restringiam o acesso somente às pessoas que tinham condições financeiras em construir ali e, até mesmo, promovia a concentração do acesso à terra urbana. Corroborar essa ideia o fato de que para a obtenção do lote, antes mesmo da concessão efetivada, deveria ser apresentada a planta da futura edificação aprovada previamente pela municipalidade, garantindo-se que moradia fosse “bela e higiênica”. Neste sentido, há uma clara intencionalidade de controle pela municipalidade do que iria ser edificado na avenida. E, além disso, havia os prazos estabelecidos para se edificar a partir do momento que era concedido o lote. Pessoas de menor renda não teriam condições de obedecer a tais condicionantes: apresentar planta prévia e prazos para edificação. Também era dada a preferência na concessão dos lotes para os vizinhos de fundos com a avenida, o que contribuía para concentrar a terra urbana na mão de poucos. Por outro lado, havia uma intencionalidade de que a avenida fosse ocupada rapidamente, o que de fato ocorreu, haja vista a isenção de impostos municipais a partir do momento em que nela se construísse. Em 1917 já existiam 12 moradias edificadas na via.

Também a avenida Astolfo Dutra, com suas moradias “belas e higiênicas”, vai sintetizar um clima de otimismo e aposta no “progresso” que vai se formando nas três primeiras décadas do século XX, como se verá mais à frente.

4.2.2.2 *Expansão urbana e ponte metálica*

O projeto da avenida Astolfo Dutra fazia parte de obras de saneamento na cidade, cujos projetos foram elaborados pelo engenheiro Domingos Rocha, indicado pelo Estado⁸⁶. Na planta elaborada por aquele engenheiro, datada de 1913, além da avenida Astolfo Dutra, há outras áreas projetadas para expansão urbana: a futura Vila Tereza, na margem direita do rio Pomba, e o futuro bairro Granjaria, também na várzea do córrego Lava-pés a montante da avenida Astolfo Dutra, e uma pequena área nos fundos do Matriz, conforme mostra o mapa 11. Isso demonstra, portanto, que havia naquele momento a intenção da municipalidade em expandir a mancha urbana para essas áreas.

A extensão para margem direita do rio Pomba, no entanto, já estava formalizada em legislação de 1910, quando a Câmara autoriza o alinhamento das ruas existentes naquela área; autoriza o executivo a levantar planta do terreno e estabelecer “plano dos arruamentos, de forma, porém, a ser aberta uma rua, margeando o rio com a frente das casas para o mesmo.” (CATAGUASES, 1910b).

Da mesma forma, a imprensa local também noticiava de forma otimista a expansão para a margem direita do rio:

Projetam-se aqui duas grandes avenidas

[...]

As duas avenidas projetadas ficam paralelas à cidade, sendo que a cidade fica colocada entre uma e outra dessas grandes artérias do **progresso e civilização**.

⁸⁶ Abaixo, trecho do relatório de prestação de contas do agente executivo municipal, para o ano de 1912, que corroboram esses dados:

O restante do empréstimo é destinado a obras de saneamento na Cidade e nos distritos. Como essas obras dependem por sua natureza de planos e orçamentos, encarreguei a profissionais de levantá-los e os submeti a aprovação do governo nos termos do contrato de empréstimo. O governo, porém, não os aprovou achando-os deficientes.

Em razão disso requisitou-se da Secretaria de Agricultura um profissional que elaborasse os planos e orçamentos de acordo com as praxes oficiais. Desse serviço foi encarregado o abalizado profissional Dr. Domingos Rocha que iniciou os estudos nesta cidade. [...]

Como obra urgente de saneamento mandei iniciar o serviço de canalização de Lava-pés e aterro das respectivas margens, obras estas previstas no contrato de empréstimo municipal e cuja terminação depende do projeto e orçamento que o engenheiro comissionado pelo governo está elaborando. (relatório de prestação de contas da administração do município para o ano de 1912, 15 jan. 1913; jornal Cataguases, 1913).

A avenida que se projeta junto a via férrea Leopoldina Railway toma uma **posição belíssima**, pode-se dizer mesmo, à parte fronteira à cidade. [...] Quanto à segunda avenida que está idealizada à margem do rio Pomba é outro **belo empreendimento** que se pretende realizar. [...] Nessa avenida a municipalidade pode adotar um tipo de casa mais modesta, exigindo entanto que sejam elegantes e higiênicas essas casas. (jornal Cataguases, 27 nov. 1910, grifo nosso).

Conforme mencionado anteriormente, a ponte metálica na sede foi construída pelo Estado, na esteira das obras vinculadas ao empréstimo feito à municipalidade e em contrapartida à construção de duas outras pontes a serem feitas pelo município em área rural. Ela substituiu a antiga ponte de madeira que remonta a 1839 e foi locada não exatamente no mesmo lugar onde estava a de madeira, mas a aproximadamente 400 metros de distância, a jusante e obedecendo ao alinhamento das ruas que se formavam no núcleo urbano na margem esquerda do rio (mapa 11).

A concorrência aberta pelo governo do Estado para a obra é de 1912, vencida pela empresa Haupt & C. e em 20 de junho de 1915 a ponte já estava sendo inaugurada. Ela custou 250 contos de réis; tem 122 metros de comprimento divididos em vão central de 50 metros e dois vãos extremos de 35 metros cada; o assoalho tem 5 metros de largura; foi calculada para suportar 400 kg/m² e seu peso total é 247 toneladas (jornal Cataguases, 27 jun. 1915). As figuras abaixo mostram a antiga ponte de madeira e a metálica inaugurada em 1915.

Figura 18 – Ponte de madeira sobre o rio Pomba, construída entre 1839 e 1842, reconstruída em 1865 com reparos em 1878, 1885, 1887 e 1893.



Fonte: Prefeitura de Cataguases, Departamento Municipal de Documentação Histórica, 1906.

Figura 19 – Ponte metálica sobre o rio Pomba na sede municipal



Fonte: CAPRI, 1916

O que chama a atenção na construção dessa ponte na sede é a envergadura de um investimento e tecnologias empregados para ligar o núcleo urbano que estava se

consolidando à outra margem, o futuro bairro Vila Tereza, que naquele momento ainda não havia sido urbanizado. Do outro lado do rio havia apenas o cemitério, nem mesmo o hospital, um grande equipamento que foi construído naquele lado, aventava-se de ser construído. Assim, parece que a construção da ponte metálica reforça claramente a intencionalidade da municipalidade em expandir a cidade para aquela área, o que já vinha sendo cogitado anteriormente.

Cabe lembrar que a ponte metálica da sede não foi a primeira ponte desta envergadura e com esta tecnologia construída no município de Cataguases. Anteriormente, em 12 de janeiro de 1911, já tinha sido inaugurada uma ponte metálica também de 120 metros, atravessando o rio Pomba em um ponto que faz divisa com os municípios de Cataguases e Leopoldina, no distrito de Vista Alegre, por iniciativa do governo do Estado⁸⁷ (figuras 20 e 21, abaixo). Já havia, portanto, alternativas de conexão com a outra margem do rio Pomba e que não foi por falta de conexão com a margem direita do rio, que ainda não era urbanizada, que se tomou a iniciativa da construção da ponte metálica na sede. Parece, portanto, que a intenção era mesmo a de expansão urbana para aquela área.

⁸⁷ Provavelmente já havia uma travessia neste trecho de Vista Alegre, haja vista a existência da Estrada de Ferro Leopoldina inaugurada em 1877. Não conseguimos apurar como era feita essa travessia de trem. Resende e Silva (1908; p. 905) nos informa que, antes da existência de qualquer ponte, a travessia do rio era feita por barcas. Parece também que nesta época havia uma política do Estado de melhorias infraestruturais para diversos municípios, que incluía empréstimos e construção de pontes em várias regiões mineiras. Por exemplo, encontramos mensagem de 1909, dirigida pelo presidente do Estado, Wenceslau Braz Pereira Gomes, ao Congresso Mineiro informando o montante de despesas até aquele momento com a instalação de várias pontes. A mensagem informa que foram concluídas duas pontes metálicas: a do Rio das Velhas, em São Miguel da Ponte Nova, Sacramento; e a do Rio Paraibuna, em Sobral, Juiz de Fora. Estavam sendo montadas quatro outras: as do Rio Muriaé, em Patrocínio; do Rio Verde, em Três Corações; do Rio Grande, em Lavras; e do Rio Verde na Estação de Pouso Alto (jornal Cataguases, 18 jul. 1909). Em outra notícia encontramos a informação de que o profissional do Estado que conduz a construção da ponte metálica no distrito de Vista Alegre está conduzindo a construção de outra também metálica, de 82 metros, que atravessa o rio Doce, no município de Ponte Nova (jornal Cataguases, 26 de set. 1909). E, da mesma forma, o município de Ponte Nova contraiu um empréstimo de 500 contos de réis junto ao Governo do Estado para “melhoramentos na cidade e município” um pouco antes de Cataguases (jornal Cataguases, 14 maio 1911).

Figura 20 – Construção de ponte metálica sobre o rio Pomba, no distrito de Vista Alegre



Fonte: acervo ENERGISA, 1911

Figura 21 – Ponte metálica sobre o rio Pomba, no distrito de Vista Alegre



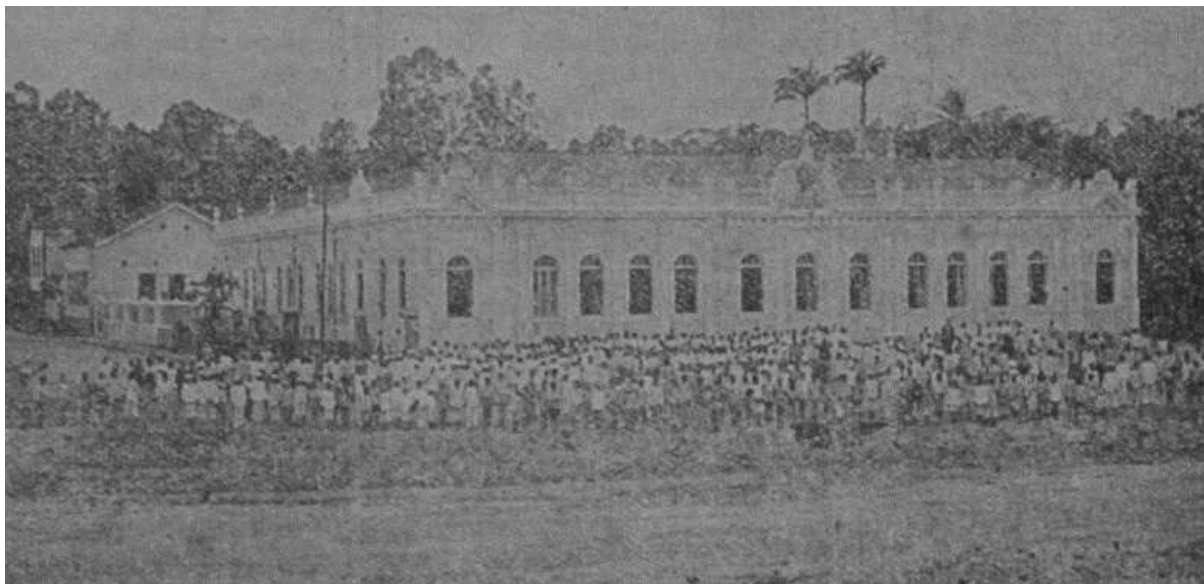
Fonte: acervo ENERGISA, 1911

4.2.2.3 *Grupo Escolar*

Ao mesmo tempo em que se construía a avenida Astolfo Dutra, foi sendo construído o primeiro grupo escolar público da sede municipal, conforme planta fornecida pelo governo do Estado, nos fundos dos terrenos do Largo da Matriz, com frente para avenida Astolfo Dutra⁸⁸. O grupo foi a primeira edificação daquela via que se abria. Sua construção inicia-se em 1911, também logo após o empréstimo feito pela municipalidade, e em 24 de fevereiro de 1913 já estava sendo inaugurado e entregue ao governo do Estado (figura 22; mapa 11).

⁸⁸ O terreno escolhido encontrava-se nos fundos das casas pertencentes a Amalia Camacho e Honorina Ventania e irmãos que, apesar de ser de propriedade da Câmara Municipal, o executivo teve de desapropriar com dificuldades, haja vista o plantio de árvores no respectivo terreno da municipalidade, nos fundos dos lotes, por aquelas senhoras, que ofereceram resistência à desapropriação. (justificativa do agente executivo para contrair empréstimo no Estado; jornal Cataguases 30 jul. 1911).

Figura 22 – O primeiro grupo escolar público da sede, atual Escola Estadual Coronel Vieira, localizado na avenida Astolfo Dutra recém-aberta, em fotografia da data de sua inauguração.



Fonte: jornal Cataguases, 24 fev. 1913.

Cabe destacar que, na esteira da consolidação de equipamentos e de infraestrutura do espaço urbano que se formava e ligados ao ensino, dois grandes outros equipamentos criados pela iniciativa privada são contemporâneos à criação do grupo escolar e até mesmo o antecedem. São eles o Ginásio e Escola Normal de Cataguases criado em 1909 e inaugurado no ano seguinte e o Colégio Nossa Senhora do Carmo inaugurado em 1912.

O Ginásio e Escola Normal de Cataguases com cursos primário, ginasial e normal foi criado por iniciativa da elite econômica da cidade que ascendia naquele momento, tendo como principais protagonistas e investidores o futuro industrial Manoel Inácio Peixoto; o produtor de café, comerciante, banqueiro, industrial e político, João Duarte Ferreira, e o comerciante Antônio Henriques Felipe, dentre outros⁸⁹. A escola foi instalada na Chácara Granjaria em terreno ainda distante do núcleo urbano que se consolidava.

Já o Colégio Nossa Senhora do Carmo, com cursos primários e preparatórios, foi criado por

⁸⁹ A constituição do Colégio e Escola Normal se deu pelos seguintes participantes com respectivos valores: Manoel Inácio Peixoto: 10.000\$000; João Duarte Ferreira: 10.000\$000; Antônio Henriques Felipe: 5.000\$000; José Villas Bouçada: 2.000\$000; Joaquim Augusto de Almeida: 2.000\$000; Joaquim de Souza Carvalho: 2.000\$000; Joaquim Peixoto Ramos: 2.000\$000; Francisco Xavier Alves de Matos: 2.000\$000; Aurélio Tâmega: 2.000\$000; Francisco de Barros: 2.000\$000; Antônio Augusto de Souza: 2.000\$000 (jornal Cataguases, 17 out. 1909; 7 nov. 1909). Em 1943 o Ginásio foi adquirido pela família Peixoto, quando o antigo edifício foi demolido e construído um novo, de autoria de Oscar Niemeyer, no período de ascensão da arquitetura modernista na cidade.

iniciativa das irmãs carmelitas e instalado no largo da Matriz de Santa Rita. As figuras 23 e 24 abaixo ilustram esses dois equipamentos.

Figura 23 – Ginásio e Escola Normal de Cataguases na Chácara Granjaria



Fonte: jornal Cataguases, 7 set. 1927.

Figura 24 – Colégio Nossa Senhora do Carmo, no largo da Matriz



Fonte: acervo Instituto Nossa Senhora do Carmo, 1925

4.2.3 Primeira indústria têxtil e energia elétrica

Outras iniciativas, privadas, vão ocorrer e contribuir decisivamente para os rumos da organização socioespacial do núcleo urbano que se formava, protagonizadas pela elite cafeeira e pelos imigrantes em ascensão econômica.

Um ponto de inflexão nestes rumos vai ser a criação da primeira indústria têxtil e a de energia elétrica em 1905, através da união desses atores mencionados acima.

De acordo com dados extraídos das atas de constituição de cada uma dessas indústrias, ambas são criadas em 26 de fevereiro de 1905, em assembleias de acionistas realizadas na sala de sessões da Câmara Municipal de Cataguases e conduzidas pelas mesmas lideranças para ambas as indústrias (BRASIL, 1905, p. 1457-1503).

As duas empresas tiveram os mesmos “incorporadores”, conforme o termo utilizado pelas suas atas de instalação, com exceção de José Monteiro Ribeiro Junqueira, que fará parte da indústria energética, mas não comporá a indústria têxtil. Além de José Monteiro Ribeiro Junqueira, os “incorporadores” são Joaquim Gomes de Araújo Porto, João Duarte Ferreira, Maurício Eugênio Murgel e Norberto Custódio Ferreira.

A indústria têxtil foi denominada Companhia Fiação e Tecelagem de Cataguazes; teve capital social inicial de 200 contos de réis dividido em 2.000 ações de 100\$000; sua primeira diretoria foi composta por “Coronel Joaquim Gomes de Araújo Porto, fazendeiro, residente no distrito

de Itamarati de Minas” e “Maurício Eugênio Murgel, negociante, residente na cidade de Cataguases”. A empresa foi inaugurada em 1º de agosto de 1906 (BRASIL, 1905, p. 1497-1500; jornal Cataguases 1º ago. 1906). Um pouco mais à frente, em 1911, a empresa vai ser assumida por Manuel Inácio Peixoto, o patriarca do clã Peixoto, responsável por futuros grandes investimentos industriais na cidade e cuja família posteriormente será responsável pela instalação das outras principais empresas e pela ascensão do período cultural modernista na cidade⁹⁰.

A empresa energética foi denominada Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina; teve capital social inicial de 400 contos de réis divididos em 4.000 ações de 100\$000; sua primeira diretoria foi composta por “Dr. José Monteiro Ribeiro Junqueira, advogado, residente na cidade de Leopoldina; Dr. Norberto Custódio Ferreira, advogado, residente na cidade de Cataguases” e “João Duarte Ferreira, negociante, residente na cidade de Cataguases” (BRASIL, 1905, p. 1500-1503). A primeira usina hidrelétrica dessa empresa de energia foi instalada às margens do rio Novo, no município de Leopoldina. A sede da Companhia instalou-se no antigo largo do Comércio, em Cataguases. A inauguração do primeiro grupo gerador se deu em 14 de julho de 1908 e neste mesmo mês, quatro cidades da região já estavam sendo abastecidas por sua energia elétrica: São João Nepomuceno, Cataguases, Leopoldina e Rio Novo. Em 1929 já seriam 12 cidades e 40 distritos ou povoados atendidos na Zona da Mata pela energia elétrica da Cia Força e Luz Cataguazes Leopoldina (jornal Cataguases, 14 jul. 1929). A empresa foi se expandindo por toda a Zona da Mata mineira e a partir dos anos 1990 adquiriu grandes concessões que estavam sendo privatizadas em todo o país naquele momento. Em 2007, esse conjunto de várias indústrias nas mãos dos mesmos proprietários é formalmente unificado e passa a se chamar ENERGISA S/A, com sede em Cataguases e controle de 11 distribuidoras instaladas em Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Sergipe, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Rondônia e Acre, atendendo 862 municípios, perfazendo receita líquida anual de R\$ 18 bilhões no ano de 2020 (ENERGISA, 2013).

⁹⁰ Em 1917 falece o patriarca da família Peixoto quando seus filhos assumem o controle da indústria têxtil, que passa a se chamar Indústria Irmãos Peixoto e vai ocupar o seu edifício e endereço originais até a década de 1990, quando se muda para o distrito industrial na margem direita do rio Pomba. Entre 1999 e 2008, o antigo edifício da indústria, com 11.000 m², vai abrigar o Instituto Francisca de Souza Peixoto, uma instituição de caráter cultural e educacional mantido pela família Peixoto. Este Instituto terá uma forte presença institucional na cena cultural e educacional da cidade enquanto esteve abrigado nas dependências da antiga indústria. Em 2008 o edifício original da Indústria é vendido e transformado em supermercado e *shopping center* e o Instituto Francisca de Souza Peixoto muda-se para outra edificação menor.

As figuras 25 a 28, abaixo, ilustram as instalações de ambas as indústrias na época de sua inauguração ou próximo e o mapa 11 a localização da indústria têxtil e da sede da companhia energética.

Figura 25 – Primeiro edifício da Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguazes que mede 18 metros de largura por 21 metros de comprimento, construído em terreno de 5.796 m².



Fonte: jornal Cataguazes, 1 ago. 1906

Figura 26 – Fábrica Fiação e Tecelagem de Cataguazes no dia da sua inauguração.



Fonte: Instituto Francisca de Souza Peixoto, Centro de Documentação Histórica, acervo cível-CDH-CAT-3-2903-fl. 160.

Figura 27 – Casa de força da Cia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, Usina Maurício, nas margens do rio Novo.



Fonte: Alberto Landóes, 1910; Acervo da Prefeitura Municipal de Cataguazes, Departamento Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural.

Figura 28 – à direita sede de Cia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, no Largo do Comércio, em Cataguazes.



Fonte: CAPRI, 1916

Na criação dessas indústrias algumas questões chamam a atenção. As duas empresas são criadas pelo mesmo grupo de lideranças e incorporadores; as assembleias de sua instalação são realizadas na sala de sessões da Câmara Municipal e são presididas por um dos incorporadores, que também é o agente executivo municipal e presidente da Câmara naquele

momento; esse mesmo agente executivo municipal assina duas legislações logo após a instalação das empresas concedendo-lhes isenções e incentivos fiscais ou, como se dizia no vocabulário jurídico da época, concedendo-lhes “privilégios”. Mais à frente um dos incorporadores das duas empresas, João Duarte Ferreira, também vai se tornar presidente da Câmara e agente executivo do município, entre 1911 e 1923.

Aqui parece-nos, portanto, ter havido uma mistura explícita entre o privado e a coisa pública, desde questões simbólicas como o local de realização das assembleias e o ator que as preside, bem como em questões pragmáticas, no caso de legislações municipais, promulgadas posteriormente para concessão de “privilégios” às empresas recém-instaladas. Essas questões nos remetem ao tipo de organização que vai se consolidando na construção da cidade, recorrentemente, tanto do ponto de vista social quanto do espacial.

Neste sentido, abre-se abaixo um pequeno parêntese para relembrar a biografia dos atores que criaram essas indústrias, como forma de contextualizar esses pontos colocados acima⁹¹.

José Ribeiro Monteiro Junqueira faz parte dos clãs oligárquicos ligados à propriedade de escravos e de terras em Leopoldina e, no momento de criação das indústrias, é deputado

⁹¹ Os detalhes das biografias de José Monteiro Ribeiro Junqueira e João Duarte Ferreira foram apresentados no item 3.3.3 desta tese e as dos demais incorporadores das duas indústrias são descritos abaixo, com mais detalhes:

Joaquim Gomes de Araújo Porto. 6 jun. 1854, São João Nepomuceno – 14 jul. 1930, Ubá. Faleceu com 76 anos, juiz de paz municipal; vereador; vice-presidente da Câmara; inspetor público; Capitão e Tenente Coronel da Guarda Nacional; intendente municipal; subdelegado de polícia no distrito de Itamarati; presidente da Sociedade Agrícola de Cataguases; agente executivo municipal entre 1900 a 1907; responsável pela criação em 1906 da Imprensa Oficial Municipal; proprietário rural, figura em 1905 como o décimo maior contribuinte de impostos territorial no município (jornal Cataguases, 30 dez. 1906; 22 jun. 1924; 6 jun. 1954; 21 jun. 1959).

Norberto Custódio Ferreira, 8 jun. 1862, Rio Novo – 8 fev. 1935, Ubá, faleceu com 72 anos, bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, promotor público em Ponte Nova, chegou a Cataguases em 1889, quando é eleito vereador para a Câmara Municipal e exerce advocacia; em 1889 torna-se gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Cataguases; em 1905 é um dos principais incorporadores da Cia Força e Luz Cataguases Leopoldina e Cia Fiação e Tecelagem; neste mesmo ano, figura como o 14º maior contribuinte de imposto territorial em Cataguases e o 3º de imposto predial; em 1908 torna-se gerente do Banco do Brasil em Santos tornando, entre 1910 e 1911, presidente deste banco; em 1930 é nomeado presidente da junta administrativa da Escola superior de Agricultura de Viçosa. Ao falecer, deixou para o Hospital e Orfanato de Cataguases mais de dois mil contos de reis (jornal Cataguases, 17 fev. 1935; COSTA, 1977, P. 573). Sobre uma das suas propriedades rurais, a Fazenda Cachoeira da Fumaça, em Cataguases, Capri (1906, p. 40-44) nos diz que é a propriedade rural “mais importante do município em extensão territorial e criação; a melhor fazenda de criação com área de 800 alqueires, boas pastagens de Gordura Roxo e Jaraguá, mais de 400 cabeças de gado das raças Schwitz, Hollandezza, normanda e caracu, grande criação de porcos Berk Shire e de outras raças”.

Maurício Eugênio Murgel (1866-1942), filho de imigrante austríaco, o médico Maurício Murgel que chegou a Cataguases em 1888; foi proprietário com o irmão de um dos dois engenhos centrais que Cataguases possuía em 1905, trabalhando com compra e venda de café e preparo de arroz. Também figurava entre os maiores contribuintes de impostos municipais na sede municipal (jornal Cataguases, 15 dez. 1907; 23 out. 1910; 13 nov. 1910).

federal por Minas Gerais, cargo que exerceu entre 1904 e 1930. João Duarte Ferreira, imigrante português, acumulou uma das maiores fortunas da região e alguns cargos políticos na cidade, sendo o mais importante deles, o de agente executivo entre 1911 e 1923, exercido sob a tutela do deputado federal cataguasense por Minas Gerais, Astolpho Dutra Nicácio Neto, que também pertencia ao clã ligado à propriedade de escravos e de terras na cidade. Joaquim Gomes de Araújo Porto, migrante, também foi grande proprietário de terras e exerceu cargos políticos em diversas ocasiões na cidade, sendo o mais importante o de agente executivo entre 1900 e 1907. Norberto Custódio Ferreira, advogado, exerceu cargos políticos, presidiu o Banco do Brasil e era grande proprietário de terras. Maurício Eugênio Murgel, que também possuía alguma riqueza, era proprietário de um dos dois engenhos que negociavam café na cidade.

Essas biografias nos auxiliam no entendimento em como se davam as relações entre o privado e o público e os privilégios estabelecidas naquela sociedade que se consolidava e até mesmo, de certa forma, o ponto de partida de determinados atores para a ascensão e ou manutenção de suas riquezas. E, além disso, em como essas estruturas sociais vão ser rebatidas na forma de organização do espaço construído.

As legislações que tratam das isenções fiscais por parte do município, logo após a criação das empresas têxtil e energética, são direcionadas especificamente a tais empresas ou também às demais indústrias que vão se instalando na cidade. Duas dessas legislações são publicadas em 26 de setembro de 1906, alguns dias após a inauguração da indústria têxtil. Trata-se da lei nº 203, cujo artigo 1º diz: “Fica **isenta de quaisquer impostos municipais**, por espaço de 2 a 10 anos, a juízo do Agente Executivo, **qualquer indústria nova** que se iniciar no município” (CATAGUASES, 1906b, grifo nosso). A outra é a Lei nº 206 que:

Concede **privilégio** para a Cia Força e Luz Cataguases Leopoldina.

O povo do município de Cataguases, por seus vereadores, resolveu e eu, em seu nome, sanciono e mando executar a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedido à Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, privilégio por 25 anos para exploração, uso e gozo da eletricidade nas suas diversas modalidades.

Art. 2º. Fica autorizado o presidente da Câmara a contratar com a mesma Companhia a iluminação pública da cidade, mediante as seguintes condições:

[...]

Art. 11. A Câmara fará **adiantadamente** por ocasião da instalação da iluminação pública, **o pagamento do primeiro ano de fornecimento dessa iluminação**, sendo os pagamentos seguintes feitos por trimestres adiantadamente.

[...]

Art. 13. A Companhia gozará a **isenção de todos os impostos municipais** durante o período de contrato.

Art. 14. A Câmara **cederá gratuitamente no perímetro urbano**, à Companhia, o **terreno necessário para a construção** da Estação Distribuidora e suas dependências.

Gabinete do Agente Executivo Municipal de Cataguases, em 26 de setembro de 1906. **Joaquim Gomes de Araújo Porto**. (CATAGUASES, 1906c, grifo nosso).

Nesta última, verifica-se como os incentivos para a companhia de energia elétrica são mais generosos, abrangendo maior tempo de isenção de impostos, cessão de terreno e o adiantamento no pagamento por parte do poder público para os serviços por ela futuramente prestados.

Mais à frente, em 1908, a lei nº 221, que codifica todas as leis municipais, reforça tais isenções de impostos no seu artigo 175:

Art. 175. São **isentos** de quaisquer impostos municipais:

1º. Os sindicatos que se organizarem, com sede no município pela venda dos produtos deste país no ou no estrangeiro;

2º. **Qualquer indústria nova** que se inicie no município a juízo do presidente da Câmara pelo prazo de 10 anos.

3º. Pelo prazo de 10 anos a contar de sua constituição a **Cia Fiação e Tecelagem de Cataguazes**.

4º. Pelo prazo de 25 anos a contar de 26 de setembro de 1906, a **Cia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina**.

5º. São também isentos de quaisquer impostos durante os 10 (dez) primeiros anos a contar da data em que começarem a funcionar as sociedades ou empresas com sede no município e nele estabelecidas como fábricas de fiação e tecelagem e tinturaria (CATAGUASES, 1908, grifo nosso).

A partir daquele momento uma série de incentivos com isenção de impostos e até mesmo terrenos públicos foram concedidos a outras empresas que vão se instalar posteriormente na cidade. São encontradas, por exemplo, legislações concedendo formalmente tais incentivos para indústrias de sabão, chapéus e gravatas, ladrilhos, funerária, curtume, usina de açúcar, fábrica de gelo entre outras.

Assim, a transformação em uma cidade industrial, a qual Cataguases vai se consolidar mais tarde, foi se construindo neste contexto da formação e organização social onde se misturam, de certa forma, as esferas pública e privada.

No que diz respeito ao espaço urbano, a construção da indústria têxtil contribuiu, juntamente com as duas estações ferroviárias, para a expansão da área urbana da cidade em direção à

Vila Domingos Lopes (figura 29). Chama, ainda, a atenção que no estatuto da Cia Fiação e Tecelagem de Cataguazes havia um artigo já prevendo a construção de vilas operárias como um dos seus três objetivos especiais:

Art. 2º. A companhia tem por objetivo especial:

[...]

3º. Edificar nos terrenos que vier a adquirir habitações de construção apropriada para facilitar aos operários das fábricas vivendas confortáveis e econômicas (BRASIL, 1905, p. 1498).

E, de fato, a Companhia vai construir o que será a primeira vila operária na cidade, que foi instalada próxima ao edifício da fábrica, na Vila Domingos Lopes, que abordaremos mais à frente nesta pesquisa.

Figura 29 – Vila Domingos Lopes, por volta da segunda década do século XX, ainda com aspecto rural.

Veem-se ao fundo uma capela, onde hoje se localiza a igreja do Rosário e, também, onde provavelmente seriam as instalações da Estação Ferroviária Cataguazes, nos barracões logo à frente da capela. A Cia Fiação e Tecelagem não aparece na imagem; ela está localizada bem mais à esquerda da foto.



Fonte: CAPRI, 1916

4.2.4 A cidade em marcha

A expressão que titula esse item, “A cidade em marcha”, foi retirada também do título de uma série de notícias do jornal Cataguases (CATAGUASES, 1906-2016), publicadas no decorrer da década de 1920, descrevendo as transformações pelas quais passa o núcleo

urbano da cidade. Ela foi pega de empréstimo para mostrar como no imaginário e, principalmente, na concretude da cidade construída, foram se formando e consolidando um tipo de ambiência e espírito vividos no núcleo urbano daquela época.

São notícias que possuem um tom otimista, deixando transparecer uma crença no progresso e desenvolvimento advindos de um tipo de ordem liberal, encampada por uma elite política e econômica que se formava na cidade. As notícias descrevem como comerciantes, industriais, investidores, “capitalistas” e o poder público contribuíram para a construção e transformação do ambiente urbano, através dos seus negócios, edificação de suas residências, comércio, indústria e intervenções infraestruturais.

Para exemplificar, alguns recortes de tais publicações são citados abaixo:

Cataguases Progride

Seguimos, felizmente sem grandes tropeços, a linha reta do **progresso**.

Povo de iniciativa, trabalhador e ativo, o povo de Cataguases muito se preocupa com o conforto, o progresso e o embelezamento não só do município em geral, ainda também da própria cidade.

[...]

Não é de longe que a eletricidade aqui, era como que um mito, uma idealização apenas, servindo de assunto em horas de distrações, em palestras alegres e despreocupadas, entretanto aqui ela já existe há dois anos, satisfazendo a todos, e sua força aproveitada para mover diversos maquinismos, entre eles uma Fábrica de Tecidos.

A Criação de um colégio de instrução primária e secundária, que foi motivo de grandes dificuldades pelas multiplicidades de requisitos necessários à sua organização, está felizmente tranquila em realidade pronta a satisfazer qualquer exigência. Situado no local mais aprazível, senão o mais próprio higiênico que possuímos, pode ser considerado um dos estabelecimentos modelos do Estado (jornal Cataguases, 5 jun. 1910, grifo nosso).

Impressões. A cidade em marcha.

Quem vê, quem aprecia, quem ausculta com ânimo de observador a nossa intensa vida urbana apreende logo que um grande sopro de **progresso vivificante** e confortador percorre todos os recantos desta **magnífica cidade de Cataguases**, infiltrando em todos os espíritos uma grande e incontida ânsia de desenvolvimento.

São **prédios novos de tipo moderno**, em número de cerca de 60, cujas construções estão iniciadas umas e outras em vias de conclusão.

São **fábricas novas** que se fundam e outras que aumentam o seu capital, como a dos Irmãos Peixoto, que está também aumentando o número de máquinas e teares, aparelhando-a para uma grande capacidade de produção.

São **casas de comércio**, que dilatam e ampliam as suas transações, conquistando novos mercados e novos centros para o aumento volumoso da sua capacidade comercial! (jornal Cataguases, 28 jun. 1925, grifo nosso).

Prédios Novos

O nosso bom amigo cel. Antônio Gomes de Oliveira vai iniciar nesta cidade, à Avenida Astolfo Dutra, dois magníficos *bungalows*, onde **a arte vai culminar no realce da arquitetura moderna.**

Também o estimado **banqueiro e capitalista**, cel. Manoel da Silva Rama, está construindo à rua Cel. João Duarte um esplêndido prédio com dois pavimentos, constituindo um belo fator do **aformoseamento daquela rua.**

São dignos de encômios estes distintos co-munícipes que procuram empregar os seus capitais em construções modernas, dando assim grande impulso à cidade, que dia a dia, galga novas etapas de visível desenvolvimento (jornal Cataguases, 10 jul. 1927).

Impressões. A cidade em marcha

Estão quase concluídos dois **imponentes edifícios** construídos pelo nosso amigo Cel. Antônio Gomes de Oliveira, na avenida Astolfo Dutra, em cuja construção aquele **estimado capitalista** despense cerca de duzentos contos de reis.

Está terminado, tendo para ele já se mudado, o **elegante palacete** do nosso amigo Cel. Joaquim Nunes Junior, ativo contador da “Leopoldina”.

O Senhor Jaime Bastos, digno sócio da **conceituada firma desta praça**, Nogueira & Cia, está construindo na rua Major Vieira, um **esplêndido edifício** com dois pavimentos. As obras estão bastante adiantadas, devendo ficar concluídas até o fim do mês corrente.

Continuam adiantados os serviços de reabastecimento de água potável à nossa população. A direção dos trabalhos está a cargo do notável engenheiro José Moreira, que conta terminá-los nestes dois meses mais próximos.

A usina açucareira de propriedade do Cel. Antônio Augusto e filhos desenvolveu no corrente ano grande novidade na produção de açúcar e aguardente, constatando-nos que orça por mil contos o valor dos produtos exportados pela importante empresa industrial cataguasense. O açúcar cristal ali fabricado é de uma **perfeição absoluta**, obtendo pronta colocação e por um preço superior aos seus similares de outras usinas.

O Dr. Lobo Filho continua muito animado e fortalecido nos seus instintos de calçar e **embelezar a cidade.** O jovem administrador, que na presidência da Câmara, se tem revelado um grande amigo de Cataguases, pensa em efetivar obras de grande vulto e relevo no quadriênio vigente, de forma a **colocar nossa urbs na vanguarda das cidades da Mata.**

Vão bastante adiantados os trabalhos para a estrada de automóveis desta cidade para Itamarati, a cargo do engenheiro Dr. Tacito de Andrade, que tem tido no hábil construtor Joaquim Carvalho um precioso auxiliar.

O Horto Florestal, onde pontifica a competência do Dr. Mello Barreto, continua o assombro de quantos visitam aquele viveiro de essências. Não há visitante nenhum que de lá não nega a maior e melhor impressão do quanto ali se vê, devido especialidade profissional do Dr. Mello Barreto (jornal Cataguases 11 dez. 1927, grifo nosso).

Assim, neste tom, durante aproximadamente as três primeiras décadas do século XX, são várias as notícias que vão ser publicadas no jornal Cataguases. Cabe lembrar, que este jornal era também o órgão oficial do município, comandado pelo poder público municipal e conseqüentemente pela elite econômica e política da cidade, refletindo o que essa classe pensava. Nesta “cidade em marcha” não aparecem os pobres. Eles são invisibilizados.

Chama a atenção o fato de não ser apenas o caso de construção de um imaginário coletivo,

mas de uma construção concreta. A cidade vivia um momento de expansão e consolidação de uma classe social, composta de imigrantes e dos antigos proprietários de terra e de escravos que se tornaram comerciantes, industriais e “capitalistas”, para usar o termo da imprensa local, que necessitava de lugares para construir suas moradias e instalar seus negócios no núcleo urbano em processo de consolidação. Muitos desses atores vão exercer papéis importantes, não somente na cena política local, como nos cargos de vereadores e agentes executivos, mas também na cena política estadual e nacional como é o caso de Astolpho Dutra Nicácio Neto, deputado federal entre 1903 e 1920, que exerceu a presidência da Câmara Federal nos períodos entre 1914 e 1917 e entre 1919 e 1920, além de um dos incorporadores da Cia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, José Monteiro Ribeiro Junqueira, que também exerce o cargo de deputado federal, entre 1904 e 1930.

É neste período também que se inicia o processo de projeção cultural da cidade no cenário nacional, inicialmente através da produção cinematográfica de Humberto Mauro e Pedro Comello, passando pela produção literária de revista modernista Verde⁹² e, mais à frente, a partir da década de 1940, através da arquitetura e arte modernistas. Foi, portanto, de fato, um período efervescente.

Assim, aquelas notícias do jornal refletem a aposta num tipo de transformação ligada a “progresso e desenvolvimento” da cidade.

Algumas conquistas vão contribuir e afirmar essas transformações como, por exemplo, a instalação das indústrias de tecidos e de energia elétrica e o empréstimo feito pela municipalidade ao governo do Estado para os diversos melhoramentos urbanos ocorridos naquelas décadas. Essas foram conquistas que, a nosso ver, junto com a chegada da ferrovia serão pontos importantes de inflexão que ancoram esse processo de transformação

⁹² Em 1924 Humberto Mauro e Pedro Comello fazem em Cataguases o curta metragem “Valadião, o Cratera”. Inicialmente são financiados por dois comerciantes da cidade, Homero Cortes de Barros e Agenor Cortes de Barros, que juntos fundam a empresa Phebo Sul América Film. Em 1926 inicia-se o que se chama o “Ciclo de Cataguases”, quando é produzido o filme “Na Primavera da Vida” e posteriormente, em 1927, “Tesouro Perdido”; em 1928, “Brasa Dormida”; em 1929, o curta “Cataguases”; em 1930, “Sangue Mineiro”, que fecha o Ciclo e projetam Humberto Mauro e Cataguases no cenário nacional. A Verde, foi uma revista literária modernista, editada em seis números, criada por um grupo de Cataguases, entre setembro de 1927 e maio de 1928, teve ligação com os modernistas da semana de 1922 de São Paulo e, com projeção nacional, representa um dos importantes movimentos ocorridos na literatura brasileira. O grupo de autores da revista era composto por Enrique de Resende, Rosário Fusco, Camilo Soares, Francisco Inácio Peixoto, Antônio Martins Mendes, Guilhermino César, Oswaldo Abritta, Cristóforo Fonte-Boa, Renato Gama e Ascânio Lopes (RUFFATO, 2009, p. 46-48; 81).

socioespacial da cidade. Parece também que elas trouxeram e reforçaram certa autoestima e confiança social coletiva para os investimentos que se faziam paralela e simultaneamente a tais transformações.

E neste sentido, a arquitetura eclética vai corresponder e afirmar esses novos tempos em transformação. As novas edificações da cidade começam a adotar o ecletismo como o símbolo do progresso e do “moderno”, ao mesmo tempo em que se começa a propagandear no imaginário coletivo a arquitetura colonial como negativa, como pode-se ver na imprensa local:

As Nossas Construções urbanas.

[...] Ninguém mais constrói nas pequenas cidades os feios sobradões de quatro esteios de braúna ou sapucaia, aos ângulos, **com os detestáveis panos de paredes lisas e chatas, sem sombras nem relevos**. Leves e graciosos nos artísticos conjuntos de suas artísticas fachadas surgem por toda a parte excelentes edificações de pedra, tijolo, cimento e cal, por ventura mais sólidas que os pesados casarões de outrora.

É de lamentar, entretanto - e eis onde queríamos chegar – que a nossa Câmara não olhe com mais rigor para o que se está praticando a este respeito na cidade. A par das belas construções que vão surgindo, aparecem ainda as horríveis gaiolas de madeira, como se não bastassem para nossa vergonha as desconjuntadas arapucas do Largo do Comércio, rua da Estação e adjacências (jornal Cataguases, 1913, grifo nosso).

A arquitetura eclética foi até mesmo promovida por incentivos fiscais estabelecidos por lei que isentava por três a cinco anos, pelo menos três edifícios construídos por ano fiscal, que obedecessem dentre uma das condicionantes “o estilo caracterizado de construção moderna” e de valor superior a vinte contos de réis. E, no caso de haver mais de três prédios nas condições estabelecidas pela lei, seriam “preferidos os de arquitetura mais perfeita, a juízo do Presidente da Câmara” (CATAGUASES, 7 abr. 1929).

De certa forma, clamava-se por uma ambiência urbana e uma arquitetura que correspondesse às transformações em direção aos investimentos e “progresso” pelos quais a cidade passava. A arquitetura do passado colonial não mais correspondia a tais transformações. Não era o caso apenas de novas necessidades programáticas da arquitetura em função das transformações socioeconômicas em curso, mas também uma questão simbólica. Em Cataguases, dois desses momentos de negação e apagamento do passado e crença num futuro transformador é muito significativo na histórica da cidade. O primeiro é esse do início do século XX, do qual abordamos agora, onde se afirma o presente através da

arquitetura eclética e o segundo ocorre um pouco mais à frente, a partir da década de 1940, quando será a vez da arquitetura modernista substituir a eclética.

Neste sentido, um bom exemplo é o que aconteceu com a matriz de Santa Rita. O edifício foi reconstruído três vezes: a capela inicial dá lugar a uma matriz, que se reforma para dar lugar a outra matriz em estilo neogótico, que por sua vez, dá lugar a outra em estilo modernista. Aqui cabe ilustrar, quão forte era essa ideia que relacionava “progresso”, novas necessidades e negação do passado, exemplificada numa notícia na imprensa local que conclamava os “municípios” a contribuírem com a nova matriz neogótica que se desejava e avizinhava:

Aos munícipes

Propugnar pelo **progresso** do município, pelo **engrandecimento, embelezamento e higiene** da nossa cidade é dever de cada um de nós e de todos os munícipes.

É com orgulho que mostramos aos nossos visitantes os elementos de **progresso**, os principais edifícios e os **belos** jardins que possuímos com ênfase enumeramos dentre aqueles o Hotel Villas, o Teatro, a Cadeia, o Paço Municipal e etc.; e quando se nos pergunta pelo templo cristão que possuímos, respondemos com verdadeiro desgosto e humilhados, é **uma igreja velha, feia, acachapada** (jornal Cataguases, 25 jul. 1909 grifo nosso).

Esse momento e ambiência da cidade desde a fundação da Vila e chegada da ferrovia, em 1877, até, aproximadamente, o fim da terceira década do século XX, está parcialmente ilustrado nas figuras anteriores de números 1 a 29 e é complementado junto às que vêm logo abaixo nas de números 30 a 48. Nessas figuras aparecem as estruturas físicas que vão delineando a paisagem do núcleo urbano neste período: mostram o templo religioso e o largo que estruturam o início do povoado e que vai adquirindo outras edificações estruturantes como o Paço Municipal e mais à frente o Colégio Nossa Senhora do Carmo; o largo do comércio com seu grande teatro; as estações ferroviárias, a indústria têxtil; a avenida Astolfo Dutra; a ponte metálica e o hospital que, de certa forma, induzem a expansão urbana; as estruturas de ensino; cadeia e templos metodistas; as casas comerciais e novas indústrias, a Casa Henriques Felipe; a Casa Rama; A Brasileira, a Casa do Pires, a Fábrica de Tecidos União Industrial dentre muitas outras. Mostram o bonde e seus trilhos marcando as vias; a arquitetura colonial que vai dando lugar à eclética; a largura das vias, pavimentação e passeios. Mostra também a arborização urbana, característica marcante e presente na cidade, pelo menos na área central até os dias atuais, e a importância que lhe era atribuída celebrada até mesmo com festas oficiais, cujas espécies eram, no geral plantadas fora dos

passeios⁹³.

Figura 30 - Igreja Matriz de Santa Rita de Cassia, cerca de 1912. A Igreja passou por sucessivas reformas. Esta, provavelmente, é a segunda configuração da Matriz.



Fonte: acervo ENERGISA, [1912?]

Figura 31 - Templo Metodista inaugurado na década de 1920, na Avenida Astolfo Dutra recém-aberta.



Fonte: acervo ENERGISA, [1922?]

Figura 32 - Bondes na data de sua inauguração, 15 nov. 1910. Inicialmente faziam o trajeto Estação Leopoldina, rua da Estação, Largo do Comércio, rua Coronel Vieira, Largo Santa Rita, rua Alferes Henriques de Azevedo e Ginásio Cataguazes.



Fonte: acervo ENERGISA, 1910; jornal Cataguazes, 13 nov. 1910.

Figura 33 - Centro Recreativo de Cataguazense inaugurado em 4 de out. 1911



Fonte: CAPRI, 1916; jornal Cataguazes, 15 out. 1911

⁹³ A arborização é uma característica da paisagem urbana de Cataguazes desde os seus primórdios. Resende e Silva (1908, p. 828) informa que foram plantadas 317 árvores nas vias urbanas, entre oitis e magnólias, na gestão municipal entre os anos 1901 e 1907, como um rol dos serviços “mais importantes e notáveis” da administração daquele período.

Figura 34 - Fábrica de tecidos União Industrial, inaugurada em 13 out. 1911, na rua Alferes Henriques de Azevedo



Fonte: Energisa, [1911?]; jornal Cataguases, 15 out. 1911

Figura 35 - "A Brasileira", casa comercial inaugurada em 3 de maio de 1921, na rua da Estação



Fonte: jornal Cataguases, 8 maio 1921; 28 jan. 1937

Figura 36 - Casa Pires, no largo da Estação, ainda com arquitetura neocolonial



Fonte: acervo Energisa, [1916?]

Figura 37 - Casa Pires com o edifício eclético que substituiu o anterior neocolonial



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Cataguases. Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural, [193-?]

Figura 38 – Peça publicitária da Casa comercial de Manoel da Silva Rama, imigrante português.

Casa Rama

TELEPHONE, 21

RAMA & COMP.
REBOCIANTES EM ALTA ESCALA

Vendas por atacado e a varejo

Rua Rebello Horta, 33 a 45

CATAGUAZES-MINAS

Unicos recebedores do superior vinho BARCOUÇO

Unicos depositarios do afamado calçado SOUTO

Estabelecimento Commercial — CASA RAMA

Fonte: CAPRI, 1916

Figura 39 – Peça publicitária do Palacete Passos, onde se negociava café, localizado no Largo da Estação. Observa-se na peça publicitária também um endereço no Rio de Janeiro.

Theodor Wille & Co.
COMPRADORES E EXPORTADORES DE CAFÉ
Importação de cimentos, marcas "SATURN E CARIOCA"
Avenida Rio Branco-79 e 81 RIO DE JANEIRO

Mario de Souza Lobo
REPRESENTANTE
Endereço Telegraphico: LOBO
Telephone central n. 1
CATAGUAZES-Minas

PALACETE PASSOS onde está estabelecido o escritório de representação da casa Theodor Wille & C.
Representante — Mario de Souza Lobo.

Fonte: CAPRI, 1916

Figura 40 – Rua Alferes Henriques de Azevedo, destaque para os trilhos dos bondes.



Fonte: Alberto Landóes, 1916; CAPRI, 1916

Figura 41 - Rua Coronel Vieira, destaque para os trilhos dos bondes e da arborização urbana fora dos passeios



Fonte: CAPRI, 1916

Figura 42 - Rua Major Vieira, destaque para os trilhos dos bondes e arborização fora dos passeios.



Fonte: jornal Cataguases, 28 jan. 1917

Figura 43 - Rua Cel. João Duarte, antiga rua da Estação



Fonte: Alberto Landóes, 1917. Acervo Prefeitura Municipal de Cataguases. Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural.

Figura 44 – Rua Rabelo Horta, destaque para a arborização fora dos passeios.



Fonte: CAPRI, 1916

Figura 45 – Rua Cel. João Duarte, antiga rua da Estação vista a partir do Largo do Comércio



Fonte: CAPRI, 1916

Figura 46 – Largo da Estação



Fonte: (LANDÓES, 1917)

Figura 47 – Largo da Estação



Fonte: (LANDÓES, 1917)

Figura 48 – Festa das árvores com plantio de árvores por alunos de escolas municipais na Avenida Astolfo Dutra em 1917.



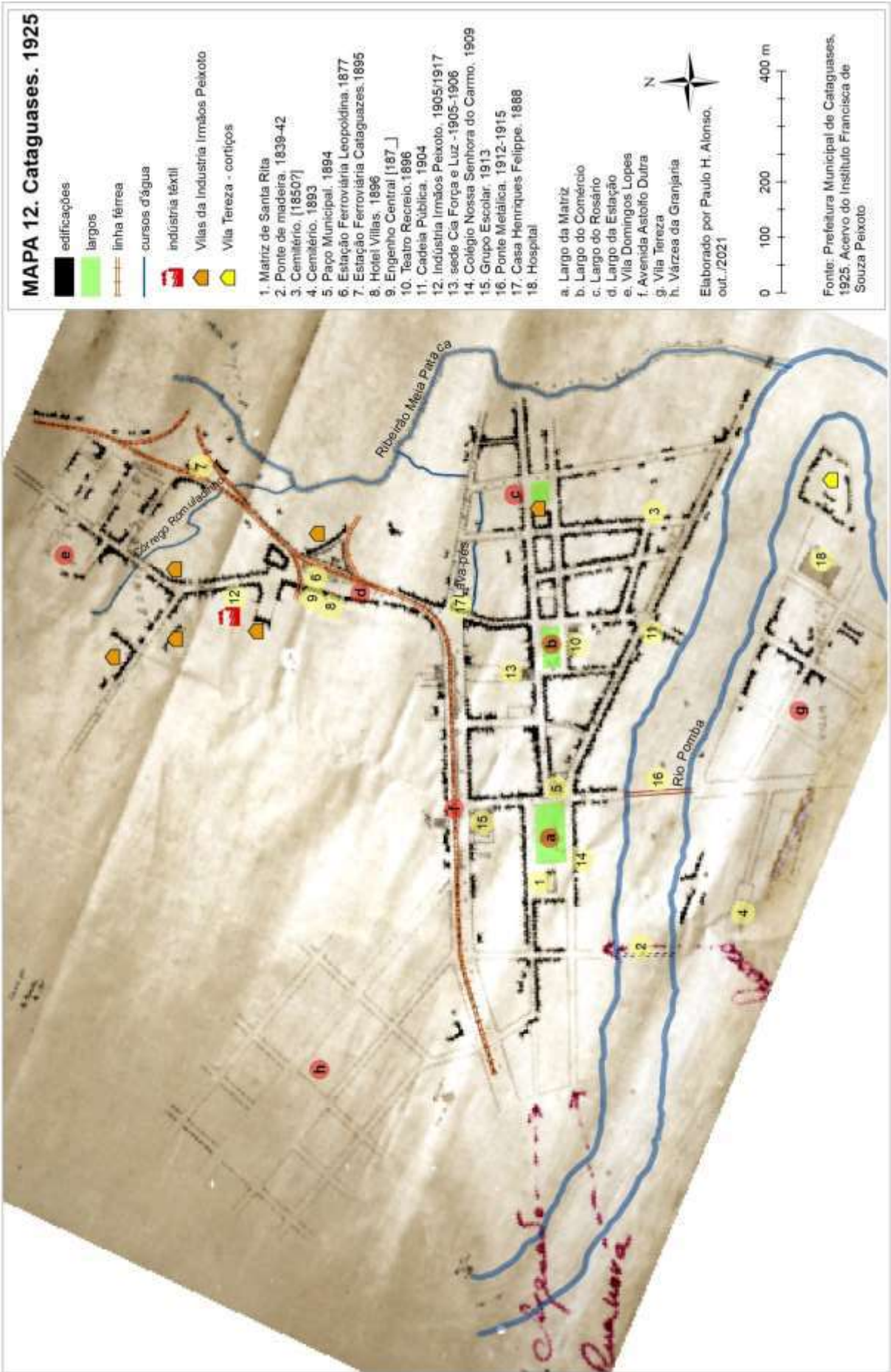
Fonte: (LANDÓES, 1917)

A comparação entre os mapa 12 abaixo, iluminado sobre a base de uma planta da cidade de 1925, com o mapa 11, apresentado anteriormente, cuja base é de 1913, mostra o processo de consolidação e ou transformações urbanas transcorridos entre estes anos e complementam as figuras acima apresentadas.

No que diz respeito à ocupação, não houve grandes alterações na área do patrimônio. Conforme já dito, foi ocorrendo aos poucos uma substituição de edificações da arquitetura colonial pela eclética.

Se em 1913 estava-se abrindo a avenida Astolfo Dutra, em 1925 ela já aparece com um nível bastante considerável de ocupação. Da mesma forma, a região das estações ferroviárias em direção à Vila Domingos Lopes, aparece em 1925 mais adensada. Adensamento que provavelmente foi induzido e fortalecido pela primeira indústria têxtil da cidade que ali se instalara. Nessa região da Vila Domingos Lopes, uma área plana, verifica-se também um traçado urbano uniforme e regular que se consolida.

Em 1925, a Várzea da Granjaria repete o traçado anterior de 1913, mas ainda não está ocupada. Já a margem direita do rio Pomba, aparece com um traçado urbano mais retalhado em relação ao projetado anteriormente, com quarteirões divididos e menores e, além do cemitério e hospital recém-construído, há alguns núcleos de ocupação esparsos com vazios urbanos. Será visto mais à frente que esses núcleos da Vila Tereza são vilas de aluguel para população de muito baixa renda, caracterizados até mesmo como cortiços, que ao nosso ver estão relacionados claramente a uma questão de segregação socioespacial e higienização.



4.2.5 Vilas de aluguel e operárias. Moradias para população de baixa renda.

Nos primeiros 40 anos do século XX vão ser construídas vilas de aluguel e operárias direcionadas à população de baixa renda⁹⁴. A primeira vila operária construída na cidade, conforme relatado anteriormente, já nasce junto à constituição da primeira indústria têxtil em 1905.

O investimento em moradias de aluguel passa, a partir de determinado momento, a ser visto como uma atividade lucrativa. Em 1913 aparece um artigo no jornal Cataguases que alerta e aborda a oportunidade perdida pelos “capitalistas” em investir na construção de moradia para aluguéis, para a população de um modo geral, dada a escassez habitacional na cidade:

Falta de casas

É extraordinariamente lastimável a crise por que passa atualmente Cataguases, em relação à falta de casas.

Admira-nos seriamente o modo indiferente com que os **senhores capitalistas** aqui residentes, encaram a situação difícil da cidade e abandonam ocasiões tão propícias para empregar em seus capitais (jornal Cataguases, 16 fev. 1913, grifo nosso)

Em 1915 é promulgada legislação com incentivos fiscais para a construção de “casas operárias” que atendessem condicionantes construtivas estabelecidas pelo município como forma, dimensão e quantidade de moradias produzidas, atendimento às condições higiênicas limite para o valor de aluguel.⁹⁵ Essa legislação vai ser renovada nos anos subsequentes e permanecerá até 1931. Parece-nos, portanto, que essa foi a solução adotada pela municipalidade para resolver um provável problema habitacional da população de menor

⁹⁴ Aqui, as vilas operárias são tratadas como o conjunto de moradias de aluguel produzido por empresas destinadas especificamente para seus operários, já as vilas de aluguel, como o conjunto de moradias produzido por rentistas e que não são destinadas necessariamente só para operários, mas para a população de baixa renda como um todo.

⁹⁵ Art. 30. Aquele que se propuser a construir no perímetro urbano desta cidade pequenas casas para operários até 31 de dezembro de 1916, ficará isento do pagamento dos impostos de edificação, predial urbano, de água, e esgotos e remoção de lixos relativos às mesmas casas até 31 de dezembro de 1920, se preencher as seguintes condições:

I – As casas operárias terão a **forma e dimensão determinadas em plantas oficiais** fornecidas pelo Agente Executivo Municipal e **preencherão as condições higiênicas** e de solidez que forem estabelecidas pela mesma autoridade;

II – Os favores da presente lei só alcançarão os que construírem grupos de **10 casas pelo menos** até 31 de dezembro de 1916;

III – Para que goze da isenção é essencial que o proprietário **limite o aluguel à taxa máxima de vinte mil réis** (20\$000) mensais, cessando os favores da presente lei desde que o aluguel exceda a taxa legal. (CATAGUASES, 1915, grifo nosso).

renda, que deveria estar em curso na cidade, aliada a um controle no que diz respeito tanto à forma, solidez e higiene das moradias, quanto ao valor do aluguel.

Os “capitalistas”, portanto, parecem ter acordado para uma oportunidade em curso. É ilustrativo como um dos artigos das reportagens “A cidade em marcha” trata o assunto:

Impressões. A cidade em marcha.

[...]

É o Joaquim Peixoto, às voltas com a construção da sua Vila, próxima à ponte, fazendo cálculos e mais cálculos, a ver se ainda está longe a cifra de dez contos mensais que ele, aspira receber de aluguéis! (jornal Cataguases, 5 jul. 1925).

Um dos grandes investidores das vilas de aluguel e operárias foi a família Peixoto. Somente a Indústria Irmãos Peixoto, de propriedade daquela família, possuía por volta das décadas de 1930 e 1940, aproximadamente 110 moradias entre vilas de aluguel e operárias, destinadas à população de menor renda (Planta da cidade de Cataguases, [1940?]). No mapa 12 mostrado anteriormente pode-se ver a localização de algumas dessas vilas e nas figuras nº 49 a 52 abaixo a imagem de algumas delas. Com exceção das localizadas no largo do Rosário a maioria localiza-se no entorno da primeira indústria têxtil. Aqui, já se pode perceber a hegemonia que a família Peixoto vai começar a exercer no território da cidade.

Outras vilas foram construídas como a Fernando Peixoto Ramos, margeando a linha ferroviária; a Vila Minalda e a Vila Tereza ilustradas nas figuras 53 a 57. Essas duas últimas, na margem direita do rio Pomba.

Figura 49 – Vila operária Manoel Peixoto Ramos, a primeira vila construída na cidade, em 1905, com 40 unidades habitacionais para abrigar os operários da indústria têxtil, que passou em 1911 para propriedade da família Peixoto.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2007

Figura 50 - Vila da Estação Ferroviária, propriedade da família Peixoto.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2008

Figura 51 - Vila do Largo do Rosário, propriedade da família Peixoto. A Figura mostra a vila em parte mais baixa e um pequeno talude de terra referente a aterramento na rua Coronel Vieira feito para nivelar e evitarem-se enchentes recorrentes na área.



Fonte: Instituto Francisca de Souza Peixoto, Centro de Documentação Histórica, Acervo Cível, CAT-2-CV-12446 (fl.46 nº1)

Figura 52 – Vila Domingos Lopes: em (a) vila operária Manoel Peixoto Ramos e em (b) vilas de aluguel de propriedade da família Peixoto. A edificação maior é a primeira indústria têxtil da cidade.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cataguases, acervo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural [193_?]

Figura 53 - Vila Fernando Peixoto Ramos



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 54 - Vila Minalda na margem direita do rio Pomba



Fonte: Prefeitura Municipal de Cataguases, acervo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, [195_?]

Figura 55 – Vista aérea da ocupação na margem direita do rio Pomba em Figura de 1931. Veem-se em (a) cemitério ao fundo, em uma colina; (b) Vila Minalda ao fim do caminho à direita; (c) construções entre o cemitério e hospital que parecem fazer parte de antiga fazenda Bom Sucesso, devido ao porte de uma das construções e vegetação do seu entorno (d) hospital, com algumas partes em dois pavimentos; (e) as moradias que compõem a Vila Tereza.



Fonte: Instituto Francisca de Souza Peixoto, Centro de Documentação Histórica, Acervo Cível, CAT-3-CV-2902 – fl. 260

Figura 56 – Moradias da Vila Tereza na margem direita do rio Pomba.



Fonte: Instituto Francisca de Souza Peixoto, Centro de Documentação Histórica, Acervo Cível, CAT-3-CV-2902 – Fl. 264, 1931

Figura 57 – Moradias da Vila Tereza na margem direita do rio Pomba.



Fonte: Instituto Francisca de Souza Peixoto, Centro de Documentação Histórica, Acervo Cível CDH_CAT-3-CV-2902 – fl. 266, 1931

Conforme dito anteriormente, a Vila Tereza⁹⁶ chama a atenção pela sua localização, seu caráter de segregação socioespacial e condições físicas precárias destinada a população muito pobre (figuras 55 a 57, acima). Ela foi implantada na margem direita do rio Pomba, aonde também o foram primeiramente o cemitério e, posteriormente, o hospital, cuja localização, distante do núcleo urbano, conforme já abordado, relacionava-se à propagação dos miasmas e às questões de higiene e saneamento influenciadas pelo combate às epidemias que assolaram a cidade no final do século XIX.

A Vila Tereza parece ter sido uma das primeiras ocupações na margem direita do rio Pomba direcionada à moradia de aluguel para a população de baixa renda, em local periférico da mancha urbana, cuja urbanização ainda não havia se completado, conforme demonstram as marcas de ocupação no mapa 12 e a figura nº 55. Aqui, chama a atenção o que Foucault (2021, p. 169) diz sobre a culpabilização das populações mais pobres como ameaça para a saúde coletiva. Dadas as condições precárias em que elas moravam, conseqüentemente surgiam e disseminavam-se com mais frequência as doenças infectocontagiosas nos locais onde residiam. A culpa era aplicada à classe social e não às condições de moradia. E, neste sentido, a solução era segregar os pobres no ambiente urbano.

A Vila Tereza, tratada como cortiço pelo poder público municipal, era composta por “51 casebres infectos e em ruínas”, que foram demolidos pelo poder público, em 1931. O ato de sua demolição foi reportado pelo jornal oficial da cidade como um grande evento e fazia parte de uma política de higienização e saneamento do prefeito Pedro Dutra, ligado ao clã Vieira de Rezende, cuja gestão talvez tenha sido a mais emblemática na busca por uma disciplinarização do meio urbano, através da promulgação e cumprimento de diversas legislações de posturas municipais, higienização e saneamento, aliados a embelezamento urbano⁹⁷. Chama atenção que, apesar de Pedro Dutra propor em seu programa de governo a

⁹⁶ O nome Vila Tereza origina-se de homenagem feita à esposa Tereza, do Cel. Antônio Augusto de Souza, proprietário da fazenda Bom Sucesso, que se localizava nessa área.

⁹⁷ Almeida (2004, p. 26-27) nos diz que Pedro Dutra “se auto representava como defensor da lei e guardião do interesse coletivo e retrata seus adversários como usurpadores do patrimônio público, que o utilizariam em interesse próprio”. Seus opositores, por sua vez, o vêem como “invasor da propriedade privada e perseguidor de seus opositores.” Para essa autora, através de análise de documentação da gestão desse prefeito, percebe-se que sua administração tinha um projeto urbanístico para a cidade, aliado a uma preocupação com a saúde pública e com a moralização político administrativa”, além de beleza e estética da cidade. Neste sentido, importante destacar o papel que o jornal Cataguases, através de suas publicações oficiais, vai ter na construção dessa autorrepresentação, publicando os feitos de Pedro Dutra na cidade com bastante frequência, destaque e detalhes.

construção de uma vila operária, como se verá mais adiante, não se previu a destinação dos moradores pobres que habitavam essa vila a ser demolida. A forma como a demolição da Vila Tereza é divulgada pelo jornal oficial do município invisibilizava claramente o destino dos seus moradores. O acordo feito para sua demolição, citado no jornal da cidade, não os envolve. Foi claramente um ato violento. Cabe citar trecho de divulgação do ato de demolição publicado no jornal oficial:

Quem atravessa a ponte metálica do rio Pomba fica perplexo diante da grande avenida que a atual administração vem construindo.

Trabalho notório que vale bem todas as homenagens que a nossa sociedade vem prestando ao eminente dr. Pedro Dutra Nicácio. A Vila Tereza fica hoje transformada num **bairro chique**, atestando o zelo e o escrúpulo dum administrador honesto e adiantado.

[...]

Na 5ª feira recebemos um gentil convite para assistirmos à demolição de 51 casebres infectos e em ruínas que e dr. Pedro Dutra, de acordo com Saúde Pública, com a opinião pública e com os próprios proprietários resolvera demolir, a bem da defesa social. (jornal Cataguases, 15 ago. 1931, grifo nosso).

Aqui, mais uma vez, vai se consolidando uma ideia de progresso, aliada a embelezamento urbano, higienização, saneamento e segregação socioespacial. Buscava-se transformar a Vila Tereza em um bairro “chique”.

Outras moradias isoladas, também condenadas pela saúde pública foram demolidas nesta mesma época no núcleo urbano consolidado⁹⁸.

Cabe lembrar Almeida (2004), que demonstra ser a partir da ascensão de Pedro Dutra ao poder municipal em 1931, que se acirra a disputa política na cidade entre as famílias Vieira de Resende e Peixoto, envolvendo não somente o poder político, mas também questões simbólicas e de memória da cidade.

Dois processos conduzidos por Pedro Dutra como prefeito disciplinador da cidade, na sua gestão entre 1931 e 1933, são casos exemplares desse acirramento contra a família Peixoto. Tais processos envolvem a prefeitura e a Indústria Irmãos Peixoto e são publicados com detalhes e destaque nas páginas do jornal Cataguases. Um se refere a pedido de indenização da Indústria Irmãos Peixoto por danos causados por aterramentos, feitos em gestões

⁹⁸ Balanço do primeiro ano da administração de Pedro Dutra publicado no jornal Cataguases traz a informação que foram demolidos “mais de cem cortiços”. A Vila Tereza era, curiosamente, propriedade de um farmacêutico, Domingos Fernandes Tostes. Outra edificação de sua propriedade, condenada pela saúde pública, também foi demolida à mesma época no centro da cidade à rua Coronel Vieira números 59, 61, 63 e 65.

anteriores da prefeitura, para se evitar as recorrentes enchentes na parte baixa da rua Coronel Vieira e Largo do Rosário, que danificaram, segundo a Indústria, seus imóveis (figura 51). Pedro Dutra apresenta extensa justificativa no processo publicado no jornal Cataguases indeferindo o pedido dos Peixoto (jornal Cataguases, 6 mar. 1932). O outro processo envolve a demolição pela prefeitura de um terreiro de secagem de café e arroz no largo Visconde de Rio Branco, em frente à Indústria Irmãos Peixoto, que de acordo com o prefeito tratava-se de um logradouro público constituído desde 1886, que foi apropriado indevidamente pela Indústria Irmãos Peixoto e outros munícipes (jornal Cataguases, 3 jul. 1932).

Ainda segundo publicação do jornal Cataguases essa querela entre Pedro Dutra e Peixoto é provocada quando Pedro Dutra assume o poder e

acabara com a situação do injusto privilégio de certos capitalistas. Marcos de Paula e Irmãos Peixoto, por exemplo, foram forçados a pagar impostos de mais de 40 casas que indevidamente desfrutavam de uma regalia escandalosa. Deste ato resultou um aumento de 30 contos para as rendas municipais [...]. (jornal Cataguases, 5 maio 1933).

Além disso, cabe lembrar que Pedro Dutra era advogado e, como prefeito e advogado, defendia causas ligadas aos operários. Isso também se tornava uma forma de oposição à família Peixoto, proprietária de indústria têxtil com grande número de operários. No programa de governo de Pedro Dutra, publicado com destaque no jornal Cataguases, há uma proposta de constituição de “Liga operária e construção de vila, **na zona suburbana**, doando a cada sócio da Liga, a preço ínfimo, um lote de 88 x 88 metros” que seria destinado além de moradia ao plantio de árvores e cultivo de frutas e hortaliças (jornal Cataguases, 24 maio 1931, grifo nosso).

A Liga Operária proposta por Pedro Dutra o teve como seu presidente de honra, foi constituída em outubro de 1931, denominou-se, de acordo com seu Estatuto, “União Operária de Cataguases” e tinha como finalidade “proteger os seus sócios dos casos de doenças, falta de trabalho, perseguições injustas e, logo que tiver capital, construir moradias para seus sócios mediante prestações mensais e por tempo determinado” (jornal Cataguases, 1 nov. 1931). Em 1º de maio de 1932 lançou-se a pedra fundamental da construção de uma Vila Operária e de sua primeira casa, fruto da constituição da União Operária de Cataguases. No entanto, essa vila não foi construída, mas mais à frente, em 1950, é inaugurada nas proximidades onde ela seria implantada uma outra vila, dessa vez promovida pela família

Peixoto e financiada pelo programa nacional Fundação da Casa Popular, o que também demonstra a disputa de poder entre as duas famílias na cidade tanto pela ideia de se construir uma vila para operários, como pela sua localização (Almeida, 2004, p. 127).

Chama a atenção, no entanto, a localização da vila operária proposta por Pedro Dutra na zona suburbana. Mesmo constituindo um avanço em uma proposta de provisão habitacional para população de baixa renda pelo poder público, constitui-se numa naturalização da segregação urbana dos pobres na cidade, apesar de a escolha do local poder ter sido feita também em função de que os lotes deveriam ser destinados a cultivo, portanto com área maior. Mas, cabe lembrar que a avenida Astolfo Dutra, em área central da cidade, coube à classe social mais abastada como um projeto claro de embelezamento urbano. Ou seja, o embelezamento urbano relacionava-se às edificações das elites.

A partir de 1936, com a ascensão do clã Peixoto ao poder municipal, a produção habitacional para a população de menor renda se transformará também num dos motes pela disputa de poder entre os clãs Vieira de Rezende e Peixoto, além de ser utilizada para benefícios econômicos para os Peixoto. Naquele ano, artigo do jornal *Cataguases* fará uma crítica direta à demolição das moradias na Vila Tereza e em outros pontos da cidade ocorridos em 1931, na gestão do Pedro Dutra, descrevendo como o ato foi violento deixando famílias desabrigadas. O artigo aponta que as alternativas para solução do problema habitacional que se agravava seria o incentivo a particulares para a promoção de moradias para os mais pobres. Percebe-se aqui não somente uma desconstrução e desqualificação das gestões lideradas pelos Vieira de Resende, mas a construção de uma ideia no imaginário coletivo e das bases para o que viria a ser a doação de um terreno pela Prefeitura para os Peixoto, na gestão municipal dessa mesma família, para a construção da segunda indústria têxtil na cidade e sua vila operária. É curioso ainda como o artigo do jornal recupera um ato ocorrido há cinco anos antes. Esse caso cabe ser ilustrado com a citação de partes do artigo no jornal *Cataguases*:

O Problema das casas de aluguel.

É difícil a situação do pobre que tem necessidade de morar nas imediações da cidade. A demolição da Vila Tereza.

[...]

Sem mais nem menos, da noite para o dia, o prefeito resolveu por abaixo todas as casas em que se abrigava gente humilde, e de um momento para o outro, dezenas e dezenas de famílias eram obrigadas a sair com a trouxa às costas e os filhinhos nos braços, à procura de outros tetos. Mas como as casas que podiam alugar para instalarem o seu lar eram aquelas que acabavam de ser destruídas,

essas famílias ficaram no caminho, à sombra dos beirais, das árvores e das pontes, curtindo os rigores do sol e as inclemências do frio.

[...]

Bastava que o prefeito dessa ideia infeliz tivesse interessado alguns particulares na construção **de vilas nos arrabaldes da cidade**, ou que tivesse promovido, por conta e iniciativa da prefeitura, **mediante concorrência pública de Empresas Construtoras, a construção de tantas casas quantas bastassem para abrigar todas as famílias que iriam ficar ao relento com a demolição das suas habitações**. Bastava essa providência, que qualquer pessoa conscienciosa e humana não teria desprezado, para que não existisse ‘o problema das casas baratas’, que vive atormentando todos os chefes da família que só podem dispender com o aluguel da sua moradia a pequena importância de oito, dez, quinze ou vinte mil reis”.

[...] Mas, como horizontes mais largos se descortinam para o futuro da nossa terra **com a nomeação do nosso novo prefeito**, e com a mudança de toda a situação. Voltaram-nos as esperanças de que o mal será remediado, e de que o trabalhador de Cataguases deixará de estar lutando doidamente pelo teto, depois de haver lutado heroicamente pelo pão, durante as horas compridas e árduas do dia. (jornal Cataguases, 26 jan. 1936, grifo nosso).

Aqui novamente chama a atenção a naturalização da segregação urbana para a população de menor renda. São sugeridos os “arrabaldes da cidade” para o destino das moradias. Além disso, mostra-se o acirramento pelas disputas de poder com a mudança de família no poder municipal.

4.2.6 Segunda indústria têxtil e sua vila operária

Na primeira vez que a família Peixoto assume a gestão municipal⁹⁹, entra em cena não somente a consolidação do seu poderio político, mas também o econômico, com a fundação da segunda indústria têxtil na cidade, além do cultural com as construções modernistas patrocinadas por esta família.

Em 17 de outubro de 1936 é constituída a Companhia Industrial Cataguases, tendo como incorporadores Severino Pereira da Silva, Ormeu Junqueira Botelho, Vanor Ribeiro Junqueira e José Inácio Peixoto. Ormeu Botelho e Vanor Junqueira pertencem ao clã leopoldinense originários da propriedade de terras e de escravos. Ormeu Botelho é sobrinho de José Monteiro Ribeiro Junqueira, um dos incorporadores da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina e Vanor Junqueira é seu filho. José Inácio Peixoto pertence à segunda geração do

⁹⁹ Lembrando que entre 1936 e 1945 a cidade é governada por Joaquim Martins da Costa Cruz afilhado político dos Peixoto.

clã Peixoto e é casado com Francisca de Souza Peixoto¹⁰⁰, uma das filhas de Cel. Antônio Augusto de Souza, dono do terreno onde se ergue a indústria. O incorporador Severino Pereira da Silva¹⁰¹, que não possuía ligação com Cataguases até então, nasce no Nordeste e faz fortuna no Rio de Janeiro a partir da década de 1930 nas áreas de têxteis e de produção de cimento. Em 1935 adquire a Fábrica Aliança, indústria de tecidos localizada no bairro Laranjeiras no Rio de Janeiro, da qual utiliza os equipamentos para montar outras indústrias têxteis no país, dentre elas a Companhia Industrial Cataguases. Posteriormente a Cia Industrial Cataguases será assumida majoritariamente pela família Peixoto.

Abaixo são recuperados alguns fatos relativos à fundação dessa segunda indústria têxtil e sua vila operária para se contextualizar e abordar algumas questões consideradas importantes relativas à conformação socioespacial da cidade.

Antes mesmo de a Cia Industrial Cataguases ser constituída em outubro de 1936, já em julho daquele ano é feita uma petição à Prefeitura de Cataguases por Onofre Bomfim e Aurélio de Oliveira Tâmega, “delegados de vários interessados na instalação de uma fábrica de fiação e tecelagem” na cidade, para que se “se concedam os seguintes favores”:

- a) Isenção de impostos municipais por vinte e cinco anos para a Fábrica e casas operárias construídas pela Sociedade que se organizar dentro do tipo aprovado pela prefeitura;
- b) Concessão de terreno indispensável à Fábrica e às vilas operárias a serem construídas pela Sociedade;
- c) Gratuidade da água fornecida à fábrica e redução das taxas das casas operárias
- d) Interferência do poder municipal para outras facilidades seja com Estado, seja com a Cia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, seja com companhia de transportes (jornal Cataguases, 9 ago. 1931).

A petição encerra-se com o seguinte:

V. Ex^ª., espírito claro, e os ilustres membros do Conselho Consultivo, espíritos argutos e brilhantes, bem compreenderão as vantagens de um empreendimento dessa natureza, que permitirá a construção de UMA CIDADE JARDIM para operários, com praças de desportos, centros de diversões, moderníssima arquitetura, apropriada de modo a dar a Cataguases um de seus maiores títulos de recomendação (jornal Cataguases, 9 ago. 1931, grifo nosso).

Essa petição teve como justificativas o interesse do empresário Severino Pereira da Silva,

¹⁰⁰ O Instituto cultural e educacional fundado pela família Peixoto em 1999, no que foi a primeira indústria têxtil na cidade, assumirá o nome de Instituto Francisca de Souza Peixoto em homenagem a esta senhora.

¹⁰¹ Severino Pereira da Silva nasce em 1895, em Taquaritinga do Norte (PE) e falece em 1986, aos 91 anos, no Rio de Janeiro (RJ).

“proprietário de magnífica fábrica de 1.500 teares no Rio”, em se associar a “prestigiosas fortunas” para a instalação de uma fábrica de tecidos em Cataguases; às vantagens de entradas de mais capitais na cidade; à possibilidade de empregabilidade de carpinteiros e pedreiros, dentre outros profissionais; à garantia da estabilidade da vida urbana com o incremento de 600 operários e incremento entre 1.500 e 2.000 habitantes na cidade, valorização de casas, desenvolvimento do comércio local e conseqüente aumento das rendas públicas; à melhoria das condições das lavouras para prover alimentação e das culturas de algodão.

O Conselho Consultivo Municipal¹⁰² à época fez parecer favorável à petição:

[...]

Considerando que a nova fábrica é de grande **alcance econômico** para o município e, sobretudo, para a cidade [...];

Considerando que a nova fábrica a ser colocada na Vila Tereza, em terreno já examinado pelos Conselheiros, como meio de **equilíbrio entre os diversos bairros** da cidade;

Considerando que a localização da fábrica na Vila Tereza possibilitará à Prefeitura Municipal realizar em **conjunto uma obra de saneamento e embelezamento de todo o bairro**, com a abertura de novas ruas, praças, avenidas e jardins com a proibição do ‘amontoamento’ de prédios uns contra os outros;

Considerando, ainda, que se oportunizará o reflorestamento de uma boa quantidade de terrenos como meio de oxigenação da cidade, em um estudo do bairro ‘Vila Tereza’ e assim a prefeitura poderá ver justo todos os problemas de remodelamento postos em foco na construção de **bairros-jardim para operários**.
(jornal Cataguases, 9 ago. 1936, grifo nosso)

Os “favores” foram concedidos pela Prefeitura através do Decreto nº 96 de 6 de agosto de 1936, também antes mesmo de a indústria ser constituída. O decreto autorizava a prefeitura a adquirir e conceder o terreno na Vila Tereza, necessário para a instalação da fábrica de tecidos e suas dependências, campos de desportos e de vila operária composta por 60 moradias; a fazer o levantamento do terreno necessário às instalações; a traçar a planta da vila operária que se denominava novo “bairro-jardim”:

Art. 5º “O prefeito municipal fará traçar, por um técnico de reconhecida competência a planta do **novo bairro-jardim**, a ser edificado na Vila Tereza, de

¹⁰² Com o governo provisório de 1930, as Câmaras Municipais foram dissolvidas; os prefeitos passaram a ser nomeados pelo presidente de cada Estado. Conforme decreto do Estado de Minas nº 9.768/1930, em cada prefeitura é criado um Conselho Consultivo com atribuições meramente informativas das quais compete, além de outras, opinar sobre os projetos de revisão dos contratos, leis e posturas municipais. Esse conselho era composto por três moradores do município de livre escolha do prefeito e dois dos maiores contribuintes de impostos e taxas municipais.

modo a salvaguardar as condições **de beleza, salubridade, economia, e comodidade requeridas modernamente para as construções operárias**” (CATAGUASES, 1936).

O decreto também normatizava os parâmetros urbanísticos para a implantação da vila operária sendo que as casas deveriam ser feitas de acordo com tipo aprovado pela Prefeitura; ter afastamentos frontal, laterais e de fundos de forma que a edificação ficasse isolada no centro do terreno e independente umas das outras; que o lote para cada duas moradias teria pelo menos 18 metros de frente e 25 de fundos; que o terreno cedido, mas não aproveitado pela indústria de tecidos, deveria ser reflorestado, podendo ser cultivado laranjais ou outras árvores frutíferas; e, se no terreno concedido pela prefeitura fossem excedidos os 60 lotes para as casas operárias a Prefeitura doaria o excedente a operários para que construíssem suas próprias moradias, em lotes de 12 x 25 metros.

Também se estabeleciam parâmetros urbanísticos gerais para os novos bairros a serem traçados na margem direita da cidade, até que novo código de posturas fosse aprovado. Naquela margem do rio ficariam proibidas: as construções que não fossem recuadas das vias e logradouros em pelo menos dois metros com área para jardins; as que não fossem isoladas uma das outras em pelo menos dois metros; a construção de edificações na avenida Antônio Carlos que fizessem fundos com o rio Pomba.

Os documentos que consultamos não trazem as medidas da área doada pela Prefeitura à Cia Companhia Industrial Cataguases e não tivemos acesso aos que poderiam informar precisamente essas medidas. No entanto, através de cruzamento de informações e mapas, apuramos que os terrenos de propriedade da Cia Industrial, naquela área, têm medidas aproximadas de 22 hectares. Não sabemos, portanto, se esse número corresponde a todo o terreno que foi doado à indústria ou se ela adquiriu mais terras posteriormente, por compra, que possam ter aumentado a área de sua propriedade.

Um fato chama a atenção neste episódio. A Prefeitura doa o terreno para a indústria se instalar em 1936 e mais à frente, em 1975, a indústria doa parte desse mesmo terreno para a municipalidade ampliar o cemitério e, em 1997, outra parte para construção de uma nova cadeia da cidade.

Essas doações são noticiadas no jornal Cataguases como atos de benevolência da Companhia para com a municipalidade como ilustram trechos das reportagens abaixo:

Um novo cemitério em terreno doado pela Industrial
 [...] 38 anos após a sua implantação no Município a empresa que prosperou vertiginosamente, graças ao espírito de trabalho dos seus criadores, tendo à frente José Inácio Peixoto, Dr. Ormeu Junqueira Botelho e Severino Pereira da Silva, ajudou o crescimento econômico, social e cultural da comunidade e agora, num espírito de rara gratidão, promove doação de mais de vinte mil metros quadrados de área destinada a construção de um novo cemitério. É a iniciativa privada de braços dados com o poder público, promovendo o progresso de Cataguases [...] (jornal Cataguases, 23 mar. 1975).

Empresa doa terreno para a construção da cadeia

[...] De acordo com o prefeito Paulo Schelb o diretor da Industrial mostrou-se 'preocupado com o problema afirmando ter grande interesse em poder dar a sua contribuição, se dispondo a estudar a possibilidade de doar o terreno'. Pouco depois Josué Peixoto informava ao prefeito que a empresa que dirige aceitava ceder o local solicitado para a construção da cadeia. [...] (jornal Cataguases, 22 junho de 1997).

Os dados apresentados acima trazem-nos algumas questões.

Destaca-se inicialmente a continuidade e consolidação da mistura entre as esferas pública e privada no favorecimento de setores econômicos em ascensão na cidade. Observa-se que a doação do terreno para a instalação da indústria têxtil é articulada por determinados segmentos de incorporadores que têm a seu favor, naquele momento e adquirido recentemente, o poder político na cidade, ou seja, a família Peixoto, que será uma das incorporadoras da indústria.

A doação do terreno é feita antes mesmo de a indústria ser constituída, o que induz a pensar que foi uma garantia e condicionante para que fosse instalada. Um detalhe que não pode ser deixado de lado é que o terreno adquirido pela prefeitura para a instalação da indústria era de propriedade Cel. Antônio Augusto de Souza, o genro de um dos incorporadores, José Inácio Peixoto¹⁰³. Portanto, a escolha do terreno para a implantação da indústria pode ter relação com esse dado, além de no ato de doação ter havido favorecimento econômico por relações de parentesco entre donos do terreno e a família que o recebeu e estava na gestão do poder municipal.

Além disso, vai sendo construído ao longo do tempo um ideário de benevolência dos industriais e da indústria para com a cidade, como visto nas reportagens de (contra) doação de terrenos à prefeitura para ampliação do cemitério e nova cadeia.

¹⁰³ A antiga sede da fazenda do Coronel Antônio Augusto de Souza encontrava-se no terreno onde posteriormente foi feita uma ampliação da Companhia Industrial Cataguases.

Uma segunda questão é a intencionalidade na criação de um bairro-jardim para operários que é claramente citado na petição à Prefeitura, no parecer dos Conselheiros e no decreto nº 96. O próprio decreto estabelece os parâmetros urbanísticos que dariam condições a essa tipologia, com afastamentos e jardins, diferentemente da tipologia que vinha sendo praticada até então no restante da cidade nas moradias das vilas de aluguel ou operárias.

Cabe lembrar que o ideário de cidade-jardim concebido por Ebenezer Howard no final do século XIX já estava bastante difundido no Brasil e vinha influenciando a concepção de diversos loteamentos, bairros e cidades pelo país no momento de concepção do bairro-jardim de Cataguases. Se inicialmente os loteamentos com essa concepção eram direcionados exclusivamente às classes mais abastadas, posteriormente vai ser difundido também na construção de vilas operárias¹⁰⁴. Dessa forma, não é por acaso que nos documentos acima citados aparece a expressão “cidade-jardim”. De certa forma, o modelo que começa a ser difundido no país chega a Cataguases.

Chama a atenção que nesta mesma época, Severino Pereira da Silva, um dos incorporadores da Cia Industrial Cataguazes, lança no final dos anos 1930 e constrói no terreno da demolida Fábrica Aliança, com algumas modificações no projeto original, o empreendimento imobiliário “Cidade Jardim Laranjeiras”. Esse empreendimento, com concepção urbanística de Washington de Azevedo, é coincidente com as propostas contidas no Plano Agache e teve influência dos modelos de cidade-jardim de Ebenezer Howard (RHEINGANTZ, ALCÂNTARA e DEL RIO, 2005; TREVISAN, 2014).

Assim, parece-nos haver uma ligação do bairro Jardim em Cataguases com o empreendimento de Severino Pereira da Silva no bairro Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Ambos partem de uma concepção de ideário de cidade-jardim e têm em comum o mesmo incorporador. Intuímos, portanto, que pode ter sido este incorporador da Cia Industrial que traz esse ideário para Cataguases¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Concepções de cidade-jardim idealizadas por Ebenezer Howard começaram serem aplicadas no Brasil em vilas operárias a exemplo das vilas da Companhia de Comércio e Navegação, em Niterói, de 1921; da vila operária da cidade de João Monlevade, de 1934, e a da Companhia Industrial Mineira, em Juiz de Fora, de 1938 (TREVISAN, 2014).

¹⁰⁵ Consideramos que as condições da implantação do Bairro Jardim em Cataguases, bem como sua ligação com o incorporador Severino Pereira da Silva, merecem maior aprofundamento, o qual não será feito aqui, por não fazer parte do escopo desta pesquisa.

Outra questão envolve os parâmetros urbanísticos que se estabelecem para ocupação na margem direita do rio Pomba como alternativa à expansão da cidade, salvaguardadas as condições de “beleza e salubridade”. Novamente, saneamento e embelezamento urbanos andam juntos. E, neste sentido, a escolha de parâmetros urbanos que remetem ao ideário de cidade-jardim vem ao encontro do propósito de saneamento e embelezamento que se buscava. Cabe lembrar que a demolição dos “cortiços infectos e insalubres” da Vila Tereza eram recentes. Dessa forma, também naquela área da cidade a busca por embelezamento e saneamento encontrava-se na pauta do dia.

E por fim, destaca-se a disputa do poder envolvida na implantação do empreendimento. O poder, que agora estava nas mãos da família Peixoto, abandona as práticas da gestão anterior adversária, no entanto, o imita de uma outra forma, no discurso e ideário. É abandonada a Vila idealizada para a Liga Operária da gestão anterior e cria-se uma vila operária em outro lugar, similar, por exemplo, quando dedica espaço para plantações de árvores frutíferas e com baixa densidade. Propõe-se ainda a regulação dos parâmetros de ocupação na Vila Tereza, visando ao saneamento e embelezamento urbanos, contraposto à ideia de um bairro “chique” proposta da gestão anterior. A diferença aqui é que se utiliza a incorporação das ideias em voga no país - o ideário de cidade-jardim. Essa, aliás será uma característica marcante da família Peixoto na disputa de poder com os Vieira de Rezende. No projeto de implantação da arquitetura modernista na cidade, por exemplo, a partir dos anos 1940, isso fica bastante evidente: utiliza-se o ideário cultural vigente no país como instrumento de disputa de poder, legitimação política e transformação urbanístico-arquitetônica.

Dessa forma, no final da década de 1930 e início da de 1940, a segunda indústria têxtil e sua vila operária vão passar a fazer parte do conjunto de edificações na margem direita do rio Pomba e consolidar a ocupação naquela área da cidade, junto com o cemitério, o hospital e a Vila Minalda, que também é uma vila de aluguel para população de baixa renda.

A figura nº 58 e o mapa nº 13 abaixo ilustram e mostram a localização de cada um desses equipamentos ali implantados. A indústria se insere em terreno mais plano, bem próxima às margens do rio Pomba. A vila operária, aos fundos, vai ser o primeiro loteamento da cidade implantado em encosta, composta de quatro vias seguindo as curvas de nível e certo cuidado no desenho urbano para que a transição entre as ruas não fosse muito íngreme e

desconfortável. De certa forma, a vila operária segue alguns princípios de cidade-jardim: baixa densidade construtiva, afastamentos, presença de jardins e ausência de muros.

Em 1937 o edifício da indústria já se encontrava edificado (figuras nº 58 e 59); em 1943, 42 moradias operárias estavam prontas e prestes a serem habitadas (jornal Cataguases, 10 out. 1943) . Se a proposta inicial era construir 60 moradias na vila operária, foram feitas ao todo 100 habitações, distribuídas em lotes entre 100 e 200 m² para cada uma e área edificada entre 50 e 70 m² aproximadamente. Três tipos de moradias foram executados. Para facilitar a identificação nas figuras e no mapa 13 que seguem, foram nomeados em tipos A, B e C. As do tipo A (figura nº 60) em um total de 77 unidades, que provavelmente foram as primeiras habitações executadas, seguem as diretrizes dispostas no Decreto nº 96 e estão presentes em todas as vias da vila. As do tipo B (figura nº 61) são em total de 13, alinhadas à rua e não possuem o afastamento frontal prescrito no Decreto nº 96. E as do tipo C (figura 62) são em dois pavimentos, reservadas a funcionários mais graduados da indústria, projetada pelo arquiteto modernista Francisco Bolonha que vai projetar outras obras na cidade.

Figura 58 – Vista geral da Vila Tereza com Cia Industrial Cataguases e Bairro Jardim construídos. Em (a) está o hospital, em (b) a Cia Industrial Cataguases, em (c) bairro Jardim com as primeiras moradias; em (d) Vila Minalda e em (e) o Cemitério. Entre (a) e (b) vê-se onde provavelmente foi a sede da Fazenda Bom Sucesso do Coronel Antônio Augusto de Souza e que, posteriormente, foram estendidas as instalações da indústria.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cataguases, acervo do Departamento Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico, 194_?.

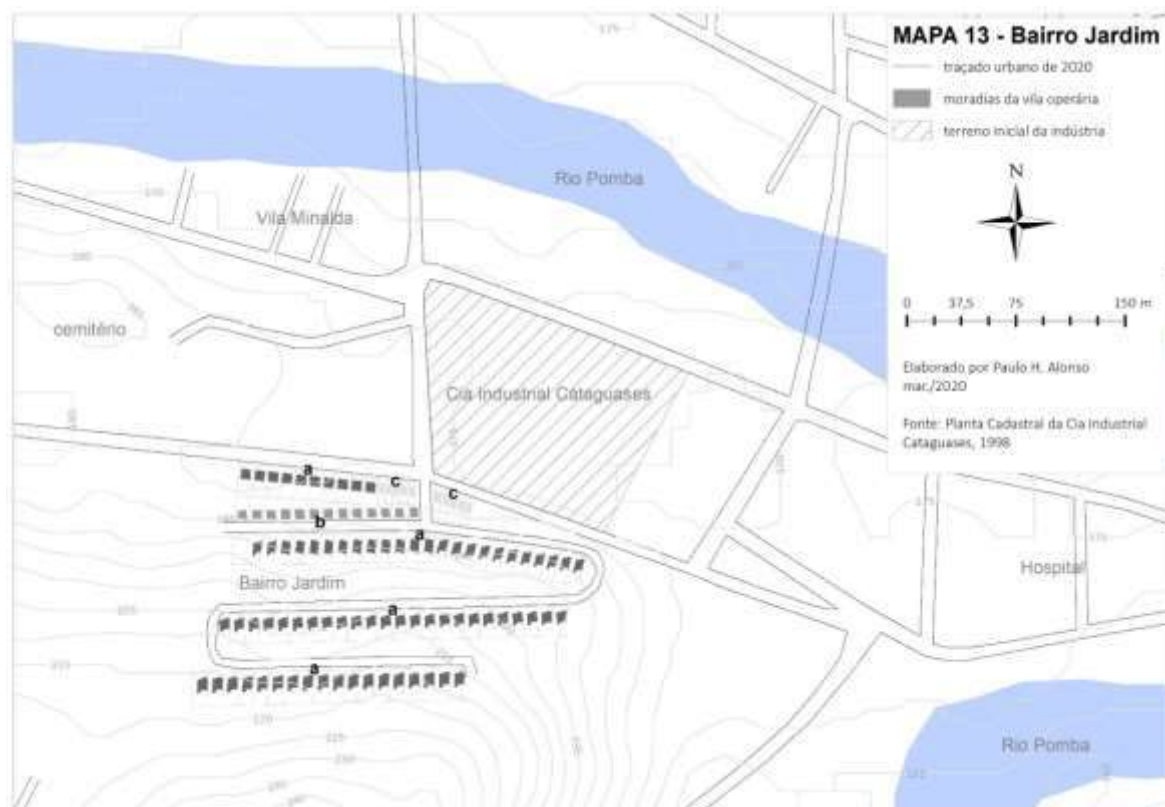
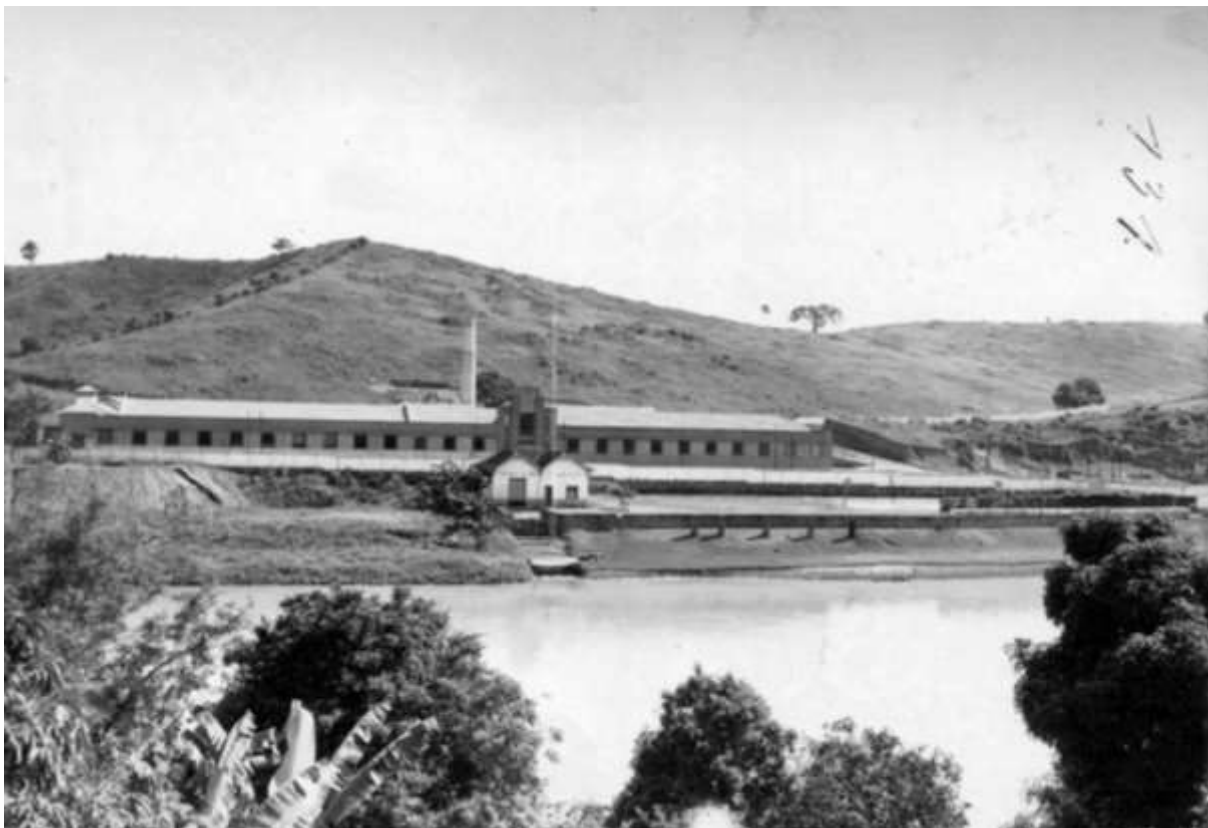


Figura 59 – Cia Industrial Cataguases em 1937, recém-construída. Neste ano ainda não havia sido construída a vila Operária como mostra a foto.



Fonte: Instituto Francisca de Souza Peixoto, Centro de Documentação Histórica, acervo cível, CAT-3-CV-3088 - Folha 131, 1937

Figura 60 – Moradia da vila operária do Bairro Jardim – Tipo A



Fonte: Alexis Morais, 2008

Figura 61 – Moradia da vila operária do Bairro Jardim – Tipo B. Sem afastamento frontal, alinhada à via.



Fonte: Paulo H Alonso, 2008

Figura 62 – Moradia da vila operária do Bairro Jardim – Tipo C – Projeto do arquiteto modernista Francisco Bolonha. Cada grupo de duas janelas corresponde a uma moradia de dois pavimentos.



Fonte: acervo Prefeitura Municipal de Cataguases, [194_?]

As figuras n.º 63 e 64 e o mapa 14 seguintes ilustram a conformação espacial da cidade até aproximadamente meados de 1940.

Figura 63 – Vista aérea de parcial de Cataguases entre aproximadamente 1940 e 1950. Em (a) a igreja matriz; (b) avenida Astolfo Dutra; (c) bairro Granjaria com a Avenida Melo Viana ocupada inicialmente; (d) Cia Industrial Cataguases; e (e) Bairro Jardim.

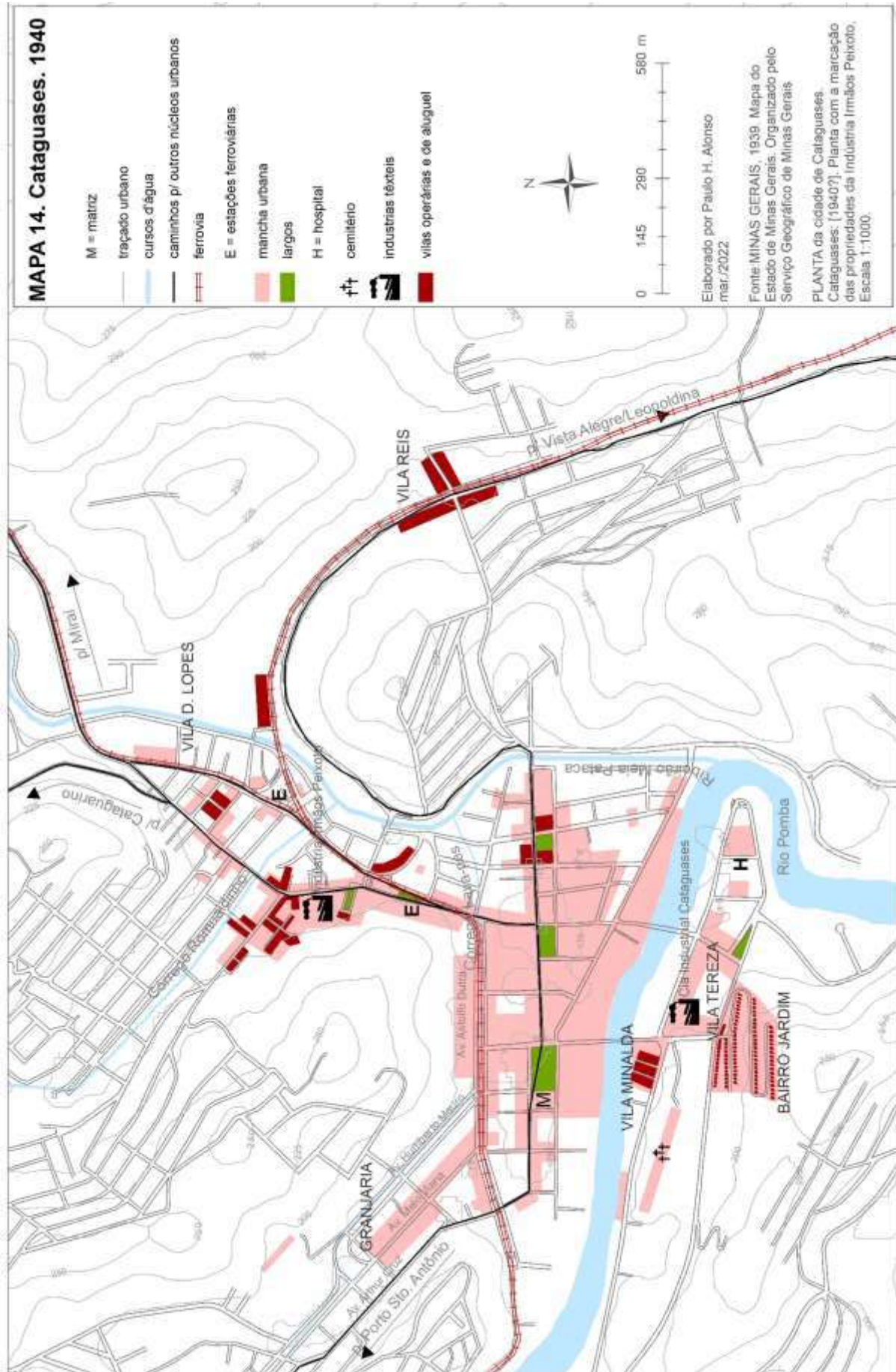


Fonte: acervo Prefeitura Municipal de Cataguases, Departamento Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural, [194_?]

Figura 64 – Vista aérea de parcial de Cataguases entre aproximadamente 1940 e 1950. Em primeiro plano, na parte inferior da foto, a Vila Domingos Lopes, que se caracteriza como bairro operário pela quantidade de vilas de aluguel e operárias que nela se instala. Em (a) o Bairro Jardim; (b) Estação Ferroviária Leopoldina; (c) Indústria Irmãos Peixoto; (d) Estação Ferroviária Cataguazes.



Fonte: acervo Prefeitura Municipal de Cataguases, Departamento Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural, [194_?]



Com exceção do Bairro Jardim que ocupa a encosta, a mancha urbana ainda permanece nas cotas baixas e planas margeando os cursos d'água e se estendendo pelos caminhos que ligam aos outros núcleos urbanos vizinhos. Se inicialmente são ocupados a área destinada ao Patrimônio e os arredores da Matriz, dos largos do Comércio e do Rosário, posteriormente, o traçado urbano se estende para os arredores das duas Estações Ferroviárias, cujo crescimento do entorno será favorecido e estimulado, com a instalação da primeira indústria têxtil.

A vizinhança da indústria será ocupada, principalmente, por vilas de aluguel e operárias em direção à Vila Domingos Lopes. A avenida Astolfo Dutra se consolida como o lugar da elite. A Granjaria tem suas primeiras ocupações na avenida Melo Viana, facilitada pelas condições topográficas que a localização dessa via apresentava em detrimento das avenidas vizinhas e paralelas - Artur Cruz e Humberto Mauro - ocupadas posteriormente. Assim como a avenida Astolfo Dutra, essas três avenidas da Granjaria serão ocupadas pelas classes médias e mais abastadas da cidade.

A margem direita do rio Pomba, inicialmente ocupada pelo cemitério, depois pelo hospital, pelas vilas de aluguel precárias, demolidas em 1931, e pela vila de aluguel denominada Vila Minalda, terá uma alavancagem em sua ocupação com a instalação da segunda indústria têxtil e sua respectiva vila operária - o Bairro Jardim com influências simplificadas de loteamentos inspirados na cidade-jardim que se difundiam pelo país.

5 RUPTURA. INDUSTRIALIZAÇÃO. ESPRAIAMENTO URBANO

A instalação da segunda indústria têxtil em 1936 pode ser lida como um marco de inflexão na organização socioeconômica e espacial de Cataguases – uma ruptura. A partir daquele momento começa a se consolidar uma base econômica industrial, bem como um poderio político e cultural dominados pela família Peixoto. Essa família fundará novas indústrias que, junto com as anteriores, a Indústria Irmãos Peixoto e Companhia Industrial Cataguases, vão se destacar dentre as demais na cidade, por empregar maior número de operários. A base econômica muda de agrária para industrial; a hegemonia política e econômica muda de mãos, do clã cafeeiro para o industrial; há uma tentativa de apagamento do passado através da substituição da arquitetura eclética pela modernista; e a partir da década de 1970 ocorre a inflexão de maioria de população rural para urbana, com grande crescimento populacional urbano, com espraiamento da mancha urbana para as encostas com infraestrutura precária, conformando uma nova e outra paisagem urbana, diferente da centralidade que se consolidou anteriormente.

A Tabela 6 abaixo mostra a quantidade de indústrias da cidade entre as décadas de 1940 e 1980. Observa-se que há um incremento de 200% na quantidade entre os anos 1940 e 1950 e, apesar de parecer que no censo de 1960 há prejuízo na apuração dos dados, os números de 1950 se mantêm na média em 1970 e 1980.

Tabela 6 – Quantidade de indústrias - 1940 a 1980 – Cataguases (MG)

1940	1950	1960	1970	1980
47	143	89	154	132

Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940-2010); jornal Cataguases, 1914

Nota: Em 1914, de acordo com publicado no jornal Cataguases a cidade possuía 17 indústrias; em 1931, o programa do futuro Prefeito Pedro Dutra à época aponta a existência de 52 fábricas (jornal Cataguases, 24 maio 1931).

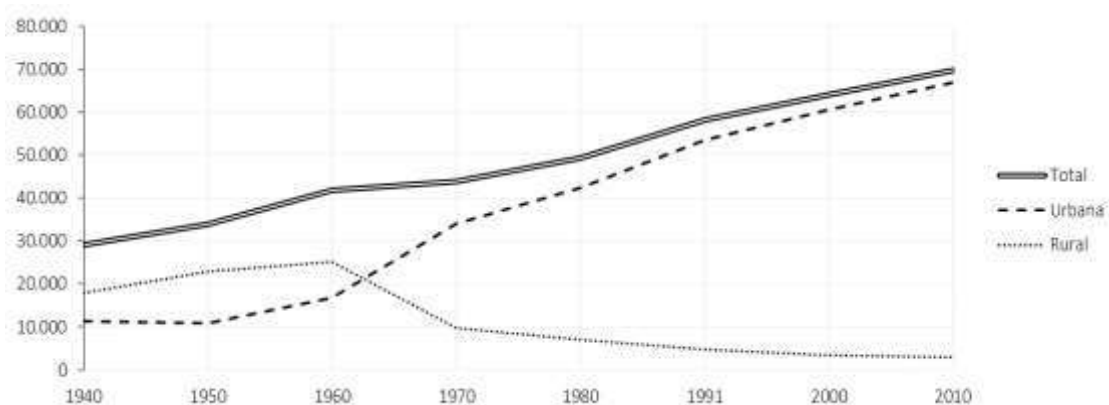
Os dados de 1960 parecem inconsistentes devido à queda do número de indústrias em relação ao ano de 1950 e posterior elevação em 1970, aos mesmos níveis do apurado em 1950.

Paralelamente e conseqüentemente a esse crescimento industrial, cresce a população urbana que ultrapassa a rural entre as décadas de 1960 e 1970 (tabela 7 e gráfico 1). A partir da década de 1970 a população urbana cresce e a rural decresce, num processo muito similar ao que ocorre no Brasil, conforme demonstra a comparação entre os gráficos 1 e 2 abaixo.

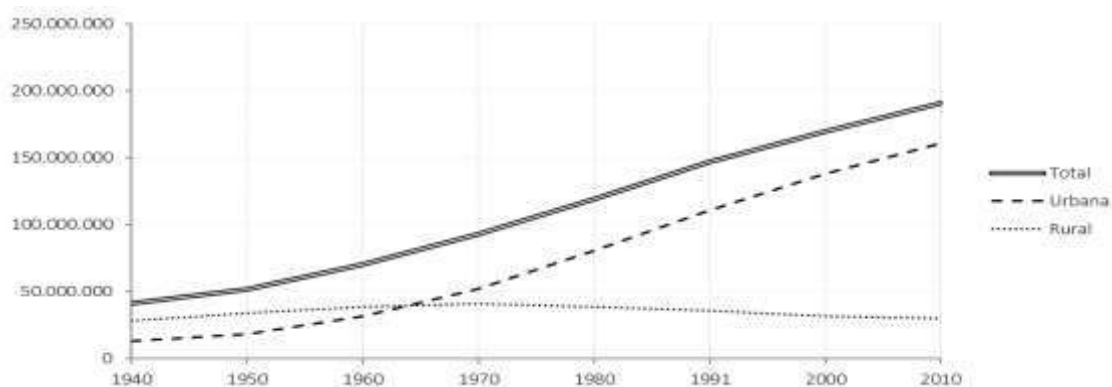
Tabela 7 – População total, urbana e rural- 1940 a 2010 – Cataguases (MG)

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total	29.134	33.827	41.879	43.846	49.269	58.138	63.980	69.757
Urbana	11.243	10.959	16.776	34.102	42.315	53.426	60.482	66.780
Rural	17.981	22.868	25.103	9.744	6.954	4.712	3.498	2.977

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940-2010

Gráfico 1 - Evolução da população total, urbana e rural – 1940 a 2010 – Cataguases (MG)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940-2010

Gráfico 2 – Evolução da população total, urbana e rural – 1940 a 2010 – Brasil

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940-2010

Entre os primeiros anos de inflexão de rural para urbano, em meados de 1960 e aproximadamente até 1980, houve maior intensidade de deslocamento por êxodo rural conforme demonstra o gráfico 1. A partir de 1980 percebe-se que, além do êxodo rural, o aumento populacional na área urbana se deve principalmente ao crescimento demográfico total. A partir desse momento, o crescimento populacional na área urbana não se deu apenas pelo êxodo rural, mas também pelo crescimento populacional total que vai se concentrar nas áreas urbanas.

O crescimento da população urbana e o decréscimo da população rural foram se intensificando de tal forma que em 2010 quase a totalidade da população do município, 96%, vai residir na área urbana enquanto apenas 4%, na rural.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a população urbana basicamente dobra. E, a partir da década de 1970 essa população vai crescer a uma taxa média de 25% por década até 1990, quando a partir daí se estabiliza a uma taxa média de 12%, conforme ilustra a tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – Percentual do crescimento demográfico entre as séries censitárias - 1940 a 2010 – Cataguases (MG)

População	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/2000	2000/10	1940/2010
total	16,1	23,8	4,7	12,3	18,00	10,0	9,0	139,4
urbana	-2,5	53,0	103,2	24,0	26,2	13,2	10,4	494,0
rural	27	9,7	- 61,2	- 28,6	- 32,2	- 25,7	- 14,89	-83,4

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940-2010

Houve, portanto, uma inter-relação entre o processo de industrialização e crescimento populacional urbano, que pode ser explicitada quando se apuram os dados relativos ao percentual da população cujo ramo principal de trabalho é a indústria, como expresso na tabela 9.

Tabela 9 – Percentual da população cujo ramo principal de trabalho é a indústria - 1940 a 2010

	1940	1950	1970	1980	1991	2000	2010
Cataguases	6,3	9,8	11,1	14,6	13,5	11,1	8,7
Leopoldina	3,4	4,8	6,5	8,1	8,8	8,2	6,8
Muriaé	2,1	3,3	4,4	9,0	9,8	10,0	9,5
Ubá	1,7	2,7	6,0	13,3	14,6	13,6	13,9
Juiz de Fora	10,1	6,6	9,1	12,6	11,8	9,1	5,7
Minas Gerais	2,7	3,7	4,5	8,5	8,9	4,6	6,2
Brasil	4,3	4,4	5,7	9,1	8,9	4,5	5,8

Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940-2010)

Nota: Foram coletados os dados dos Censos Demográficos referentes à ocupação principal das pessoas economicamente ativas, agrupando as atividades industriais, conforme a classificação de cada Censo Demográfico. Para os anos 1940, 1950 e 2010 somaram-se as categorias: indústrias extrativas e indústrias de transformação; para 1970, somaram-se indústrias de extração mineral, indústrias de transformação e outras atividades industriais; e para os anos de 1980, 1991 e 2000, indústrias de transformação, indústria de construção civil e outras atividades industriais. Não se conseguiu apurar os mesmos dados para o Censo de 1960, daí ele não constar na Tabela.

O processo de industrialização em Cataguases se destaca em relação a outras localidades, o que pode ser visto, quando se compara, por exemplo, com as cidades vizinhas de Leopoldina, Muriaé e Ubá, cuja centralidade na rede de cidades da região é similar; com Juiz de Fora, cidade média que exerce a principal centralidade na região, bem como, com os dados do estado e do país. Cataguases, entre os anos 1950 e 2000, tem a maior população ocupada na indústria, dentre essas localidades apresentadas, com ligeira diferença e exceção para Ubá que inverte a posição a partir de 1991.

Assim como no Brasil, a industrialização ocorre com base na baixa remuneração da classe operária (OLIVEIRA, 2015 [1972]), como demonstram os dados das últimas séries censitárias do Censo Demográfico do país (tabela 10). A média dos três últimos censos mostra que 60% da população cataguasense apresenta rendimento médio mensal *per capita* de até um salário mínimo, mostrando, inclusive, que a parcela em Cataguases que percebe os salários mais baixos é maior se comparada às do estado de Minas Gerais e do país.

Tabela 10 – Percentual do rendimento médio mensal familiar per capita em salários mínimos – Cataguases, Minas Gerais e Brasil – 1991, 2000 e 2010

		até 1 salário mínimo	> 1 a 2 salários mínimos	> 2 a 3 salários mínimos	> 2 a 5 salários mínimos	> 5 salários mínimos	sem rendiment o	sem declaração
1991	Cataguases	71,2	12,5	4,8	3,3	3,2	2,8	2,2
	Minas Gerais	65,7	15,8	5,7	4,4	4,4	2,2	1,8
	Brasil	57,9	18	7,2	5,7	5,9	2,9	2,4
2000	Cataguases	49	23,8	9,5	6,6	7,3	3,8	-
	Minas Gerais	47,6	23	8,6	7,3	8,6	4,9	-
	Brasil	44,9	21,3	9,1	8,2	10,2	6,4	-
2010	Cataguases	60,1	24,7	6,3	4,1	3	1,7	-
	Minas Gerais	59	22,6	6,5	4,7	4,2	3	-
	Brasil	56,3	21,9	7	5,3	5,1	4,3	-

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos 1991, 2000, 2010. Tabela de dados agregados, 244; 238; 3261.

Assim, industrialização com baixos salários e consequente aumento populacional vai ter grande impacto sobre o espaço urbano. A área urbana, composta majoritariamente por uma população de baixa renda, vai demandar soluções infraestruturais, habitacionais, de saneamento e mobilidade que o poder e gestão públicos não estarão preparados e não darão conta de resolvê-las ou provê-las.

A mancha urbana vai se expandir pelas poucas áreas ainda planas ao longo dos cursos d'água e, na escassez dessas, pelas encostas e em áreas com maiores declividades, sem infraestrutura básica, para abrigar principalmente o maior segmento populacional, o de menor renda.

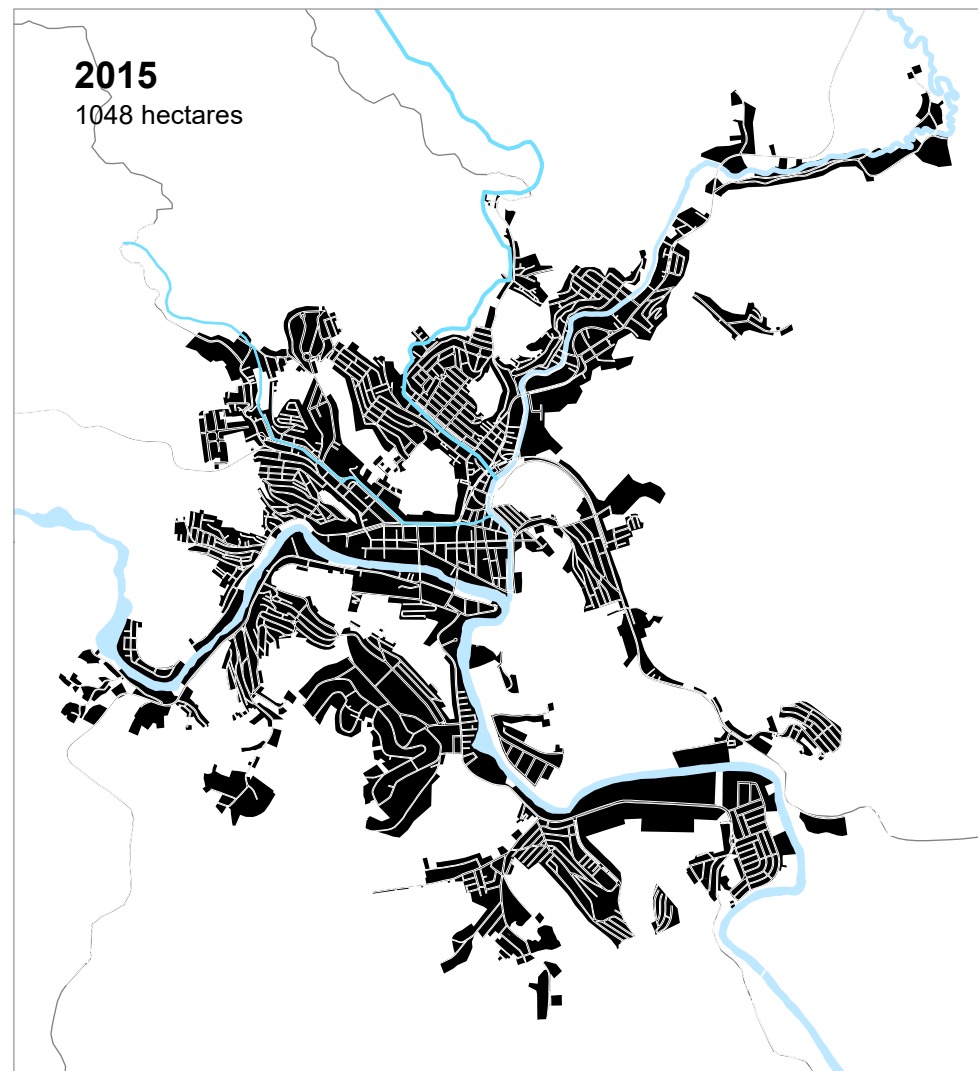
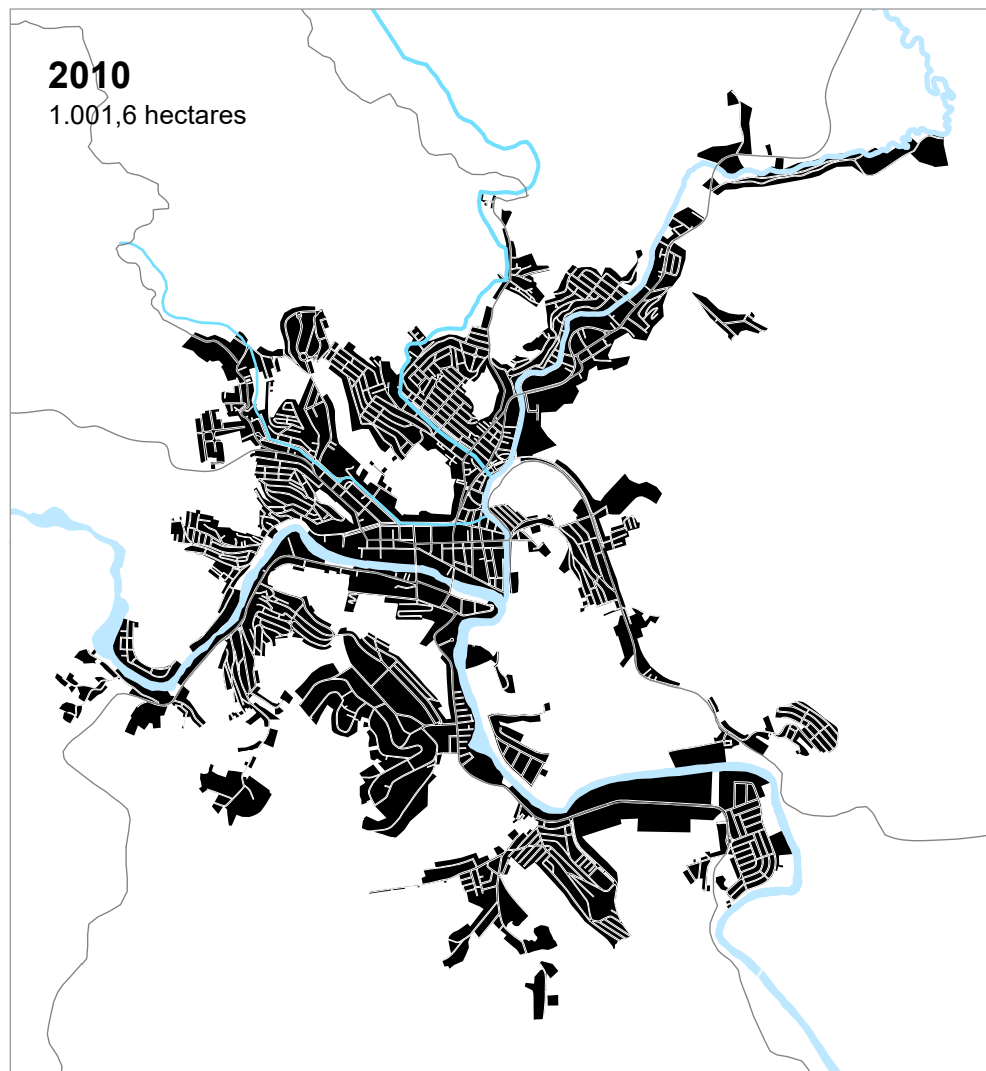
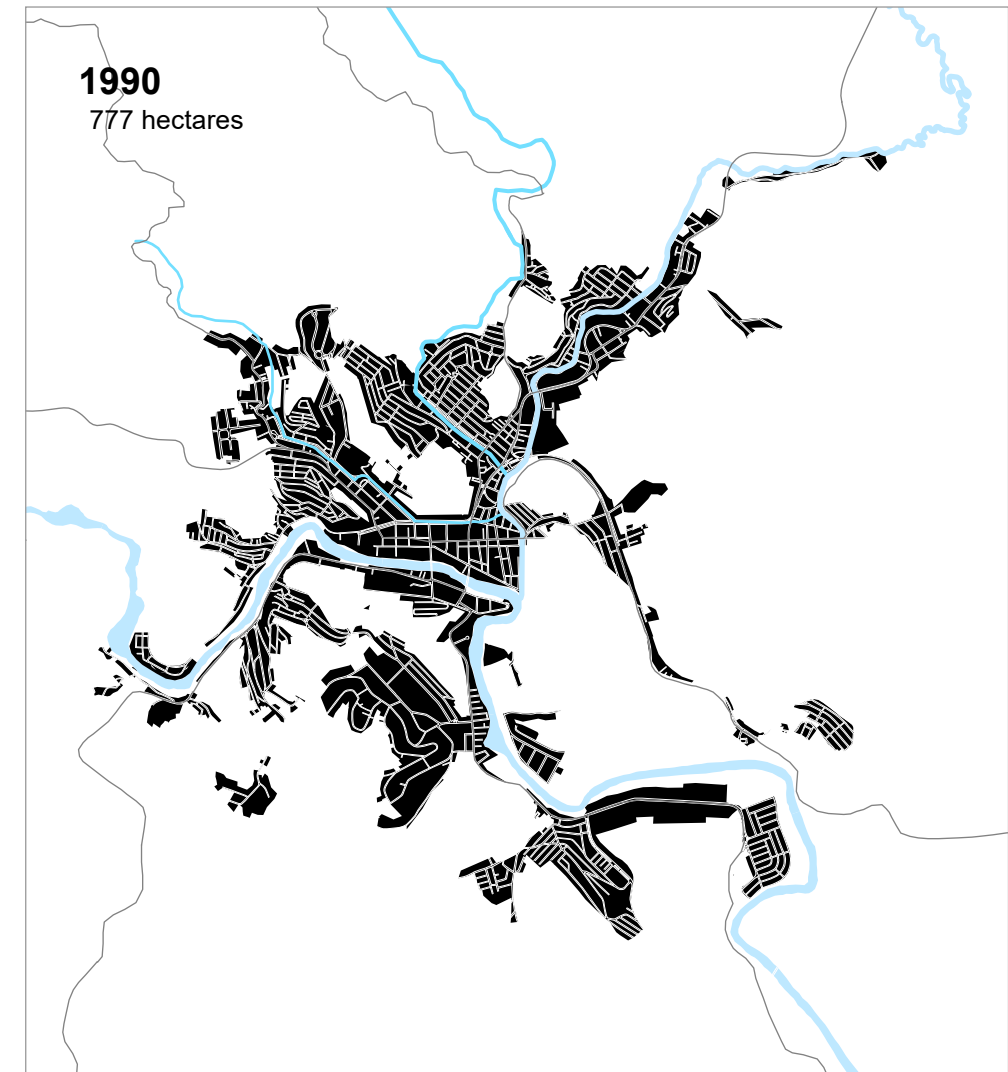
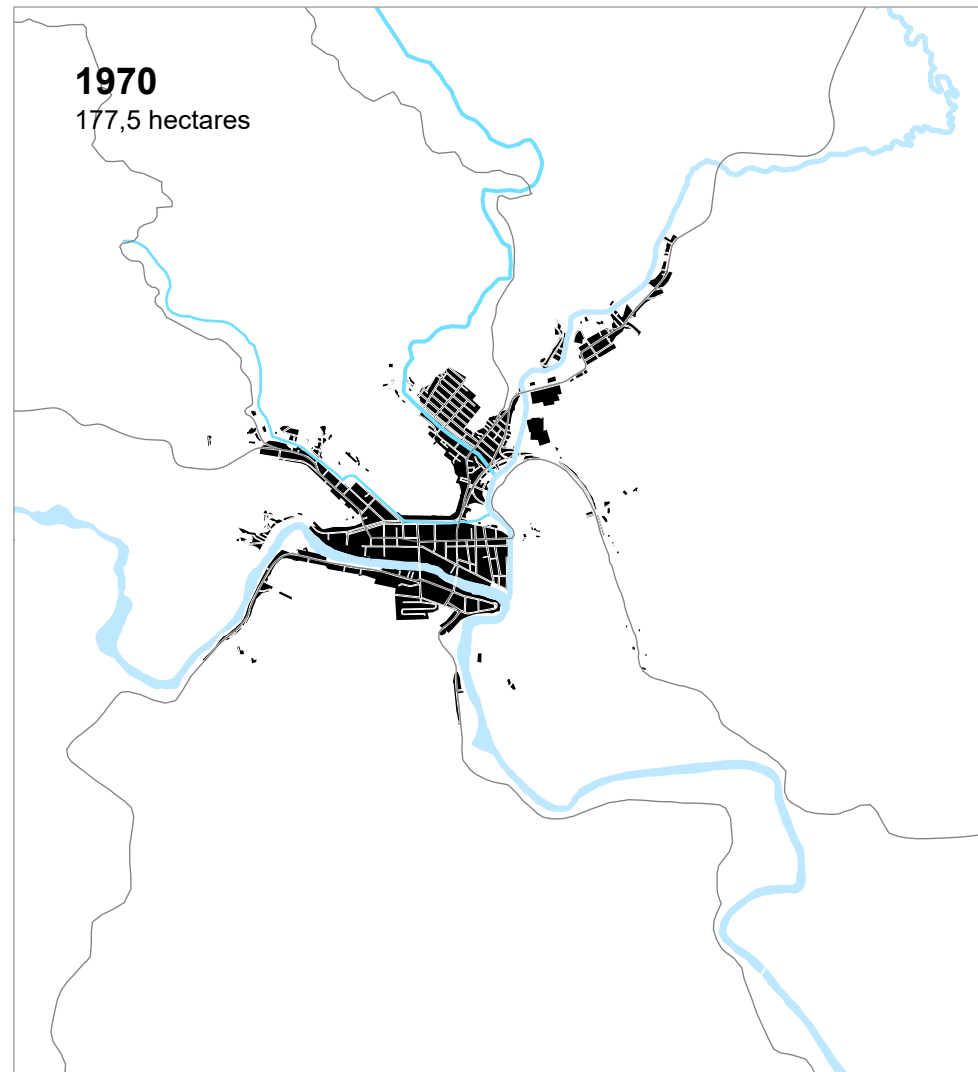
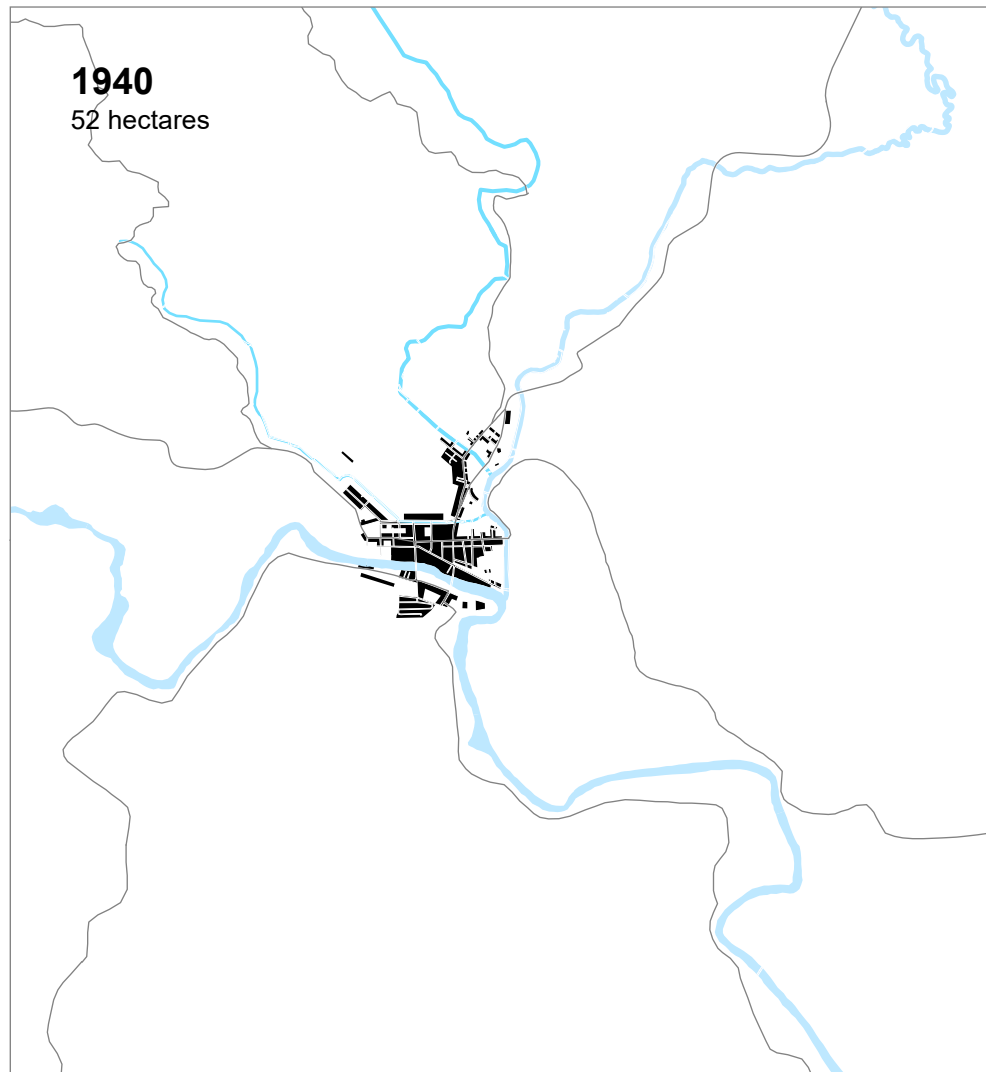
A tabela 11 e mapa 15 abaixo ilustram a evolução da mancha urbana entre os anos 1940 e 2015. Entre 1940 e 1970, em 30 anos, a mancha urbana cresce 241% enquanto entre 1970 e 1990, em 20 anos, 337,7%. No entanto, a partir dos anos 1990 ocorre uma desacelerada na expansão, entre 1990 e 2010, numa mesma quantidade de tempo do período anterior, a mancha urbana cresce 25%.

Tabela 11 – Área urbana em hectares no distrito sede – Cataguases. 1940, 1970, 1990, 2010, 2015

1940	1970	1990	2010	2015
52 ha	177,5 ha	777 ha	1001,6 ha	1048,5 ha

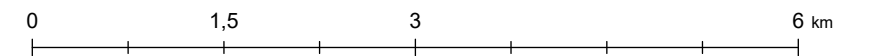
Fonte: Google Earth. Image Landsat Copernicus. Séries históricas, dez./2010 - dez./2015; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de face de logradouros do Brasil, 2020; MINAS GERAIS, 1939. Mapa do Estado de Minas Gerais. Organizado pelo Serviço Geográfico de Minas Gerais; PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta topográfica da cidade de Cataguases. Trabalho Complementar do Plano Diretor Urbanístico, 1967. Esc. 1:5000; PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, Planta de Cataguases, 1991.

Elaborado por Paulo H. Alonso, mar. 2022



**MAPA 15 - Cataguases. Evolução da Mancha Urbana
1940- 1970 -1990 - 2010 - 2015**

- mancha urbana
- cursos d'água
- caminhos p/ outros núcleos



Elaborado por Paulo H. Alonso
mar./2022

Fonte:
Google Earth. Séries Históricas. dez.2010; dez. 2015;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Face de Logradouros, 2020;

MINAS GERAIS. Mapa do Estado de Minas Gerais
organizado pelo Serviço Geográfico de Minas Gerais, 1939;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta topográfica da cidade de Cataguases. Trabalho
Complementar do Plano Diretor Urbanístico, 1967. Esc. 1:5000

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta Cadastral Imobiliária. Enefer consultoria
em projetos S/A. Jan. 1991. Esc. 1.300

A partir desse cenário, aliado a outras variáveis específicas, é possível identificar dois subperíodos que se conformam a partir dos anos 1940.

Um, compreendido entre os anos 1940 e 1970, caracterizado, como já dito, por uma mancha urbana que ainda ocupa majoritariamente as áreas mais planas, com baixas declividades, ao longo dos cursos d'água e caminhos para outros núcleos urbanos. É um momento fortemente marcado pela hegemonia de poder econômico, político e cultural da família Peixoto e de inflexão socioeconômica em relação período anterior aos anos 1940, com consolidação da industrialização e conseqüente aumento populacional. Pressagia-se aqui o início de uma ruptura, apontando para o que ocorrerá posteriormente.

O outro subperíodo começa nos anos 1970 e vai até onde essa pesquisa aborda, o ano de 2015. É o momento em que a mancha urbana preenche o restante das áreas mais planas do sítio e se intensificam as ocupações das encostas e áreas de maior declividade, ocupadas majoritariamente pela população de menor renda e operária. Ocorre o espraiamento excessivo da cidade, consolidando uma paisagem que vai ter características diferentes da mancha urbana consolidada antes dos anos 1940. É quando acontece a ruptura de fato.

A seguir percorreremos esses subperíodos abordando suas especificidades.

5.1 Início da ruptura. 1940-1970

Nesse momento o poder político e econômico muda de mãos e ocorrem importantes manifestações culturais ligados a essa mudança. A cidade começa a ensaiar a ocupação em encostas com um traçado regular e uniforme que não considera as condicionantes do sítio. Ocorre uma mudança para as soluções habitacionais direcionadas à população de menor renda: de moradia de aluguel para moradia como propriedade. Começa a haver, por conta da industrialização e crescimento populacional, pressão por novas ocupações e loteamentos que não terão sequer a infraestrutura básica para abrigar a população operária e de baixa renda e, conseqüentemente, essas pressões vão gerar a necessidade de regular a ocupação do território através de legislações. Por fim, na tentativa de ordenar e disciplinar o espaço, é feito o primeiro Plano Diretor Urbanístico que, apesar de não implantado, vai de certa forma prenciar e naturalizar a segregação e desigualdades socioespaciais que estão por vir.

5.1.1 A hegemonia da família Peixoto. Industrialização, política, cultura.

A partir de 1936 são instaladas, pela família Peixoto, cinco novas indústrias na cidade e que vão auxiliar na consolidação de uma base econômica ancorada na industrialização a partir daquele momento (quadro 2). Lembrando que desde 1911 essa família já era proprietária da primeira indústria têxtil e a partir de 1936 vai se tornando uma das maiores empregadoras na cidade.

Quadro 2 – Indústrias da família Peixoto

Indústria	Data de fundação
Cia Fiação e Tecelagem/ Indústria Irmãos Peixoto	1905/1911
Cia Industrial Cataguases	1936
Cia Manufatora de Fios de Algodão	1943
Cia Mineira de Papéis	1954
Fundição Cataguases	1958
Indústrias Químicas de Cataguases	1961

Fonte: jornal Cataguases, 1906-2016; ALMEIDA, 2004

Nota: Em 1911 os Peixoto assumem o controle da primeira indústria têxtil da cidade a Cia Fiação e Tecelagem que, posteriormente, em 1917, com o falecimento do patriarca dessa família, passa a se chamar Indústria Irmãos Peixoto, comandada pelos seus filhos.

É também a partir de 1936 que os Peixoto ascendem politicamente. Entre 1936, coincidentemente o ano em que fundam a Cia Industrial Cataguases, e 1983, essa família vai comandar a cidade através da gestão municipal por 39 anos de um total de 47, ou seja, estarão no poder em 82% deste período (quadro 3).

Quadro 3 – Poder político. Administração municipal entre 1936 e 1983

Prefeito/vice-Prefeito	Período de gestão	Qtidade. de anos	Família a qual se subordinava
Joaquim Martins da Costa Cruz	25 jan. 1936 – 5 abr. 1945	9	Peixoto
Edson Vieira de Rezende	5 abr. 1945 – 3 abr. 1946	1	Vieira de Rezende
Paulo de Queiroz Matoso	3 abr. 1946 – 30 jan. 1947	1	Vieira de Rezende
João Ignácio Peixoto	30 jan. 1947 – 31 jan. 1951	4	Peixoto
Nelson Soares Dutra	31 jan. 1951 – 30 jan. 1955	4	Peixoto
José Esteves	30 jan. 1955 – 30 jan. 1959	4	Vieira de Rezende
João Ignácio Peixoto	30 jan. 1959 – 30 jan. 1963	4	Peixoto
Rodrigo Lanna	30 jan. 1963 – 31 jan. 1967	4	Peixoto
Milton Carvalheira Peixoto	31 jan. . 1967 – 30 jan. 1971	4	Peixoto
Ângelo Rocha	30 jan. 1971 – 3 fev. 1973	2	Outros
Rodrigo Lanna	3 fev. 1973 – 31 jan. 1977	4	Peixoto
Milton Carvalheira Peixoto	31 jan. 1977 – 1 fev. 1983	6	Peixoto

Fonte: jornal Cataguases, 1906-2016; ALMEIDA, 2004

É nessa época também, que a cidade vai ser transformada com a construção de várias edificações modernistas que são promovidas e financiadas principalmente pela família

Peixoto e que, a reboque da iniciativa dessa família, atores de classes sociais mais abastadas também vão produzir outras tantas obras neste estilo, reconfigurando parte da arquitetura da cidade no seu núcleo inicial e mais central.

O modernismo em Cataguases foi peculiar por concentrar obras de arquitetos e artistas importantes na cena nacional, numa cidade pequena do interior do país. Cataguases tem obras de arquitetos e artistas tais como Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Aldary Toledo, Francisco Bolonha, Candido Portinari, Anísio Medeiros, Paulo Werneck, Burle Marx, entre outros.

Neste sentido, cabe lembrar que do ponto de vista cultural a cidade teve também, na década de 1920, projeção nacional com as experiências cinematográficas de Humberto Mauro e as literárias modernistas do movimento Verde, gestadas dentro do ambiente da “cidade em marcha” que abordamos anteriormente. Portanto, o surgimento, a partir da década de 1940, da arquitetura e artes modernistas na cidade tem a herança e um legado de experiências culturais anteriores relevantes que, de certa forma, contribuíram com um ambiente propício ao seu aparecimento.

Muitas das obras modernistas da cidade são de uso coletivo como colégio, templo religioso, cineteatro, hotel, praça e vão substituir uma arquitetura do passado, frequentemente eclética, ligada ao poder político-econômico anterior – os clãs do café. Neste sentido, vai ser significativa a substituição da arquitetura do passado, reforçando o apagamento imagético e simbólico do poder anterior – o clã cafeeiro - com a sobreposição do poder que estava em curso – o clã da indústria. Essas edificações, por serem de uso coletivo, reforçam ainda mais a ideia de apagamento, uma vez que obtêm maior alcance na comunidade local, proporcionando transformações imagéticas e simbólicas de maior abrangência e com maior rapidez.

Assim, o poderio ligado ao clã do Café – os Vieira de Rezende - vai sendo apagado simbolicamente pelo clã da indústria. E, conforme, dito anteriormente, assim como na construção do bairro Jardim, a família Peixoto vai utilizar das ideias culturais em voga para marcar sua presença e as várias facetas de seu poderio. Havia subjacente, portanto, uma demonstração simbólica de poder, como demonstra Almeida (2004).

O quadro 4 abaixo relaciona as principais obras promovidas e financiadas diretamente pela família Peixoto; as figuras 65 a 72 ilustram algumas delas e o mapa 16 mais à frente, as espacializa.

Quadro 4 – Arquitetura modernista promovida e financiada diretamente pela família Peixoto

Obra	Autores	
	Arquitetura/paisagismo/esculturas e painéis/mobiliário	Ano do projeto/construção
Residência Francisco Inácio Peixoto	Oscar Niemeyer/Burle Marx/Jan Zach e José Pedrosa/Joaquim Tenreiro	1940-1942
Colégio Cataguases	Oscar Niemeyer/Burle Marx/Jan Zach/Cândido Portinari e Paulo Werneck/Joaquim Tenreiro	1945-1949
Matriz de Santa Rita de Cássia	Edgar Guimarães do Vale/Djanira	1944-1968
Cineteatro Edgard	Aldary Henriques Toledo e Carlos Leão	1946-1952
Residência Cia Industrial	Aldary Henriques Toledo	1947
Hotel Cataguases	Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lyra de Lemos/Carlos Perry/Jan Zach	1948-1951
Residência José Inácio Peixoto	Edgar Guimarães do Vale/ Burle Marx/Paulo Werneck	1948
Educandário Dom Silvério	Francisco Bolonha/ Anísio Medeiros e Emeric Marcier	1951-1954
Residência Altamiro Peixoto	Luzimar Góes Telles	1952
Praça José Inácio Peixoto	Francisco Bolonha/Bruno Giorgi e Cândido Portinari	1953-1958
Cia Mineira de Papéis	n/identificado	1954
Conjunto Habitacional no Bairro Jardim	Francisco Bolonha	1960
Conjunto Habitacional na praça Sandoval Azevedo	Luzimar Góes Telles	1960
Praça Manoel Inácio Peixoto	Ubi Bava	1960?

Fonte: Alonso, 2012.

Figura 65 – Colégio Cataguases. Edificação modernista que substitui a anterior



Fonte: Alexis Azevedo, 2008

Figura 66 – Matriz de Santa Rita de Cássia. Edificação modernista que substitui a anterior.



Fonte: Alexis Azevedo, 2008

Figura 67 – Cineteatro Edgard. Edificação modernista que substitui o cine Recreio anterior.



Fonte: Alexis Azevedo, 2008

Figura 68 – Hotel Cataguases.



Fonte: Alexis Azevedo, 2008

Figura 69 – Educandário Dom Silvério. Edificação modernista que substitui a anterior.



Fonte: Paulo H Alonso, 2008

Figura 70 – Praça e monumento em homenagem a José Inácio Peixoto.



Fonte: Alexis Azevedo, 2008

Figura 71 – Companhia Mineira de Papéis



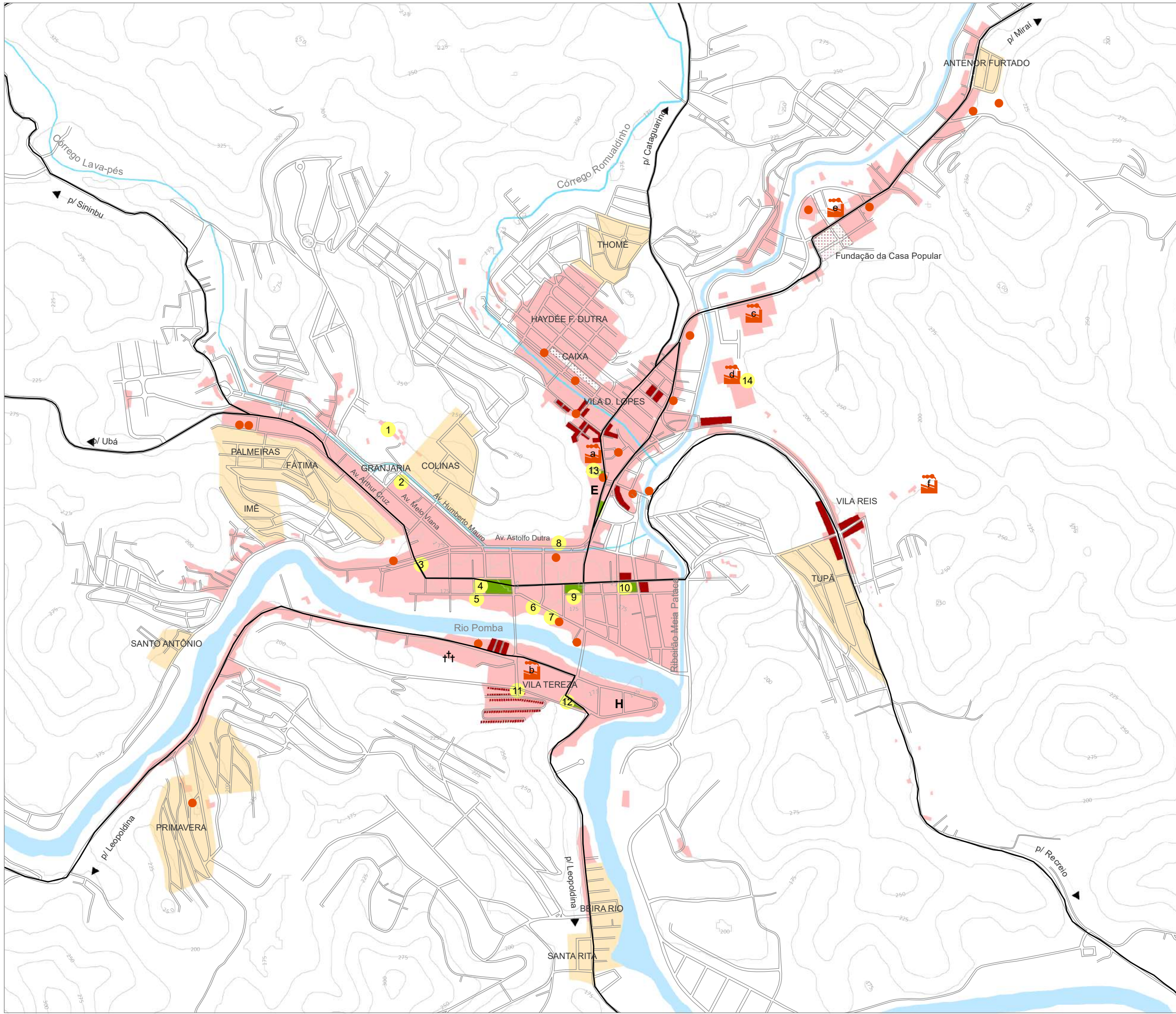
Fonte: DEMPHAC, s/d

Figura 72 – Concha acústica da praça Manoel Inácio Peixoto, o patriarca da família Peixoto.



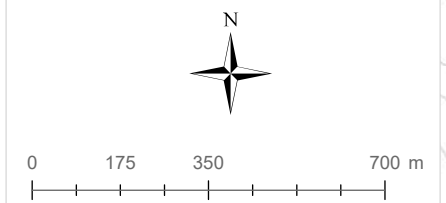
Fonte: Alexis Azevedo, 2008

MAPA 16. Cataguases. 1970



- traçado urbano
- caminhos p/ outros núcleos urbanos
- cursos d'água
- largos
- mancha urbana em 1970
- loteamentos projetados
- †† cemitério
- E = estação
- H = hospital
- vilas operárias e de aluguel
- moradia/propriedade baixa renda
- Indústrias da família Peixoto:
 - a. Indústria Irmãos Peixoto 1905/1911
 - b. Cia Industrial Cataguases. 1936
 - c. Cia Manufatora de Fios de Algodão. 1943
 - d. Cia Mineira de Papéis. 1954
 - e. Fundação Cataguases. 1958
 - f. Indústrias Químicas Cataguases. 1961
- demais indústrias
- Arquitetura modernista da família Peixoto:

1. Colégio Cataguases. 1945-49
2. Residência Altamiro Peixoto. 1952
3. Residência Cia Industrial. 1947
4. Igreja de Santa Rita de Cássia. 1944-68
5. Educandário Dom Silvério. 1951-1954
6. Residência Francisco Inácio Peixoto. 1940-42
7. Hotel Cataguases. 1948.51
8. Residência José Inácio Peixoto. 1948
9. Cine-teatro Edgard. 1946.1952
10. Conjunto Habitacional. 1960
11. Conjunto Habitacional. 1960
12. Praça José Inácio Peixoto. 1953-58
13. Praça Manoel Inácio Peixoto. 195_?
14. Cia Mineira de Papéis. 1954



Elaborado por Paulo H. Alonso
mar./2022

Fonte: ALONSO, P. H. Guia da arquitetura modernista de Cataguases. 2ª Ed. ICC, Cataguases, 2012.

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA, 1973. Planta com localização de indústrias, escolas, bancos e agência de correios.

PLANTA da cidade de Cataguases. Cataguases: [1940?]. Planta com a marcação das propriedades da Indústria Irmãos Peixoto, Escala 1:1000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUAZES. Planta topográfica da cidade de Cataguases. Trabalho Complementar do Plano Diretor Urbanístico, 1967. Esc. 1:5000

Nota: o nome dos loteamentos projetados foram retirados da planta do plano diretor de 1967 e, em alguns casos, não correspondem aos nomes atuais desses loteamentos.

Nesse momento, economia, política e cultura estabelecem uma relação simbiótica através do domínio da família Peixoto e consolida-se o surgimento de uma classe operária, que vai incrementar o que será o maior contingente populacional na cidade, o de baixa renda.

No que diz respeito à distribuição espacial, até aproximadamente 1970 a mancha urbana vai se consolidar nas partes com menor declividade do sítio, seguindo as várzeas dos cursos d'água e os caminhos para os outros núcleos urbanos vizinhos (mapa 16). As exceções serão os bairros Jardim e Haydée Fajardo Dutra que vão ser os primeiros assentamentos a subir as encostas. A localização, o porte das indústrias, principalmente as da família Peixoto, bem como a grande quantidade de seus empregados vão influenciar no crescimento, desenvolvimento e desenho da mancha urbana.

Inicialmente a localização da primeira indústria têxtil, entre a estação Leopoldina e Vila Domingos Lopes, vai induzir o crescimento urbano em direção à Vila Domingos Lopes com a instalação principalmente de vilas operárias e de aluguel. Posteriormente será a vez de se consolidar a ocupação da margem direita do rio Pomba com a instalação da segunda indústria têxtil e sua vila operária. Três outras indústrias da família Peixoto serão instaladas ao norte do núcleo inicial seguindo o caminho em direção a Miraí e contribuindo para a ocupação daquela área. Outra indústria será instalada a oeste, próxima à Vila Reis, distante do núcleo urbano até então, mas que irá contribuir também para a extensão da mancha urbana até aquela área (mapa 16).

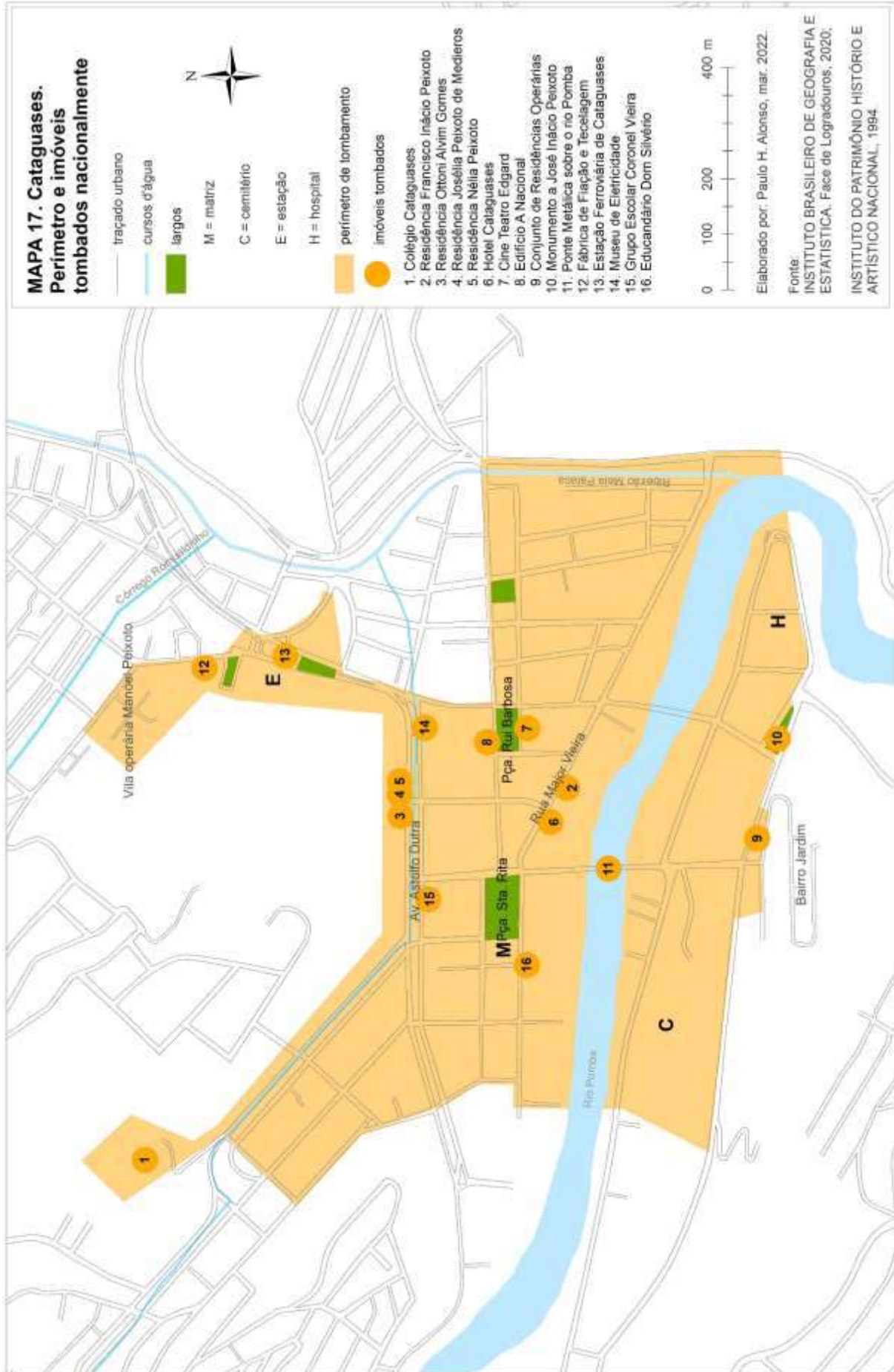
Outras indústrias de médio e menor porte vão se distribuir dispersas pela cidade. Os núcleos operários – vilas de aluguel e vilas operárias, e posteriormente o conjunto habitacional da Fundação Casa Popular - vão se localizar nas bordas da mancha urbana, com poucas exceções. A área do patrimônio municipal será ocupada pelas classes mais abastadas bem como a arquitetura modernista, que é financiada por essa classe. Nas bordas da mancha urbana que se consolida começam a surgir novos loteamentos.

O mapa 16, apresentado anteriormente, espacializa a descrição acima e sintetiza a conformação da mancha urbana em 1970.

Aqui abre-se um parêntese para destacar que a construção da arquitetura modernista na cidade vai desembocar no reconhecimento desta produção edificada na cidade bem como

um perímetro do sítio urbano, como patrimônio cultural nacional. Em 1994 há o tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (IPHAN). Foi delimitado um perímetro de proteção e tombados individualmente 16 edificações entre modernistas e não modernistas (mapa 17 abaixo). A inscrição dos bens nos livros de Tombo Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico ocorre em 2003

O perímetro do sítio tombado abrange o platô de formação inicial da cidade, as redondezas da Estação Ferroviária, a avenida Astolfo Dutra e partes da antiga várzea da Granjaria.



5.1.2 O bairro Haydée Fajardo Dutra

Destacamos aqui a implantação do bairro Haydée Fajardo Dutra em função de dois aspectos. O primeiro devido à mistura entre as esferas pública e privada no processo de sua implantação, assim como ocorreu no bairro Jardim, e o segundo, pelo fato de que o desenho de sua malha urbana ortogonal, implantada em encosta, não leva em consideração as condicionantes topográficas do sítio como vinha sendo praticado até então. A partir desse momento, portanto, vai ser esse modelo inaugurado pelo bairro Haydée - traçado urbano ortogonal que não respeita as condicionantes do sítio - que será implementado na maior parte dos novos loteamentos da cidade¹⁰⁶.

O loteamento desse bairro é aprovado pela lei nº 115 de 15 de maio de 1953, sob a gestão municipal de Nelson Soares Dutra (1951-1955), subordinado à política de domínio da família Peixoto¹⁰⁷ (CATAGUASES, 1953a). E, antes mesmo da aprovação do loteamento, o poder público, através da lei nº 106 de 1º de janeiro de 1953¹⁰⁸, doa 30 dos seus lotes para a Caixa Econômica Federal para se produzirem casas econômicas (CATAGUASES, 1952).

Um dado importante e complementar é que o terreno onde foi implantado o bairro era de propriedade do prefeito municipal e de um membro da família Peixoto, João Inácio Peixoto.

Naquela época não havia mecanismos jurídicos que obrigassem os proprietários a implantar infraestrutura básica no loteamento. Lei municipal que tenta regulamentar a implantação de loteamentos foi promulgada somente em dezembro de 1953, mesmo assim não estabelecia parâmetros relativos à declividade do sítio, o que vem a ocorrer somente em 1979, com a lei federal nº 6.766¹⁰⁹ que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

¹⁰⁶ Tomando como fonte os atos de aprovação de loteamentos publicados no jornal Cataguases, pode-se dizer que o Haydée Fajardo Dutra foi o segundo loteamento aprovado na cidade. O primeiro foi o bairro Jardim.

¹⁰⁷ A lei de aprovação do Bairro Haydée Fajardo Dutra é assinada pelo presidente da Câmara Municipal, Ottônio Alvim Gomes, aliado político da família Peixoto; pelo vice-presidente, João Augusto de Souza; e pelo secretário, Antônio dos Santos Cardoso.

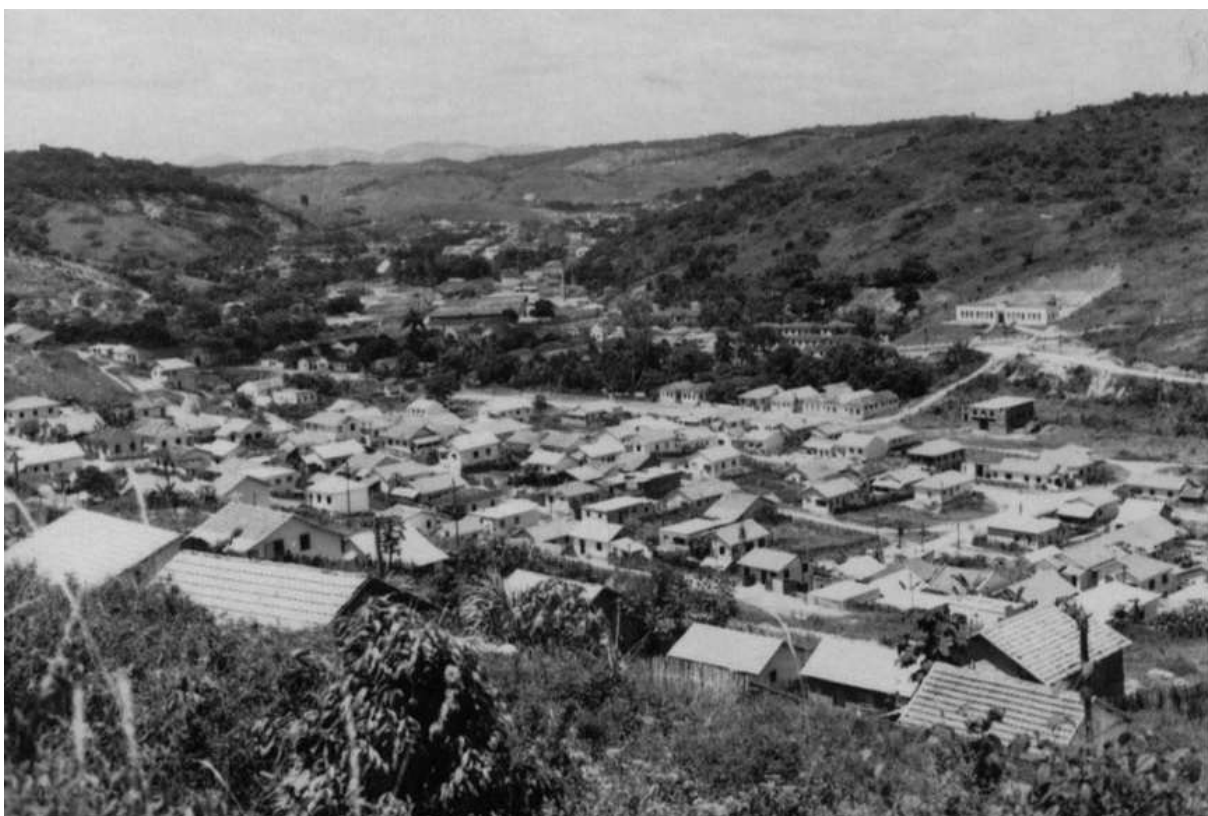
¹⁰⁸ “Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Cataguases autorizada a adquirir por compra no bairro ‘Haydée Fajardo Dutra, nesta cidade, trinta lotes de terreno medindo dez metros de frente por vinte metros de fundos, cada um, pelo preço total de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros)

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal de Cataguases autorizada a doar os lotes relacionados no artigo precedente à Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, para a construção de trinta casas econômicas a serem vendidas a prazo de vinte anos em prestações anuais que forem ajustadas, a preços módicos, a famílias radicadas no município de acordo com o plano da mesma Caixa.” (CATAGUASES, 1952).

¹⁰⁹ A Lei federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979 não permite o parcelamento do solo “em terrenos com declividade superior a 30%, salvo atendidas as exigências específicas das autoridades competentes” (art. 3º, §

Portanto, a venda de lotes sem nenhuma infraestrutura básica representava ganhos econômicos consideráveis para o loteador. Era prática corrente comercializar os lotes sem infraestrutura que era assumida posteriormente pelo poder público. Esse foi o caso do bairro Haydée. As benfeitorias posteriores foram feitas pelo poder público que estava diretamente ligado aos proprietários do loteamento, dentre eles o prefeito municipal.

Figura 73 – Imagem dos primórdios do Bairro Haydée Fajardo Dutra já com muitas edificações. O tamanho dos lotes e das casas mostra que o bairro se direcionava a uma população de menor renda.



Fonte: Oswaldo Gilson Fonseca Costa; Orlando Valverde, acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 196_?

Assim, a partir de 1956 até 1969, houve uma série de intervenções da prefeitura para melhorias no bairro como, por exemplo, implantação de abastecimento de água potável, escoamento de águas pluviais, esgotamento sanitário, iluminação, colocação de meio fios, aterramentos de vias, calçamento, arborização e construção de escadarias para vencer altas declividades, conforme atestam publicações de benfeitorias da Prefeitura publicadas no jornal *Cataguases* do período. Com exceção de melhorias no sistema de abastecimento de água, que ocorre em 1956, em gestão de domínio dos Vieira de Rezende, todas as outras

único, inciso III). Neste sentido, nesta pesquisa serão consideradas as declividades acima de 30% como linha de corte para análise de alguns loteamentos.

serão feitas nas gestões de domínio da família Peixoto.

Trecho de artigo do jornal Cataguases relatando a história do bairro é ilustrativo no sentido de mostrar que o loteamento foi construído sem infraestrutura básica:

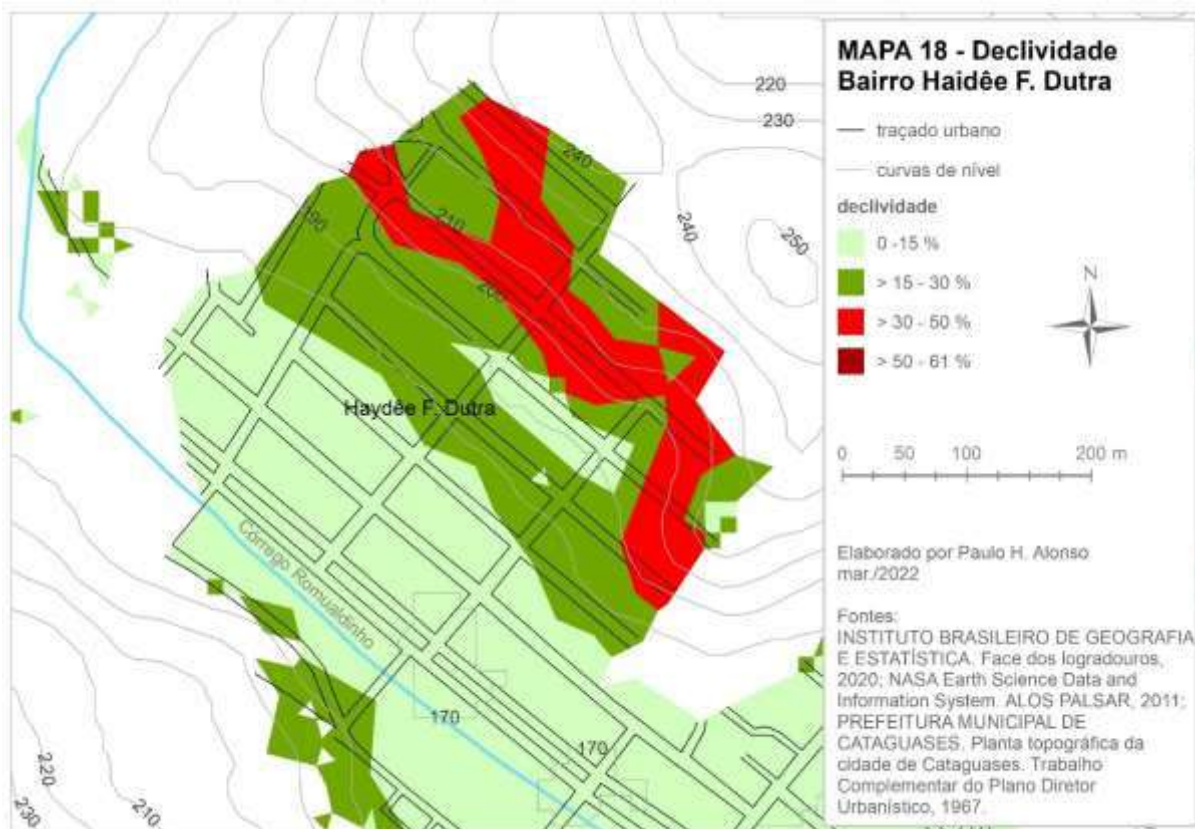
Um fato curioso era o **problema da falta d'água**. Os moradores, comumente, tinham que andar grande distância carregando água, e o local onde retiravam a água é exatamente o local onde se encontra construída atualmente, a bomba d'água do bairro

[...]

Pela falta de infraestrutura, no início o bairro enfrentou sérios problemas, principalmente pela falta de calçamento. Contudo a partir da administração do senhor **Milton Carvalheira Peixoto** o bairro passou a receber maior atenção das autoridades, principalmente o calçamento da rua principal – a rua João Carroceiro. (jornal Cataguases, 12 jul. 1992, grifo nosso)

Parece, portanto, que no caso do bairro Haydée, assim como do bairro Jardim, também houve favorecimento e utilização do poder político para obtenção de ganhos econômicos particulares. É emblemático que, antes mesmo da aprovação do loteamento pela Câmara Municipal, já se garantia a venda de 30 lotes para a Prefeitura, que era comandada pelos proprietários do loteamento. Implanta-se o loteamento e comercializam-se os lotes sem infraestrutura básica, mas, de certa forma, tem-se garantido que esta infraestrutura chegará por parte do poder público porque os proprietários do loteamento comandam a prefeitura.

Além disso, o Haydée Fajardo Dutra vai inaugurar a implantação dos bairros nas encostas da cidade sem observância das condicionantes topográficas do sítio o que será, a partir daquele momento, uma constante dos novos loteamentos da cidade. Se no bairro Jardim há cuidado na transição e acesso entre a maior parte da malha viária que acompanha as curvas de nível, no Haydée não há esse cuidado. O desenho da sua malha é ortogonal com as vias mais extensas seguindo as curvas de nível conforme demonstra o mapa 18 abaixo.



Observa-se através do mapa que, enquanto se está numa parte com menor declividade, a ligação entre as vias que seguem as curvas de nível, feita por vias perpendiculares às curvas, não apresenta problemas de inclinação. No entanto, quando essa mesma malha é continuada em áreas com maior declividade, a transição entre as vias que seguem as curvas de nível fica prejudicada. A partir da cota 200 metros atinge-se um trecho com declividade acima de 30% do sítio, prejudicando a transição entre as vias longitudinais.

Assim, foi necessário fazerem-se escadas para vencer esta transição conforme ilustra a figura nº 74 abaixo.

Figura 74 – Escadarias no Bairro Haydée Fajardo Dutra que fazem a transição entre as ruas paralelas às curvas de nível. A escada da largura da via foi feita em 1969 conforme notícia o jornal Cataguases. As demais, apenas seguindo o que seria um passeio, foram feitas posteriormente, à medida que o bairro subia a encosta.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

O poder público assume a construção das escadas, considerada mérito da administração municipal, conforme publicado no jornal Cataguases:

Entregue ao público a escadaria da rua José Francisco Mendes para o acesso à rua Itaocara. Consta de 37 degraus, com 10 metros cada um de largura. **Esta obra é uma das mais bonitas**, faz parte do plano de urbanização do Bairro Haydée Fajardo, tendo seu custo sendo orçado em NCr 4.000,00. (jornal Cataguases, 22 jun. 1969, grifo nosso)

O traçado, que não considerou o sítio íngreme, vai trazer consequências relativas à mobilidade e escoamento de águas pluviais que, conforme atesta trecho de notícia do jornal Cataguases abaixo, também vão ser reproduzidas em outros bairros:

Bairro Haidée Fajardo

Há dias lutamos com problemas no Bairro. E crônicos problemas que superam nossa vontade de trabalhar. Mas estamos enfrentando-os e procurando soluções simples, mas objetivas. É o caso das ruas Itaqui, Itaquera e Itapoã. Ruas íngremes totalmente curvas nos finais e que gera sérios problemas para **escoamento do trânsito**. E aí é que temos de coordenar os serviços improvisados com construções abaixo do nível da rua e outras com avanços na via pública, etc. Urbanizar, tudo na reta, ninguém consegue. Só se fizermos nova planta, destruindo casas e com gastos terríveis. **E assim temos muitos bairros e centenas de casas, criando os mais violentos problemas com águas pluviais sem proteção alguma.** (jornal Cataguases, 23 ago. 1981, grifo nosso).

Essa questão, de malha ortogonal que não segue as condicionantes do sítio, será abordada mais à frente nesta pesquisa, quando se apresentar o surgimento de novos loteamentos para a população de baixa renda.

5.1.3 Mudança de paradigma: moradia como propriedade

No Brasil a provisão habitacional para população de baixa renda estava concentrada na modalidade aluguel, principalmente através das vilas de aluguel e operárias, até aproximadamente meados da década de 1930. A partir dessa década, com o governo de Getúlio Vargas e o Estado Novo, ocorrem mudanças significativas nos modos de prover a moradia para a população. Passou-se a incentivar a moradia como propriedade e não mais viabilizada pelo aluguel. Estava implícito nesta mudança um viés ideológico como nos diz Bonduki (1998, p. 84):

Ao viabilizar o acesso à propriedade, a sociedade estava valorizando o trabalho, demonstrando que ele compensa, gera frutos e riqueza. Por outro lado, a difusão da pequena propriedade era vista como meio de dar estabilidade ao regime, contrapondo-se às ideias socialistas e comunistas. Com isso o Estado estaria disseminando a propriedade em vez de aboli-la e, assim, promovendo o bem comum. Os trabalhadores, deixando de ser uma ameaça, teriam na casa própria um objetivo capaz de compensar todos os sacrifícios: já o morador do cortiço ou moradia infecta estava condenado a ser revoltado, pronto para embarcar em aventuras esquerdistas para desestabilizar a ordem política e social.

Essa ideia chega a Cataguases. É ilustrativa e significativa reprodução de um artigo no jornal Cataguases de 15 de maio de 1938 intitulado “É assim que se combate o comunismo. Todo operário será dono de sua própria casa”, noticiando que o ministro do trabalho à época, Waldemar Falcão, traçou um plano de trabalho para

construção em massa, aqui e nos Estados, de casas baratas para os operários. As reservas disponíveis das Caixas e Institutos de Pensões e Aposentadorias dos

Comerciários, dos Industriários, dos Bancários, dos Estivadores, dos Ferroviários, estão sendo mobilizadas para sua aplicação em construções, de modo que anualmente, em pontos diversos do país algumas centenas de trabalhadores e empregados em outros misteres se tornarão proprietários de seu próprio lar. Breve o operário **não pagará mais aluguel de casa**. Ele **será o dono de seu próprio domicílio**, o bem imóvel de raiz que deixará mais tarde à sua esposa e aos seus filhos. (jornal Cataguases, 15 maio 1938, grifo nosso).

A moradia para população de baixa renda como propriedade chega a Cataguases em 1946, quando a Prefeitura Municipal assina contrato com a recém-criada Fundação da Casa Popular, pelo governo federal, para produção de um conjunto habitacional.

Nesse contrato a prefeitura arcaria com os custos de terreno e executaria a urbanização, podendo para isso adquirir empréstimo da Fundação da Casa Popular que seria responsável pela construção das moradias. Durante o pagamento das prestações por parte dos futuros proprietários, as moradias estariam livres de impostos municipais, estaduais e federais. Estava prevista inicialmente a construção de 400 unidades habitacionais, mas foram entregues somente 50 no ano de 1950 (jornal Cataguases, 30 jun. 1946; 17 out. 1948).

O conjunto habitacional foi implantado na periferia do núcleo urbano, ao norte, no caminho que vai em direção a Miraí, em terreno com baixa declividade (figura 75, mapa 16). A implantação desse núcleo vai, de certa forma induzir a ocupação para essa região da cidade juntamente com as indústrias da família Peixoto que estão sendo também implantadas nesta área.

Cabe lembrar que na vizinhança dessas casas populares já estava instalada em 1943 a Companhia Manufatora de Tecidos de Algodão; em 1954 foi instalada a Companhia Mineira de Papéis e em 1958, em frente às casas populares, a Fundação Cataguases, conforme espacializa o mapa 16, apresentado anteriormente.

Figura 75 – Vista aérea das moradias da Fundação da Casa Popular. As moradias são em sua maioria geminadas, possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro e varanda; foram implantadas em terreno com baixa declividade, e apresentam afastamentos frontal, lateral e de fundos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cataguases, Departamento Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural, 195_?

O segundo grupo de moradias como propriedade será promovido pela Caixa Econômica Federal no bairro Haydée Fajardo Dutra, nos lotes adquiridos pela Prefeitura em 1953, um pouco antes da aprovação daquele loteamento, conforme mencionado anteriormente. A ideia inicial era a produção de 30 moradias, no entanto, só foram produzidas dez, concluídas em 1969 (jornal Cataguases, 2 fev. 1969).

Assim esses dois empreendimentos, da Fundação da Casa Popular e da Caixa Econômica Federal, vão inaugurar na cidade o que será uma das políticas de provisão de moradias para a população de baixa renda daí para frente: propriedade individual financiada, a longo prazo, por instituições e bancos nacionais e estaduais como, por exemplo, Banco Nacional de Habitação (BNH) e Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG), em parceria com a Prefeitura.

Outra modalidade, o aforamento de lotes pela Prefeitura para autoconstrução também será muito difundida e representará a maior parte da provisão habitacional na cidade. A política

das vilas de aluguel e operárias, tão presente e inclusive incentivada nas quatro primeiras décadas do século XX, será abandonada.

5.1.4 A tentativa de regulamentação do crescimento da cidade

A partir da década de 1950 começam a surgir novos loteamentos na cidade, principalmente nas encostas, uma vez que as áreas mais planas se tornam escassas. Diante da falta de infraestrutura básica desses loteamentos e de uma legislação que os regulamentasse, o poder público municipal cria uma série de normativos jurídicos na tentativa de barrar determinada precariedade infraestrutural que se multiplicava.

A primeira legislação neste sentido foi a lei municipal nº 146 de 3 dezembro de 1953 que dita as normas para loteamentos no distrito da cidade. Essa legislação estabelece que os futuros loteamentos devem ter sua planta urbanística aprovadas previamente pela prefeitura; que os proprietários dos loteamentos deverão arcar com 50% das despesas de instalação de água, esgotamento sanitário, águas pluviais e financiar e adiantar os restantes 50% à Prefeitura; que as obras devem ser feitas mediante concorrência pública; que os lotes deverão ter medidas mínimas de 10 metros de frente por 20 metros de fundos, as ruas oito metros de largura e os passeios dois metros de largura; que nenhuma rua deverá ser construída em logradouro desprovido de água e esgotos e que a lei aplica-se aos novos loteamentos e os loteamentos já realizados (CATAGUASES, 1953b).

Posteriormente a portaria municipal nº 35 de 30 de dezembro de 1955 vem ratificar a lei nº 146/1953 com acréscimos e detalhamentos. Abertas, as ruas deverão ser niveladas e colocados meios-fios em todas elas, para que o fiscal da prefeitura possa verificar a largura dos passeios e da pista livre dos logradouros; depois a prefeitura fará os orçamentos das redes de água potável, águas pluviais e esgotamento sanitário e intimará os proprietários para que recolham aos cofres municipais a importância para tais serviços; somente depois de executados esses serviços serão expedidos os alvarás de licença para edificações; se casas forem construídas no loteamento sem o alvará poderão ser interditadas pelo Posto de Higiene ou pela Prefeitura Municipal. Os fiscais deverão fiscalizar os loteamentos da cidade e verificar o que não está em acordo com essa legislação (CATAGUASES, 1956a).

E a lei nº 234 de 3 de dezembro de 1956 regulamenta a expedição de alvarás para construção

de prédios nos loteamentos existentes ou que venham a existir. Essa legislação ratifica e proíbe a construção nos loteamentos sem que estejam providos de água potável e esgotamento sanitário (CATAGUASES, 1956b).

Já em 1978 a prefeitura elabora uma legislação sobre loteamentos com parâmetros urbanísticos detalhados como, por exemplo, largura de vias, lotes e quadras, declividades, áreas para uso institucional e recreativo; exigências para apresentação de desenhos e projetos na prefeitura bem como os trâmites para sua aprovação (CATAGUASES, 1978). Essa legislação não chega a ser aprovada e, de certa forma, é sobreposta pela Lei Federal nº 6.766 aprovada no ano seguinte.

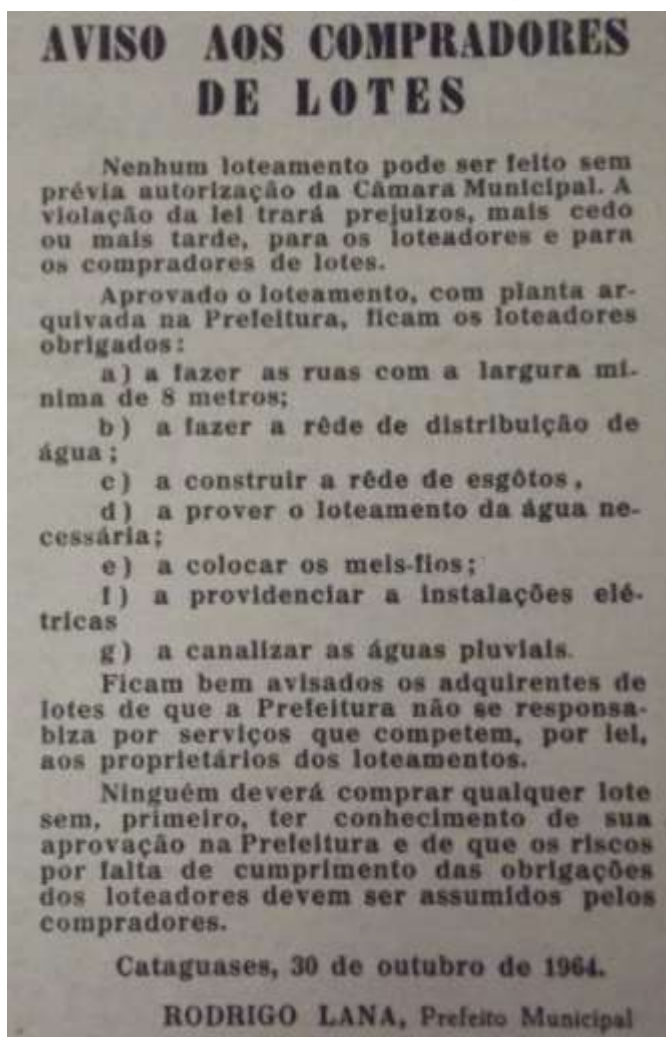
O fato de a prefeitura elaborar legislações de regulamentação dos loteamentos nos indica que essa deveria ser uma demanda premente daquela época. Havia uma expansão da cidade através de loteamentos que ocorria de forma irregular e precária e por isso necessitava-se normatizá-la.

No entanto, apesar de o poder público criar tais legislações, elas não eram respeitadas pelos loteadores, a prefeitura tinha dificuldades de fiscalização e a lei não era cumprida, inclusive em loteamentos executados pela própria prefeitura.

O jornal Cataguases, desde os anos 1950 até os anos 1980, apresenta uma série de alertas para a população sobre o cuidado e a necessidade de se comprar lotes infraestruturados nos loteamentos que surgiam, o que vem corroborar que havia uma prática de loteamentos precários na cidade.

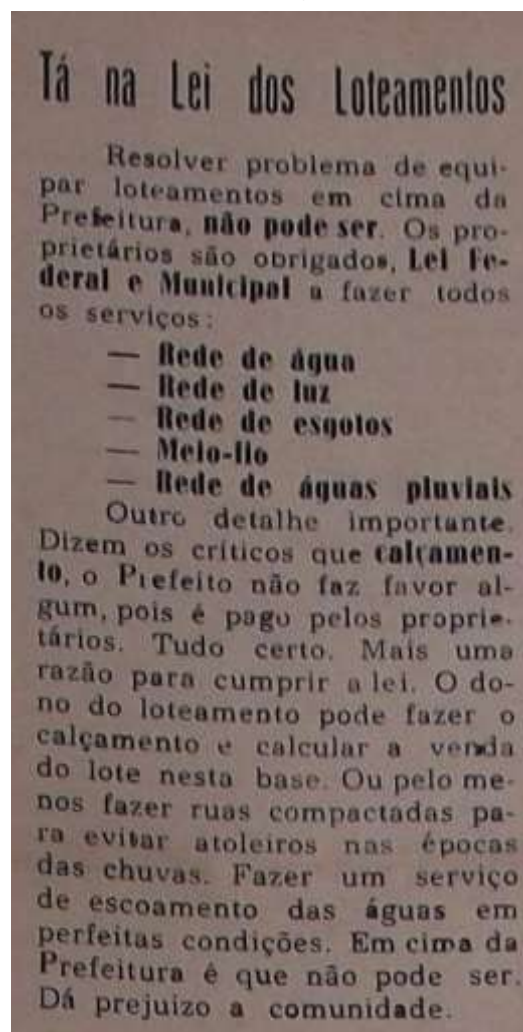
Alguns desses alertas são exemplificados abaixo:

Figura 76 – Aviso publicado no jornal Cataguases, em 1964, alertando sobre o cuidado na compra de lotes.



Fonte: jornal Cataguases, 1 nov. 1964

Figura 77 - Aviso publicado no jornal Cataguases, em 1980, alertando sobre o cuidado na compra de lotes.



Fonte: jornal Cataguases, 23 nov. 1980.

Loteamentos em Cataguases

É uma advertência que formulamos aos compradores de lotes para construção de casa própria. Não comprem lotes em loteamentos que não tenham redes de água, esgotos e águas pluviais, iluminação elétrica, meio-fio, pois tudo é obrigação do dono do loteamento. **Se comprar exija na escritura estes compromissos por parte do proprietário.** Os bairros da cidade estão **na maior bagunça**, pois os donos de loteamentos vendem lotes, sem cumprir as obrigações fixadas pela lei. Quem comprar está prejudicando a sua própria família. A lei é clara e **ninguém poderá culpar a prefeitura.** É preciso que haja vigilância. Sem urbanização, **NÃO COMPREM LOTES.** Não adianta comprar lotes baratos, o barato sai caro depois. O dono do loteamento é obrigado por lei a fazer infraestrutura do mesmo colocando água, esgoto, águas pluviais, iluminação elétrica e meio-fio. Fica o aviso, não reclamem depois. (jornal Cataguases, 1 nov. 1977, **grifo nosso**)

Donos de loteamentos não cumprem a lei com os compradores

O povo já está ganhando consciência e fazendo justiça com a Prefeitura. Todo mundo sabe que o dono do **loteamento** é obrigado, por lei a colocar no

loteamento: **água, luz, esgoto, meio-fio, calçamento, arborização, rede de água pluvial, etc.** Todos os equipamentos urbanos. E já estamos sentindo que os compradores de lotes para a construção de casas estão voltando para exigir dos proprietários o cumprimento da lei. É isto que precisamos: unidade de esforços entre comunidade e prefeitura para que haja um movimento firme, obrigando os donos dos loteamentos para cumprirem a lei vigente. Não é possível a prefeitura executar obras em loteamentos particulares. E os recursos devem ser aplicados em bairros carentes de equipamentos urbanos. Portanto, vamos esclarecer a todos os que estão comprando lotes: exijam que faça constar na escritura ou contrato de compra e venda o **compromisso** do dono do loteamento de que **colocará todos os equipamentos urbanos no loteamento**, especificando: água, iluminação pública, esgoto, meio-fio, calçamento, rede de água pluvial, arborização, etc.

Exija isto porque é da lei e temos de fazer cumprir a lei. (jornal Cataguases, 1 nov. 1981)

E a Vila Reis, esquecida?

Quem colocou luz elétrica na Vila Reis ?

Quem colocou água potável na Vila Reis ?

Quem fez o prédio escolar na Vila Reis ?

Quem calçou o acesso à Vila Reis?

Todos os cataguasenses conhecem a história da Vila Reis. O bairro nasceu, como outros. Houve aquele célebre problema da firma Tupã que apareceu na cidade e fez um alarde tremendo como o loteamento da Vila Reis, nos terrenos do saudoso José de Barros. E deu o maior golpe, **faltando no cumprimento da lei, deixando um bairro sem a mínima infraestrutura. Foi igual ao Paraíso, Thomé, Pouso Alegre, etc.** Os proprietários não cumpriram o que exige a lei, água, rede elétrica, rede de esgotos, rede de águas pluviais, calçamento. Não fizeram nada e tudo vem caindo sobre os responsáveis pela administração municipal (jornal Cataguases, 12 jul. 1981, grifo nosso).

É ilustrativo o fato de a prefeitura se eximir da responsabilidade na irregularidade dos loteamentos e transferir o ônus da falta de infraestrutura para os compradores dos lotes. Cabe lembrar que a maior parte desses loteamentos surge para abrigar uma população operária e de baixa renda, com pouca ou nenhuma instrução escolar e acesso à informação. E, por esse motivo, provavelmente a maioria dos compradores desconhecia seus direitos na aquisição do lote e, mesmo se os conhecessem, pela condição social em que se encontravam, eram a parte mais fraca numa negociação de compra e venda; não tinham poder de barganha para exigir na assinatura de uma escritura os direitos que lhes cabiam, como sugere um dos comunicados. Assim, a população de baixa renda era duplamente penalizada, ora pela responsabilidade em adquirir o lote não infraestruturado e ora pela própria condição de residir em um local com essas condições.

Na maior parte dos loteamentos a infraestrutura básica exigida por lei, que deveria ser de responsabilidade do loteador, foi assumida pela Prefeitura e, como se verá mais à frente

nesta pesquisa, depois de boa parte dos moradores já terem se instalado em seus lotes.

5.1.5 O Plano Diretor Urbanístico de 1967. Naturalização da segregação e das desigualdades socioespaciais.

Em 1967 a Prefeitura de Cataguases encomenda o que foi o primeiro Plano Diretor Urbanístico para a cidade¹¹⁰, num momento em que ocorriam grandes pressões por novas infraestruturas, por mais áreas habitacionais, conseqüentemente por áreas de expansão urbana.

O contexto da época é de inflexão demográfica, em que a maior parte da população já não está mais nas áreas rurais, mas na urbana e da consolidação de uma economia de base industrial com a existência de pelo menos seis indústrias de grande porte e muitas outras, dispersas no núcleo urbano, que demandavam a mão de obra da maior parcela populacional, a de menor renda.

O Plano Diretor Urbanístico de 1967 revela importantes características urbanas da cidade àquela época. E, apesar de ele não ter sido implementado, será, em sua essência, o prenúncio da naturalização e acirramento da segregação e desigualdades socioespaciais que a cidade vai experimentar nas décadas seguintes.

Neste sentido, chama a atenção, dentre outras de suas diretrizes, o zoneamento residencial que separa, com muita naturalidade, as áreas da cidade por classes sociais – popular ou “proletária” de um lado e de “maior condição econômica”, de outro.

O Plano diagnosticou que havia uma pressão significativa pela ocupação dos morros e ainda das poucas reservas de áreas planas dos vales ou às margens de estradas para outros núcleos urbanos, de forma “desordenada”, por população de baixa renda. Havia à época uma preocupação com risco de favelização do entorno e dos morros da cidade. Dois trechos do texto do Plano, um, onde se contextualiza a situação da cidade e justifica-se a elaboração de

¹¹⁰ O texto do Plano Diretor Urbanístico de Cataguases de 1967, assinado pelos seus autores, engenheiro Aluizio Ferreira Lira e cartógrafo, Clovis de Magalhães, foi publicado no jornal Cataguases somente em 1978 apesar de ter sido elaborado em 1967. Provavelmente a publicação no jornal em 1978 se deu pela urgência e preocupação das autoridades locais em chamar a atenção para a necessidade de se disciplinar a ocupação urbana num momento que ela começava a fugir do controle. Parece que o texto publicado no jornal é a síntese de um documento maior, com mais detalhes. Não obtivemos acesso a esse documento mais detalhado. Deste Plano, acessamos também a Planta topográfica da cidade de Cataguases – Trabalho complementar do plano diretor urbanístico, que têm sido uma importante fonte nesta pesquisa.

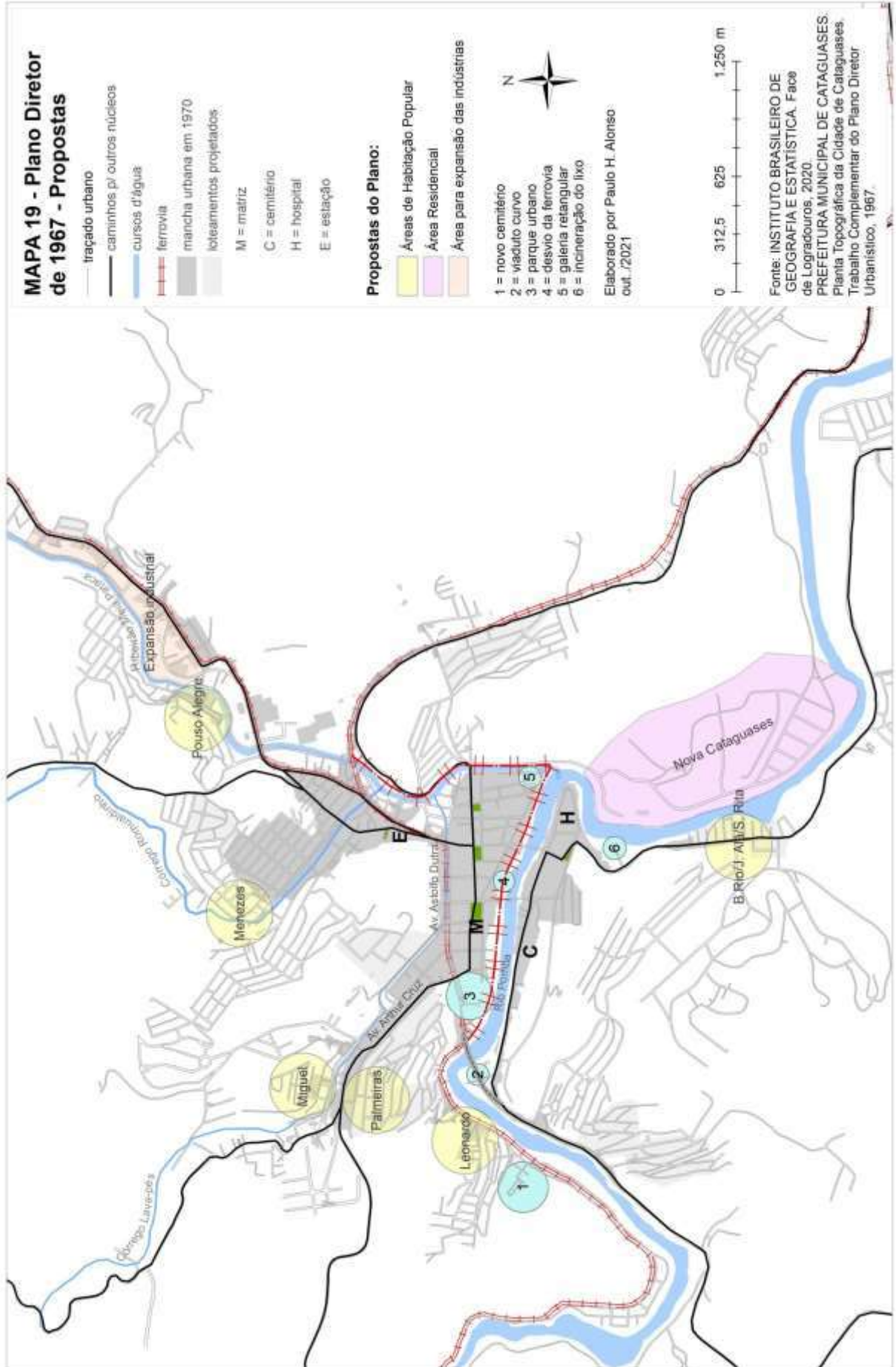
um plano urbanístico e, outro, onde se justifica a criação de uma Área de Habitação Popular, são ilustrativos neste sentido:

Esgotando-se praticamente as disponibilidades de áreas planas nos vales a expansão está processando para os morros que circundam a cidade gerando loteamentos, em sua grande parte, projetados empiricamente, porquanto não havendo um plano diretor, necessariamente o fenômeno se produz **desordenadamente** correndo o risco de toda a cidade ser circundada por verdadeiras **favelas**.

Os loteamentos em Cataguases em sua maioria, nos morros, surgiram como dissemos, em consequência da falta ou da pequena reserva de áreas planas nos vales. Como as obras de morro são caras e difíceis e exatamente **nesses locais é que passa a residir a população pobre**, corre o risco destes loteamentos se transformarem em verdadeiras **favelas**. Somos de opinião que o governo municipal coíba esse tipo de urbanização. Diante de fatos consumados, sugerimos, aliás o governo municipal já vem tomando estas medidas, **a desapropriação de alguns loteamentos e em seu lugar, como previmos se faça o reflorestamento**.

Não se pode permitir que o aspecto paisagístico da Cidade em vez de bosques, em belas colinas, seja substituído **por favelas** (CATAGUASES, LIRA e MAGALHÃES, 1978).

Para essas ocupações, ditas “desordenadas”, são traçadas diretrizes básicas de urbanização de forma a integrá-las ao Plano Urbanístico. Define-se que “a implantação de uma nova urbanização em áreas onde se processa um povoamento desordenado exige medidas drásticas, porém justas, isto é, na demolição de propriedades, cortes e reforma de muitas” (CATAGUASES, LIRA e MAGALHÃES, 1978). Tais ocupações são classificadas como Áreas de Habitação Popular (HP) ou proletárias, cujas normas de desenvolvimento devem estar contidas no Código de Obras. São elas: HP-1-Norte: na saída para Ubá, abrangendo os bairros Palmeiras e Miguel, etc.; HP-2-Norte: Menezes; HP-3-Norte: às margens do Meia Pataca, bairro Pouso Alegre; HP-1-Oeste: Bairro Leonardo; HP-1-Sul, onde existem alguns loteamentos em crescimento, Beira Rio, Jardim de Alá, Santa Rita, conforme ilustrado no mapa 19 abaixo. O Plano vai considerar ainda todos os outros loteamentos existentes como Áreas de Habitação Popular (HP) que, como diz o seu texto, “de fato o são”.



Para a população de maior renda é criada a Área de Habitação Residencial (HR-1-Sul), no que o Plano intitula de “Nova Cataguases” recomendando “que seja feito um projeto dentro das normas técnicas modernas e dentro, principalmente, do espírito e do *modus vivendi* da cidade de Cataguases.” A área escolhida para a “Nova Cataguases” é atualmente onde se localiza o bairro Santa Cristina, uma área relativamente plana, com baixas declividades, a sudeste do núcleo urbano consolidado até aquela época, na margem esquerda do rio Pomba (mapa 19). O texto do plano diretor justifica essa escolha em função de que a cidade já não dispunha de outras áreas planas além de as atividades industriais estarem “invadindo as áreas residenciais tirando o conforto e sossego do complexo residencial”. Pressupôs-se, portanto, que para abrigar as classes mais abastadas seriam necessárias áreas planas e distantes dos incômodos das indústrias que se dispersavam pelo núcleo urbano. Trecho de texto do Plano que trata dessa área é bastante ilustrativo e simbólico para se entender como se pensou a cidade à época, inclusive e, principalmente, pela linguagem utilizada. Diz o Plano no subtítulo Nova Cataguases:

Sendo a cidade de Cataguases, uma cidade progressista, industrial e a população com justa razão, orgulhosa de sua cidade haja vista as numerosas construções de belas residências e mansões, sente em seu meio ambiente a necessidade de uma expansão populacional **mais adequada em relação ao poder econômico da classe aristocrática em formação**. Surgiu, por conseguinte, por motivo imperioso, da falta de disponibilidades de áreas que atenda ao crescimento da população e o seu desejo íntimo de **possuir uma bela cidade**, a ideia de criar para Cataguases a sua **Zona Sul** a ser projetada em moldes modernos em consonância com a vida residencial confortável e repousante.”

Habitação Residencial-1-Sul (HR-1-Sul) – ‘belo altiplano, protegido por encostas de morros de imenso aspecto topográfico e uma pequena lagoa, verdadeira dádiva da natureza, para compor o belo quadro’ onde será edificada a **Nova Cataguases**.

Será a zona sul um local repousante onde não faltarão mesmo as diversões de regatas, pois o rio Pomba desenvolve-se em uma reta que será verdadeira pista de regatas. As margens da lagoa são tipicamente próprias para a localização da área de diversões da cidade, diurna e noturna através de clubes e *play grounds*. A mata no alto do morro (parte reservada) será integrada com o reflorestamento projetado constituindo no Parque da Cidade, onde não faltarão o refrigerio em dias de calor, o contado necessário com a natureza e o ponto de reunião das famílias em ambiente extremamente propício (CATAGUASES, LIRA e MAGALHÃES, 1978).

Além dessas duas zonas propostas, Área de Habitação Popular e Área Residencial, foram criadas as zonas ZI-NORTE E ZI-2 LESTE, que são áreas para expansão das indústrias, localizadas nas margens do ribeirão Meia Pataca e antiga estrada de Ferro em direção à Miráí, reservada “ao mesmo tempo para expansão industrial e habitação popular ou proletária”,

onde já vinha acontecendo uma certa expansão industrial. “As testadas dos logradouros públicos destas áreas devem ser reservadas exclusivamente para instalação das indústrias, lotes bem grandes, e nas áreas ditas de fundos para construções residenciais populares.”

A área central da cidade foi reservada para o seu “futuro centro nervoso, isto é, o local centralizado das atividades comerciais e industriais de Cataguases no que se refere ao assessoramento de lojas, escritórios, diversões e outros”. Nesta área o Plano estabelece um gabarito máximo de cinco pavimentos que deverá ser liberado progressivamente através de estudos futuros, de logradouro a logradouro, pela Prefeitura Municipal. Assim, com esta proposta de zoneamento urbano evidencia-se uma naturalização de segregação socioespacial da cidade: de um lado o lugar reservado para uma população de menor renda, a classe operária que se avolumava na cidade, e de outro para as classes mais abastadas.

Percebemos, através do texto do Plano, que dentre os problemas urbanos da cidade há uma crise habitacional. Essa crise atinge principalmente a população de menor renda, em sua maioria operários, devido ao rápido crescimento demográfico urbano, industrialização repentina com baixos salários e ausência de políticas públicas habitacionais. Na ausência de uma política habitacional, a população de menor renda começa a prover sua moradia da forma que seus salários permitem – nas áreas onde a terra é mais barata, na periferia do núcleo urbano consolidado e morros que é onde sobrou para ocupação, em loteamentos que começam a surgir com pouca ou nenhuma infraestrutura.

O Plano Urbanístico vê essa crise apenas como uma questão de ordenamento territorial. Transfere para a população de menor renda a responsabilidade pela possível proliferação de favelas, que devem ser coibidas através de desapropriações e reflorestamentos das áreas remanescentes, não havendo indicativo de realocação. As colinas da cidade devem ser “bosques” ao invés de favelas. As ocupações desordenadas dos morros e colinas, únicos lugares que sobraram para abrigar a população crescente, ou se ajustam ao Plano Urbanístico através das normas por ele estabelecidas ou são eliminadas. A solução para o agravamento do problema, que não é somente de ordem espacial, mas principalmente social, é a segregação socioespacial.

Alguns outros aspectos dessa segregação no zoneamento chamam a atenção. As áreas destinadas para a população operária são denominadas Áreas de Habitação Popular e para a

classe abastada, Área Residencial. Apesar das duas áreas serem destinadas à habitação ou moradia, reforça-se a distinção entre elas através de denominações diferentes: habitação popular e residencial.

Ao se instituir as Zonas Industriais, misturam-se indústrias com habitação operária. No entanto a área destinada às classes abastadas, a Área Residencial, deve ser livre do desconforto das indústrias próximas, conforme justifica o Plano. Assim, população de menor renda pode estar sujeita ao desconforto provocado pela proximidade das indústrias, mas a população de maior renda, não.

Da mesma forma, a escolha do local para a Área Residencial justificou-se por ser plana, ou seja, reserva-se à classe abastada o que seria uma das últimas áreas com melhores condições de urbanização do núcleo urbano, e para as classes de menor renda, os morros, locais que exigem maior complexidade de urbanização.

Outro aspecto são as denominações “Nova Cataguases” e “Zona Sul” utilizadas para as classes abastadas, que vão remeter a símbolos de status.

Além dessas, outras diretrizes são estabelecidas no Plano, as quais são descritas abaixo e ilustradas no mapa 19.

Propôs-se um plano de alinhamento dos logradouros públicos com objetivo de disciplinar e integrar áreas ou bairros ao complexo urbano da cidade, “onde o crescimento vem se fazendo de maneira desordenada e sem orientação técnica disciplinadora”. O plano de alinhamento deveria estabelecer as condições para início de novas edificações ou aberturas de novos logradouros.

São propostas a retirada da Estação e Estrada de Ferro do centro da cidade e para isso deve-se reurbanizar as áreas onde elas se encontravam; a avenida Astolfo Dutra deverá ser prolongada através de um futuro viaduto curvo, denominado Milton Peixoto¹¹¹, que deverá ser construído sobre o rio Pomba até encontrar a avenida Antônio Carlos, na margem direita do rio. Esse viaduto seria construído onde se encontrava a usina Santa Helena e nas

¹¹¹ Aqui também há uma mistura entre as esferas públicas e privadas. O Plano sugere que o viaduto a ser construído receba o nome do prefeito da cidade: “Sugerimos que em homenagem àquele, em cuja administração surgiu o Plano Diretor Urbanístico, seja o viaduto denominado Milton Peixoto” (CATAGUASES, LIRA e MAGALHÃES, 1978).

proximidades da praça de Esportes. Foi proposta uma nova urbanização para o bairro Leonardo “que está urgentemente precisando de tal medida”; foram estabelecidas “diretrizes básicas de urbanização por meio de novos logradouros ou retificações e prolongamentos de outros”, como os dos bairros Miguel, Pouso Alegre e a rua Coronel João Duarte que deverá ser alargada.

Parece-nos que essa proposta de alinhamento dos logradouros públicos vem da herança das práticas de alinhamento do final do século XIX e início do século XX, no sentido de obter um traçado urbano regular e uniforme aliado a embelezamento urbano, conforme abordado anteriormente. Estavam ocorrendo naqueles anos 1960 pressões por uma ocupação desordenada que solicitava, portanto, disciplinarização.

Outra proposta é a criação de um parque público com a justificativa de que ele auxiliaria no alívio do clima muito quente da cidade. O parque deveria ser criado no lugar da usina de açúcar Santa Helena, que seria desapropriada e próximo ao futuro viaduto ligando as duas margens do rio Pomba e à praça de esportes. Parque, praça de esportes e viaduto, “uma obra de grande efeito estético-arquitetônico”, deveriam estabelecer relações entre si.

Deveria ser criado um novo cemitério depois do bairro Leonardo, onde existia o projeto do loteamento Santo Antônio: “a concepção moderna de localização de um cemitério deve ser uma área isolada, longe do convívio da população local que não traga poluição de águas, de agradável aspecto, quase um parque [...]”. A prefeitura deveria desapropriar o local onde seria o loteamento e transformá-lo em cemitério.

Deveria ser modificado o trajeto da Estrada de Ferro, com a justificativa de que seu trajeto tem bloqueado o tráfego em local de grande circulação, nas esquinas da avenida Astolfo Dutra com a rua Coronel João Duarte que “liga os grandes blocos edificadas da cidade”. É sugerido:

Desviar a estrada de ferro próximo à primeira curva do Rio Pomba onde foi projetado o viaduto, passando por baixo do mesmo, seguindo pelas margens do referido rio, passando por baixo das cabeças das pontes metálica e de concreto, continuando ainda pela margem do rio Pomba até próximo à barra do ribeirão Meia Pataca, subindo pelas margens do mesmo até a futura Estação, confrontando com o prolongamento da avenida Astolfo Dutra, prosseguindo até encontrar a Estrada de Ferro propriamente dita no início da Vila Reis. (Plano Urbanístico da Cidade de Cataguases, 1967; jornal Cataguases, 10 dez. 1978).

Em função das constantes enchentes que atingiam (e ainda atingem) a cidade pela elevação das águas do rio Pomba e consequente represamento das águas do ribeirão Meia Pataca que não têm como escoar e inundam partes da cidade, é proposta a construção de uma galeria retangular na desembocadura entre ribeirão Meia Pataca e rio Pomba. Além disso, nas extensões propostas para a avenida Astolfo Dutra, o córrego Lava-pés deverá dar-se continuidade à sua canalização aumentando-se sua capacidade de escoamento, para se evitar os frequentes alagamentos naquela avenida.

É escolhido um local para incineração do lixo que deverá ser ao sul da ilha de Santa Helena numa pequena elevação que:

Oferece as seguintes vantagens: está isolado e escondido da cidade e **os detritos ou resíduos do lixo podem ser lançados ao rio sobre a corredeira do rio Pomba** o que completa a boa situação do local. O mau cheiro, porventura existente, fumaças e outros inconvenientes não serão notados pela população da cidade. As condições de acesso são favoráveis e topograficamente o local é muito bom principalmente pela elevação que apresenta. (Plano Urbanístico da Cidade de Cataguases, 1967; jornal Cataguases, 10 dez. 1978, grifo nosso).

Aqui, chama a atenção, a recomendação para que os detritos e resíduos do lixo fossem descartados no curso d'água, não havendo preocupação com consequências ambientais.

E, por último, o plano recomenda “o reflorestamento dos arredores da cidade principalmente nos morros que a circundam”. Há uma preocupação em amenizar o clima quente da cidade: “Devido à pouca altitude da cidade, não existe outro meio de corrigir o clima quente, e Cataguases do ponto de vista topográfico tem as condições naturais para estabelecer um regime climático ameno”.

O Plano não foi executado. O que mais se aproximou das suas propostas refere-se ao local onde se pensou construir a Nova Cataguases, que se transformou num bairro de classe média, o bairro Santa Cristina.

No entanto, o Plano Diretor Urbanístico de Cataguases de 1967 traz um panorama da cidade naquela época e chama a atenção pela sua intencionalidade de zoneamento por classes sociais, uma naturalização e formalização da segregação socioespacial. Contudo, apesar do Plano não ter sido executado, a segregação socioespacial ocorreu nas décadas seguintes, independentemente de qualquer formalização jurídico-urbanística, conforme se verá a seguir.

5.2 Ruptura. A partir de 1970

A partir da década de 1970 a mancha urbana vai se estender, inicialmente ocupando as áreas mais planas ainda existentes e posteriormente subindo as encostas próximas da principal centralidade ou distantes.

Esse processo é induzido, num primeiro momento, pela aquisição pela Prefeitura da fazenda da Saudade, na margem direita do rio Pomba, onde é instalado um distrito industrial e loteamentos direcionados à população de menor renda. Paralelamente vão ser construídos vários loteamentos, muitos em parceria com a prefeitura, e conjuntos habitacionais direcionadas ao contingente populacional mais expressivo da cidade, o de menor renda.

É a partir desse momento que começa a aparecer uma nova paisagem urbana, estampada principalmente nas encostas, que vai explicitar a segregação e desigualdades socioespaciais da cidade.

5.2.1 Fazenda da Saudade. Distrito industrial e moradia para população de menor renda

Houve uma indução do crescimento na margem direita do rio Pomba, a sudeste da mancha urbana consolidada, devido à aquisição pela prefeitura, em 1971, de 31 alqueires, da fazenda da Saudade “para ali ser localizado o novo cemitério, instalação de futuras indústrias e outros serviços públicos, inclusive loteamento e urbanização”¹¹² (CATAGUASES, 1972).

Nas décadas de 1970 e 1980 em parte das áreas planas dessa antiga fazenda, seguindo o caminho em direção a Leopoldina e o curso do rio Pomba, são doados uma série de lotes para atividades industriais e “comerciais que sejam integrantes da infraestrutura industrial do município” (CATAGUASES, 1973a).

Outra parte também plana, de 65.276 m², é doada em 1973 para a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG), para a construção de casas destinadas a famílias de baixa renda, no que será futuramente o conjunto habitacional Taquara Preta, inaugurado em 1982 (CATAGUASES, 1973b).

No trecho que ligava a antiga mancha urbana consolidada e essa nova área industrial a

¹¹² A fazenda era propriedade de Luiz Sérgio Vieira de Castro, Antônio Augusto de Souza Neto e Carlos Alberto Leite de Souza, e pertenceu ao Coronel Antônio Augusto de Souza, um dos grandes fazendeiros e industriais do município (COSTA, 1977, p. 318).

prefeitura executou as obras de prolongamento e infraestrutura da via com custos arcados através de empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais. Essa infraestrutura restringiu-se ao acesso ao Distrito Industrial, compreendendo redes de esgotamentos sanitários e de águas pluviais, colocação de meio-fio e calçamento em paralelepípedos. A fazenda foi adquirida com recursos próprios da prefeitura no valor de Cr\$ 330.000,00, já o empréstimo para a infraestrutura foi de Cr\$ 736.073,00 (CATAGUASES, 1973b; 1973c).

Inicialmente foram ocupadas as partes planas dessa fazenda com o distrito industrial, de forma imediata, e o conjunto habitacional Taquara Preta, em 1982. Posteriormente foram ocupadas as encostas que conformaram os bairros Santa Clara, São Pedro, São Cristóvão e São Marcos, todos direcionados à população de baixa renda.

Se no Plano Diretor de 1967 destinava-se a área a nordeste da cidade, também plana, “ao mesmo tempo para expansão industrial e habitação popular ou proletária”, na prática, com a aquisição da fazenda da Saudade, mudou-se apenas a localização destes usos, que passa a ser a sudeste da mancha urbana. Assim, a proposta inicial de se ter uma zona mista - industrial e de habitação popular – permaneceu, como o proposto no Plano Urbanístico de 1967.

Neste sentido, parece-nos que desde o Plano urbanístico de 1967 já era gestada a ideia de se fazer um distrito industrial na cidade. O plano de 1967 traz essa pista ao propor uma área industrial e ao reservar uma área para as classes mais abastadas tendo como uma das justificativas que as várias indústrias dispersas pela cidade à época causavam incômodos. A prefeitura ao adquirir o terreno da fazenda da Saudade prioriza a instalação do distrito industrial inclusive se endividando com o dobro do valor do terreno para levar infraestrutura a esse distrito. Aqui chama a atenção a seletividade na provisão de infraestrutura. Priorizou-se a indústria em detrimento da moradia que se instalaria no seu entorno.

A proposta de se fazer um novo cemitério, além do distrito industrial e moradias populares, não foi colocada em prática. Um pouco mais à frente, em 1975, a área do cemitério foi expandida através de doação de terreno pela Companhia Industrial Cataguases, conforme já abordamos anteriormente.

Os quadro 5 e 6 abaixo apresentam as indústrias para as quais foram doados os terrenos a

partir da aquisição da fazenda da Saudade, nas décadas de 1970 e 1980. A Figura 78 espacializa essas indústrias no Distrito Industrial.

Observa-se que o total da área doada na década de 1970 é maior que o da década de 1980, entretanto a quantidade de lotes em 1970, é menor. Na década de 1970 a distribuição dos lotes em relação à área do terreno é desigual, enquanto na de 1980 é mais equitativa. Apesar de não se conseguir apurar o critério utilizado na definição dessas medidas, destaca-se a área de terreno maior que as demais, destinada à família Peixoto. Cabe lembrar, aqui, que é essa família que detinha o poder político na cidade àquela época.

Quadro 5 – Doação de terrenos no Distrito Industrial na década de 1970

	Indústria	Ramo de produção	Tamanho do terreno (m ²)
1	Femisa	Máquinas de papel e outras	16.000
2	Indústria Irmãos Peixoto	Têxtil	114.000
3	Cia Força e Luz Cataguazes Leopoldina	Energia elétrica	30.000
4	Carpintaria e Marcenaria Simões	Urnas funerárias	9.802
5	Rodoviário Mineiro	Abrigo de caminhões de transporte de carga	16.350
6	Brasão Indústria e Comércio Ltda	Esquadrias de alumínio	2.200
7	Glyco do Brasil Indústrias Metalúrgicas	Mancais p/ indústria naval, siderúrgica, cimento, papel, turbinas hidráulicas e térmicas	78.600
8	Kimmon Quartzos do Brasil Ltda.	Cristais de quartzo p/ uso em antirreflexão de vidros óticos, indústrias eletrônicas, laboratoriais e outras de alta precisão	64.314
9	Radio Cataguases	Sistema de transmissão radiofônica	13.000
10	Têxtil Goitacazes	Têxtil	18.600
11	Madeiral Indústria e Comércio de Madeiras LTDA	Madeira	7.000
12	Naca Moto Indústria e Comercio LTDA	?	?
Total:			369.866

Fonte: Costa, 1977; jornal Cataguases, 16 jul. 1978; para as doações de 1980: jornal Cataguases, 28 ago. 1988.

Quadro 6 – Doação de terrenos no Distrito Industrial na década de 1980

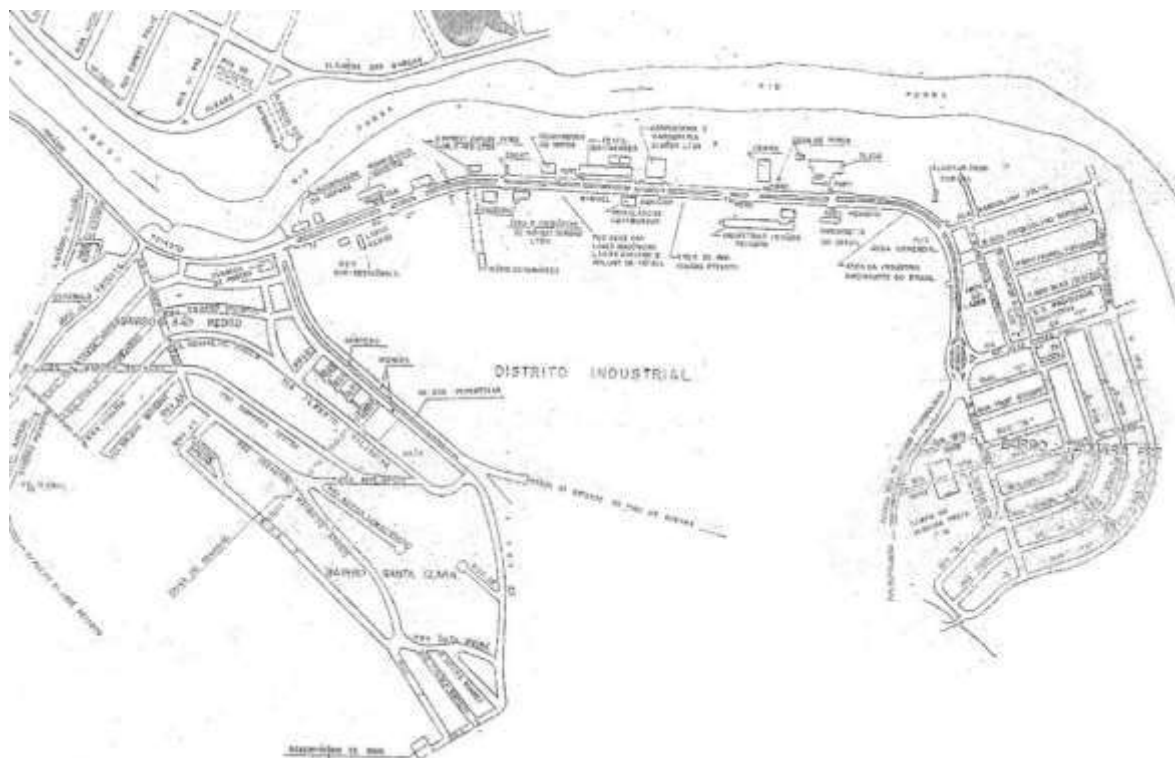
	Indústria	Ramo de produção	Tamanho do terreno (m ²)
1	Indústria e Comércio Meia Pataca Ltda	Peças de cimento	1.100
2	Indústria Mineira de Vassouras Ltda.	Vassouras	1.200
3	Paulane Indústria e Comércio Ltda.	Comércio varejista de tintas e acessórios para veículos	1.290
4	Álamo Comercial e Industrial Ltda.	Produtos químicos e de limpeza	1.470
5	Construtora e Incorporadora Catauá	Construção civil	1.850
6	Metalúrgica Cataguases Indústria e Comércio Ltda	Fabricação e comércio de peças e utensílios e ferramentas para máquinas industriais	1.780
7	Primus Indústria e Comércio Ltda.	Artefatos de madeira	1.815
8	Indústria e Comércio de Calçados Real Ltda.	Fabricação e comércio de calçados, chinelos e sandálias	1.078
9	Geraldo Acete Cardoso	Oficina de tratores	1.585
10	Indústria e Comércio de Calçados Acauá Ltda	Fabricação e comércio de calçados, chinelos e sandálias	1.087
11	FEMACO – ferragens e materiais de Construção Ltda	Serraria de madeira	3.700
12	Mattos Madeira Ltda	Exploração e comércio de madeiras em geral	3.740
13	Indústria e Móveis Quatro Irmãos	Exploração do ramo de móveis e madeiras	1.182
14	Indústria de Móveis Araújo Ltda	Móveis de madeira	1.125
15	Indústria e Comércio de Móveis Barroso Ltda	Móveis de madeira de vime e de junco	2.400
16	Luiz Henriques de Faria	Serralheria, fabricação de portões, grades e consertos	1.805
17	Hermê Indústria e Comércio	Confecções infantis	2.980
18	Consenge Consultores e Engenheiros Ltda	Montagem mecânica	3.660
19	Chelmax Indústria e Comércio	Confecção e roupas em geral	1.200
20	Metalfor Indústria e Comércio	Fabricação e esquadrias de alumínio	1.720
21	Serraria Nugasa Ltda	Exploração e comércio de artefatos de madeira	4.060
22	Hugo Ramos de Araújo	Exploração no ramo de móveis de madeira	3.340
		Total:	45.167

Fonte: jornal Cataguases, 28 ago. 1988.

Nota: (1) Doações efetuadas pela lei nº 1.575 de 18 ago. 1988. A lei dispõe que a doação "caducará e o imóvel reverterá ao município" se a donatária não iniciar as obras em 12 meses; se dentro de 24 meses não estiver funcionando com 50 % de sua capacidade e se dentro de 36 meses não estiver ocupando toda a área doada; jornal Cataguases, 28 ago. 1988.

(2) A apuração desses dados pode estar sujeita a alguma variação, haja vista, que algumas leis de doação não foram publicadas no jornal Cataguases.

Figura 78 – Fragmento de Mapa de Cataguases de 1991 com a localização do Distrito Industrial e os bairros São Pedro, Santa Clara e Taquara Preta.



Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, jan. 1991)

5.2.2 Loteamentos e aforamentos

O grande crescimento da mancha urbana pelas encostas ocorreu com a implantação de novos loteamentos incentivados pela Prefeitura, principalmente a partir dos anos 1980, aliado a uma política de aforamentos de lotes para a população de baixa renda e à autoconstrução de moradias.

O quadro 7, a seguir, auxilia na compreensão dessa mudança, onde são apresentados a relação e quantidade de loteamentos, entre os anos 1930 e 2015, aprovados pela Prefeitura e ou registrados em Cartório, publicados no jornal oficial do município, desde o surgimento do primeiro deles, o bairro Jardim.

Quadro 7 - Loteamentos e quantidade de loteamentos, cujas aprovações e ou registros em cartório foram publicadas no jornal Cataguases entre 1906 e 2015

nome do loteamento	tipo e nº. da legislação de aprovação	data da legislação de aprovação	data de registro em Cartório	Quantidade de lotes	Década	Quantidade de aprovações ou registro por década
Jardim	decreto nº. 96	06/08/36	-	100	1930	1
Haydée Fajardo Dutra	lei nº 115	15/05/53	-	n/l		
Beira Rio	lei nº 148	26/04/54	-	n/l	1950	4
José Gabriel de Barros	resolução nº. 33	07/11/56	-	n/l		
(Djalma Badaró) Vila Reis	resolução nº. 34	07/11/56	-	n/l		
Imê	resolução nº. 58	21/03/62	-	n/l		
Parque da Colina	resolução nº. 59	21/03/62	-	n/l		
Thomé	-	-	20/06/1963	n/l	1960	6
Pampulha	resolução nº. 67	17/10/63	-	n/l		
Antenor Furtado	resolução nº. 80	29/04/64	-	n/l		
Ibrahim Mendonça	-	-	14/11/1969	n/l		
Santa Cristina	Lei nº 833	5/10/1975	-	-		
Independência	lei nº. 877	01/12/76	-	n/l		
Guanabara	lei nº. 881	26/01/77	-	n/l	1970	6
Jardim de Alá	lei nº. 919 e 927	12/12/77 e 23/03/78	-	36		
Isabel Cristina Mauad	lei nº. 945	07/11/78	26/10/1983	n/l		
Ana Carrara	-	1979	1992	214		
Primavera	-	22/02/1967	08/06/1980	539		
Colinas	lei nº. 1000	26/07/80	12/08/1980	483		
Esperança	lei nº. 1016	02/01/81	17/03/1981	n/l		
Morada da Serra	lei nº. 1034	29/09/81	16/11/1981	n/l		
Jorge Machado	Lei nº 1019	1981	26/11/1981	n/l		
Felippe	Lei nº 1038	1981	22/12/1981	n/l		
Ilha Santa Helena	lei nº. 1060	05/03/82	06/12/1984	22		
Marote	lei nº. 1069	17/08/82	-	90		
Centenário	lei nº. 1064 e 1873	17/08/82 e 08/04/91	25/09/1991	302		
Nicolau Siervi	lei nº. 1067	17/08/82	10/05/1984	65		
Bom Pastor – 1ª fase	lei nº. 1073	08/09/82	05/01/1983	117		
Iracema	Lei nº 880	31/07/77	28/09/1982	89		
Chácara Florestal Horto	lei nº. 1117	08/11/83	5/10/1984	52		
Chácara do Mazinho	lei nº. 1096	20/04/83	-	19		
Jardim Bandeirantes	Lei nº 1089	10/01/83	04/02/1988	259		
Hospital de Cataguases	-	-	25/08/1983	11		
Meigre	lei nº 1072 e 1149	08/09/82 e 26/04/84	08/11/1984	58	1980	32
Esperança (extensão)	lei nº. 1153	26/04/84	-	n/l		
Thomé (extensão – bom retiro)	lei nº. 1154	26/04/84	23/01/1985	90		
Avenida Antônio Justino/V. Reis	-	23/05/86	10/06/1986	12		
Porto dos Diamantes	-	-	05/09/1986	2		
Sol Nascente	lei nº. 1367	19/03/87	15/09/1982	503		
Jardim Bandeirantes II	lei nº. 1431 e 1527	16/09/87 e 15/05/1988	12/04/1989	215		
Taquara Preta	lei nº. 1429	16/09/87	-	n/l		
Dico Leite (extensão)	lei nº. 1435	24/09/87	17/07/1988	48		
São Pedro	lei nº. 1486	03/02/88	12/04/1989	n/l		
Bom Pastor – 2ª fase	Lei nº 1554	29/06/88	18/07/1988	145		
Bela Vista	lei nº. 1523	11/04/88	10/10/1995	176		
Santa Clara	lei nº. 1642'	29/06/88	25/09/1988	599		
Santa Clara (industrial)	lei nº. 1541	29/06/88	-	40		
Guanabara	lei nº. 881 e 1594	26/01/1976 e	23/10/1991	141		

		29/09/88				
São Vicente	lei nº. 1595	29/09/88	09/11/1988	362		
La Ville	-	-	27/08/1991	68		
São Cristóvão I e II	lei nº. 2329	25/05/94	29/06/00 e 18/09/02	427		
Recanto das Palmeiras	lei nº. 2626	15/08/95	-	172	1990	5
Santa Clara (complemento)	lei nº. 2733	03/04/97	06/08/2003	14		
Carijós	lei nº. 2769	12/09/97	-	189		
Colinas II	lei nº. 2938	22/08/00	08/01/2001	99		
Floresta	lei nº. 3307	22/06/04	-	104		
João Pedro	lei nº. 3570	21/12/06	-	127	2000	5
São Marcos	lei nº. 3619	13/11/07	-	332		
Condomínio Horto Florestal	-	-	15/07/2008	51		
Pontal	lei nº. 4085	21/11/13	17/05/2016	30		
Imigrantes	lei nº. 4220	23/06/15	20/11/2015	217	2010	3
N. S. das Graças	Lei nº 2482	1995	26/11/2015	64		
Total de aprovações no período:					62	

Fonte: jornal Cataguases (1906-2015)

Nota: Os dados dessa tabela mesclam as publicações feitas no jornal Cataguases de aprovação de loteamentos pela prefeitura com os registros em cartório. Ora um era localizado ora outro não, daí o fato de alguns campos não estarem preenchidos na tabela. A quantidade de lotes foi extraída dessas publicações, que em alguns casos traz essa informação e em outros não. Nos casos em que a quantidade de lotes não foi publicada, na tabela está preenchida com n/l. A área média dos lotes é de 200 m².

Verifica-se que aproximadamente a metade dos loteamentos aprovados e produzidos em todo este período é da década de 1980. Isso se deve principalmente à política implementada a partir de 1983, na gestão do prefeito Tarcísio Humberto Parreiras Henriques, e continuada nas gestões seguintes, focadas no incentivo e promoção de loteamentos e aforamentos de lotes para a população de baixa renda aliada à autoconstrução da moradia.

Os novos loteamentos construídos a partir de 1980 foram viabilizados ora por convênios entre poder público e loteadores, através do instrumento consórcio imobiliário, onde a prefeitura levava infraestrutura em troca de parcela de lotes, ora por loteamentos de propriedade da própria prefeitura como é o caso daqueles construídos na antiga fazenda da Saudade, que correspondem aos bairros Taquara Preta, Santa Clara, São Pedro, São Cristóvão e São Marcos.

No que diz respeito aos aforamentos, eles foram regulamentados por lei municipal de 1984 que restringia os beneficiários à venda, alienação e doação dos lotes em menos de 20 anos de expedição do alvará correspondente. As construções nos referidos terrenos deveriam estar concluídas no prazo de um ano da concessão do aforamento (CATAGUASES, 1984).

Posteriormente, em 2001, é promulgada uma nova legislação sobre os aforamentos com algumas modificações e acréscimos. Acrescentava-se que eles só poderiam ser concedidos a

peessoas com certidão negativa de bens, concomitante àquelas que residissem no município há mais de cinco anos e com renda familiar inferior a cinco salários mínimos. Os terrenos deveriam ser cercados em três meses, a construção iniciada em seis meses e estar com 80% concluída em 12 meses, prorrogáveis por mais 12 meses (CATAGUASES, 2001).

A gestão do prefeito Tarcísio Henriques instrumentalizou a prefeitura para viabilizar esse tipo de política habitacional. Em 18 de dezembro de 1986 foi criada a Empresa Municipal de Habitação (EMHA) pela Lei nº 1.336, uma autarquia, que tinha as seguintes finalidades:

- a) estudar os problemas de habitação, principalmente os de natureza popular, planejar e executar suas soluções, em coordenação com os diferentes órgãos públicos, municipais ou não, visando tornar acessível às classes de menor renda a aquisição ou construção da casa própria.
- b) planejar e executar programas de erradicação de habitações inadequadas ou de melhorias de emergência visando à assistência dos moradores e à higienização das áreas ocupadas diretamente ou mediante convênio com órgãos oficiais ou entidades particulares ligadas ao problema
- c) adquirir terrenos inclusive com benfeitorias destinados à construção ou à venda (lotes urbanizados), adquirir ou construir unidades residenciais e promover a respectiva alienação ou locação, conceder ou transferir financiamentos a proprietários de terrenos para construção de habitações ou melhorias das existentes destinadas a uso próprio: efetuar doações quando necessárias ao aprimoramento de suas finalidades: comprar e vender material de construção, para regular o exercício de suas finalidades;
- d) incentivar o incremento da habitação de interesse social, a iniciativa particular em todos os seus aspectos, através de financiamentos e assistência técnica, na fundação e desenvolvimento de cooperativas ou outras formas associativas em programas habitacionais, bem como aos processos de esforço próprio e ajuda mútua.
- e) zelar pelo cumprimento da legislação pertinente à concessão de aforamentos. (CATAGUASES, 1986).

Foi a partir do momento de criação da EMHA que a prefeitura estabeleceu os convênios para a construção de novos loteamentos e a prática de aforamentos de lotes. Nos convênios que autorizavam o executivo a aplicar o consórcio imobiliário, a prefeitura ficava com 60% dos lotes apurados e o proprietário do loteamento com 40%. O Quadro 7 abaixo mostra os loteamentos em que foram instituídos tal prática.

Quadro 8 – Loteamentos em que foram construídos por consórcio imobiliário

Nome do loteamento	Legislação
Sol Nascente	Lei nº 1.341 de 18 dez 1986
Taquara Preta	Lei nº 1.429 de 18 set. 1987
São Pedro	Lei nº 1.486 de 03 fev. 1988
Jardim Bandeirantes II	Lei nº 1.505 de 30 mar. 1988
Jardim Bandeirantes	Lei nº 1.507 de 6 abr. 1988

Fonte: jornal Cataguases, 1906-2015

Assim, com a criação da Empresa Municipal de Habitação, em um curto período são criados vários loteamentos na cidade, conforme ilustram e comprovam alguns recortes do jornal Cataguases abaixo:

A EMHA – Empresa Municipal de Habitação, criada pela lei 1.336 de 18 dezembro e 1986, regulamentada depois pelo decreto 1.302 em 1987, em seu breve tempo de vigência já fez **cinco loteamentos**, construiu **70 casas**, distribuiu **230 lotes** e tem estrutura para mais 200 casas, nos próximos oito a dez meses, quando estamos vendo a possibilidade de, com ajuda da Caixa Econômica Federal, começarmos um arrojado plano de 1000 casas. (jornal Cataguases, 25 out. 1987, grifo nosso).

Loteamentos: Prefeitura define nova opção para melhor qualidade de vida ‘Não nos cabe apenas trazer o progresso urbano para Cataguases. O dever maior de um governante é ordenar o crescimento da cidade de forma a preservar a qualidade de vida de seus habitantes, **sem a criação de bolsões de pobreza, de favelas e espaços impróprios para a moradia**’ palavras do prefeito que define bases para implantação dos loteamentos Jardim Bandeirantes I e II, dos quais 60% dos 600 lotes aproximados serão da Prefeitura. Com a construção desses Loteamentos a Prefeitura atingirá a casa de 2.000 lotes populares também no Bom Pastor, São Vicente, São José, Santa Clara, Guanabara, Sereno e Aracati beneficiando cerca de 2.000 famílias que somam um total de 14% da população de Cataguases (jornal Cataguases, 3 de abril de 1988, grifo nosso).

Destaca-se nesta última citação a fala do prefeito municipal preocupado em não se criar “bolsões de pobreza, de favelas e espaços impróprios para moradia”. No entanto, de certa forma, na prática o que aconteceu foi o contrário, a criação de tantos loteamentos promoveu segregação e desigualdades socioespaciais, com a concentração de população de menor renda em determinadas áreas da cidade, em locais inicialmente com pouca ou nenhuma infraestrutura e não adequados à moradia.

O recorte abaixo do jornal Cataguases traz a dimensão da quantidade de famílias atendidas pela política implementada na gestão do prefeito Tarcísio Henriques, segundo a própria prefeitura.

Habitação já atendeu 2.382 famílias

Desde o início de seu mandato o prefeito Tarcísio Henriques, preocupado com o descaso dos Governos Estadual e Federal em relação à habitação popular, causando com isso o êxodo do cataguasense para outros centros em busca de melhores condições de sobrevivência, determinou que este seria um dos pontos de prioridade máxima em seu governo, atacando o problema e resolvendo diretamente com recursos municipais o déficit habitacional de Cataguases ainda que a responsabilidade com habitação popular não fosse obrigação do governo municipal.

Face ao descaso por parte dos governos Estadual e Federal foi que em 18 de dezembro de 1986, Tarcísio Henriques criou a Empresa Municipal de Habitação – EMHA, com objetivo de construir loteamentos e casas populares para famílias carentes e, desde a sua criação, **já foram construídos 14 loteamentos** em vários pontos da cidade e distritos (jornal Cataguases, 30 outubro de 1988, grifo nosso).

O Quadro 9 abaixo relaciona os 14 loteamentos aos quais essa última notícia se refere.

Quadro 9 - Loteamentos produzidos pela gestão Tarcísio Henriques até outubro de 1988

Nome do loteamento	Quantidade de lotes	Local
Guanabara	141	Distrito sede – Leonardo
São Vicente I	159	Distrito sede – Antônio Justino
São Vicente II	203	Distrito sede – Antônio Justino
Vila São José	20	Distrito sede – Antônio Justino
Bom Pastor	156	Distrito sede – Paraíso
Jardim Bandeirantes I	320	Distrito sede – Menezes
Jardim Bandeirantes II	215	Distrito sede – Menezes
Santa Clara	600	Distrito sede – Bairro Industrial
São Pedro	200	Distrito sede – Ibraim
Morro do Miguel (parte alta)	10	Distrito sede – Granjaria
Quilombo dos Palmares	222	Distrito de Sereno
Vila São Francisco	46	Distrito de Aracati
Vila São Luiz	40	Distrito de Vista Alegre
Diversos	20	-
Total	2.382	

Fonte: jornal Cataguases, 30 out. 1988.

Considerando-se que em 1980 a quantidade de domicílios nas áreas urbanas do município de Cataguases, incluindo todos os distritos, inclusive a sede, era de 9.274 domicílios (IBGE, Censo Demográfico, 1980), a proposta da prefeitura em promover 2.382 novos lotes representava mais de 25% de incremento na produção de novos domicílios na cidade somente em uma década. Isso mostra a dimensão da construção desses novos loteamentos e o impacto que teve na expansão da mancha urbana.

Quanto aos aforamentos destinados à população de menor renda, eles aconteceram, em sua maior parte, entre os anos de 1988 e 2004. Trecho de reportagem abaixo ilustra a entrega de lotes aforados no bairro Santa Clara que, desta leva de loteamentos, possui o maior número de lotes promovido pela prefeitura, na antiga fazenda da Saudade:

Entrega de 450 lotes aforados no Santa Clara.

Em 27 de setembro foram entregues 450 lotes no bairro **Santa Clara** à população de baixa renda, referente à primeira etapa de aforamentos naquele bairro, visando beneficiar as classes menos favorecidas da população e quando não são alcançadas pelos planos de habitação do Governos Federal e Estadual.

“São quase mil lotes, e estes que **estão sendo distribuídos são os que já saíram em lei**, seguindo o que foi programado pela Prefeitura, os demais virão depois”. Segundo o prefeito o **bairro Santa Clara não está totalmente pronto**, nele foram colocados apenas a água e seu calçamento, iluminação e rede de esgoto só serão colocados à medida que as construções tiverem se iniciado. O prefeito afirmou que o grande objetivo deste tipo de iniciativa é dotar a população de um lote, ‘que é a esperança da casa própria’. Cada lote fica para a Prefeitura em cerca de 100 mil cruzeiros. (jornal Cataguases, 30 set. 1990, grifo nosso).

Nesta última citação chama a atenção o fato de o bairro não ser entregue com toda a infraestrutura básica e isso é admitido pelo próprio loteador, neste caso, a própria prefeitura que também é responsável por fiscalizar e exigir as condições mínimas de infraestrutura dos loteamentos.

Os lotes foram aforados e entregues sem energia elétrica e esgotamento sanitário. Essa será uma prática comum na construção dos loteamentos na cidade: a entrega de lotes sem infraestrutura básica.

Além dos loteamentos vinculados a aforamentos, outra forma de provisão habitacional para a população de menor renda foram as moradias prontas que inicialmente constituíam-se de vilas operárias ou de aluguel e, posteriormente, nas moradias como propriedade em conjuntos habitacionais, financiadas em longo prazo.

O mapa 20 a seguir, mostra a localização da provisão habitacional ocorrido desde os anos 1905 até o ano 2015, através das categorias de loteamentos vinculados a aforamentos de lotes, moradias de aluguel ou operárias e moradias como propriedade em conjuntos habitacionais.

5.2.2.1 Traçado urbano x sítio.

À medida que foi crescendo, por falta de áreas mais planas, a mancha urbana começou a subir as encostas e ocupar maiores declividades. Até a década de 1970 a ocupação urbana se dá em sua maior parte entre as cotas 160 e 180 metros. No entanto, a partir de 1990 verifica-se que aproximadamente metade da ocupação urbana encontra-se nessas cotas de 160 e 180 metros, mas a outra metade já se encontra entre 180 e 291 metros, conforme demonstram a tabela 12 e o mapa 21 a abaixo

Tabela 12 – Relação entre altitudes e percentual ocupado pela área urbana – Cataguases. Distrito sede.

ano/altitudes	1940	1970	1990	2010	2015
153 – 160 m	-	-	-	0,4 %	0,4 %
160,01 – 180 m	91 %	86,1 %	52 %	52,1 %	51,8 %
180, 01 – 200 m	6 %	10,3 %	22,5 %	22,6 %	22,6 %
200,01 – 250 m	3 %	3,6 %	23,6%	22,6 %	22,9 %
250,01 – 291 m	-	-	1,9%	2,3 %	2,3 %

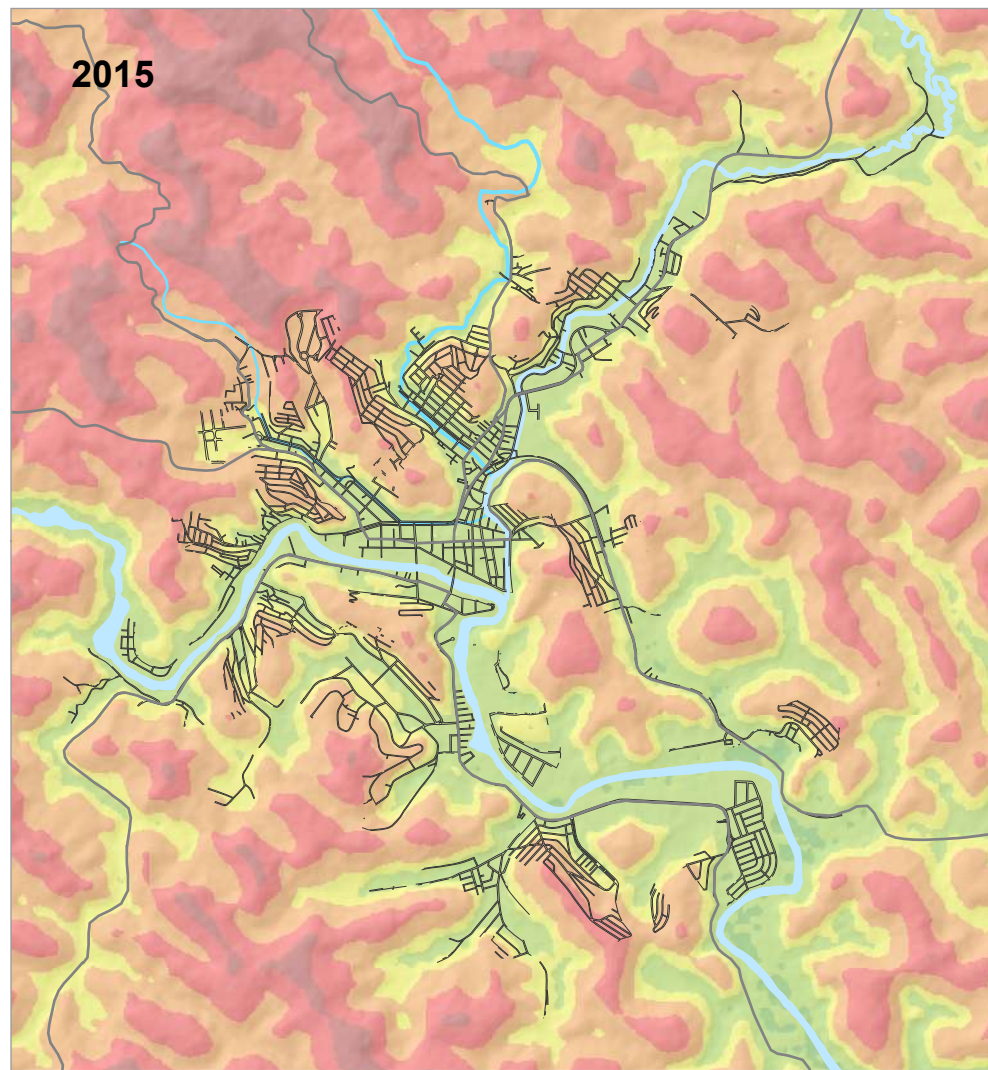
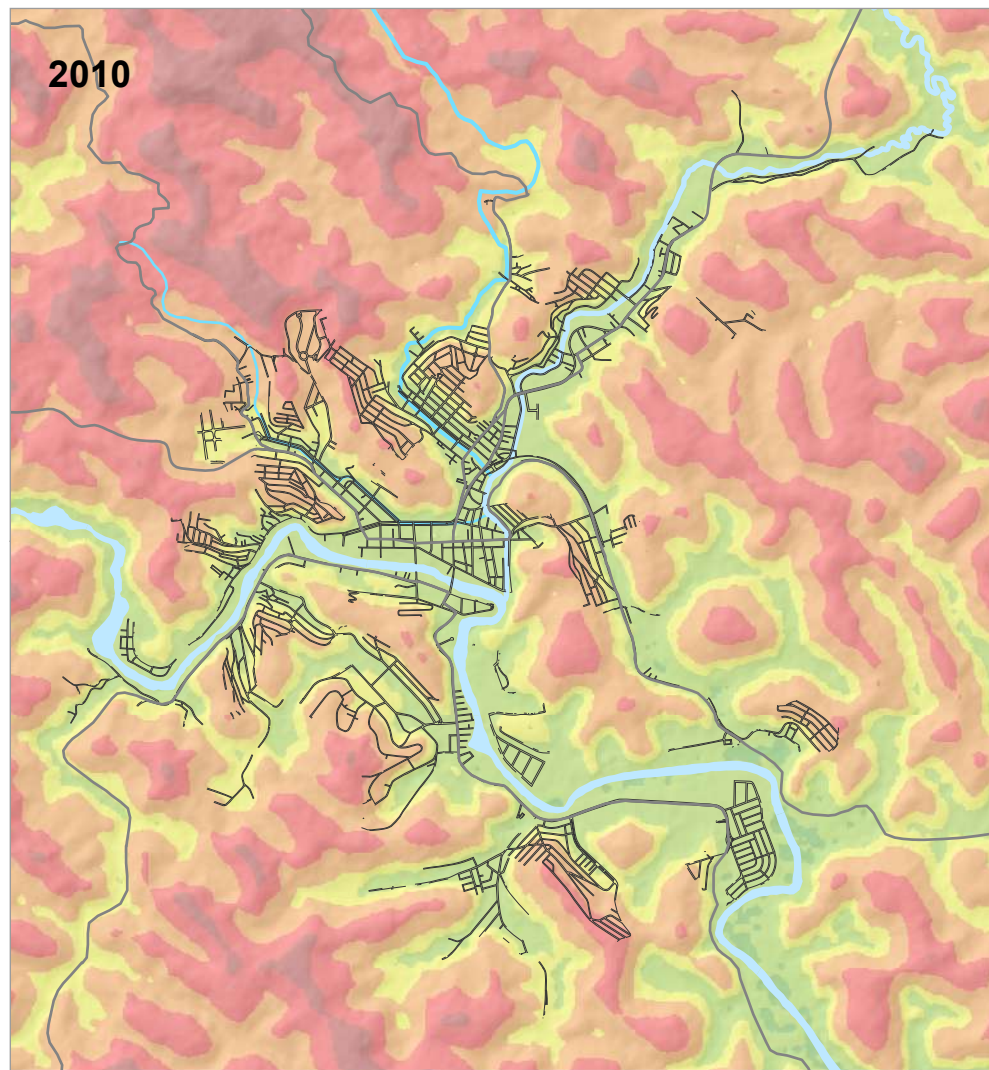
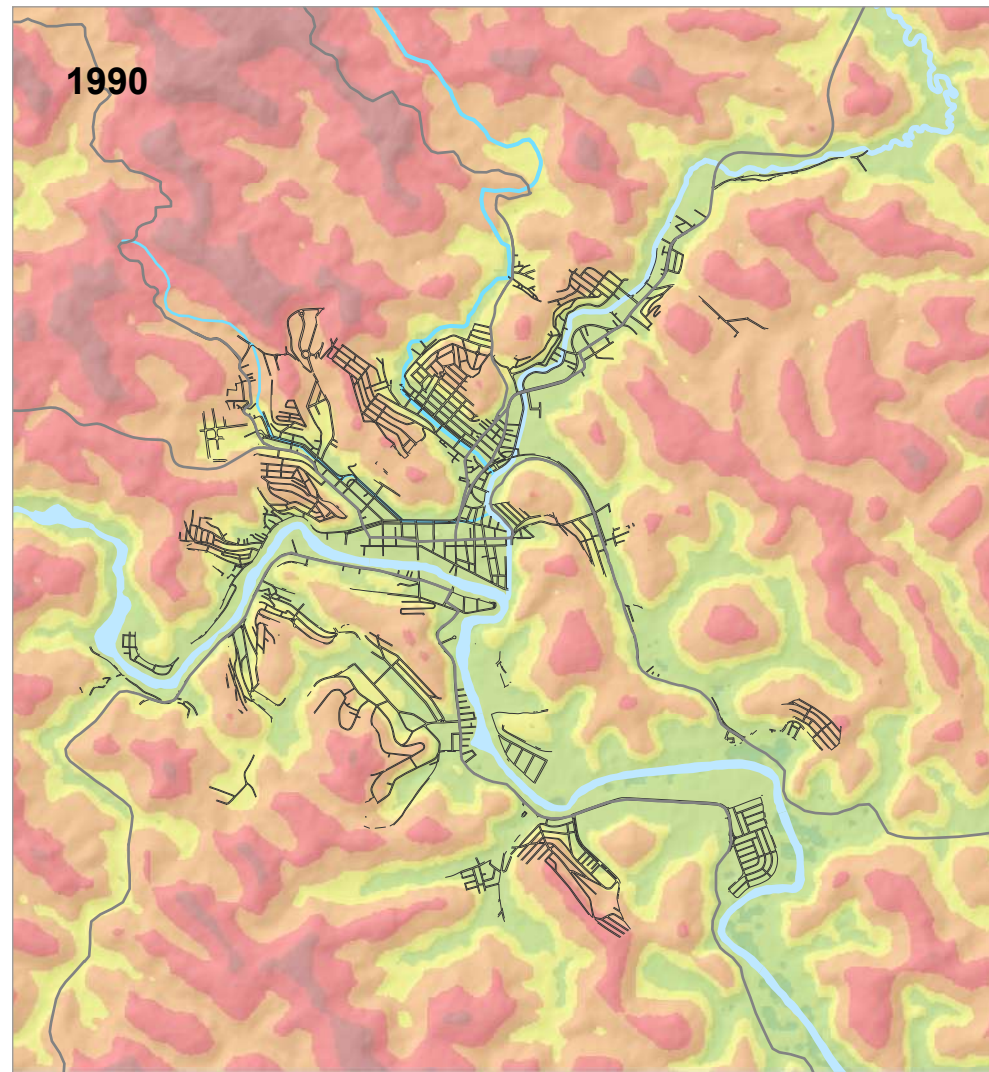
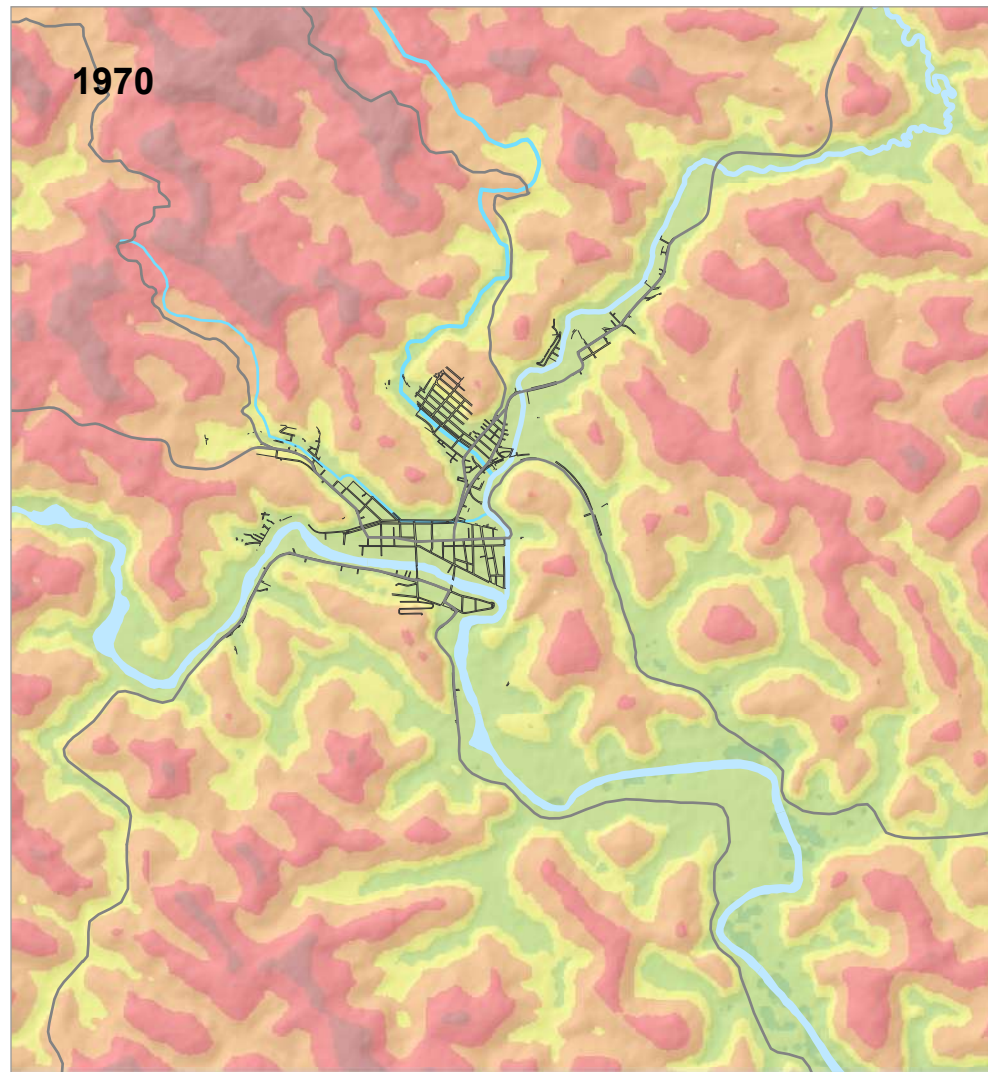
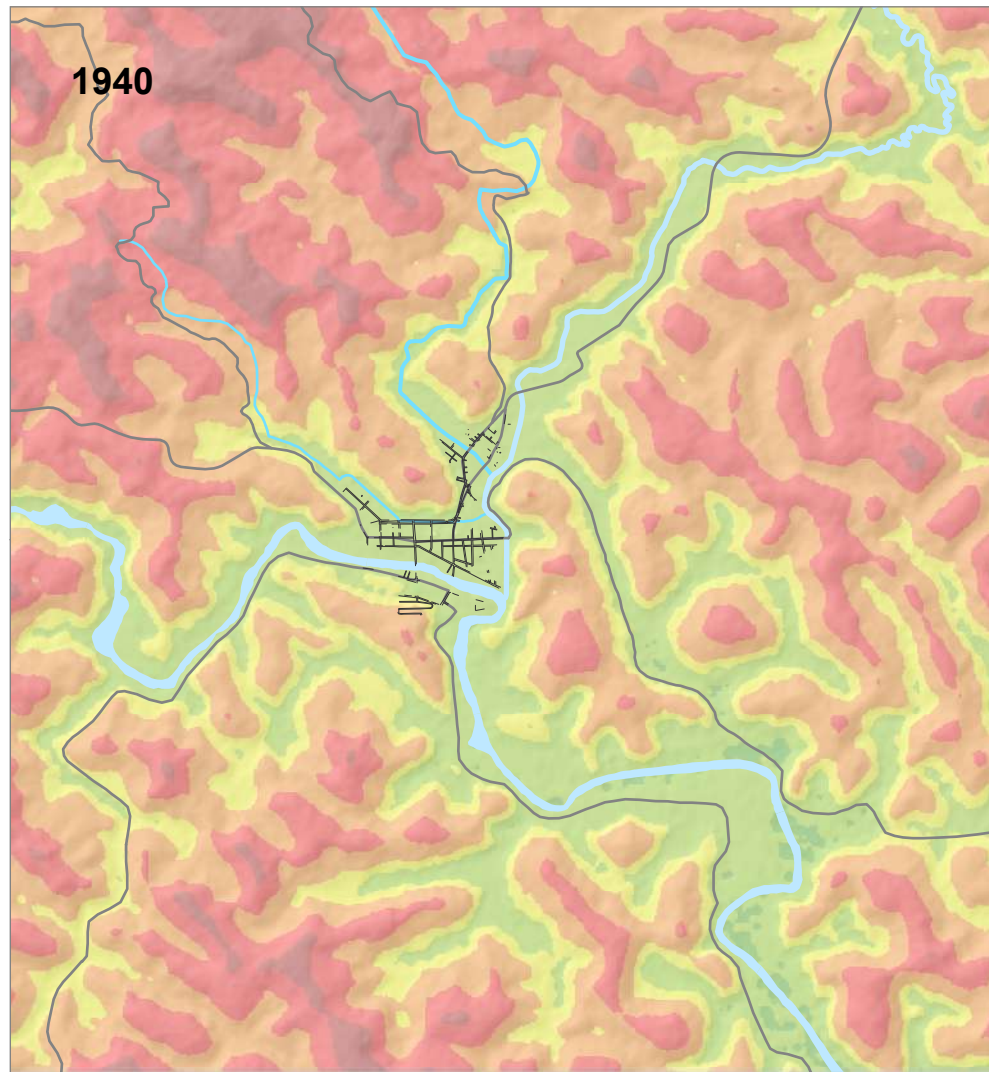
Fonte: Google Earth. Séries históricas, 2010, 2015; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de face de logradouros do Brasil, 2020; MINAS GERAIS, 1939. Mapa do Estado de Minas Gerais. Organizado pelo Serviço Geográfico de Minas Gerais; PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta topográfica da cidade de Cataguases. Trabalho Complementar do Plano Diretor Urbanístico, 1967. Esc. 1:5000; PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, Planta de Cataguases, 1991; NASA Earth Science Data Information System. ALOS PALSAR, 2011.
Elaborado por Paulo H. Alonso, mar. 2022

Com relação às declividades, ocorre situação similar à altimetria. Até 1970 a maior parte da ocupação encontra-se em áreas entre 0 e 15% de declividade, correspondendo a 77% da mancha urbana. No entanto, já em 1990 aproximadamente metade da ocupação se encontra entre as declividades 0 e 15% e a outra metade, em declividades acima de 15% conforme demonstram a tabela 13 e mapa 22 abaixo. É a partir de 1990 que também se consolida a ocupação em declividades críticas, acima de 30%.

Tabela 13 – Relação entre declividades e percentual ocupado pela área urbana – Cataguases. Distrito sede nos anos de 1940, 1970, 2010 e 2015.

ano/declividades	1940	1970	1990	2010	2015
0 – 15 %	84,7 %	77,1 %	51,9%	51,6 %	51,1 %
15,01 – 30 %	12,4 %	19,1 %	33,3%	33,2 %	33,7 %
30,01 – 50 %	2,9 %	3,8 %	14,2%	14,5 %	14,6 %
> 50,01%	0 %	0%	0,6%	0,6 %	0,6%

Fonte: Google Earth. Séries históricas, 2010, 2015; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de face de logradouros do Brasil, 2020; MINAS GERAIS, 1939. Mapa do Estado de Minas Gerais. Organizado pelo Serviço Geográfico de Minas Gerais; PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta topográfica da cidade de Cataguases. Trabalho Complementar do Plano Diretor Urbanístico, 1967. Esc. 1:5000; PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, Planta de Cataguases, 1991; NASA Earth Science Data Information System. ALOS PALSAR, 2011.
Elaborado por Paulo H. Alonso, mar. 2022

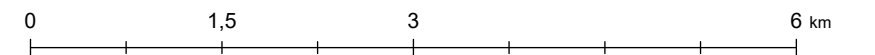


MAPA 21 - Cataguases. Evolução urbana. Hipsométrico 1940- 1970 -1990 - 2010 - 2015

- traçado urbano
- caminhos p/ outros núcleos urbanos
- cursos d'água

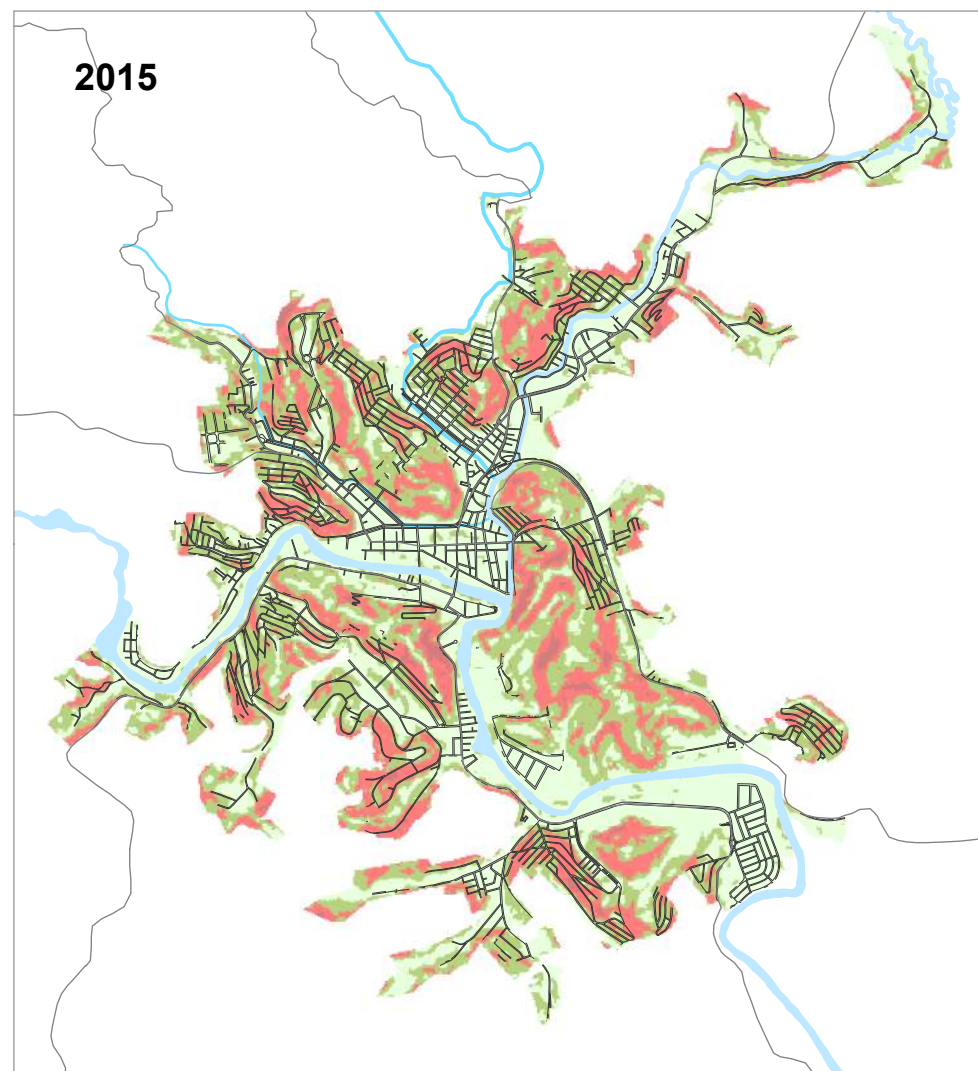
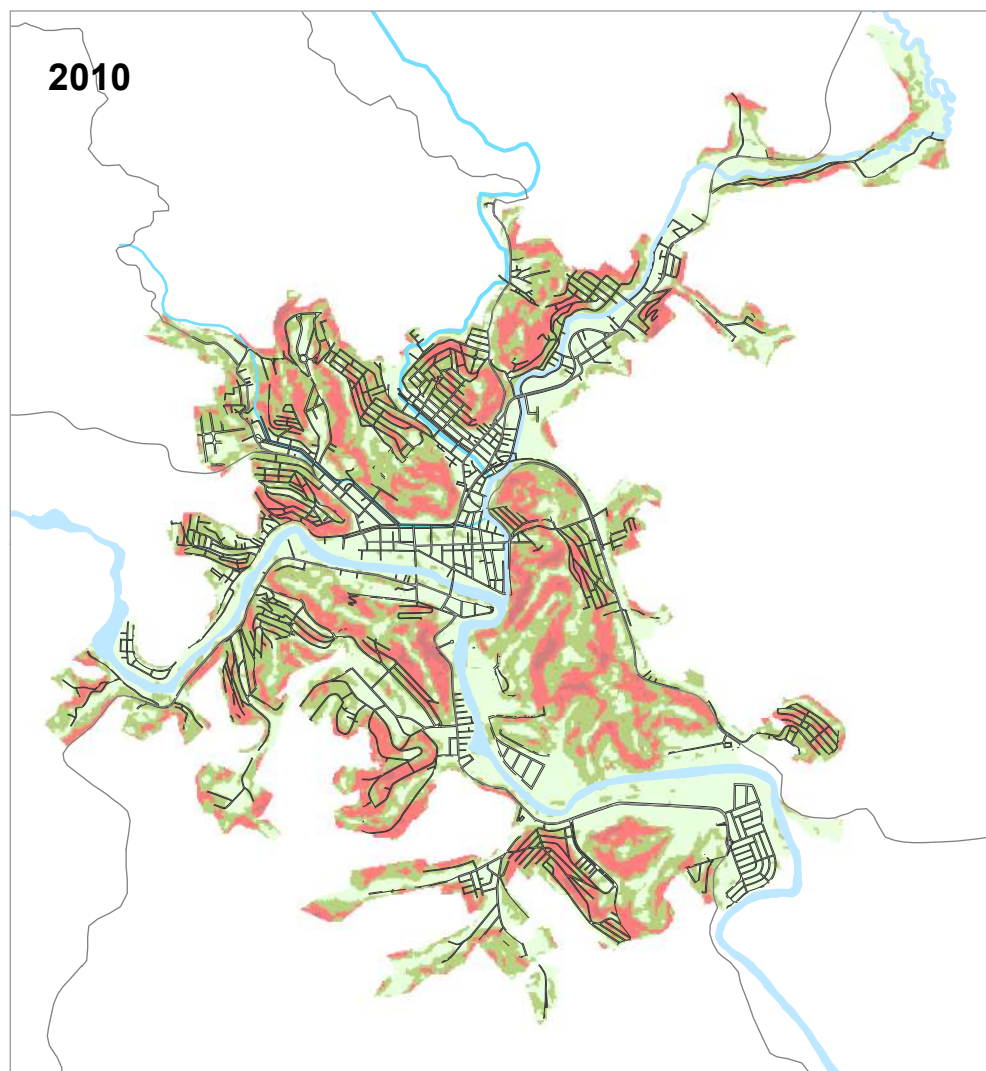
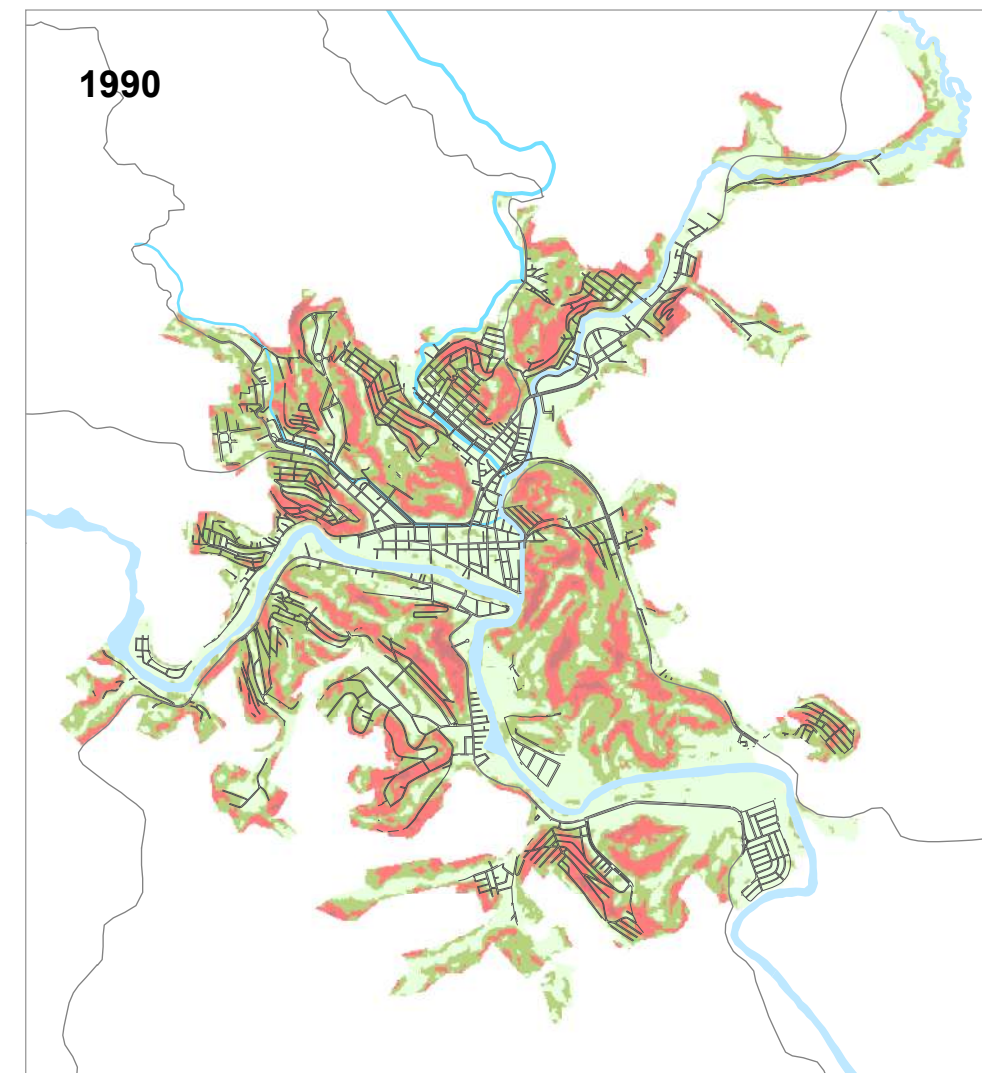
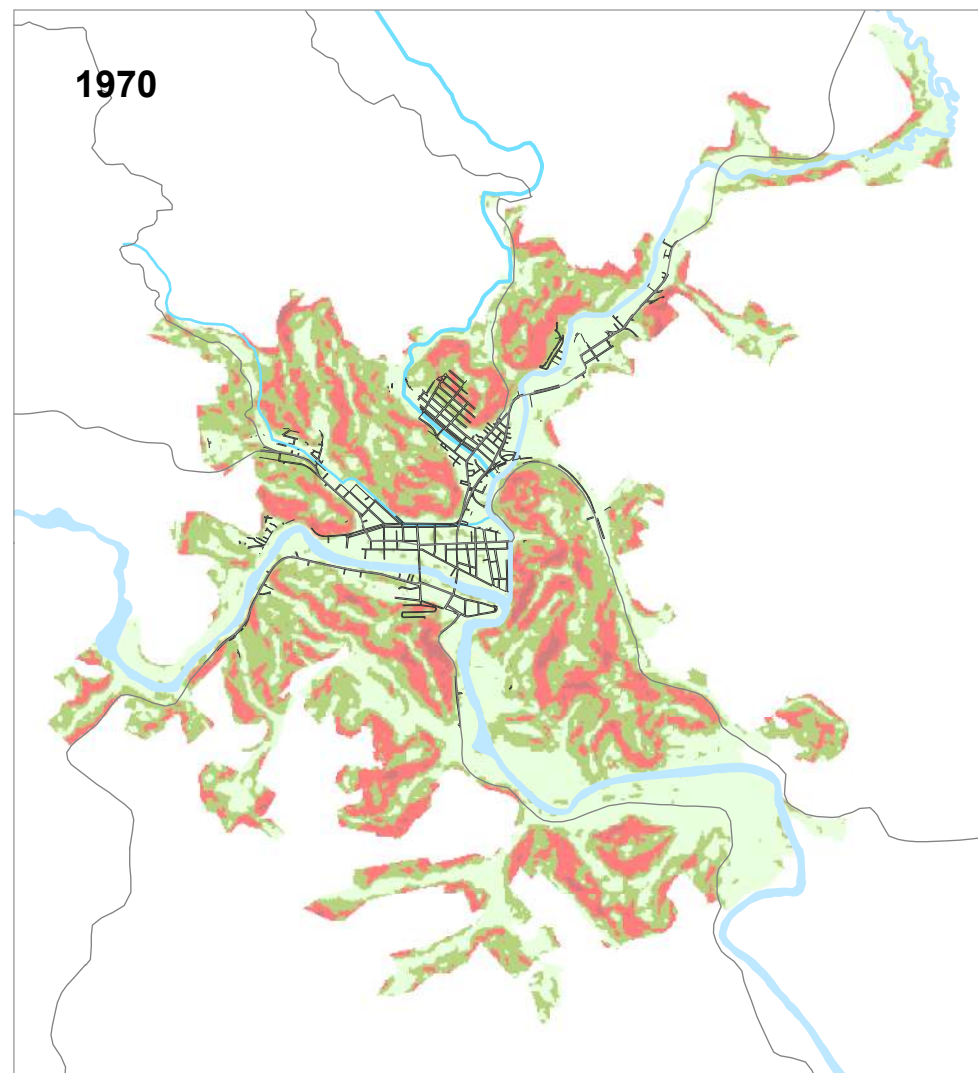
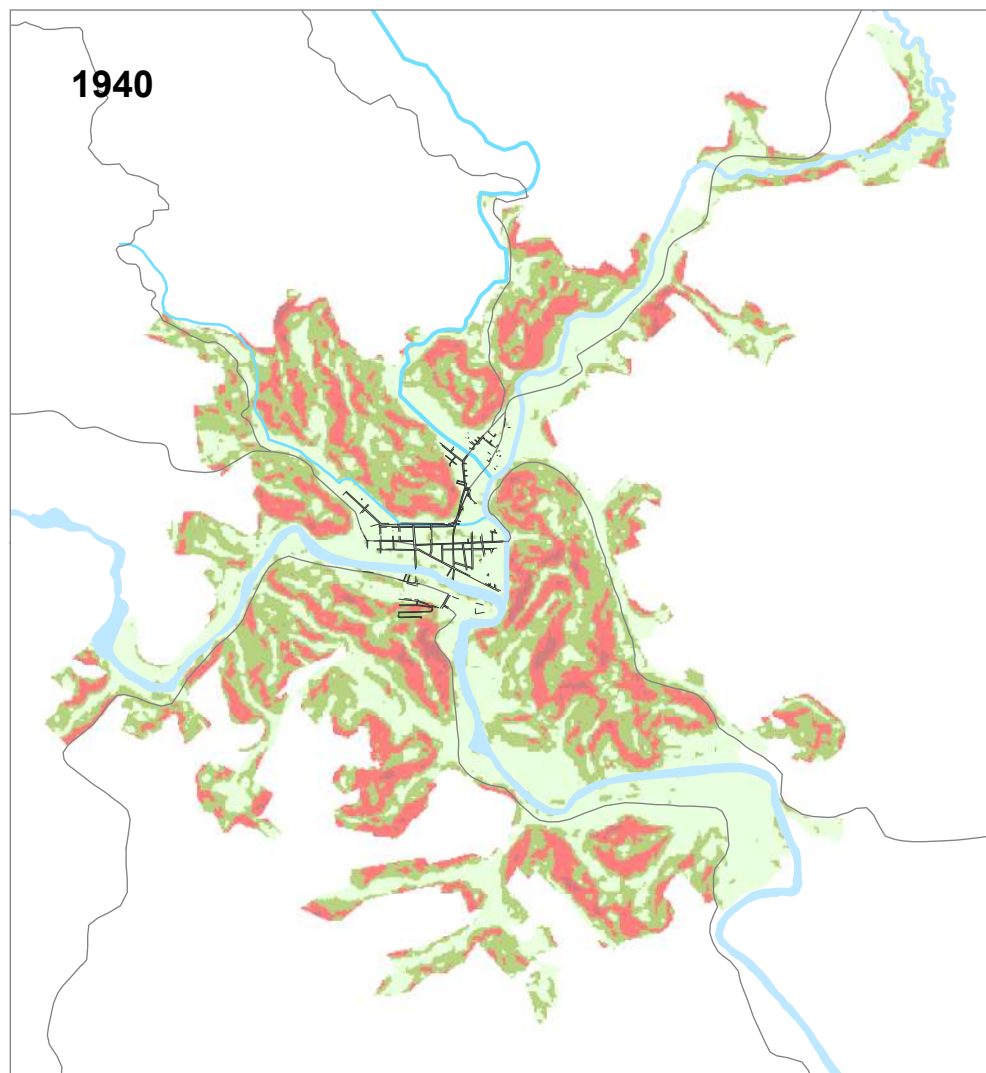
cotas/altimetria em metros

- 150 a 160 m
- > 160 a 180 m
- > 180 a 200 m
- > 200 a 250 m
- > 250 a 300 m
- > 300 a 426 m



Elaborado por Paulo H. Alonso
mar./2022

Fonte:
Google Earth. Séries Históricas. dez.2010; dez. 2015;
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Face de Logradouros, 2020;
MINAS GERAIS. Mapa do Estado de Minas Gerais organizado pelo Serviço Geográfico de Minas Gerais, 1939;
NASA Earth Science Data and Information System. ALOS PALSAR, 2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta topográfica da cidade de Cataguases. Trabalho Complementar do Plano Diretor Urbanístico, 1967. Esc. 1:5000;
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta Cadastral Imobiliária. Enefer consultoria em projetos S/A. Jan. 1991. Esc. 1.300

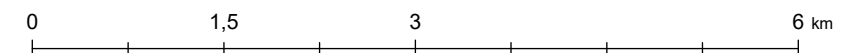


MAPA 22 - Cataguases. Evolução urbana. Declividades 1940- 1970 -1990 - 2010 - 2015

- traçado urbano
- caminhos p/ outros núcleos
- cursos d'água

declividade - inclinação do sítio em %

- 0 a 15 %
- > 15 a 30 %
- > 30 a 50 %
- > 50 %



Elaborado por Paulo H. Alonso
mar./2022

Fonte:
Google Earth. Séries Históricas. dez.2010; dez. 2015;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Face de Logradouros, 2020;

MINAS GERAIS. Mapa do Estado de Minas Gerais organizado pelo Serviço Geográfico de Minas Gerais, 1939;

NASA Earth Science Data and Information System. ALOS PALSAR, 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta topográfica da cidade de Cataguases. Trabalho Complementar do Plano Diretor Urbanístico, 1967. Esc. 1:5000;

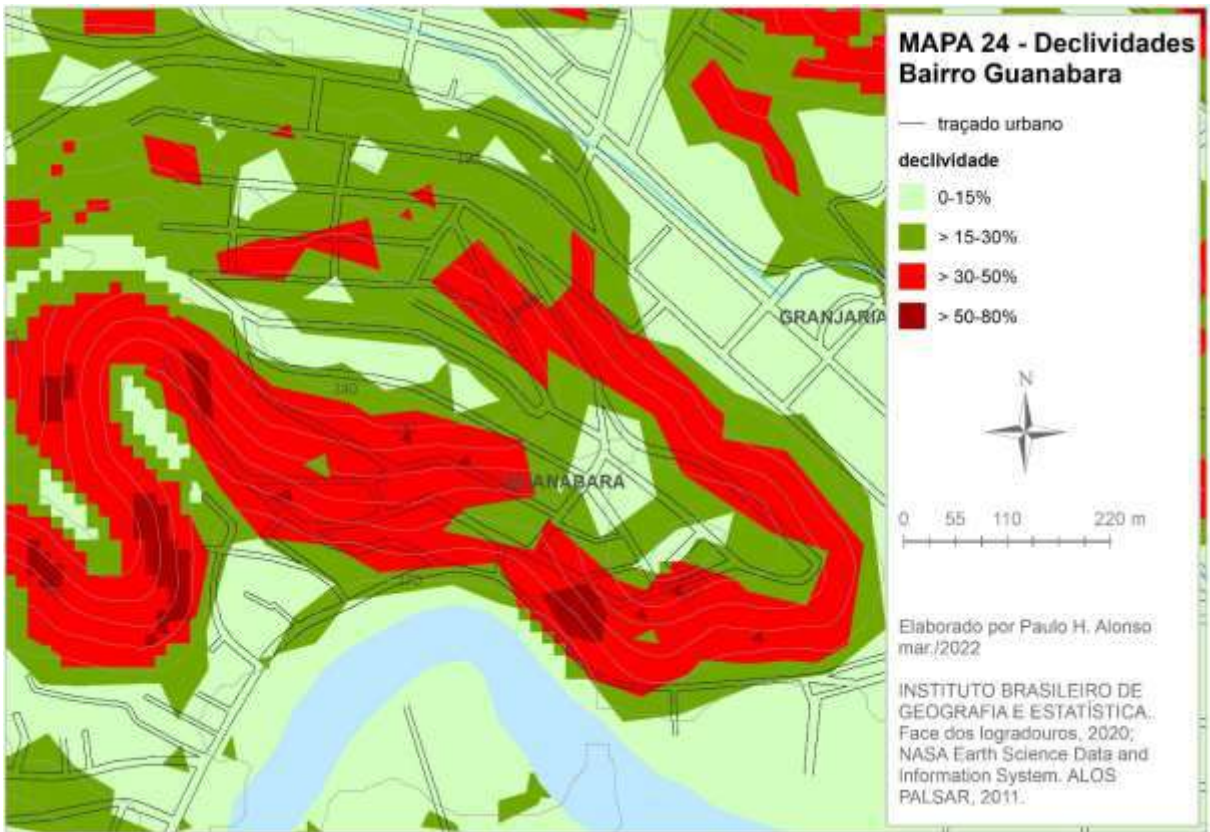
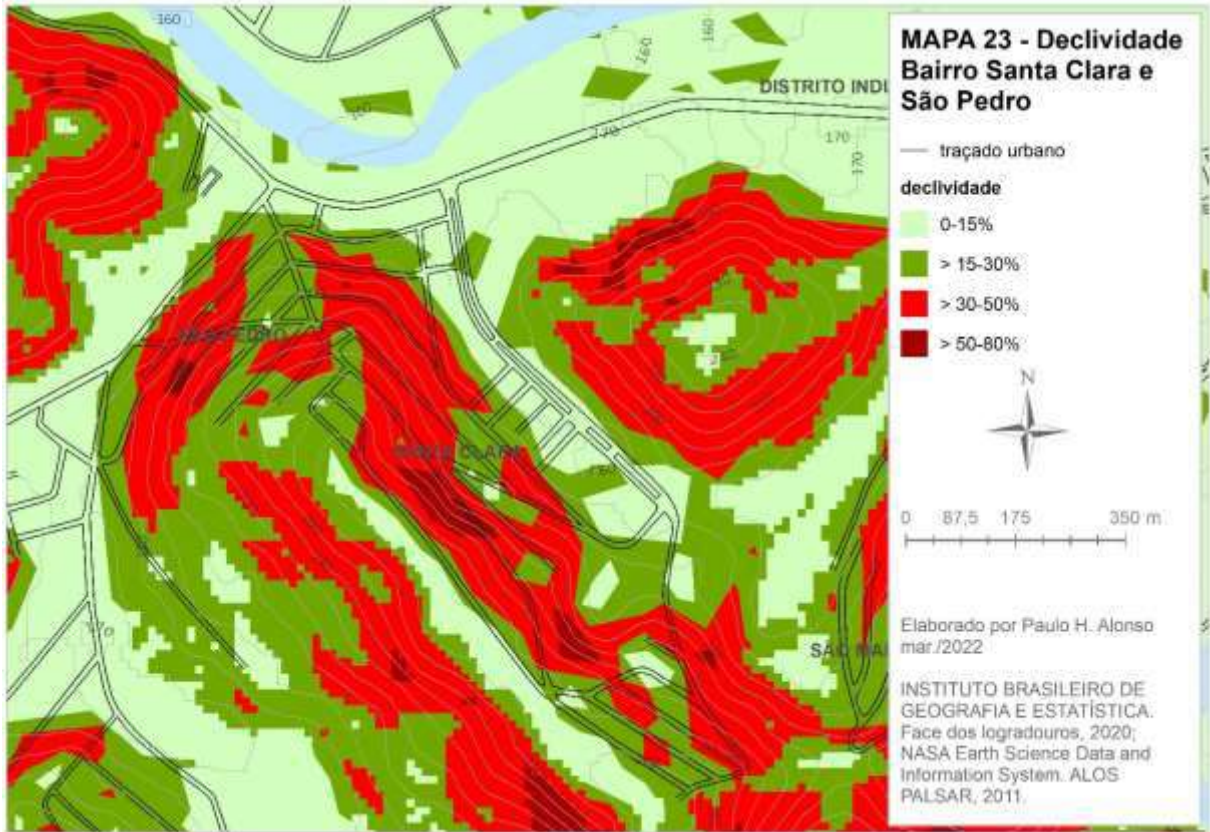
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Planta Cadastral Imobiliária. Enefer consultoria em projetos S/A. Jan. 1991. Esc. 1.300

As tabelas 12 e 13 e os mapas 21 e 22 acima mostram que as transformações mais significativas na mancha urbana no que diz respeito à ocupação de encostas e declividades mais acentuadas ocorrem entre os anos de 1970 e 1990. Depois desse período há uma estabilização.

Conforme já assinalado, antes de a cidade subir as encostas, a implantação de um traçado urbano, regular e ortogonal, seguia e levava em consideração determinadas condicionantes do sítio e, até mesmo pelo fato de ser em área mais plana, não oferecia grandes desafios no seu desenho no sentido de vencer declividades mais acentuadas. No entanto, a partir do momento em que a cidade começa a subir as encostas, percebe-se a prática de um traçado regular e ortogonal, porém sem seguir as condicionantes do sítio. Assim, muitos loteamentos vão ser traçados em declividades superiores a 30% não respeitando as condicionantes do sítio.

Portanto, como aconteceu com o bairro Haydée Fajardo Dutra, a solução para vencer grandes declividades será a construção de escadas ou de vias extremamente íngremes, que penaliza a acessibilidade de seus moradores. Além disso, essas declividades mais acentuadas exigem soluções mais elaboradas e custosas para o escoamento de águas pluviais, bem como, para cortes de terreno e contenção de encostas, tanto nas vias quanto no interior dos lotes, principalmente para moradias implantadas muito abaixo ou acima do nível das vias. Junte-se a isso a possibilidade de maiores riscos de deslizamentos do terreno. É preciso lembrar que tais loteamentos eram direcionados a uma população de menor renda da cidade, com poucos recursos para adotar soluções para se evitar tais problemas que envolviam soluções no interior do seu próprio lote.

Apresentamos a seguir uma série de recortes do traçado urbano e fotografias, específica de alguns loteamentos, que exemplifica a relação entre a declividade do sítio e o traçado urbano adotado, conforme problematizado acima. Chama a atenção para o protagonismo da Prefeitura na implantação de três desses exemplos aqui apresentados: os bairros Santa Clara e São Pedro em terreno de propriedade da própria prefeitura e o São Vicente e Bandeirantes cuja implantação foi feita por consórcio imobiliário. A prefeitura foi, portanto, uma agente direta da implantação de loteamentos em sítios com altas declividades e soluções que penalizavam a acessibilidade e a população moradora.



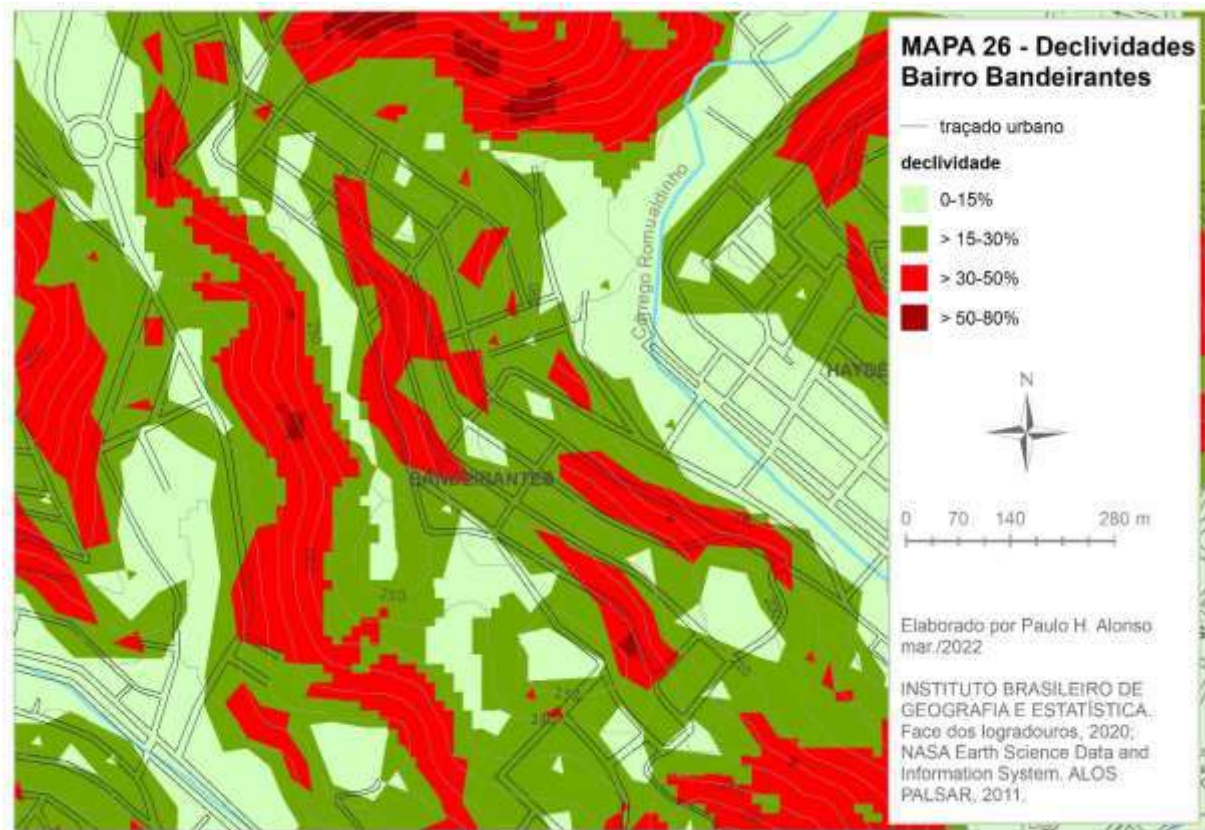
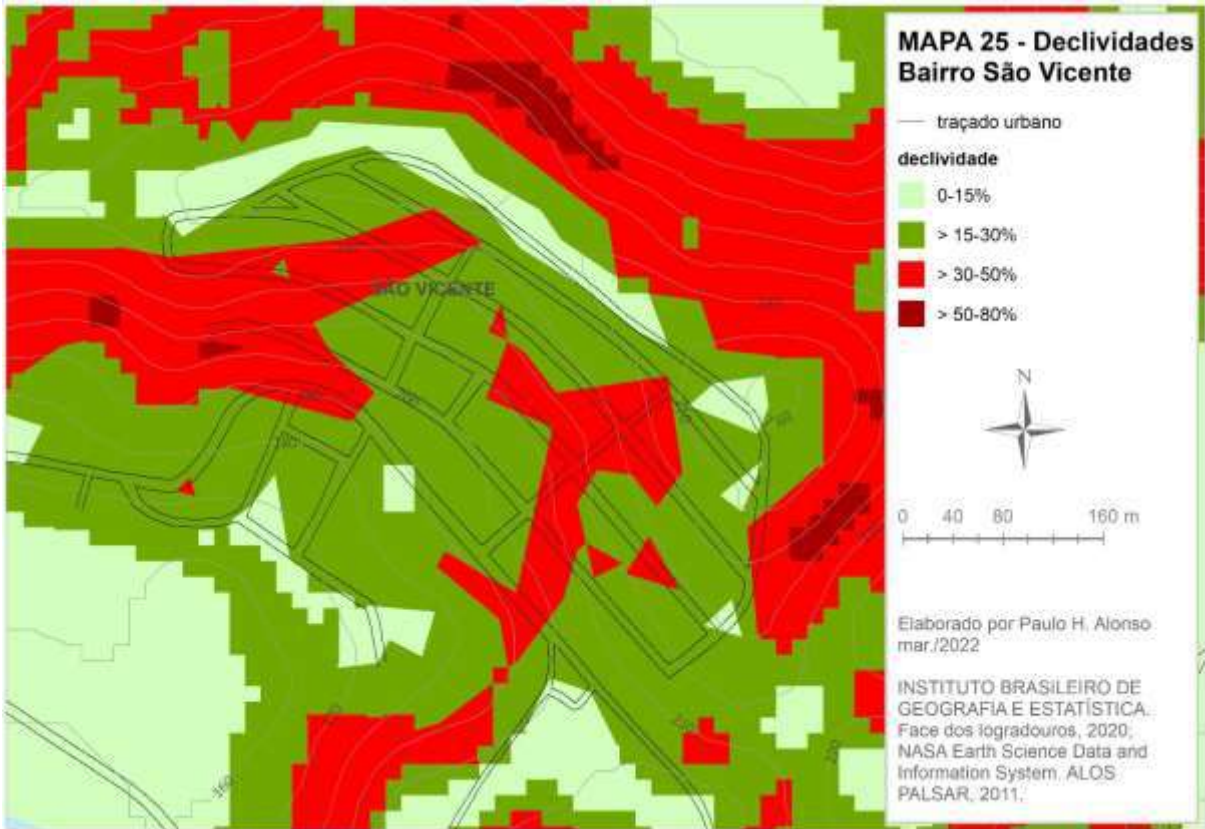


Figura 79 – Via íngreme de acesso aos bairros São Pedro e Santa Clara. Parte do passeio é preenchido com escada.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 80 - Via íngreme de acesso aos bairros São Pedro e Santa Clara.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 81 - Moradia no bairro São Pedro, abaixo do nível da rua que sofre com problemas de escoamento de águas pluviais.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 82 - Escadaria no bairro Guanabara



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 83 - Escadaria no bairro Guanabara



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 84 - Via íngreme no bairro Guanabara



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 85 – Escadaria no bairro Guanabara



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 86 - Moradia em terreno com potencial de escorregamento no Bairro Guanabara



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 87 – Moradia abaixo do nível da rua no bairro Guanabara com problemas de escoamento das águas pluviais



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 88 – Escadaria no bairro Thomé



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 89 – Via íngreme no bairro Thomé. Não é possível transitar continuamente pelos passeios.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 90 – Moradias na encosta e abaixo do nível da rua no bairro Thomé



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 91 - Escadaria e moradia na encosta no bairro Thomé.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2019

Figura 92 – Escadaria no bairro São Vicente



Fonte: jornal Cataguases, 3 ago. 2003

5.2.2.2 *Ausência de infraestrutura*

Anteriormente foi abordado o fato de que boa parte dos primeiros loteamentos da cidade se fez com pouca ou nenhuma infraestrutura. E, conforme começou-se a esboçar através de algumas citações, essa situação não muda nem mesmo com a criação da Empresa Municipal de Habitação nos anos 1980 ou nos loteamentos promovidos pela Prefeitura a partir daquela década.

Os loteamentos continuavam a ser ocupados sem a infraestrutura básica, mesmo já havendo a lei municipal nº 146, desde 1953, que os regulamentava e ainda pela atual e recém-promulgada à época, lei federal nº 6.766 de 1979¹¹³ que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

Os dispositivos legais que exigiam uma infraestrutura básica não foram cumpridos pelos loteadores e ficou a cargo da prefeitura municipal levar a infraestrutura posteriormente, quando boa parte dos moradores já estava instalada. E, mesmo aqueles loteamentos executados por iniciativa da Prefeitura como, por exemplo, o Santa Clara e aqueles por

¹¹³ A lei federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, em seu artigo 2º, § 5º, estabelece que “a infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação”.

consórcio imobiliário não atenderam a infraestrutura básica exigida pela lei nº 6.766 de 1979.

Dessa forma, os loteamentos foram ocupados sem infraestrutura básica que somente vai chegar posteriormente. Além disso, outra infraestrutura complementar como pavimentação, arborização, equipamentos comunitários de educação, cultura, saúde e lazer quando chega, vai ser mais tarde ainda.

Notícias publicadas no jornal Cataguases, informando sobre intervenções infraestruturais pela Prefeitura em diversos bairros, comprovam e ilustram que os loteamentos foram ocupados sem a infraestrutura básica.

Para exemplificar, são reproduzimos abaixo alguns trechos dessas notícias, entre os anos 1980 e 2015, relacionadas no Quadro 10 e ilustradas com imagens publicadas no jornal Cataguases à época das intervenções (figuras 93 a 97). Exemplifica-se ainda através do Quadro 11, como um tipo de infraestrutura complementar, a pavimentação, por exemplo, vai chegar bem depois da infraestrutura básica.

Esses dados demonstram que em sua maioria os loteamentos surgem nos anos 1980, as intervenções em infraestrutura básica vão chegar a partir de 1990, ou pelo menos vão se concentrar nesta década o seu provimento e, somente a partir dos anos 2000 que se intensificam as intervenções referentes a uma infraestrutura complementar como, por exemplo, a pavimentação.

Assim, ocorreu um processo em que primeiro a população ocupou os loteamentos e depois veio a infraestrutura básica exigida por lei. Uma estrutura complementar, como pavimentação, arborização, passeios, praças, espaços públicos de convivência e equipamentos comunitários ficaram num segundo plano e, se chegaram, foi depois da infraestrutura básica.

EMPHA e Copasa colocam água nos loteamentos

Outra meta a ser cumprida pelo governo municipal é a implantação de abastecimento de **água**, além de outros serviços de infraestrutura básica, no loteamento **Centenário** (Álvaro de Melo), **onde já existem dezenas de famílias residindo em condições subumanas, devido à ausência dessas instalações**. Esses serviços terão início tão logo a Câmara dos Vereadores aprove o projeto de Lei do convênio a ser firmado entre Prefeitura e o proprietário para a urbanização daquele loteamento. (jornal Cataguases, 27 ago. 1989, grifo nosso).

Urbanização: **água vai aos bairros** da EMHA

Com a movimentação de terra em mais de 2.000 metros cúbicos na abertura de valas para a implantação de rede mestre de fornecimento de água potável com 5.000m lineares de rede, a prefeitura está dando início aos serviços finais de urbanização de 808 lotes localizados nos bairros **Bom Pastor, Jardim Bandeirantes I, Jardim Bandeirantes II e Centenário**, na sequência do plano geral de obras em loteamentos aforados à população carente.

[...]

Previsto para encerrar-se até o final de maio, o serviço de implantação das novas redes de água potável vai permitir o assentamento em construções próprias de **cerca de 1.200 famílias carentes, muitas delas com casas prontas no local, em situação precária face a inexistência do abastecimento do líquido.** (jornal Cataguases, 19 dez. 1989, grifo nosso).

Bairros: obras continuam

Bom Pastor: foram iniciadas as obras de implantação de 1.600 m² de calçamento em pedra fincada que serão acompanhadas de 512 metros lineares de **meio-fio** a construção de 17 bueiros (bocas de lobo) interligando todo o sistema **de coleta de águas pluviais em boa parte daquele populoso bairro.** As obras vão evitar no Bom Pastor um dos mais graves problemas enfrentados pela comunidade com a erosão em época de chuva.

No bairro **Santa Clara**, um dos mais recentes aglomerados urbanos para pessoas de baixa renda, foi iniciada a **construção da rede mestre de captação de esgoto residencial**, evitando que continuem **a existir as valas de escoamento de esgoto a céu aberto.** A implantação do esgoto no bairro Santa Clara antecede o plano de levar toda a infraestrutura básica de captação e águas pluviais, sarjeta e meio-fio e calçamento às ruas já com moradias construídas.

No Ibrahim Mendonça, Guanabara, Vila Reis estão sendo construídos **meio fios** e calçamento (jornal Cataguases, 8 jul. 1990, grifo nosso).

Quadro 10 - Loteamentos cuja infraestrutura básica exigida por lei, foi levada pelo poder público posteriormente à ocupação dos lotes, conforme publicado no jornal Cataguases – 1980-2015

Loteamento	Tipo de infraestrutura	Data de intervenção/publicação no jornal	
Thomé	iluminação pública	27 out. 1974/12 abr. 1981	Década de 1980
São Diniz, Marote, São Sebastião, Pouso Alegre, Thomé, Menezes, Horto Florestal, Cristina Mauad, Primavera, Paraíso, Ibrahim, Iracema, Justino	abastecimento de água potável	17 jan. 1982	
Rua Cecília Resende, Beira Rio	meio-fios, calçamento, rede pluvial e esgotamento sanitário	11 ago. 1985	
Paraíso	Esgotamento sanitário	12 jun. 1988	
São Vicente	abastecimento de água potável	11 dez. 1988	
Sol Nascente	Iluminação pública e abastecimento de água potável	2 abr. 1989	
Centenário	abastecimento de água potável	27 ago. 1989	
Bom Pastor, Jardim Bandeirantes, Centenário	abastecimento de água potável	19 dez 1989	
Marote	iluminação pública	4 fev. 1990	
Partes do Bairro Haydêe, Bom Retiro, Pouso Alegre, Sol Nascente	posteamto	2 set. 1990	
Sol Nascente, Pouso Alegre	iluminação pública	24 jun. 1990	Década de 1990
Bom Pastor, Sol Nascente, Horto Florestal, Bom Retiro	iluminação pública	8 jul. 1990	
Paraíso	redes de água pluviais e esgoto	16 set. 1990	
Santa Clara	iluminação pública	15 mar. 1992	
Bom Pastor	escoamento de águas pluviais	9 ago. 1992	
Santa Clara	esgotamento sanitário	9 ago. 1992	
Miguel	abastecimento de água potável	26 set. 1993	
Jardim Bandeirantes	esgotamento sanitário	15. jan. 1995	
Bom Retiro	escoamento de águas pluviais	12 fev. 1995	
Jardim Bandeirantes I e II	escoamento de águas pluviais	28 maio 1995	
Jardim Bandeirantes II	escoamento de águas pluviais	9 jul. 1995	
Vila Reis, rua João Neto	escoamento de águas pluviais	14 jun. 1996	
Avenida Centenário	escoamento de águas pluviais e esgotamento sanitário	18 ago. 1996	
Santa Clara, Bandeirantes	escoamento de águas pluviais	26 jan. 1997	
Santa Clara	escoamento de águas pluviais e esgotamento sanitário	8 jun. 1996	
Dico Leite	escoamento de águas pluviais e esgotamento sanitário	17 ago. 1997	
Sol Nascente, rua João de Moura	iluminação pública e energia elétrica domiciliar	14 set. 1997	
Santa Clara, Sol Nascente, Bandeirantes	abastecimento de água potável	8 nov. 1998	
Jardim Bandeirantes	escoamento de águas pluviais e esgotamento sanitário	20 jun. 1999	
São Vicente	escoamento de águas pluviais	20 ago. 2000	
Leonardo	escoamento de águas pluviais e esgotamento sanitário	22 out. 2000	
Vila Reis	esgotamento sanitário	15 set. 2002	
São Vicente	escoamento águas pluviais	27 out. 2002	
Vila Reis, Primavera	escoamento de águas pluviais	1 dez 2002	
Dico Leite	rede esgotamento sanitário	1 dez. 2002	
Leonardo	rede de águas pluviais e esgotamento sanitário	10 ago. 2006	
São Cristóvão, Colinas, São Diniz e Santa Clara	rede de águas pluviais	7 jan. 2007	

Fonte: jornal Cataguases, 1980-2015. Nota: algumas intervenções referem-se apenas a partes dos loteamentos

Quadro 11 – Pavimentação levada aos bairros conforme noticiado no jornal Cataguases – 1980-2015

Local/bairro/loteamento	Data de intervenção/publicação no jornal	
Vila Domingos Lopes Rua Manoel Ramos (em frente ao Pronto Córdis)	23 nov. 1980	
Beira Rio; Avenida Manoel Inácio Peixoto (reta da saudade); trecho de acesso à Taquara Preta; Imê Farage; Miguel e Tavares (vias de maior tráfego); beco do Fruta Pão; Av. Maria Fernandes (Vila Reis); Vila Minalda; trecho que liga Granjaria ao Horto Florestal	15 maio 1985	Década de 1980
Beira Rio	11 ago. 1985	
Algumas ruas em: Menezes, Pampulha, Leonardo, São Diniz, Primavera, Dico Leite, Guanabara, Fátima, Bom Pastor, São Sebastião, Centro, Distrito Industrial, Pouso Alegre, Avenida Meia Pataca(Centro), Popular,	22 out. 1989	
Thomé, Leonardo	17 jun. 1990	
Paraíso, Primavera, Taquara Preta	16 set. 1990	Década de 1990
Taquara Preta, Vila Reis, Antônio Justino	25 nov. 1990	
Entorno da Estação Ferroviária	24 abr. 1994	
Bandeirantes e Avenida Centenário	18 ago. 1996	
São Pedro, Santa Clara	18 maio 1999	
Bandeirantes	23 jan. 2000	
São Diniz	29 jul. 2006	Década de 2000
São Diniz; São Cristóvão	22 abr. 2007	
Avenida das Indústrias, Santa Clara	3 jun. 2007	
Bandeirantes; Bom Pastor	17 ago. 2008	
Carijós	14 set. 2008	
Ibraim; Carijós	17 jul. 2009	
Rua Tiradentes, bairro Miguel	28 maio 2010	
Miguel, São Sebastião	30 jul. 2010	
São Pedro, Menezes, Bonsucesso, Colinas, São Vicente, Leonardo, Primavera, Ibraim, Marote, São João, Sebastião Adolfo, Sol Nascente	3 set. 2010	Década 2010
Miguel	17 set. 2010	
Bom Sucesso, Leonardo	24 set. 2010	
Primavera	19 nov. 2010	
São Sebastião	25 fev. 2011	
Sol Nascente	20 maio 2011	
Beco do Hipólito, Granjaria	17 jun. 2011	
São Pedro, Menezes, Bom Sucesso, Colinas, Granjaria, Leonardo, Primavera, Ibraim, Marote, Sebastião Adolfo, Sol Nascente,	26 abr. 2011	
São Vicente	8 jul. 2011	
Colinas; Granjaria	15 jul. 2001	
Distrito Industrial	5 ago. 2011	
São Vicente	30 set. 2011	
Primavera, Granjaria, Santa Clara, Bom Sucesso, São Pedro, Vila Minalda, Sol Nascente, Pampulha, Vila Domingos Lopes, Meigre, Ibraim, Centenário	8 abr. 2012	
Primavera, Recanto das Palmeiras	10 ago. 2012	

Fonte: jornal Cataguases, 1980-2015. Nota: em alguns casos a pavimentação foi levada apenas a partes dos bairros.

Figura 93 – Bairro Santa Clara em 1994, loteamento criado em 1988 com 600 lotes, implantados em encosta, direcionado à população de baixa renda.



Fonte: jornal Cataguases, 26 jul. 1994

Figura 94 – Vista parcial do bairro Santa Clara em 1998. Lotes em encosta



Fonte: jornal Cataguases, 8 nov. 1998.

Figura 95 – Vista parcial do bairro Bandeirantes, em 1996, ainda sem pavimentação.



Fonte: jornal Cataguases, 15 jul. 1996.

Figura 96 – Vista parcial do bairro Bandeirantes, em 1996, ainda sem pavimentação.



Fonte: jornal Cataguases, 18 ago. 1996.

Figura 97 – Bairro São Vicente em Figura de 1993. O bairro foi implantado em encosta distante da mancha urbana e as moradias populares promovidas pela Prefeitura foram construídas na parte mais alta do bairro.



Fonte: jornal Cataguases, 28 nov. 1993

Além disso, chama a atenção nesses espaços a pouca ou nenhuma importância dada ao espaço público, principalmente os de convivência. Os passeios, não oferecem, por exemplo, condições de trânsito contínuo, ora devido a sua ausência, ora devido à presença de obstáculos, agravada ainda mais pelas declividades do sítio (figuras 98 a 101).

Figura 98 – Passeios no bairro Guanabara



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 99 – Passeios no bairro Guanabara



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 100 – Passeios no bairro Santa Clara



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 101 – O único espaço público de convivência no Bairro Thomé: uma rótula que organiza o trânsito.



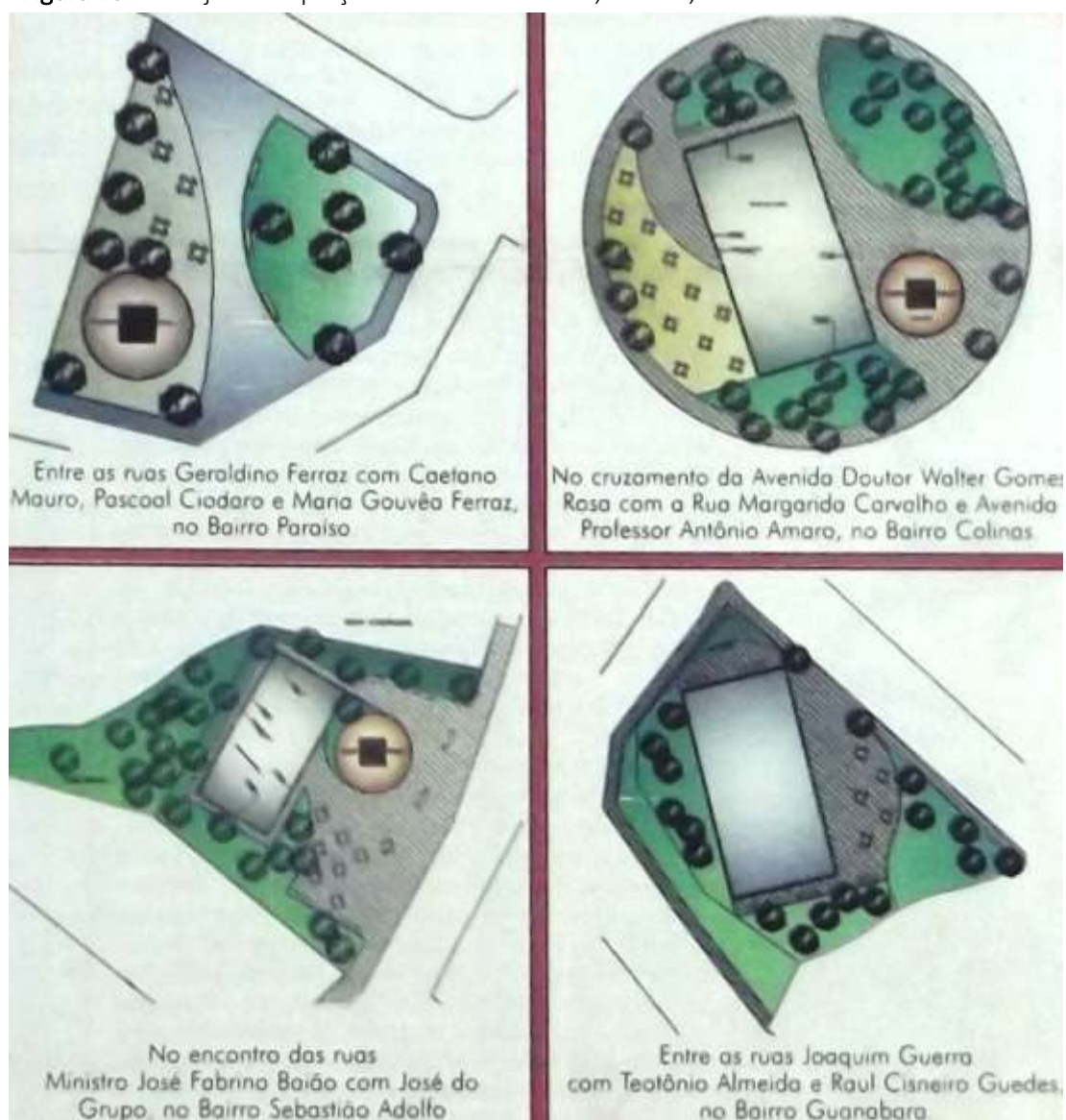
Fonte: Paulo H Alonso, 2019

As praças, quando existentes, ficaram em segundo plano. No desenho dos loteamentos prevaleceu o aproveitamento máximo do sítio para maior número de lotes. E naqueles produzidos a partir da década de 1980, em parceria com a prefeitura, que possuem grande quantidade de lotes em relação aos outros loteamentos, não foram sequer executadas as praças propostas nos projetos, tais como nos bairros Centenário, Bom Pastor, Bandeirantes, Santa Clara e São Cristóvão.

Somente, bem mais tarde, em 2008 é que houve algumas iniciativas para equipar alguns desses bairros com pequenas praças em espaços residuais dos loteamentos, mesmo assim, com raras exceções (figuras 102 a 104).

Cabe destacar que nesses loteamentos as praças não são elementos referenciais e articuladores do desenho urbano, pelo contrário elas são adendos, anexos, elementos incorporados posteriormente.

Figura 102 – Projetos de praças nos bairros Paraíso, Colinas, Sebastião Adolfo e Guanabara.



Fonte: jornal Cataguases, 18 maio 2008.

Figura 103 – Praça no bairro Paraíso, construída em 2008



Fonte: Paulo H Alonso, 2016

Figura 104 – Praça no bairro Guanabara, construída em 2008



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Assim, além da ausência de infraestrutura básica e de equipamentos urbanos e comunitários, o espaço público, o lugar propício ao encontro, as trocas e o lazer, não teve protagonismo no desenho urbano. A ausência desse protagonismo encontra-se tanto no espaço que deveria ser reservado à circulação de pedestres e moradores como, por exemplo, nos passeios com excesso de obstáculos; na profusão de escadas e vias muito íngremes, que dificultam a acessibilidade; na pavimentação que chega bem depois; assim como no tratamento dado no projeto e execução dos loteamentos no que diz respeito aos espaços públicos de permanência, como as praças.

Neste sentido, cabe recuperar alguns princípios de fundação da cidade cujo traçado urbano é articulado por um largo – a Praça Santa Rita – e o templo religioso. E logo nos anos subsequentes, na expansão da mancha urbana, quando não haverá economia na implantação de demais espaços públicos de permanência como o largo do Comércio, atual Praça Rui Barbosa; largo do Rosário, atual Praça Sandoval de Azevedo e largo da Estação. Outras praças também aparecem nos projetos subsequentes de expansão da Granjaria e atrás da Igreja Santa Rita (mapa 11). Todos bem próximos entre si.

Assim, se havia naqueles primeiros anos de construção da cidade um princípio onde o espaço público – o largo e a praça - era um elemento articulador importante do tecido urbano, ele se perde quando ocorre o intenso processo de expansão urbana pós 1970.

5.2.3 Moradia como propriedade. Conjuntos habitacionais

Além da modalidade de aforamento de lotes, outro tipo de provisão habitacional ocorreu através do financiamento de moradias por programas habitacionais nacionais, estaduais ou municipais, direcionados principalmente à população de menor renda.

O quadro 12 a seguir mostra esta modalidade desde que ela começa a ser implantada, em 1905. Lembramos que até aos anos 1936 a provisão habitacional se dava por aluguel e, a partir de 1940, por moradia como propriedade através de financiamentos a longo prazo.

Quadro 12 - Provisão habitacional

Ano de inauguração	Nome ou localização	Quantidade de unidades	Propriedade/Instituição/Órgão financiador ou promotor
1905	Vila operária Manoel Peixoto Ramos	40	Fábrica de Fiação e Tecelagem
	Vila Domingos Lopes	-	-
	Vila do Largo do Rosário	-	Indústria Irmãos Peixoto
Até década de 1930	Vila Minalda	-	-
	Vila Fernando Peixoto Ramos	-	-
	Vila Tereza	-	Domingos Tostes
	Vila da Estação Ferroviária	-	-
1936	Vila operária Bairro Jardim	100	Cia Industrial Cataguases
1950	Bairro Popular	50	Fundação Casa Popular
1969	Bairro Haidée Fajardo	10	Caixa Econômica Federal
1972	Bairro Bela Vista	-	BNH/Cooperativa Intersindical de Cataguases
1980	Bairro Ana Carrara	50	Prefeitura Municipal e Governo do Estado
1982	Bairro Taquara Preta	400	BNH
1983	Conjunto João Paulo II (1)	300	BNH
1986-8	Bairros São Vicente, São José e Guanabara	70	Empresa Municipal de Habitação (EMHA)
2000	São Pedro	81	Pró-moradia/Habitar Brasil/Caixa
2000	São Cristóvão	29	Pró-moradia/Habitar Brasil/Caixa
2005	São Cristóvão	69	COHAB-MG
2014	São Marcos (1)	464	Minha Casa Minha Vida (MCMV)

Fonte: jornal Cataguases (1906-2016); Instituto Francisca de Souza Peixoto

Nota: Provavelmente houve outras vilas operárias e de aluguel além das listadas nesta tabela, das quais não conseguimos apurar através das fontes disponíveis, da mesma forma que a quantidade de unidades e propriedade de algumas delas não foram localizadas.

(1) Modalidade Multifamiliar

Da lista apresentada no quadro 12, com exceção do Conjunto João Paulo II, os empreendimentos foram todos direcionados à população de menor renda.

Conforme já abordado, a iniciativa de se produzirem moradias como propriedade começa na década de 1940 com a produção de 50 unidades através da Fundação da Casa Popular e outras 10 unidades de iniciativa da Caixa Econômica Federal, produzidas na década de 1960.

No entanto, vai ser a partir da década de 1980 que essa modalidade vai se intensificar, principalmente promovida, em maior quantidade de unidades habitacionais por iniciativas, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e, em menores quantidades, pela Empresa Municipal de Habitação e programas do Estado.

Cabe destacar que, até a década de 1940, as moradias para a população de menor renda, as vilas de aluguel e operárias, tinham localização na mancha urbana que, de certa forma, propiciavam a seus moradores acesso e participação na vida cotidiana com mais facilidade,

até mesmo por conta de um núcleo urbano mais compacto e não espreado, apesar de a maior parte delas se localizarem nas bordas do núcleo consolidado¹¹⁴.

Entretanto, partir da década de 1940 os conjuntos habitacionais vão se localizar, em sua maior parte, distante da mancha urbana consolidada e da principal centralidade da cidade. Exemplos são o primeiro núcleo de moradias como propriedade, financiado pela Fundação Casa Popular e as moradias construídas por programas habitacionais nos bairros Ana Carrara, Taquara Preta, São Vicente, São Pedro, São Cristóvão e São Marcos localizadas, na época em que foram implantadas, nos limites extremos da mancha urbana (mapa 20).

Essa localização se mostrava ainda mais distante e excludente e, portanto, mais acentuada, na época de implantação das moradias, haja vista a criação de vazios urbanos entre o núcleo consolidado e os conjuntos habitacionais e a ausência inicial de infraestrutura no percurso. O preenchimento dos vazios urbanos e infraestruturas nesse percurso ou até mesmo nos núcleos de moradia vai chegar aos poucos e posteriormente, com a dinâmica de crescimento da cidade, assim como ocorreu na implantação dos loteamentos.

Cabe lembrar que o expediente de se colocar os conjuntos habitacionais distantes é também uma fórmula implícita de valorização imobiliária dos vazios urbanos criados, cujo bônus fica com o proprietário da área vazia que a loteará posteriormente e o ônus, repartido com toda a sociedade.

Assim, a moradia como propriedade vai inaugurar também um tipo de distanciamento da mancha urbana que diferentemente das vilas operárias e de aluguel dificultam ou excluem o acesso à cidade como um todo ou à participação na sua vida cotidiana.

Alguns dos conjuntos vão se localizar nas encostas com acentuadas declividades, cujo traçado urbano não segue as condicionantes do sítio, adotando-se soluções de vias muito íngremes ou por escadarias, da mesma forma que ocorreu nos loteamentos. Haverá também problemas de acessibilidade, escoamento das águas pluviais e riscos de deslizamentos ou escorregamentos. Exemplos encontram-se nas moradias implantadas nos bairros Bela Vista, Guanabara e São Pedro (figuras 110, 112, 118 abaixo).

¹¹⁴ Reconhecemos que as vilas operárias exerciam também um papel de controle social. Não abordaremos essa questão aqui por não fazer parte do escopo desta pesquisa.

As exceções de implantação na encosta são o conjunto de 50 moradias no bairro Ana Carrara, as 400 unidades habitacionais do Taquara Preta e algumas poucas moradias da Vila São José, dispostas em áreas planas, mas, quando implantadas, vão se localizar isoladas da mancha urbana consolidada (figuras, 105, 109, 114 abaixo).

De todos esses conjuntos habitacionais direcionados à baixa renda, o único multifamiliar é o São Marcos com 29 edifícios de apartamentos. Nos demais as moradias foram implantadas em lotes individualizados.

Conforme será relatado mais à frente, quando se aborda o bairro São Marcos, a edificação multifamiliar direcionada a esse seguimento populacional traz restrições de ordem cultural e infraestrutural, mas também e, principalmente, por restringir acréscimos ou modificações na moradia de acordo com as necessidades e desejos de seus moradores. Há de se levar em conta que normalmente as áreas das moradias para esse segmento populacional são exíguas e as moradias todas iguais, portanto, é natural que os moradores façam acréscimos e personalizem-nas do decorrer do tempo conforme suas necessidades. Neste sentido, as edificações unifamiliares são menos restritivas que as multifamiliares. É o que se pode verificar no Conjunto Habitacional Taquara Preta em que ocorrem algumas dessas modificações (figuras 106 e 107 abaixo).

As imagens a seguir (figuras 105 a 119) ilustram os conjuntos habitacionais citados acima, onde se destacam o isolamento da mancha urbana inicial, a implantação em declividades acentuadas e as modificações efetuadas pelos moradores.

Figura 105 – Conjunto Habitacional Taquara Preta, composto de 400 moradias na época de sua implantação. Percebe-se o isolamento do bairro em relação à manha urbana consolidada.



Fonte: acervo de Clayton Moraes, autor desconhecido, c.a. 1982, disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=claytongodinhobatista&set=a.585193108166016>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Figura 106 – Moradias originais do conjunto Taquara Preta em registro de 2018. Veem-se poucas adaptações no projeto original.

a



Fonte: Paulo H Alonso, 2018

b



Fonte: Paulo H Alonso, 2018

Figura 107 – Moradia do Conjunto Taquara Preta passando por intervenções de acordo com as necessidades dos moradores



Fonte: Paulo H Alonso, 2018

Figura 109 – Conjunto Ana Carrara: inaugurado em 1980, com 50 unidades habitacionais, construído pela Prefeitura e Estado, em sítio com pouca declividade, mas distante da mancha urbana.



Fonte: jornal Cataguases, 15 jun. 1980.

Figura 108 – Vista de uma rua do Conjunto Taquara Preta onde se mesclam moradias ainda originais com outras, ao fim da via, modificadas em dois pavimentos.



Fonte: Paulo H Alonso, 2018

Figura 110 – Conjunto habitacional do bairro Bela Vista: primeiro conjunto habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH) na cidade, construído aproximadamente em 1970, por iniciativa da Cooperativa Intersindical de Cataguases, em encosta. Observa-se a via de acesso íngreme.



Fonte: Centro de Documentação Histórica do Instituto Francisca de Souza Peixoto. Acervo Cível – CAT-1-CV_7761-Folha 22-Caixa 328), 1974

Figura 111 – Conjunto João Paulo II: inaugurado em 1983, com 300 unidades habitacionais, distribuídas em 10 blocos, construído pelo Banco Nacional de Habitação, em sítio com pouca declividade, mas distante da mancha urbana, direcionado a uma classe média.



Fonte: jornal Cataguases, 10 abr. 1983

Figura 113 – Moradias do bairro São Vicente construídas em 1987, pela Prefeitura na parte mais alta do bairro, distante da mancha urbana.



Fonte: jornal Cataguases, 25 out. 1987

Figura 112 – Conjunto do Bairro Guanabara: 30 unidades habitacionais, inaugurado em 1987, construído em encosta, pela Empresa Municipal de Habitação para retirada de famílias de áreas de risco.



Fonte: jornal Cataguases, 10 out. 1987.

Figura 114 – Vila São José: inaugurada em 1987, construída pela Empresa Municipal de Habitação para abrigar famílias removidas da antiga Vila Resende, que estava no centro da cidade.



Fonte: jornal Cataguases, 25 out. 1987

Figura 115 – Conjunto do Bairro São Cristóvão: 20 unidades habitacionais, inauguradas em 2000, construídas pelo programa Pró-moradia-habitar/CAIXA



Fonte: jornal Cataguases, 25 jan. 2000

Figura 116 – Conjunto do Bairro São Pedro: 81 unidades habitacionais, inauguradas em 2000, construídas pelo programa Pró-moradia/Habitar Brasil/CAIXA



Fonte: jornal Cataguases, 30 jan. 2000

Figura 117 – Conjunto do Bairro São Pedro.



Fonte: jornal Cataguases, 8 abr. 2000

Figura 118 – Bairro São Pedro: implantação na encosta criou vias que cortam perpendicularmente as curvas de nível criando acessos íngremes



Fonte: jornal Cataguases, 6 ago. 2000

Figura 119 – Bairro São Cristóvão: 69 unidades habitacionais, inauguradas em 2006, construídas pela COHAB -MG



Fonte: jornal Cataguases, 29 jun. 2006

5.2.3.1 *O bairro São Marcos*

O bairro São Marcos, composto unicamente por um conjunto habitacional, é um exemplo marcante, dentre outras questões, de segregação e desigualdade socioespaciais. A segregação fica mais explícita pelo fato de ainda não ter ocorrido o preenchimento do vazio urbano gerado por sua implantação. Isso demonstra e realça a ausência de avanços nas práticas de provisão habitacional para a população de menor renda num período, curiosamente, de fortalecimento das conquistas institucionais e jurídicas por quais passou o país pós Constituição Federal de 1988.

Esse conjunto, direcionado a prover habitação para população de menor renda através de financiamento em longo prazo, é multifamiliar, promovido pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), composto de 464 unidades habitacionais de 35,65 m² cada, distribuídas em 29 edifícios de quatro pavimentos, em um terreno de aproximadamente 4,12 hectares. Considerando-se uma ocupação média de quatro pessoas por moradia, o conjunto foi destinado a uma população aproximada de 1.800 pessoas. Sua construção iniciou-se em agosto de 2010 e a entrega dos apartamentos ocorreu em maio de 2014. Ele encontra-se no limite da zona urbana entre os bairros Santa Clara e São Cristóvão e do distrito industrial, com vazios urbanos por todos os lados¹¹⁵(Figuras 120 a 124).

A implantação do conjunto ocorreu em desacordo com o Plano Diretor do município, elaborado em 2006. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS e PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 2006). No Plano Diretor foi priorizada a implantação de áreas para prover a habitação para população de baixa renda – Zonas Especiais de Interesse Social – próxima à centralidade, onde acabou se implantando o bairro Imigrantes em 2015, não direcionado à população de baixa renda.

¹¹⁵ O local destinado ao conjunto São Marcos, pertencente à Prefeitura, já estava comprometido através de aforamentos de lotes individuais à população de baixa renda, que foram revogados com objetivo de viabilizar a construção do conjunto habitacional. Em contrapartida as famílias que se beneficiariam dos lotes aforados seriam beneficiadas por uma unidade habitacional no conjunto (jornal Cataguases, 23 abr. 2010).

Figura 120 – Conjunto habitacional São Marcos ainda em fase de construção.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2012

Figura 121 – Implantação do conjunto habitacional São Marcos



Fonte: Google Earth, set. 2021.

Figura 122 – Vista dos edifícios do conjunto habitacional São Marcos

a



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

b



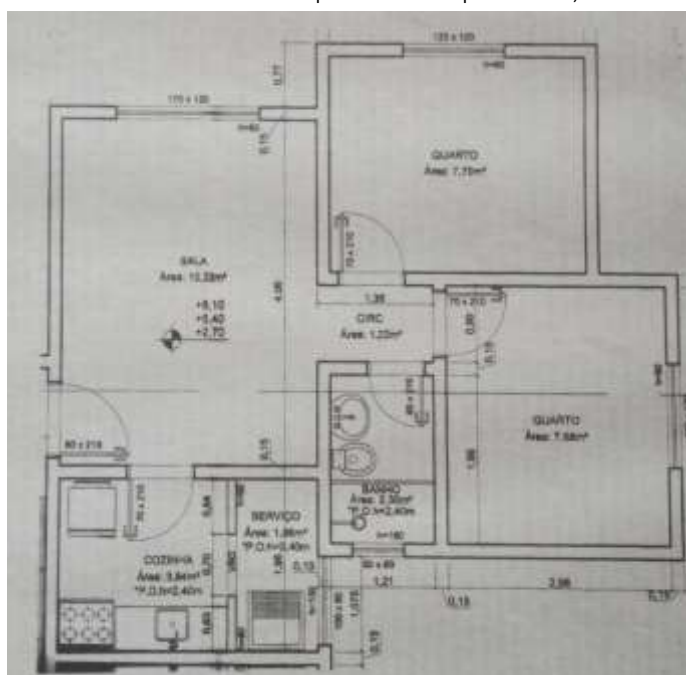
Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

Figura 123 – Vista do conjunto habitacional São Marcos a partir da sua entrada



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

Figura 124 – Planta dos apartamentos do conjunto habitacional São Marcos. Cada apartamento possui 35,65 m².



Fonte: jornal Cataguases, 23 jul. 2010

Conforme informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, os moradores do conjunto são originários de outros bairros de baixa renda da cidade como Leonardo, São Vicente, São Diniz, Pouso Alegre, Guanabara, Ana Carrara e distrito de Sereno. Tais moradores buscavam moradia própria e fuga de aluguéis altos, uma vez que a mensalidade pelo financiamento do apartamento na nova habitação seria menos onerosa no total de despesas das famílias.

De acordo com o seu ex-síndico e líder comunitário, o conjunto é composto por pessoas que “estão no pé da pirâmide social, empregadas domésticas, serventes de pedreiro e operários”; são originárias de áreas de risco e invadidas, como as do bairro São Vicente. Segundo esse líder, houve uma seleção pouco rigorosa dos futuros moradores por parte da prefeitura, uma vez que muitos dos selecionados abandonaram facilmente seus apartamentos ou os alugaram, tanto porque já tinham outra moradia própria, quanto pelas dificuldades encontradas no conjunto habitacional. Esse líder relatou que do total dos 464 apartamentos, 90 se encontravam vazios e outros 70 alugados (LÍDER Comunitário e ex-síndico do conjunto habitacional São Marcos, 2018).

Além da exclusão e isolamento espacial, outros problemas vão se juntar e até mesmo se agravar no conjunto como, por exemplo, questões culturais e infraestruturais que não foram pensadas no projeto para atender de forma adequada o grande e diverso contingente de moradores que ali se alojarão¹¹⁶.

Como é um bairro isolado e monofuncional, não há acesso a comércio e serviços, obrigando os moradores a se deslocarem aos bairros mais próximos ou ao centro da cidade em busca desses usos. O atendimento em postos de saúde é feito nos dos bairros Santa Clara e Taquara Preta, distribuídos através da numeração dos apartamentos: os apartamentos de números pares são atendidos em um bairro e os de número ímpar em outro.

No que diz respeito às áreas de encontro e convivência coletiva foram implantados no conjunto um campo de futebol, um espaço com brinquedos destinados a crianças (figuras 125 e 126) e um salão de festas. O salão de festas não deu certo por ter se transformado em lugar de usuários de drogas que destruíram todo o seu mobiliário

¹¹⁶ Os dados aqui descritos foram relatados através de entrevista realizada em 2018 com o líder comunitário e ex-síndico geral do conjunto habitacional. (LÍDER Comunitário e ex-síndico do conjunto habitacional São Marcos, 2018).

Figura 125 – Campo de Futebol no Conjunto São Marcos



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

Figura 126 - Playground no conjunto São Marcos



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

Chamam a atenção soluções alternativas adotadas pelos moradores para minimizar o problema do acesso a estabelecimentos comerciais: alguns produtos e serviços são comercializados nos próprios apartamentos como mostra figura 127, abaixo.

Figura 127 – Anúncio de produtos e serviços, afixado na parte externa do conjunto, que por ausência de estabelecimentos comerciais, são comercializados nos apartamentos.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

Excluindo o modal veículo motorizado individual, que é de raro acesso a esse segmento populacional, a alternativa viável e disponível para a população vencer a distância de cinco quilômetros ao centro, onde se concentram os principais serviços, comércios e instituições da cidade, é o transporte público.

Neste sentido chama atenção a distribuição de horários do transporte coletivo que atendem o bairro (quadros 12 e 13 abaixo).

Quadro 13 – Horários de transporte público por ônibus saindo do Bairro São Marcos de segunda a sábado

manhã	5:20	5:50	6:30	6:50	7:40	7:50	8:50	9:00	9:50
	10:20	10:50	11:50						
tarde	13:10	13:50	14:20	14:50	15:40	15:50	16:50	17:00	17:50
noite	18:20	18:50	19:40	19:50	20:50	21:00	21:50	22:40	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 2022

Nota: os horários sobre a hachura em cinza fazem o trajeto bairro São Marcos ao bairro Isabel Tavares e os sem hachura, São Marcos ao Marote, ambos passando em algum ponto da centralidade.

Quadro 14 – Horários de transporte público por ônibus saindo do Bairro São Marcos aos domingos e feriados

manhã	7:00	7:50	9:00	9:50	10:50	11:50			
tarde	13:00	15:50	16:50	17:00	17:50				
noite	18:50	19:00	19:50	20:50	21:00				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 2022

Nota: os horários sobre a hachura em cinza fazem o trajeto saindo do bairro São Marcos ao Imê Farage passando por Taquara Preta, Santa Clara, Colinas, Granjaria, Izabel Tavares, e os sem hachura, São Marcos ao Marote, passando por Taquara Preta, Santa Clara, Ibraim, Sebastião Adolfo, Sol Nascente, Marote, São Diniz.

A maior frequência de horários ocorre na parte da manhã, quando provavelmente a maioria da população está se deslocando para o trabalho, entre as segundas-feiras e sábados. Aos domingos e finais de semana a frequência é reduzida. Não há horários noturnos.

O quadro de horários do transporte coletivo revela que a prioridade é garantir o deslocamento dos moradores do conjunto em direção ao trabalho¹¹⁷. A participação em práticas sociais e culturais, que ocorrem em sua maioria na centralidade da cidade, fica

¹¹⁷ A prioridade de se garantir a chegada ao trabalho aparece no quadro de horários de ônibus da cidade e mostra que não é restrita ao bairro São Marcos. É ilustrativo que em um dos trajetos o quadro de horários diz “atende no [bairro] São Diniz **horário de fábrica**” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 2022, grifo nosso). Além disso, a própria distribuição semanal dos horários é ilustrativa neste sentido: Cataguases possui 28 linhas de ônibus circulando entre segunda a sábado, distribuídas em deslocamentos diametrais, passando pela principal centralidade, ligando bairros dos extremos da mancha urbana. Aos domingos e feriados a quantidade de linhas reduz para seis e os trajetos continuam diametrais, no entanto mais longos na tentativa de cobrir o maior número de bairros possível, reduz-se também a frequência de horários. Tanto durante a semana como nos domingos e feriados a circulação do transporte começa em média às seis horas e termina às 22 horas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 2022).

prejudicada em função da frequência do transporte aos domingos e feriados e ausência deles em horários noturnos. Eventuais eventos noturnos que ocorrem somente na centralidade – shows, cinema ou peças teatrais, por exemplo - e avançam além do horário de retorno do transporte público para o bairro, tornam-se inacessíveis para aqueles que dependem desse tipo de modal para se deslocarem.

Essa realidade de isolamento se repete não somente no bairro São Marcos, mas na cidade como um todo e, como diz Santos (1985, p. 111),

Seja qual for o espaço (e, sobretudo nas zonas periféricas dos países subdesenvolvidos de economia liberal), as diferenças de mobilidade entre indivíduos são bem acentuadas. Muitos, **prisioneiros de uma estreita fração de espaço**, são praticamente imóveis. Essa imobilidade pode ser resultado da falta de acessibilidade física, seja pela ausência de vias e meios de transporte, ou pela sua impraticabilidade, seja pela inexistência de recursos consumíveis nas proximidades; mas pode também resultar na falta de mobilidade social, isto é, na carência de meios financeiros para comprar ou atingir os pontos de fornecimento ou venda (grifo nosso).

Junte-se à dificuldade de acesso ao transporte público, a objeção inicial por parte das empresas operadoras e da própria prefeitura em fazer circular os ônibus dentro do conjunto, com a alegação de que se trata de uma área particular. Inicialmente o transporte público tinha um único ponto de embarque e desembarque, na entrada do conjunto. Os moradores tiveram que fazer várias reivindicações para que as linhas de ônibus circulassem dentro do conjunto que é bastante extenso. O mesmo ocorreu com a coleta pública de lixo, que se fazia apenas na sua portaria. Isso fazia com que os moradores tivessem de percorrer grandes distâncias, ora para acessar o transporte público ora para depositar o lixo para coleta.

O conjunto habitacional apesar de ser caracterizado como um bairro, juridicamente é um loteamento fechado, cujos problemas infraestruturais internos são de caráter privado. Assim, questões relativas à manutenção do espaço público comuns na cidade, não se aplicariam ao conjunto como, por exemplo, manutenção das vias, varrição e coleta de lixo, acesso a transporte público, manutenção da iluminação pública entre outros. Segundo o líder comunitário, o poder público usa desse subterfúgio para não assumir suas responsabilidades na manutenção das áreas externas do conjunto, o que tem penalizado seus moradores.

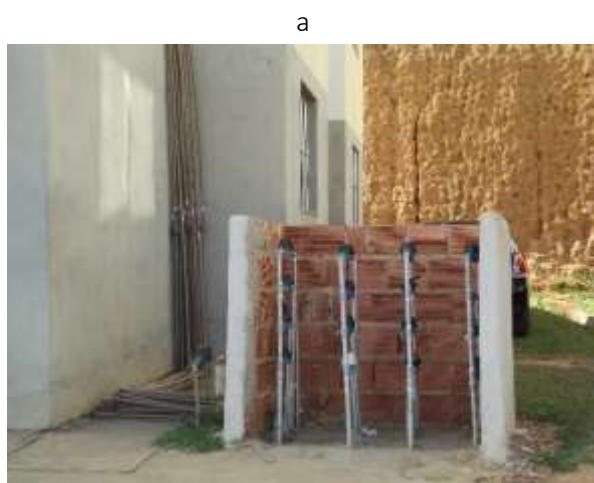
A solução arquitetônica do conjunto, além de questões infraestruturais, também esbarra em aspectos culturais. As moradias são compostas de apartamentos dispostos em edifícios, o que

nos pareceu ser um padrão pouco adequado ao modo de morar da população que ele abriga, principalmente, numa cidade onde esse modelo não é praticado para a população de menor renda. Problemas com as despesas de condomínio e contas de água tornaram-se frequentes no conjunto. Além disso, a distribuição de habitações em um edifício multifamiliar impede a modificação das moradias pelas famílias ao longo do tempo e de acordo com suas necessidades, principalmente as relativas a acréscimos, ao contrário da prática muito comum quando as moradias são distribuídas individualmente em lotes, como as ocorridas no exemplo já apresentado do bairro Taquara Preta.

Com relação à conta de água, cuja distribuição não era individualizada, os moradores não souberam lidar com o compartilhamento coletivo das despesas e decidiram, na pós-ocupação, individualizar os registros de distribuição. A solução, por questões estruturais de engenharia, implicou em ter a ligação para cada apartamento direta da rede pública, ao invés de uma distribuição por reservatório individual e elevado em cada edifício (figura 128).

A partir daí, dois problemas aparecem: um deles ocorre quando o fornecimento da rede pública é eventualmente interrompido, deixando as unidades habitacionais sem água, que mesmo sendo eventual é um transtorno na vida cotidiana. O outro ocorre porque a pressão da água da rede pública é variável e essa variação tem causado danos nas junções e registros hidráulicos, trazendo diversos vazamentos em todos os edifícios e apartamentos, precisando de manutenção e troca das instalações, onerando o orçamento já restrito daquela população.

Figura 128 – Exemplo da adaptação para a distribuição individualizada da água potável, solução adotada pós-ocupação.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

Em relação à qualidade dos materiais empregados e execução da obra, segundo o líder comunitário, elas são no geral de baixa qualidade. Ele cita como exemplo, as próprias conexões e junções hidráulicas que não suportam a pressão da água vinda da rede pública; os pisos cerâmicos das áreas comuns internas dos edifícios que estão se soltando; a infiltração recorrente de água da chuva nas paredes logo abaixo das janelas; os dutos para passagem de fiação de telefonia fixa ou internet que, apesar de chegarem até o hall principal dos edifícios são interrompidos e não têm continuidade até cada apartamento, impedindo a ligação de equipamentos que exigem essas fiações. Para o líder comunitário, essas falhas são resultado da falta de rigor na execução e fiscalização da obra, na entrega pelo órgão responsável, e pela falta de interesse em se ter uma obra de boa qualidade por se destinar a uma população de menor renda.

Outra dificuldade apresentada é a ausência de área para secagem de roupas nos apartamentos. A solução foi construir varais acoplados nas áreas externas das janelas ou distribuídos pelas áreas comuns dos edifícios (figura 129). No entanto, o uso dos varais externos tem gerado conflitos e insegurança por parte dos moradores por conta de furtos das roupas.

Figura 129 – Varais de roupa distribuídos nas áreas externas do conjunto

a



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

c

b



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

d



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

A destinação do lixo também é um problema. Antes de ser coletado pelo poder público ele é depositado em tambores externos aos edifícios distribuídos na parte comum do conjunto. No entanto, há animais, principalmente utilizados para tração em transporte de carga na cidade, como cavalos e burros, que circulam e se alimentam nos pastos vizinhos e transpassam as cercas e entrada do conjunto, atraídos por restos de alimentos do lixo. Os animais acabam retirando o lixo dos tambores, que exposto, se espalha pela ação do vento em toda área externa, causando poluição, problemas sanitários e onerando a limpeza e a manutenção das áreas comuns (figura 130).

Figura 130 – Lixo espalhado pelo conjunto

a



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

b



Fonte: Paulo H. Alonso, 2018

Além dessas questões, o líder comunitário relatou haver um contínuo estigma da população da cidade em relação aos moradores do conjunto. De acordo com ele, parece haver um certo

preconceito e falta de confiança por serem pobres e originários do bairro São Marcos. Ele cita, por exemplo, o fato de frequentemente os moradores omitirem o endereço residencial nas entrevistas por emprego. Cita ainda, um exemplo pessoal. Ele conta a experiência de quando foi síndico geral do condomínio e os moradores decidiram adquirir uma aparadora de grama na intenção de facilitar a manutenção das áreas externas. O líder fez contato telefônico com uma loja fornecedora; apresentou-se; disse ser síndico de um condomínio residencial, sem mencionar o nome do conjunto São Marcos; combinou pagamento em dinheiro em duas parcelas, uma no momento de retirada do equipamento e outra a partir de 30 dias. O lojista, ao perceber que se tratava de um potencial cliente de um condomínio residencial e na intenção de transmitir confiança na venda, disse que a loja fornecia com muita frequência equipamentos para condomínios residenciais, citando o exemplo do cliente Horto Florestal, um loteamento fechado de classe média alta da cidade, imaginando que o síndico do outro lado da linha telefônica também era originário de um condomínio similar. Combinada a compra, o líder relata que ao buscar o equipamento, o lojista ao vir que ele era negro e confirmar sua origem, o bairro São Marcos, desconversou sobre a venda da aparadora de grama, não efetivando a venda. Para o líder comunitário ficou claro que nesse episódio houve preconceito e estigma por ser negro e morador do bairro São Marcos.

5.2.4 A construção da paisagem urbana. Segregação e desigualdades socioespaciais

Foi a partir dos anos 1970 que Cataguases passará a ter uma paisagem que vai explicitar e realçar suas segregação e desigualdades socioespaciais. De um lado, uma parte plana e bem infraestrutura onde reside majoritariamente uma população de maior renda e com poucos negros e pardos, de outro, uma parte da cidade majoritariamente nas encostas, onde o traçado urbano nem sempre obedece às condicionantes do sítio; a infraestrutura demora a chegar e em alguns casos ainda é precária e distante da centralidade com mobilidade urbana deficiente, onde reside uma população majoritariamente de baixa renda e com maiores percentuais de negros e pardos.

A construção dessa paisagem predominante das encostas intensificou-se principalmente nos anos 1980, cujas características arquitetônico-urbanísticas relacionam-se aos modos de provisão habitacional para população de menor renda, praticada a partir daquele período. Está ligada à autoconstrução da moradia e à precariedade na produção dos loteamentos

destinado a este contingente populacional. Isso vai ocorrer nas duas modalidades de provisão habitacional, a da moradia como propriedade em conjuntos habitacionais e a dos lotes aforados ou adquiridos por compra para autoconstrução.

A provisão habitacional pela modalidade do aforamento de lotes, onde os próprios aforados constroem sua moradia, superou a quantidade de moradias prontas financiadas em longo prazo, produzidas em conjuntos habitacionais conforme demonstra a comparação entre os quadros 9 e 12, anteriores.

A autoconstrução, que é um fator de destaque na modalidade aforamento de lotes, vai ser incrementada pelo fato de que, além dos lotes aforados, muitos lotes foram adquiridos por compra em longo prazo, onde esse contingente que compra os lotes produz por autoconstrução sua moradia. Além disso, também ocorre a autoconstrução na modalidade moradia como propriedade unifamiliar, quando as famílias ao longo do tempo modificam as habitações originais, adquiridas por financiamento, de acordo com suas necessidades e posses. Assim, nessas modalidades destinadas a um contingente de menor renda, as habitações estão sempre num contínuo, longo ou lento processo de acréscimos e modificações, uma vez que obedecem à capacidade de orçamento daquela população.

Aqui, cabe lembrar o que Oliveira (2015, p. 39) nos diz sobre o processo de autoconstrução como uma forma de achatamento dos salários dos trabalhadores, uma vez que a construção da moradia é obra da sua própria força de trabalho, consumindo seus “finais de semana e horários de descanso”, tornando-se um processo conveniente à industrialização com baixos salários.

A infraestrutura básica chegou depois que a população já habitava os loteamentos e um tipo de infraestrutura complementar foi executado mais tardiamente ainda. A criação de alguns loteamentos e conjuntos habitacionais produziu vazios urbanos cujo preenchimento e sua incorporação e junção ao restante da mancha urbana também aconteceu de forma lenta e tardia. Os espaços públicos, de convivência, encontros e trocas, foram relegados a um segundo plano. Quando existentes, chegaram com atraso ou são precários.

Assim tanto no âmbito individual, o da moradia, quanto no coletivo, o do loteamento ou conjunto habitacional, o fator “tempo” aparece com destaque no processo de construção

desses espaços. Para se chegar ao básico da infraestrutura urbana, das condições razoáveis de moradia e do acesso à cidade, há uma lentidão, demora-se, espera-se, exige-se paciência dos seus moradores.

Dessa forma, a paisagem urbana de Cataguases vai corresponder, no ano de 2015, a pelo menos 50% do total da mancha urbana nas encostas e 15% em sítios com declividade acentuada, cujas figuras 131 a 136, abaixo, mostram alguns exemplos.

Figura 131 – Vista parcial do bairro Bandeirantes, implantado em parceria com a Prefeitura, na década de 1980 e onde foram aforados lotes para a população de baixa renda



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 132 – Vista parcial do bairro Guanabara, loteamento aprovado na década de 1990, onde a prefeitura construiu moradias populares



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 133 – Vista parcial do bairro Leonardo, que surgiu na parte mais baixa e que posteriormente sobe as encostas.



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 134 – Vista parcial do bairro Miguel, onde a prefeitura afora lotes em sua parte mais alta na década de 1980



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 135 – Vista parcial do bairro Thomé, cujo loteamento foi aprovado na década de 1960.



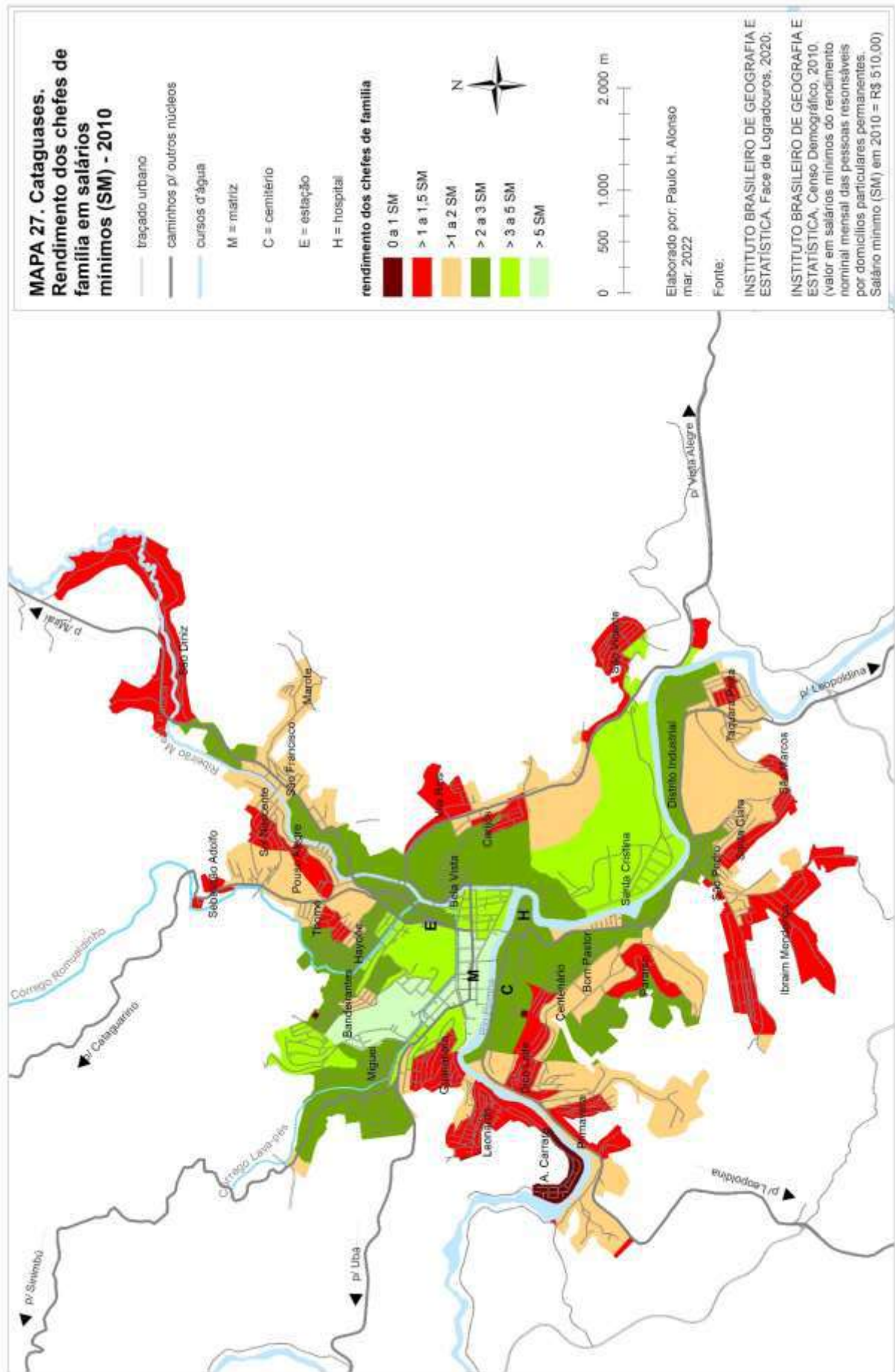
Fonte: Paulo H Alonso, 2019

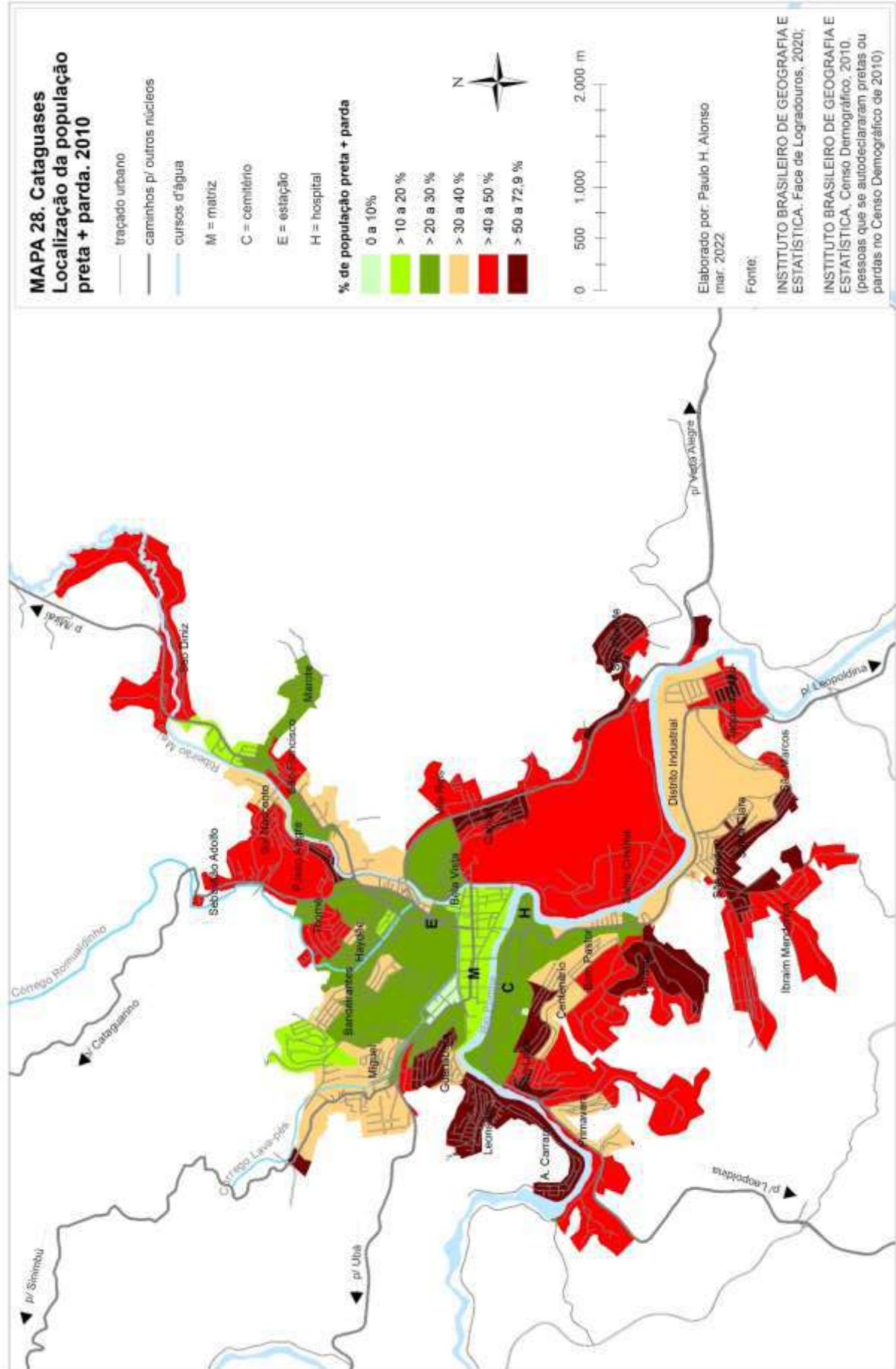
Figura 136 – Vista parcial do bairro Primavera, cujo loteamento foi aprovado na década de 1980.

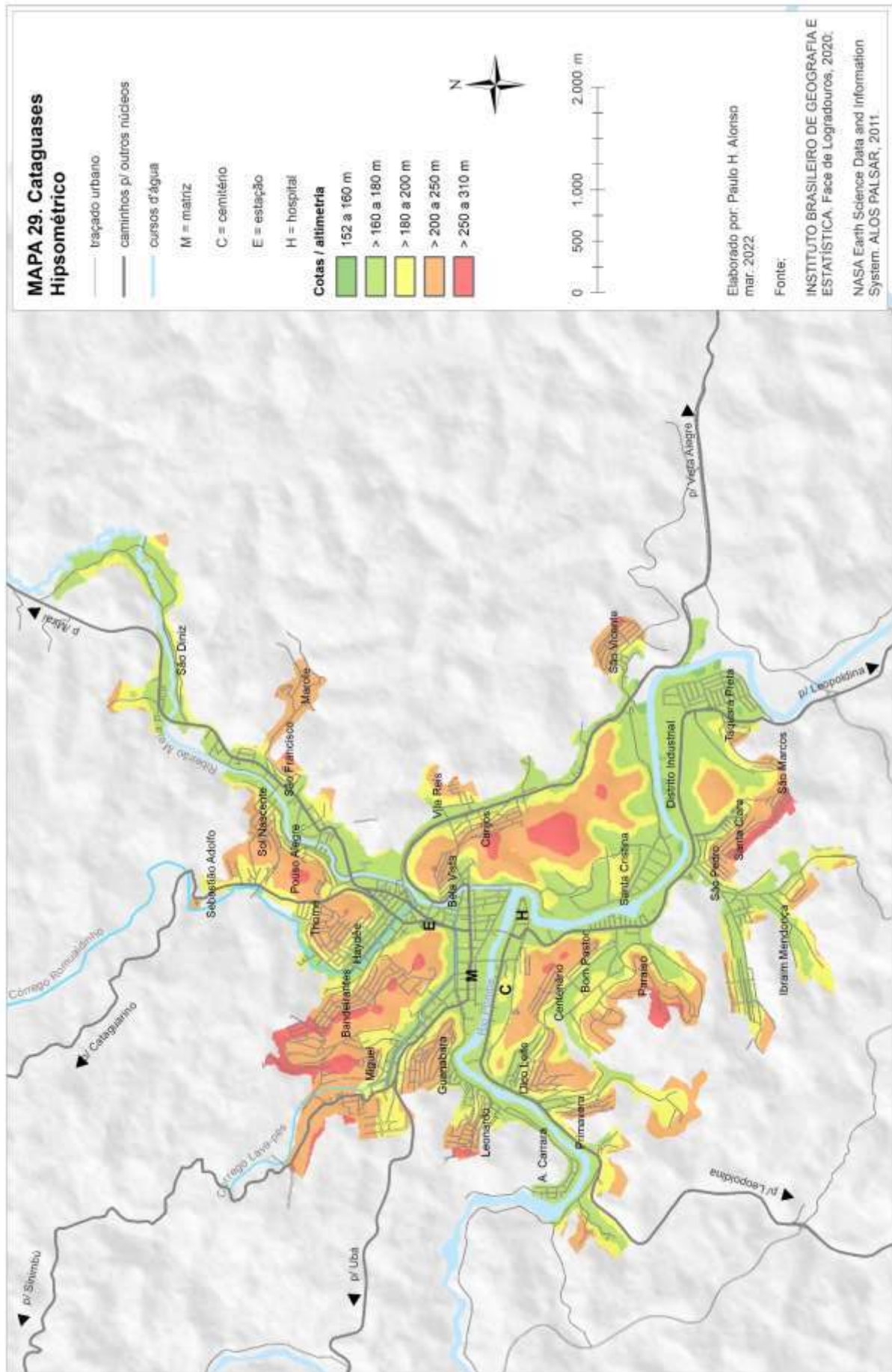


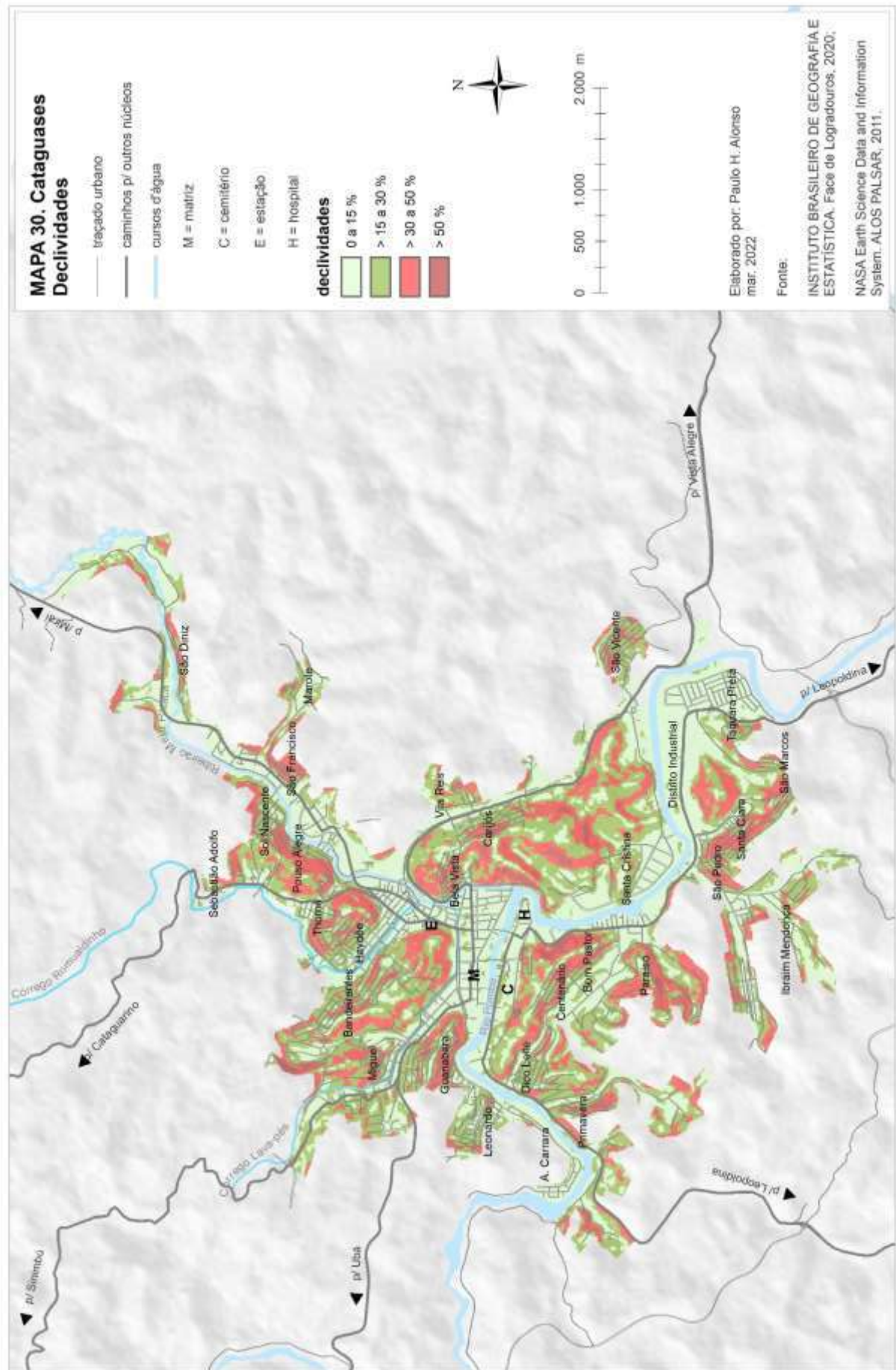
Fonte: Paulo H Alonso, 2019

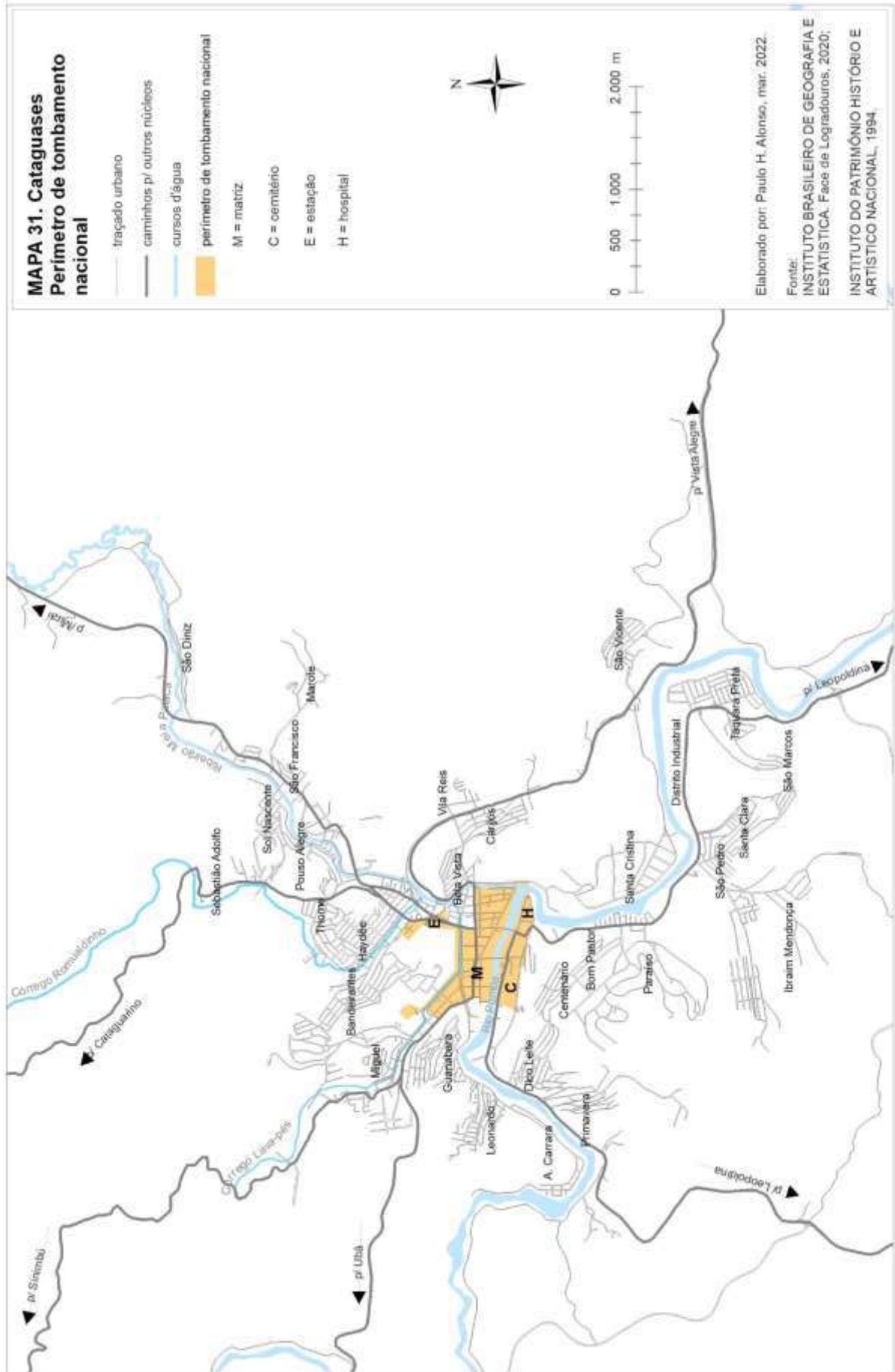
Essa será a paisagem construída a partir dos anos 1970. O cruzamento de dados referentes à localização da população na cidade através de rendimento, de contingente populacional de maioria negra e parda com a localização das maiores cotas altimétricas, maiores declividades do sítio urbano e do perímetro delimitado por tombamento nacional, permitem corroborar e visualizar a construção dessa paisagem segregada (mapas 27 a 31 a seguir).











Há uma coincidência de localização dos espaços habitados por maioria da população de menor renda, de negros e pardos nas partes mais altas do sítio urbano, com altas declividades e nas bordas da mancha urbana e, em alguns casos, distante da principal centralidade da cidade.

A margem direita do rio Pompa, que inicialmente esteve ligada à segregação através da localização do cemitério, depois do hospital e da precária vila Tereza, vai se consolidar como espaço de uma população de menor renda a partir do momento em que é adquirida a fazenda da Saudade. Ali se instala o distrito industrial e no seu entorno, grandes assentamentos destinados à população de menor renda. Assim, a proposta do plano diretor de 1967 de misturar indústrias e população operária a nordeste do sítio urbano acaba se realizando, no entanto, em outro local, a sudeste, na margem direita do rio Pompa e a partir dos anos 1980.

Por outro lado, a população de maior renda e com menor percentual de negros e pardos, vai habitar os espaços onde o sítio é mais plano, possui as menores declividades e localiza-se na centralidade da cidade ou muito próximo a ela. Essa área coincide aproximadamente com os limites do perímetro de tombamento nacional e com os da mancha urbana que se formou até os anos 1940.

Cabe lembrar que essa centralidade vai se consolidar através de um ideário de embelezamento, traçado regular e saneamento urbanos. Inicialmente ela é herdeira de tratados que remontam ao início da colonização do país, onde regularidade, uniformidade do traçado e embelezamento andam juntos e, posteriormente, pela herança dos códigos de posturas influenciados pelas epidemias, onde o saneamento também vai se aliar à ideia de embelezamento urbano. Foi nesse espaço e nessa época que nasceu o ideário da “cidade em marcha” difundido pelo semanário oficial da cidade. Era a crença no progresso com a criação de uma infraestrutura para abrigar uma nova sociedade que se formava.

Nessa centralidade o traçado urbano ancorou-se inicialmente pela localização altimétrica do sítio, cursos d'água e a estrada que se abria e, posteriormente, a partir do templo religioso e praça da Matriz, da estação ferroviária e das praças do Comércio e do Rosário. As praças, mesmo inseridas numa mancha urbana ainda relativamente pequena, assumem importante protagonismo no desenho urbano e conseqüentemente na vida cotidiana. Os passeios são

regulares e permitem um trânsito contínuo de pedestres e a arborização é um elemento muito presente na paisagem. O traçado urbano proporciona a convivência pública. A cidade ainda não havia subido as encostas, a mancha urbana era mais compacta, a provisão de moradia para a população de baixa renda se dava por vilas operárias ou de aluguel e a consolidação da industrialização e o alto crescimento populacional ainda não havia chegado. Se a segregação e desigualdades socioespaciais também existiam, porém, por ter uma mancha urbana menor e mais compacta, o acesso à cidade e uso de seus equipamentos comunitários por toda a população era mais fácil. Os lugares da população de baixa renda estavam inseridos na mancha urbana com exceção dos cortiços da Vila Tereza. De certa forma, esse contingente populacional tinha acesso mais facilitado à infraestrutura da cidade.

As mudanças significativas que a centralidade sofre após 1940 estão ligadas basicamente à substituição da sua arquitetura – uma arquitetura eclética por outra modernista e outras contemporâneas - e a certo aumento da densidade construtiva. Sua base infraestrutural e de traçado, herdada do passado, permanece com poucas transformações. As figuras 137 a 140 abaixo exemplificam essa ambiência urbana na contemporaneidade.

Figura 137 – Praça Santa Rita, antigo largo da Matriz



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 138 – Praça Rui Barbosa, antigo Largo do Comércio



Alexis Azevedo, 2008

Figura 139 – Rua Major Vieira



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

Figura 140 – Rua Coronel Vieira



Fonte: Paulo H Alonso, 2019

No entanto, a parte da cidade que se expande após a industrialização e o alto crescimento populacional, principalmente pelas encostas, vai ser produzida na base da precariedade; de uma infraestrutura que demora a ser instalada; da dificuldade da população que habita esses espaços de usufruir a cidade, seja pela ausência de cidade no local da sua moradia, seja pela dificuldade de acessar a centralidade da cidade infraestruturada.

Aqui, o ideário reproduzido daquela “cidade em marcha” das primeiras décadas do século XX é de outra ordem. A cidade em marcha pós 1970 não tem mais como esconder a pobreza e a precariedade, como o discurso daquela época fez. Pobreza e a precariedade estão em pelo menos 50% da mancha urbana da cidade, estampada em seus morros.

Contraditoriamente, portanto, todos os preceitos na tentativa de controle de ordenamento territorial, saneamento e embelezamento urbanos dispostos, por exemplo, com a implantação de um bairro na encosta - o bairro Jardim - serão deixados de lado.

Consolida-se uma cidade com espaços de características bem distintas. De um lado uma centralidade bem infraestruturada habitada pelas classes média e abastadas, onde são possíveis e facilitados o uso da cidade e dos espaços públicos, a fruição da cidade e a vida pública, de outro a paisagem das encostas, precarizada e habitada predominantemente por uma população operária, de menor renda onde essas possibilidades e facilidades são interditas¹¹⁸.

¹¹⁸ Reconhecemos que, apesar das carências e precariedades desses espaços, há, em alguns casos, uma resistência de sua população para realizar a vida além das funções de comer, dormir e reproduzir a força de

Em Cataguases há, portanto, uma paisagem na qual as classes mais abastadas “representam elas mesmas o seu papel na sociedade, que tem servido para ‘naturalizar’ a dimensão desigual das relações sociais e ocultar a realidade dos processos históricos e conflituosos”; onde há uma realidade que mascara “por uma série de artifícios imaginários a realidade dos conflitos sociais e políticos” (BESSE, 2014, p. 242). Por outro lado, há uma paisagem que se relaciona com a precariedade, a dificuldade de acesso à infraestrutura e à centralidade, a carência de espaços públicos de convívio coletivo, a redução da esfera pública e da vida.

5.2.4.1 *Centralidade ameaçada*

O ano de 2008 parece-nos ser marcado por mais um ponto de inflexão socioespacial na cidade que a nosso ver, simbolicamente, são caracterizados por dois eventos: a descaracterização de vilas operárias e a forma como as árvores das vias urbanas passaram a ser podadas. A paisagem precarizada das encostas ameaça a invadir a centralidade.

Em 2008, a família Peixoto, em um processo de reestruturação econômica de seus negócios, decide vender alguns bens imóveis que possui na cidade. Foram vendidos as suas vilas operárias, que continuavam sobre seu poder e tutela, e do prédio da antiga Indústria Irmãos Peixoto, onde funcionou a primeira indústria de Fiação e Tecelagem em que, no momento da venda, funcionava o Instituto Francisca de Souza Peixoto, de uso cultural e educacional, mantido pela família.

Foram comercializadas as vilas Manoel Peixoto Ramos, a primeira vila operária da cidade, a do bairro Jardim e a da praça Sandoval de Azevedo, antiga Praça do Rosário no início do século XX. As moradias dessas vilas, que até então eram alugadas, foram vendidas individualmente. Enquanto estavam em poder da família Peixoto, elas foram mantidas com suas características arquitetônicas e ambiência originais. A partir da venda, elas vão sofrer modificações arquitetônicas, reconfigurando suas características, não somente da moradia individual, mas também e, conseqüentemente, das vilas como um todo.

Os novos proprietários fizeram modificações para atender necessidades que a moradia original não oferecia e adaptá-las aos seus gostos. Foram, por exemplo, acrescentados mais

trabalho barata. Isso é expresso, por exemplo, através de festas religiosas e dos ensaios e organização para o carnaval. Não trataremos desse assunto aqui, por não fazer parte do escopo desta pesquisa.

cômodos, garagem e cercamentos; mudadas as cores externas e as esquadrias; reformuladas as varandas; aplicadas novas texturas ou revestimentos; enfim, descaracterizada a arquitetura original. Em alguns casos a moradia é demolida e construída outra havendo, inclusive, verticalização com edificações multifamiliares, adensamento construtivo e impermeabilização total do lote. As figuras 141 e 142 abaixo exemplificam algumas dessas modificações.

Figura 141 – Bairro Jardim descaracterizado – verticalização, acréscimos, construção de muros e demolições



Fonte: Paulo H. Alonso, 2010



Fonte: Paulo H. Alonso, 2010



Fonte: Paulo H. Alonso, 2010



Fonte: Paulo H. Alonso, 2010



Fonte: Paulo H. Alonso, 2010



Fonte: Paulo H. Alonso, 2010

Figura 142 – Vila Manoel Peixoto Ramos descaracterizada – modificações e verticalização das moradias.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2010

Fonte: Paulo H. Alonso, 2010

As alterações ocorreram mesmo no caso das moradias protegidas como patrimônio cultural por tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), à revelia desse órgão, como exemplificado nas figuras 141c e 142.

Contraditoriamente, determinados valores que as vilas operárias possuíam referentes a arquitetura, ambiências e qualidade ambiental, enquanto estavam nas mãos da família Peixoto, vão ser perdidos quando passaram para a iniciativa de múltiplos proprietários. A nova reconfiguração ambiental e paisagística que as mudanças, a partir da sua venda promoveram, imitou e ou espelhou a paisagem da cidade construída a partir de 1970 com os novos loteamentos precários, conjuntos habitacionais e os processos de autoconstrução.

A preocupação em se criar parâmetros urbanísticos que o bairro Jardim inaugurou e teoricamente se estenderia às novas expansões da margem direita do rio Pomba, mas que nunca foram colocados em prática, a não ser na implantação da vila propriamente dita, é simbolicamente e definitivamente sepultada com a descaracterização das suas moradias e conseqüentemente de toda a vila operária.

Assim, se existia determinada qualidade arquitetônica e urbanística em tais vilas, essa qualidade se transforma e passa a imitar a da cidade expandida.

No caso do edifício da antiga indústria têxtil, que também é protegido por tombamento federal, após a venda ele foi transformado num supermercado e *shopping center*. Neste caso houve maior controle das modificações físicas do imóvel por parte do órgão federal de

tombamento, o IPHAN, mas é significativo e simbólico ele ter se transformado de instituição cultural e educativa para um centro de consumo.

Figura 143 – Edificação que abrigou a primeira indústria Têxtil, depois a indústria Irmãos Peixoto e nesta Figura o Instituto Francisca de Souza Peixoto.



Fonte: Paulo H. Alonso, 2008

Curiosamente é também nesta época, a partir de 2008, que se inicia na cidade um tipo de poda drástica da arborização urbana (figuras 61, 136, 141e, 141f, 144). A arborização é uma característica muito presente na centralidade e, como visto anteriormente, é uma preocupação desde as duas últimas décadas do século XIX. Ela não tem somente uma função estética, mas exerce também a função de amenizar o clima quente e úmido da região, proporcionar sombra para os pedestres e abrigar determinada fauna, principalmente de pássaros. Neste sentido a arborização é um componente importante da infraestrutura da centralidade que contribui para a o uso da cidade, o uso de espaços públicos, a fruição da cidade e a vida pública. A poda drástica das árvores, de certa forma, representa a abolição dessas características.

Figura 144 – Exemplos de podas de árvores



Fonte: Paulo H. Alonso, 2008

Assim esses fatos – descaracterização das vilas operárias e a forma como as árvores têm sido podadas - além de acarretar mudanças concretas na configuração arquitetônica e urbanística da centralidade, parecem representar também mudanças simbólicas importantes.

Começa a ocorrer um desfazimento da ambiência que a cidade contemporânea ainda possui na sua centralidade, que remonta ao início de sua consolidação, cujas características espaciais proporcionam o encontro, a sociabilidade, a fruição, a apropriação coletiva dos espaços, a realização da vida, na aproximação do que Lefebvre (2008) nos diz sobre o uso da cidade. A paisagem da cidade espriada e precária das encostas começa a invadir a paisagem dessa centralidade.

A hegemonia econômica, política e cultural da família Peixoto na cidade começa a não ter mais a força como no passado ou até mesmo começa a se extinguir¹¹⁹. O patrimônio material

¹¹⁹ Uma nova hegemonia ligada ao poder econômico surge quando a antiga Cia Força e Luz Cataguases Leopoldina se transforma na empresa denominada ENERGISA, em 2007, com a unificação de várias empresas e, mais concretamente, a partir do momento que a sede dessa nova configuração empresarial se instala em Cataguases, na década de 2010, exercendo influência indireta nas gestões municipais. Aqui, observamos a

cultural que a representa começa a não estar mais em suas mãos, além de sofrer um processo de descaracterização ou destruição. Cabe dizer ainda que contraditoriamente a descaracterização das vilas operárias pode adquirir também o significado de desmanche do tipo de um controle socioespacial que tais vilas exerciam sobre seus moradores que, por sua vez, estavam subordinados à indústria.

Da mesma forma, destroem-se também uns dos últimos resquícios da modalidade de moradia de aluguel, predominante no início do século XX. As vilas que antes eram de aluguel, passam, após a venda, para a modalidade de moradias como propriedade individual, confirmando a prevalência e consolidação de um ideário que ajudou a consolidar a cidade expandida pós 1970.

Cabe lembrar que a manutenção das características originais dessa centralidade tem sido mantida até os dias atuais muito em função de diretrizes impostas pelo tombamento nacional realizado em 1994. Mas, como visto na destruição das vilas operárias tombadas, nem mesmo o tombamento está conseguindo manter tais características.

Parece, portanto, que a precariedade característica da cidade espraiada pós-industrialização começa a sobrepôr, a invadir e ameaçar a única área da cidade que, apesar de todas as contradições que apresenta, ainda permite a possibilidade da realização do encontro, da fruição e do exercício da vida pública como colocado por Lefebvre (2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação e desigualdades socioespaciais e suas naturalizações em Cataguases possuem relação com um tipo de organização social, cujos poderes econômico e político se misturam de forma direta ou indireta e vão moldando e definindo a forma de construção da cidade. Elas também são inerentes e se relacionam com o sistema capitalista em que, no caso de Cataguases, a industrialização com baixos salários teve um papel importante.

Na simbiose entre poderes econômico e político, também se misturaram as esferas pública e privada proporcionando privilégios, favorecendo mais enriquecimento ao poder econômico em curso e localização nos espaços da cidade. Paralelamente a maior parte da população, a de menor renda, seguiu um destino ditado por quem detém os poderes econômico e político.

Além das especificidades locais, heranças do tipo de organização social do país que remonta ao período colonial e imperial e seguem pela república também vão auxiliar e serem decisivos no tipo de conformação socioespacial da cidade.

As condicionantes de ocupação e povoamento do território através de aldeamentos indígenas, regido pelo Diretório dos Índios, aliado a uma série de outros tratados e documentos, determinam o traçado inicial do povoado e a dominação dos povos originários forçando, de certa forma, o seu desaparecimento. Já neste traçado inicial se estabelecem as desigualdades socioespaciais onde o tamanho dos lotes é definido de acordo com a classe social e ocupações dos futuros habitantes.

Os dispositivos da Constituição do país de 1824, que dispunham da necessidade de se ter rendimentos e bens mínimos para ser eleitor e ser eleito, institucionalizam o poder econômico como poder político, cuja prática se consolida e adentra o século XX. Em Cataguases essa situação se reflete nos poderes do clã cafeeiro e posteriormente, o industrial.

A instituição do latifundiário, através da Lei de Terras, proporcionou a formação dos clãs cafeeiros, dos quais um deles exerceu o domínio político e econômico na cidade durante longo período.

A escravidão e sua abolição vão ter reflexos no destino dos negros e pardos, cujas condições

de vida os obriga habitar as áreas precárias da cidade.

A economia baseada na monocultura extensiva do café é decisiva na destruição da mata, que caracteriza a região onde a cidade é instalada, e na degradação ambiental.

A política imigratória do final do século XIX contribuiu para a formação de um tipo de sociedade mais diversa e complexa, rompendo com a formação social anterior, auxiliando na conformação da centralidade da cidade e proporcionando o surgimento do clã industrial que, junto ao clã cafeeiro, vai disputar o poder econômico e político e o espaço na cidade.

A industrialização com baixos salários induziu o espraiamento da cidade através dos loteamentos e ou conjuntos habitacionais com infraestrutura precária e de difícil acesso.

As concessões de privilégios, em que se misturam as esferas pública e privada, foram feitas através de doações, incentivos e isenções fiscais que retroalimentaram a manutenção política e o poder econômico. São exemplos os privilégios concedidos para a instalação das ferrovias Leopoldina e Cataguazes, da Companhia Fiação e Tecelagem e da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina; as isenções de impostos e incentivos para a construção dos palacetes na avenida Astolfo Dutra; a relação de compra de terreno e isenções fiscais concedidas para instalação da Companhia Industrial Cataguases; as relações entre proprietários e gestão municipal na implantação do bairro Haydée Fajardo Dutra. Cabe lembrar que as próprias legislações já traziam em seus títulos a palavra “privilégio”, numa demonstração do que se pode interpretar como uma naturalização desse dispositivo.

Nesta mistura entre as esferas pública e privada destaca-se, no início de formação da cidade quando o povoado se transforma em Vila, a escolha do nome – Cataguases - por um dos membros do clã-cafeeiro. Aqui já se sinaliza simbolicamente para um tipo de relação em que o poder econômico usará a cidade para realizar seus desejos e necessidades e que vão se estender pelo restante de sua formação socioespacial. Neste sentido, a marca dos clãs cafeeiro e industrial se estende também na criação e perpetuação de um tipo de identidade e memória impressa na nomeação de ruas, avenidas, praças, largos e bairros: rua Coronel Vieira, rua major Vieira, avenida Astolfo Dutra, viaduto Milton Peixoto, praça Manoel Inácio Peixoto, praça José Inácio Peixoto, avenida Manoel Inácio Peixoto, vila Tereza, bairro Haydée Fajardo Dutra.

É significativo que inicialmente num comando que ainda se encontrava nas mãos do governo provincial, o povoado é criado sobre a égide de dominação dos indígenas e controle do território numa política do governo geral. Assim, com a fundação do povoado institui-se a anulação do modo de vida dos indígenas. O objetivo de imposição de um modo de vida europeu, considerado como civilizatório em detrimento do modo de vida indígena, é alcançado, haja vista que nas estatísticas demográficas de 50 anos depois de fundação do povoado o índio quase não aparece mais.

A localização do povoado teve como referenciais a posição do sítio, os cursos d'água e o caminho tronco. Teve a igreja e a praça como principais articuladores do traçado que obedece a regularidade e uniformidade como sinônimos de embelezamento e processo civilizatório. A área escolhida, um platô limitado por três cursos d'água, é definida como patrimônio municipal e vai se conformando como parte da centralidade.

Com a fundação da Vila; a instalação da ferrovia, resultado de uma demanda da produção cafeeira; a chegada de imigrantes; e as políticas de higienização, de saneamento e embelezamento urbanos, devido às epidemias recorrentes, o povoado inicial vai se adensando, se estendendo para além do platô inicial para as partes mais baixas do sítio, nas bordas dos cursos d'água e se infraestruturando. Comercialização do café e posicionamento da cidade como nó da ferrovia transformam a cidade num empório, num lugar de intensas trocas, que fomentam e aceleram as transformações socioespaciais. A instalação da primeira indústria têxtil contribui para a complexificação socioespacial em curso com o surgimento de mais dois novos atores, o industrial e o operário que vão se juntar a comerciantes, funcionários públicos, produtores de café e ex-escravos.

O traçado urbano uniforme e regular que respeita as condicionantes do sítio, herança do modelo de cidades que vinha se implantando no país pelos portugueses, aliado posteriormente a um ideário e condicionantes forjados pelas recorrentes epidemias, estende-se na conformação da malha urbana para onde o sítio é mais plano e vai desenhando a cidade até então.

As praças e largos vão ser elementos referenciais e estruturadores da mancha urbana, não havendo economia na implantação desses equipamentos. Regras de alinhamento, regularidade, dimensões mínimas de vias e passeios são seguidas e a arborização das vias será

um elemento importante na paisagem. A localização do cemitério e hospital é determinada pelas epidemias e fomentou a ocupação da margem direita do rio Pomba e extensão da mancha urbana. Nos primeiros anos do século XX instalam-se a primeira indústria têxtil e a energia elétrica. A elite econômica garante a instalação de duas escolas particulares de ensino secundário. Um grande empréstimo garante as construções da primeira escola pública de ensino primário, da avenida para abrigar a elite e da ponte metálica sobre o rio Pomba, além de um plano de extensão da mancha urbana. Edificações, equipamentos públicos e coletivos, comércio, serviços e moradias, representados numa arquitetura eclética, vão consolidando o ambiente construído.

A área do patrimônio público vai ser habitada pelas classes mais abastadas, pois os lotes neste sítio eram aforados e exigiam-se condicionantes construtivas e/ou fiscais de forma que só permitissem aquele segmento populacional ocupá-lo. No futuro, esses lotes aforados vão se tornar propriedade dos concessionários sem nenhuma contrapartida para o poder público, configurando mais um caso de privilégio. Assim, quem detinha o poder econômico e político se apropriou da área melhor infraestruturada da cidade, sem ônus, refletindo mais uma vez o ciclo de privilégios.

A população pobre vai residir nas vilas de aluguel, operárias e ou cortiços. Parte de uma população muito pobre não tem lugar na centralidade, vai habitar cortiços na margem direita do rio Pomba, junto à localização do cemitério e hospital, lugar escolhido para não se disseminarem as pestes. Haverá uma política deliberada da extinção desses cortiços sem preocupação com o destino dos seus habitantes. Exemplo emblemático são os cortiços da Vila Tereza, na margem direita do rio Pomba, cuja extinção aliava-se à transformação daquela área em um lugar “chique”, evidenciando processo de segregação e desigualdades socioespaciais.

É essa ambiência da cidade, configurada até aproximadamente 1940, que se traduz nas recorrentes matérias do jornal oficial, intituladas “cidade em marcha”. É neste espaço que se conforma a centralidade de Cataguases até os dias atuais.

Entre os anos 1940 e 1970 com a mudança de poder econômico e político, do clã cafeeiro para o industrial, há uma tentativa de apagamento do poder econômico e político anterior. Há a substituição de uma arquitetura eclética por uma modernista; consolida-se a

industrialização e o aumento da população formada principalmente por operários. Neste momento cria-se um tipo de identidade para a cidade que se projeta nacionalmente através das artes e arquitetura modernistas. O clã industrial exerce não somente os poderes econômico e político, mas também e fortemente, um poder cultural.

A profusão de indústrias pela cidade, o crescimento populacional, a pressão pelo espraiamento da mancha urbana e surgimento de alguns loteamentos precários nas bordas da mancha urbana consolidada desembocam num Plano Urbanístico em 1967, que tenta disciplinar essa complexidade socioespacial. A solução proposta por este plano foi o zoneamento por classes sociais e uma área reservada para novas indústrias com habitações operárias no entorno. Apesar não de ter sido colocado em prática, este plano é simbólico no sentido de refletir, de certa forma, o pensamento das elites que comandam a cidade e prever o que viria a ocorrer a partir dos anos seguintes – a segregação e desigualdades socioespaciais e a suas naturalizações.

As contradições que a cidade apresenta até os anos 1970 são importantes para a compreensão da sua organização socioespacial que virá nos anos subsequentes. Por um lado, uma formação e construção da cidade que se faz sobre os desejos, modos de pensar e necessidades de quem exerce, prioritariamente, o poder econômico. Até 1970 conforma-se um espaço urbano que reflete claramente as disputas e conflitos entre os dois grupos econômicos dominantes - o clã cafeeiro e o industrial - e já se esboçam a segregação e as desigualdades socioespaciais. As classes marginalizadas não têm oportunidade de definir o espaço nesta centralidade, conforme ilustra o exemplo dos negros que ergueram uma capela no largo do Rosário e foram impedidos porque não seguiam as posturas municipais. Em contraponto, os concessionários dos lotes no largo da Matriz desrespeitam e ampliam os limites dos lotes atrasando inclusive a abertura da avenida Astolfo Dutra. O desrespeito à lei é seletivo, da mesma forma que a priorização das infraestruturas. Empréstimos foram feitos para abrir a avenida sanitária, para expandir a cidade na margem direita do rio, transformando-a numa área “chique” e para levar infraestrutura ao distrito industrial. Há um esforço financeiro para infraestruturar os espaços de quem exerce o poder econômico, mas o mesmo esforço não é feito para infraestruturar o espaço habitado pela população de menor renda.

Por outro lado, a centralidade da cidade que se conforma até então apresenta uma qualidade ambiental e infraestrutural que proporciona ou se aproxima do que Lefebvre (2008) nos diz sobre o valor de uso das cidades. Nela é possível o encontro, a sociabilidade, a fruição, a apropriação coletiva dos espaços, a realização da vida. Mesmo as vilas de aluguel e operárias onde reside a população de menor renda, por exemplo, apesar de localizadas nas bordas da mancha urbana naquela época, vão possuir localização, qualidades arquitetônicas e ambientais que proporcionam essas possibilidades de uso da cidade aos seus moradores.

Entretanto, após 1970 ocorre uma inflexão quando se consolidam a industrialização, a mudança da população de majoritariamente rural para urbana e ocorre o grande crescimento populacional. A cidade se estende para as encostas em loteamentos com infraestrutura precária para abrigar uma população crescentemente operária ou de baixa renda. Consolidase a industrialização da cidade, fomenta-se e cria-se o distrito industrial, com a priorização de infraestrutura e doação de lotes para esse distrito. Disciplina-se o espaço urbano, garantindo a eficiência para o processo de industrialização em curso e em consolidação. Há uma seletividade na localização da moradia, as áreas mais planas ficam reservadas para as classes médias e abastadas e as encostas para a população de baixa renda. Realiza-se, enfim, o tipo de zoneamento idealizado pelo Plano Urbanístico de 1967, onde a tônica são a segregação, as desigualdades e suas naturalizações.

Nesse espaço estendido, as qualidades ambiental e infraestrutural são diferentes da centralidade. O encontro, a sociabilidade, a fruição, a apropriação coletiva dos espaços, a realização da vida são dificultados ou inexistentes. É um espaço concebido de forma que a vida seja reduzida e corra paralela à precariedade. Garante apenas e precariamente o dormir, o comer e o reproduzir a força de trabalho barata.

Não é um espaço cuja concepção seguiu ou refletiu os desejos dos seus habitantes diferentemente do que ocorreu na centralidade. É um espaço imposto. Em determinados casos essa imposição passa a ser perversa e penosa em maiores graus como, por exemplo, no conjunto habitacional do bairro São Marcos, onde não é possível a melhoria de cada moradia por seus habitantes, conforme seus desejos e necessidades. Restou-lhes remediar com o que lhes foi oferecido.

Nas outras situações, a possibilidade de realização de desejos e necessidades, fica restrita ao

individual, aos limites do lote através das modificações da moradia dos conjuntos habitacionais unifamiliares ou através da autoconstrução no caso dos lotes aforados. O loteamento, o bairro, o espaço coletivo não foram concebidos conforme o desejo de seus habitantes e, o mais grave, eles vieram de forma precária.

De início esses espaços não possuem infraestruturas básica e complementar que demandaram tempo para ser implantadas. Segue-se a precariedade ou ausência de espaços públicos, os obstáculos ou inexistência dos passeios, a profusão de escadarias, o emprego do tempo dos finais de semana e feriados para autoconstrução ou melhoria da própria moradia, que impedem ou dificultam o encontro, o lazer, a vida pública. É significativo que aqui, diferentemente da centralidade, a praça e o largo não são um elemento referencial que estrutura e define o traçado urbano. A prioridade é o maior número de moradias. Praças e largos, quando construídos, ficam num segundo plano. Também é significativo que o ideário calcado no saneamento, higienização e embelezamento urbanos, tão presentes na construção anterior da cidade e sua centralidade, desaparece. O traçado urbano não segue as condicionantes do sítio, como ocorrido anteriormente, e criam-se problemas de mobilidade e ambientais.

A distância, o isolamento e acesso aos conjuntos habitacionais, além de penalizarem a população de menor renda, privilegiaram a criação de vazios urbanos, que valorizou as terras nos interstícios trazendo bônus para os proprietários desses vazios às custas de ônus para o restante da sociedade, como os casos dos bairros Taquara Preta e São Vicente. E, nos casos dos conjuntos habitacionais quando implantados próximo à centralidade, eles são feitos em terrenos íngremes, de difícil acesso como, por exemplo, as moradias do bairro Guanabara.

A autoconstrução que possui um protagonismo importante nestes espaços, além de tomar o tempo de lazer ou ócio da população de menor renda, contribuiu para manter os salários baixos.

Se existe a possibilidade de exercício do encontro, do lazer e da vida pública que se realiza na centralidade, a população habitante desses espaços estendidos é muitas vezes privada dessa possibilidade, haja vista a seletividade dos horários de transporte público, que prioriza e garante o deslocamento para o trabalho em detrimento de outras atividades. Essa privação se dá também, nos casos de deslocamentos a pé ou por bicicletas, pelas barreiras físicas, pela

ausência de passeios ou com obstáculos, pelas vias muito íngremes e escadarias. A população que habita esses espaços vive de certa forma, presa aos seus lugares de moradia; é-lhes garantido apenas o deslocamento para o trabalho. De certa forma, ela vive presa à precariedade.

A relação com o tempo vai ser também um elemento importante nestes espaços. A espera e a paciência vão rondar a vida cotidiana. Espera-se para chegar a infraestrutura, o fornecimento de água, a pavimentação, o ônibus, as condições orçamentárias para terminar a autoconstrução da moradia no lote aforado ou modificar a do conjunto habitacional.

O espraiamento da cidade por meio de loteamentos precários e conjuntos habitacionais, que se dá com maior intensidade nos anos 1980, ocorre num momento em que o poder político já não está diretamente nas mãos dos clãs oligárquicos da cidade. Há, no entanto, neste processo a mão invisível do poder econômico, da industrialização para se garantir a reprodução de uma força de trabalho com baixos salários pela intermediação do poder do Estado.

A partir dos anos 2008, a centralidade que ainda possui as características ambientais, arquitetônicas e urbanísticas que possibilita o encontro, a fruição, a realização da vida, começa a ser ameaçada pela invasão da precariedade própria dos espaços espraiados. A descaracterização das vilas operárias e a poda drástica das árvores representam, simbolicamente, essa ameaça. Nem mesmo um instituto jurídico-administrativo como o tombamento deu conta de barrá-la.

Em Cataguases, o momento de ruptura socioespacial e consequente intensificação da segregação e desigualdades vai se relacionar ao momento de transformações econômicas significativas, como a consolidação do processo industrial. Há uma força do componente econômico nesta ruptura. E curiosamente as ameaças que começam a ocorrer na centralidade, a partir de 2008, coincidem com a crise financeira global iniciada também naquele ano.

Nem mesmo os avanços conquistados na Constituição Federal de 1988 e seus respectivos institutos jurídico-administrativos posteriores têm dado conta de frear essas ameaças e rupturas. São exemplares o bairro São Marcos, implantado em desacordo com o Plano Diretor

Municipal e aos avanços conquistados após Constituição de 1988; e a descaracterização das vilas operárias em desacordo com o tombamento federal.

Assim, Cataguases parece-nos uma síntese do processo de urbanização brasileiro, onde segregação, desigualdades socioespaciais e suas naturalizações demonstram possuir uma relação intrínseca e indissociável com o tipo de organização social e vice-versa aliada às condicionantes impostas pelo sistema capitalista, onde o poder econômico captura o poder político e a construção da cidade faz parte do processo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. O. **Olhares estrangeiros: a trajetória de vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836)**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG (Tese de Doutorado), 2003.
- AGUIAR, J. O. Legislação indigenista e os ecos autoritários da "Marselhesa": Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do Rio Doce. **Projeto História**, São Paulo, p. 83-96, dez. 2006.
- AGUIAR, J. O. Ecos da marselhesa nos sertões indígenas do Rio Pomba: Guido Thomaz Marlière, sua influência sobre a colonização da Mata Central e a presença de sua memória. In: LANZIERI JUNIOR, C.; FRADE, I. **Muitas Cataguases: novos olhares acerca da história regional**. Juiz de Fora: Editar Editora, 2006a. p. 31-56.
- AGUIAR, J. O. **Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836). A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil**. Campina Grande: EDUFPG, 2008.
- ALBINO, W. **Perspectivas atuais da economia mineira**. Segundo Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais. 1956. p. 93-208.
- ALMEIDA, O. V. O. **A disputa de grupos familiares pelo poder local na cidade de Cataguases**. Belo Horizonte: [s.n.], 2004. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.
- ALMEIDA, R. H. **O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- ALONSO, P. H. **A construção de um patrimônio cultural: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 2010. 199 p. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais. Ambiente Cosntruído e Patrimônio Sustentável.
- ALONSO, P. H.; ORG. **Guia da arquitetura modernista de Cataguases**. 2ª. ed. Cataguases: Instituto Cidade de Cataguases, 2012.
- ALONSO, P. H.; ORG. **Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases**. Cataguases: Instituto Cidade de Cataguases, 2012-2014. 6 v.
- ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111-126.
- AMORE, C. S. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa. E a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-28.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. **Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal. Arquivo Geral do Rio de Janeiro**, 2017. Disponível em: <<http://expagcrj.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- ARRETCHE (ORG.), M. **Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.
- AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil colonial. **Terra Livre. AGB**, São Paulo, nº 10, p. 23-78, jan./jul. 1992.
- AZEVEDO, A. D. Embriões de cidades brasileiras. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo; v. 25, p. 31-69, mar. 1957.

AZEVEDO, A. D. Aldeias e aldeamentos de índios. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo; v. 33, p. 23-40, 1959.

BARBOSA, W. D. A. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BESSE, J.-M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. **Geo Usp. Espaço e Tempo**, São Paulo, 18, nº 2, 2014. 241-252.

BLASENHEIM, P. L. As Ferrovias em Minas Gerais no século dezenove. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora; v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996.

BLASENHEIM, P. L. A Zona da Mata em Minas Gerais. 1888-1904. As dimensões políticas. **Locus, Revista de História**, Juiz de Fora; v. 36, n. 1, p. 121-161, 2013.

BOBBIO, N.; NICOLA, M.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução de João Ferreira. 1ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. 1, 1998.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 5ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 19 maio 2019.

BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições e o processo para sua eleição e dos juizes de paz**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1828. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.**, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº 641 de 26 de junho de 1852. Autorisa o Governo para conceder a huma ou mais Companhias a construcção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Município da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Gerais e S. (.). In: _____ **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1852. Tomo XIII. Parte I**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853. p. 5-7.

BRASIL. Decreto nº 101 de 31 de outubro de 1835. Autorisa o Governo a conceder a uma ou mais Companhias que fizerem uma estrada de ferro da Capital do Império para a s Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e Bahia, o privilegio exclusivo por espaço de 40 annos para. In: _____ **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1835. Parte Primeira**. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1864. p. 118-119.

BRASIL. Decreto nº 24 de 17 de setembro de 1835. Autorisa o Governo a concede privilegio exclusivo po tempo de 40 annos á Companhia denominda do - Rio Doce - ou a outra Companhia na falta desta, paa navegar por meio de barcos de vapor, ou outros superiores (.). In: _____ **Collecção das leis do Império do Brazil de 1835. Parte Primeira**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864b. p. 31-34.

BRASIL. Decreto nº 4.914, de 27 de março de 1872. Concede ao Engenheiro Antonio Paulo Mello Barreto autorização para organizar uma companhia que se incumba de construir uma estrada de ferro economica entre a estação do Porto Novo do Cunha e Santa Rita da Meia Pat. In: _____ **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1872. Parte Segunda**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. 1, 1874. p. 136.

BRASIL. Decreto nº 4.976, de 5 de junho de 1872. Concede á Companhia da Estrada de ferro da Leopoldina autorização para funcionar e aprova seus estatutos. In: _____ **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1872. Parte Segunda**. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, v. 1, 1874. p. 465.

BRASIL. Decreto nº 7.061 de 31 de outubro de 1878. Declara se estrada geral para o serviço do Estado a via ferrea do Porto Novo do Cunha a Jequitinhonha, no município de Arassuahy, Providência de Minas Gerais; e providência sobre a construção do prolongamento (.). In: _____ **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1878. Tomo XLI**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. p. 795.

BRASIL. Decreto nº 2.797 de 14 de janeiro de 1898. Concede autorização á The Leopoldina Railway Company, limited, para funcionar na Republica. In: _____ **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1898. Parte Segunda**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, v. 1, 1900. p. 137.

BRASIL. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1905. 1497-1503.

BRASIL. **Lei nº 6.766 de 19 dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências**. Brasília: [s.n.], 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

BRASIL, H. **O Solar da fazenda do Rochedo e Cataguases**: memórias. Rio de Janeiro: Helio Brasil, 2010.

BRASIL. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento 1890**. Rio de Janeiro: Officina de Estatística, 1898.

BRASIL. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento 1900**. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905.

BRASIL. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil 1920. Estabelecimentos Industriales Recenseados**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, v. I, 1924a.

BRASIL. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil 1920. Relação dos estabelecimentos ruraes recenseados no estado de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, v. I, 1924b.

BRASIL. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil 1920. População**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, v. IV; Tomo II; 2ª parte, 1928.

BRASIL. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO IMPÉRIO. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, v. 8 pt.2, [1874?].

BREMAEKER, F. E. J. Os centros urbanos: 1950 a 1980. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 47 n. 187, p. 279-303, jul.-set. 1986.

BROTERO, F. B. **A família Monteiro de Barros**. São Paulo: João Bentivegna, 1951.

BUENO, B. P. S. Particularidades do processo de colonização da América espanhola e portuguesa. **Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Rio de Janeiro, p. 505-514, 1997.

BUENO, B. P. S. O Ensino de arquitetura nas aulas de engenharia militar da Bahia no século XVIII. **Desígnio. Revista de história da arquitetura e urbanismo**, São Paulo, Annablume, v. 1, p. 93-117, mar. 2004.

CAMBRAIA, R. B.; MENDES, F. F. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, v. 6, p. 137-150, jul. 1988.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo: Nobel, 1989.

CAPANEMA, G. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. **Alguns aspectos da vida de Severino Pereira da Silva e sua obra**, 3 mar. 1956. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_PI&pasta=GC%20pi%20S.%20ASS.%201956.00.00&pagfis=9741>. Acesso em: 2022.

CAPELLA, J. Pesquisa histórica resgata novos caminhos da Estrada Real na Zona da Mata de Minas. **Tic Tac**, Cataguases, p. 5-8, julho/agosto 2013.

- CAPELLA, M. J. N. **Colônia Major Vieira. Um marco da imigração em Cataguases**. Cataguases: [s.n.], 2011.
- CAPRI, R. **Minas Geraes e seus municípios: Zona da Mata**. São Paulo: Roco Weiss&Comp, 1916.
- CARDOSO, M. F. T. C. Aspectos geográficos da cidade de Cataguases. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro; v. 17, n. 4, p. 37-62, out.- dez. 1955.
- CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.
- CARLOS, A. F. A. Da 'organização' à 'produção' do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A., et al. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.
- CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.
- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARNEIRO, P. A. S.; MATOS, R. E. S. Geografia Histórica da Ocupação da Zona da Mata Mineira: Acerca do Mito das "áreas proibidas". **XIV Seminário sobre Economia Mineira**, 2010. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A081.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- CARPINTÉRO, M. V. T.; CERASOLI, J. F. A Cidade como história. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009.
- CARRARA, A. A. **Estruturas Agrárias e Capitalismo. Contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto. Núcleo de História Econômica e Demográfica. Série Estudos - 2, 1999.
- CARVALHO, E. P. D. **Minas Gerais e seus municípios: album comemorativo 1915-2005**. Belo Horizonte: Jornal Mineiro, 2005. 2 v.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CATAGUASES. **Lei nº 198 de 16 de março de 1906**. Cataguases: jornal Cataguases, 1906.
- CATAGUASES. **Cataguases: Órgão oficial do município de Cataguases**. Cataguases: Prefeitura Municipal de Cataguases, 1906-2016. Semanário.
- CATAGUASES. **Lei nº 203 de 26 de setembro de 1906. Reforma algumas disposições da lei nº 136 e contem outras disposições**. Cataguases: jornal Cataguases, 30. set, 1906b.
- CATAGUASES. **Lei nº 206 de 26 de setembro de 1906. Concede privilégio à Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina**. Cataguases: jornal Cataguases, 30 set., 1906c.
- CATAGUASES. **Lei nº 221 de 18 de abril de 1908. Coodifica todas as leis municipaes**. Cataguases: jornal Cataguases, 2 ago., 1908.
- CATAGUASES. **Lei nº 230 de 22 de setembro de 1910. Orçamento municipal de 1911**. Cataguases: jornal Cataguases, 2 out., 1910.
- CATAGUASES. **Lei nº 233 de 24 de julho de 1911. Auctoriza o Agente Executivo Municipal de Cataguases a contrair um empréstimo**. Cataguases: jornal Cataguases, 30 jul. , 1911.
- CATAGUASES. **Lei nº 239 de 9 de julho de 1912**. Cataguases: jornal Cataguases, 14 jul. , 1912.
- CATAGUASES. **Lei nº 255**. Cataguases: jornal Cataguases, 15 out., 1915.

CATAGUASES. **Lei nº 267 de 28 jul. 1920. Dá denominação à Avenida, auctoriza o resgate do actual empréstimo municipal.** Cataguases: jornal Cataguases. 1 ago. , 1920.

CATAGUASES. **Decreto nº 96 de 6 de agosto de 1936. Auctoriza ao Prefeito Municipal a adquirir um terreno e concede favores à Companhia Industrial Cataguazes, para a instalação de uma fábrica de tecidos nesta cidade.** Cataguases: jornal Cataguases 6 ago., 1936.

CATAGUASES. **Lei nº 106 de 10 dezembro de 1952. Autoriza a aquisição de um terreno no distrito da Cidade e a sua doação à Caixa Econômica Federal de Minas Gerais e ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados nos Transportes de Cargas (IAPETC).** Cataguases: jornal Cataguases, 26 dez., 1952.

CATAGUASES. **Lei nº 115 de 15 de maio de 1953. Aprova a planta e o loteamento do bairro Haidée Fajardo Dutra, distrito da cidade.** Cataguases: jornal Cataguases, 15 maio, 1953a.

CATAGUASES. **Lei nº 146 de 3 dezembro de 1953. Estabelece normas para o loteamento de terrenos no distrito da cidade e dá outras providências.** Cataguases: jornal Cataguases, 3 dez., 1953b.

CATAGUASES. **Portaria nº 35 de 30 dezembro de 1955. Loteamento de terrenos.** Cataguases: jornal Cataguases, 1 jan., 1956a.

CATAGUASES. **Lei nº 234 de 3 de dezembro de 1956. Regula a expedição de alvará de licença para a construção de prédios nos loteamentos existentes, ou que venham a existir na cidade e dá outras providências.** Cataguases: jornal Cataguases, 8 dez., 1956b.

CATAGUASES. **Lei nº 684 de 31 dez. 1971. Autoriza o Município de Cataguases adquirir a fazenda da Saudade para localização do novo cemitério, instalação de futuras indústrias e outros serviços públicos.** Cataguases: jornal Cataguases, 9 jan., 1972.

CATAGUASES. **Lei nº 749 de 29 nov. 1973. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 684, de 31/12/1971.** Cataguases: jornal Cataguases, 2 dez., 1973a.

CATAGUASES. **Lei nº 753 de 29 nov. 1973. Faz doação de terreno no Bairro Saudade à COHAB Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, para a construção de casas destinadas a famílias de baixa renda.** Cataguases: jornal Cataguases, 2 dez., 1973b.

CATAGUASES. **Lei nº 754 de 29 de novembro de 1973. Autoriza a Prefeitura Municipal a executar obras de infraestrutura na avenida Manoel Inácio Peixoto e no prolongamento da avenida Veríssimo Mendonça e contrair empréstimo para a sua execução.** Cataguases: jornal Cataguases, 2 dez., 1973c.

CATAGUASES. **Projeto de lei para loteamentos. Dispõe sobre loteamentos e dá outras providências.** Cataguases: jornal Cataguases, 21 maio, 1978.

CATAGUASES. **Lei nº 1.138 de 1º de março de 1984. Dispõe sobre o aforamento.** Cataguases: jornal Cataguases, 11 mar., 1984.

CATAGUASES. **Lei nº 1.336 de 18 dez. 1986. Cria a empresa municipal de habitação.** Cataguases: jornal Cataguases, 21 dez. , 1986.

CATAGUASES. **Lei nº 2.981 de 17 de maio de 2001. Dispõe sobre regulamentação de aforamentos e cessão de uso de terrenos públicos no município de Cataguases.** Cataguases: jornal Cataguases, 20 maio, 2001.

CATAGUASES. **Lei nº. 339 de 16 mar. de 1929. Dispõe sobre a construção de prédios na cidade.** Cataguases: jornal Cataguases, 7 abr. 1929.

CATAGUASES; LIRA, A. F.; MAGALHÃES, C. Relatório do Plano Diretor Urbanístico de Cataguases. 1967. **jornal Cataguases**, Cataguases, 10 dez. 1978. 2-3.

CAVALCANTI, L.; ORG. **Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928-1960.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

- CAVALCANTI, N. História do Bairro. **Bairro das Laranjeiras**, 1993. Disponível em: <<https://www.bairrodaslaranjeiras.com.br/principal/historia.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- CHERNOVIZ, P. L. N. **Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Accessórias para uso das famílias**. 6ª. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- CIA INDUSTRIAL CATAGUASES. A empresa: história. **Cia Industrial Cataguases**, 2019. Disponível em: <<http://www.cataguases.com.br/a-empresa/historia>>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- COELHO, M. C. A construção de uma lei: o Diretório dos Índios. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 168 (437), p. 29-48, out./dez. 2007.
- COMPARATO, F. C. **A oligarquia brasileira: visão histórica**. São Paulo: Contracorrente, 2017.
- CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo reverendíssimo e ilustríssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853. Propostas e aceitas em Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 jun. 1707.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- COSTA, J. R. **Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da divisão territorial administrativa**. 2ª. ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.
- COSTA, L. S. D. **Cataguases centenária**. Cataguases: do Autor, 1977.
- COSTA, S. A. P.; GIMMLER NETTO, M. M. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- COUTTO, L. P. D. A vida do índio Pokrane e sobre o francez Guido Marlière. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro; n. 17, p. 410-417, 1855.
- DAVIDOVITCH, F. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro; ano 40, n.1, p. 51-82, jan.-mar. 1978.
- DAVIDOVITCH, F. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. **Espaço e Debates**, Rio de Janeiro; ano 4, n. 13, 1984. 12-29.
- DAVIDOVITCH, F. Transformações do quadro urbano brasileiro 1970-1980. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro; ano 49, n. 4, p. 7-24, 1987.
- DAVIDOVITCH, F.; FREDRICH, O. M. B. **Urbanização no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia-IBGE, 1988.
- DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. I. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro; v. 2, n. 14, p. 141-148, maio 1944.
- DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil-Colônia. Planejamento Espacial e social no Século XVIII**. Tradução de Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.
- DIREÇÃO com que interinamente se devem regular os indios das novas villas e lugares erectos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas annexas. **Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brazil.**, Rio de Janeiro, tomo XLVI, parte 1, p. 121-169, [1759] (1883).
- DIRECTORIO que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará e Maranhão em quanto Sua Mageftade não mandar o contrário. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1758.
- ENERGISA. Nossa história. **Energisa**, 2013. Disponível em: <<http://grupoenergisa.com.br/paginas/grupo-energisa/nossa-historia.aspx>>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- ESCHWEGE, W. L. V.; MARTIUS, K. F. P. V. Karte Von Ostebrasilien. Carte Geographique de la partie orientale de L'Empire du Brésil em quatre Fuelles a S. M. Dom Pedro (dressé par I. Schwarzmann). **David Rumsey Map Collection. Cartography Associates**, Munich, 1831. Disponível em:

<<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~286989~90059264:Composite-map--Karte-von-Ost->>. Acesso em: 03 jul. 2021.

FANNI, S. Escravidão, Economia e Liberdade. In: LANZIERI JUNIOR, C.; FRADE, I. **Muitas Cataguases: novos olhares acerca da história regional**. Juiz de Fora: Editar Editora, 2006. p. 57-80.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA, V. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. **CEBRAP**, **18**, 1976. 91-116.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, J. S. W. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**, 2005. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/j_whitaker/artigos.html>. Acesso em: 25 jul 2016.

FERREIRA, J. S. W.; (COORD). **Produzir casas ou construir cidades: Desafios para um novo Brasil**. Parâmetros de qualidade para implementação de projetos habitacionais urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. [1979].

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANCO, A. D. M. **Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na sociedade escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

FREDRICH, O. B. **Algumas reflexões sobre a geografia urbana no Brasil**. Anais do Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza: AGB.

FREDRICH, O. B.; DAVIDOVITCH, F. A Configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro; ano 44, n. 4, p. 541-590, out.-dez. 1982.

FRIDMAN, F.; ABREU, M.; (ORG). **Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

GEIGER, P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Brasília: CBPE/INEP-MEC, 1963.

GIROLETTI, D. **Fábrica**. Convento e disciplina. 2ª. ed. Brasília: Editora Univesidade de Brasília, 2002.

GOITIA, F. C. **Breve História do Urbanismo**. 5ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

GONÇALVES, A. **O segredo revelado de Guido Marlière**. Ubá: Ed. Tip Cidade de Ubá, 1976.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GOUVÊA, M. C.; XAVIER, A. P. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n.122, p. 99-122, jan.-mar. 2013.

HAROUEL, J.-L. **História do Urbanismo**. Tradução de Ivone Salgado. Campinas: Papyrus, 1990.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HENRIQUES, A. B. **Epidemias e urbanização**: surtos de febre amarela na Cataguases oitocentista. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)-Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [s.n.], 2005.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 2013.
- HORTA, C. R. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Separata II: Seminários de Estudos Mineiros**, Belo Horizonte, p. 45-91, 1957.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil 1940. População e Habitação**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Série Regional. Parte XIII. Minas Gerais. Tomo 1.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil 1940. População**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Série Regional. Parte XIII. Minas Gerais. Tomo 2.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Industrial, Comercial e dos Serviços 1950**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. XXI, 1955. Série Regional. Tomo 3. Estado de Minas Gerais.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ferrovias do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964. 36 v.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1980**: Mão-de-Obra. Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1983. Tomo 5. nº 16.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**: Mão-de-Obra. Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Nº 18.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geociências. Organização do território. Malhas territoriais: 1872 a 2010. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**, 2016. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 5 ago. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de faces de logradouros do Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/28971-base-de-faces-de-logradouros-do-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. [S.l.]: [s.n.].
- INSTITUTO ESTRADA REAL. Instituto Estrada Real. **Instituto Estrada Real**, 2015. Disponível em: <<http://www.institutoestrada.com.br/estrada-real>>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- JACQUES, P. B. Estética das favelas. **Vitrúvius. Arquitextos 013.08**, São Paulo, jun 2001. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- JOSÉ, O. **Marlière**: o civilizador. Esboço bibliográfico. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

- KOWARICK, L. **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAMAS, F. G. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na Zona da Mata central (1767-1820)**. Niterói: [s.n.], 2013. 298 p. Tese. História. Universidade Federal Fluminense.
- LAMAS, F. G. Povoamento e colonização na Zona da Mata Mineira no século XVIII. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- LANDÓES, A. (Ed.). **Revista da Matta**. Cataguases: Oficinas Typographicas da Revista da Matta, v. 1-12, 1917.
- LANNA, A. L. D. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. 1870-1920**. Campinas: [s.n.], 1985. 177 p. Dissertação. Mestrado. História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. 5ª. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LÍDER Comunitário e ex-síndico do conjunto habitacional São Marcos. Cataguases: 18 jul., 2018. Entrevista concedida a Paulo Henrique Alonso.
- LIMA, J. H. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. 1985. 136 f. Dissertação (Mestrado) Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas:., 1985.
- LISBOA, M. M. **A Zona da Mata**. Belo Horizonte: [s.n.], 1961. tese de concurso.
- MACEDO, D. M. Urbanização em territórios Luso-Brasileiros. A urbanização das "Ordenações do Reino". **Paranoá. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, p. 17-26, jul. 2014.
- MARIANA. CÂMARA MUNICIPAL. **Posturas da Câmara Municipal de Mariana**. 1829. [S.l.]: [s.n.], 1829. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmm/brtacervo.php?cid=45>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- MARICATO (ORG.), E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2007. p. 51-76.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARICATO, E. Fighting for Just Cities in capitalism's periphery. In: MARCUSE.[ET. AL.], P. **Searching for the just city. debates in urban and practice**. Tradução de Bruno G Lobo e Karina Leitão. London, New York: Routledge. Taylor & Francis Group, 2009. p. 194-211.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARLIÈRE, G. T. Reflexões sobre os índios da província de Minas Gerais: março 1826. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 1. fasc. 1, p. 81-82, 1906.
- MARLIÈRE, G. T. Divisão Geral dos Índios de Minas Gerais. Golpe de vista sobre o estado atual da civilização dos mesmos e Mapa fazendo conhecer os aldeamentos das diferentes tribos de índios da Província de Minas Gerais, seu local, população, seu aumento ou decadência as. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 12, p. 499, 1907. Correspondência de 15 de julho de 1828, de Guido Marlière ao Sr. Vice-presidente.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, M. **Cidade no Brasil, Terra de Quem?** São Paulo : Nobel, 1991.

MARX, M. **Cidade no Brasil: Terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MELLO, F. A. O. **Cataguases e suas modernidades**. 2014. 356 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: 2014.

MENDONÇA, M. C. **Economia Mineira no século XIX**. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais. 1956. p. 131-142.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cl%C3%A3/>>. Acesso em: 26 maio 2019.

MINAS GERAIS. Lei nº 209 de 7 de abril de 1841. In: _____ **Livro das Leis Mineiras 1841**. Ouro Preto: Tipografia da Silva, 1841. p. 37-42. Tomo VII. Parte 1ª.

MINAS GERAIS. Lei nº 534 de 10 de outubro de 1851. Lei que eleva a Parochia o Curato de Santa Rita da Meia Pataca, e contem outras disposições a respeito. In: _____ **Livro das Leis Mineiras 1851**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1851. p. 37-42. Tomo XVII. Parte 1ª.

MINAS GERAIS. lei nº 666 de 17 de abril de 1854. Lei elevando à cathegoria de Freguesia e de Villa o Distrito de S. Sebastião do Feijão Cru com a denominação de Villa de Leopoldina e contêm outras disposições a respeito. In: _____ **Livro das Leis Mineiras 1854**. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1854. p. 13-14. Tomo XX. Parte 1ª.

MINAS GERAIS. Resolução nº 1.335 de 5 de novembro de 1866. Aprova as posturas municipal da cidade de Leopoldina. In: _____ **Livro da Lei Mineira**. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1867. p. 117-135.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.826 de 10 de outubro de 1871. Carta da lei que autoriza o governo á subvencionar com quantia não excedentes a 9:000\$000 rs. por Kilometro, ou a garantir juros até 7 por % sobre capital não superior a 2.400:000\$ rs. á qualquer companhia. In: _____ **Livro da Lei Mineira 1871**. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871. p. 121-122. Tomo XXXVIII Parte 1ª.

MINAS GERAIS. Lei nº 2.161 de 19 de novembro de 1875. lei que autorisa á companhia de estrada de ferro da Leopoldina a prolongar-se até Santa Rita do Meia Pataca. In: _____ **Livro da Lei Mineira 1875**. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1875. p. 114-115. Tomo XXXII. Parte 1ª.

MINAS GERAIS. Lei nº. 2.180 de 25 de novembro de 1875. Lei que crea o municipio de Cataguazes e contem outras disposicoes. In: _____ **Livro da Lei Mineira 1875**. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula, 1876. p. 140-141. Tomo XXXII. Parte 1ª.

MINAS GERAIS. Lei nº. 2.766 de 13 de setembro de 1881. Eleva à categoria de cidade as villas de Cataguazes, S. Lourenço do Manhuassu, Santo Antônio do Machado, S. Miguel de Ganhães, e Rio Doce com a denominação de cidade do Suassuhy. In: _____ **Livro da Lei Mineira 1881**. Ouro Preto: Tipografia de C. G. Andrade, 1881. p. 11-12. Tomo 48. Parte 1ª.

MINAS GERAIS. Lei nº 3.652 de 1º de setembro de 1888. Autorisa o presidente da provincia a contratar com Carlos Andrade, ou com quem melhores vantagens offerece, a construcção de uma ferrovia de bitola de um metro, entre a cidade de Cataguazes e Santo Antônio do Muria. In: _____ **Livro da Lei Mineira 1888**. Ouro Preto: Tipografia J. F. de Paula Castro, 1888. p. 255. Tomo LV. Parte 1ª.

MINAS GERAIS. Lei nº 3.785 de 16 de agosto de 1889. Modifica a bitola da estrada de ferro concedida pela lei nº 3.652 de 1º de setembro de 1888 a Carlos Andrade, e contêm outras disposições. In: _____ **Livro da Lei Mineira 1889**. Ouro Preto: Tipografia J. F. de Paula Castro, 1890. p. 167. Tomo LVI. Parte 1ª.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Resolução nº 337 de 3 de abril de 1847. Faz extensivas para o município do Presídio as posturas da Câmara municipal do município de Mariana. In:

_____. **Collecção das leis, resoluções e regulamentos da província de Minas Gerais do anno de 1847.** Ouro Preto: Tipogragia Provincial, 1847. p. 101-102.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Resolução nº 788 de 31 de maio de 1856. Resolução que aprova as posturas municipais da câmara municipal da villa de Leopoldina. In: _____ **Collecção das leis, resoluções e regulamentos da província de Minas Gerais do anno de 1856.** Ouro Preto: Tipographia Provincial, 1857. p. 93-135, Tomo XXVI, parte 1, folha nº 4.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Resolução nº 1335 de 5 de novembro de 1866. Aprova as posturas da Câmara Municipal da cidade de Leopoldina. In: _____ **Collecção das leis, resoluções e regulamentos da província de Minas Gerais do anno de 1866.** Ouro Preto: TYP. de J.F. de Paula Castro, 1867. p. 188-135, Tomo XXXII, parte 1ª, folha nº 8.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Resolução n. 3069. Adota para a Câmara Municipal de Cataguases as Resoluções ns. 1335 e 1353. In: _____ **Collecção das leis, resoluções e regulametos da Província de Minas Gerais do anno de 1882.** Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro e Tipografia de Carlos Gabriel de Andrade, 1882. p. 321.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Resolução nº 3655 de 1º de setembro de 1888. Aprova o código de posturas da Câmara Municipal de Cataguases. In: _____ **Collecção das leis, resoluções e regulamentos da província de Minas Gerais do anno de 1888.** Ouro Preto: TYP. do J. F. de Paula Castro, v. 2, 1889. p. 265-288, Tomo LV, parte 1ª.

MIRANDA, S. M. Arquitetura. Cataguases. Um olhar sobre a modernidade. **As Minas Gerais.** Belo Horizonte, s/d. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/univlrcidades/modernismo/index.htm>> . Acesso em: 9 dez. 2008

MONTEIRO, N. D. G. (. **Dicionário biográfico de Minas Gerais:** período republicano 1889-1991. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128>>. Acesso em: 18 fev 2019.

MOREIRA, F. C. **Mirahy:** história, terra, povo. Cataguases: Inst. Francisca de Souza Peixoto, 2013.

MOREIRA, R. A arte da ruação e a cidade luso-brasileira (séculos XVI-XVIII). **Cadernos de Pesquisa do LAP,** São Paulo, USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação, n.37, p. 7-32, jan.-jul., 2003.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. Silva. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUSEU MUNICIPAL ALÍPIO VAZ. **Termo de doação para constituir o patrimônio da capela de Santa Rita, lavrado por Guido Thomaz Marière em 26 maio de 1828.** Cataguases: [s.n.], 1971-2.

NASA Earth Science Data and Information System. **ALOS PALSAR,** 2011. Disponível em: <<https://search.asf.alaska.edu/#/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. P. P. L.; SIMÕES, M. C. S. R. Pré-história, Etno-história e outras Histórias da Zona da Mata mineira. In: LANZIERI JUNIOR, C.; FRADE, I. **Muitas Cataguases:** novos olhares acerca da história regional. Juiz de Fora: Editar Editora, 2006. p. 13-30.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015 [1972].

PAULA, D. A. Passado, trilhos e esquecimento: a trajetória da Estrada de Ferro Leopoldina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, p. 37-62, jan./mar. 2002. ano 163, n. 414.

PDDI. RMBH. Oficinas públicas Ciclo C. Territorialidade. Política metropolitana integrada de criação e fortalecimento de centralidades em rede. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte,** 28 out. 2010. Disponível em: <<http://www.rmbh.org.br/central.php?tema=Apresentações>>. Acesso em: 30 out 2019.

PEDROSA, M. X. V. Zona silenciosa da historiografia mineira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte; v. 9, p. 189-230, 1962.

PINHEIRO, E. P.; GOMES, M. A. A. F. Retraçando percursos: o papel dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo na constituição de um campo de estudos. In: PINHEIRO, E. P.; GOMES, M. A. A. F.; (ORG.) **A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 19-42.

PIRES, I. Lugares de memória dos trabalhadores. Fábrica de Tecidos Aliança, Rio de Janeiro, RJ. **Laboratório de estudos de história dos mundos do trabalho. UFRJ**. Disponível em: <<https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-fabrica-de-tecidos-alianca-rio-de-janeiro-rj-isabelle-pires/>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

PLANTA cadastral da área da Cia Industrial Cataguases. Cataguases: IFSP, 1998. Escala 1:1000; desenho em Autocad.

PLANTA da cidade de Cataguases. Cataguases: [s.n.], [1940?]. Planta com a marcação das propriedades da Indústria Irmãos Peixoto, Escala 1:1000.

PORTUGAL. **Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Philomathico, 1870. (1^a edição de 1603).

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [1942].

PRATES, C. **A lavoura e a indústria na Zona da Mata**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. Horários de ônibus. **Prefeitura Municipal de Cataguases**, Cataguases, 2022. Disponível em: <[PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. **Planta Cadastral Imobiliária**. Cataguases: Enefer consultoria em projetos Ltda, jan. 1991. Escala. 1:3000.](https://cataguases.mg.gov.br/horarios-de-onibus/#:~:text=HOR%C3%81RIOS%3A%2007%3A00%3B%2009,%3A00%3B%2021%3A00.&text=ADOLFO%2C%20IBRAIM%2C%20SANTA%20CLARA%2C,%3A00%3B%2020%3A00.>>. Acesso em: 14 jun. 2022.</p></div><div data-bbox=)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES; MINISTÉRIO DA CULTURA, FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. **Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases**. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

RECOPIACION de Leys de Los Reinos de Las Indias. Tomo Primeiro. Madrid: Impresor Y Librero, 1841.

RECOPIACION de Leys de los Reinos de Las Indias. Tomo Segundo. Madrid: Impresor Y Librero, 1841.

REGIMENTO das Missões do estado do Maranhão e Grão-Pará, de 21 de dezembro de 1686. **Revista 7 Mares**, Rio de Janeiro, p. 112-122 out. 2012.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil. [S.l.]: [s.n.], 17 dez. 1548. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6331849/mod_resource/content/1/2.%20Regimento%20do%20Governo-Geral%20%28Tom%C3%A9%20de%20Souza%29%2C%201548.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021. (Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, códice 112, fls-1-9).

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia LTDA, 1968.

REIS FILHO, N. G. Sobre a história da urbanização - história urbana. **Espaço & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos**, São Paulo, ano XI, n. 34, p. 15-18, 1991.

RESENDE E SILVA, A. V. O município de Cataguases. Esboço Histórico. Belo Horizonte: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 13 p. 641-1028, 1908.

RESENDE, E. D. **Pequena História Sentimental de Cataguases**. São Paulo: Itatiaia, 1969.

- REZENDE, A. V. **Genealogia dos fundadores de Cataguases**. Rio de Janeiro: Coelho Branco Editor, 1934.
- RHEINGANTZ, P. A.; ALCÂNTARA, D.; DEL RIO, V. A influência do projeto na qualidade do lugar: percepção da qualidade em áreas residenciais no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Sociedade e Território**, Lisboa, v. 1, p. 10011, 2005. n.39.
- RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, I. A. Desafios da questão urbana. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, p. 4-5, abr. 2011. ano 4; nº 65.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.
- ROLNIK, R. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. **Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA, 1992. p. 27-30.
- ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RUFFATO, L. **Os ases de Cataguases: uma história dos primórdios do Modernismo**. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2009.
- SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SANTOS, M. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico científico informacional**. 3ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 5ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, P. F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2008.
- SCHVASBERG, B. Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, L. B. **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 43-63.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SERRA, G. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.
- SILVEIRA, J. M. P. O café e a estrada de ferro Leopoldina: uma confluência de interesses – 1874 - 1898. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa; v. 9, n. 1, p. 107-117, jan./jun. 2009.
- SIMÕES JUNIOR, G. Paradigmas da urbanística ibérica adotados na colonização do continente americano. Sua aplicação no Brasil ao longo do século XVI. **Vitruvius. Arqutextos**, set. 2012. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/13.148/4505>>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 11ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SIQUEIRA, E. **Resumo histórico de The Leopoldina Railway Co. Ltd**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Carioca, 1938.
- SOUSA, E. C. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro; v. XIII, n. 1, p. 47-73, jan.-mar. 1951.
- SOUZA, J. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 212 p.
- SOUZA, J. A Gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo; v. 19, n. 54, p. 53-97, fev. 2004.

- SOUZA, J.; (ORG.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2012.
- TAUNAY, A. D. **Pequena história do café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- TEIXEIRA, M. C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.
- TRANSPORTE, D. N. D. I. D. A invenção da locomotiva. **Infraestrutura Ferroviária**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/modais-2/ferrovias>>. Acesso em: 25 março 2019.
- TREVISAN, R. Introdução do ideário Cidade-Jardim no Brasil. In: TREVISAN, R. **Arquitetura, estética e cidade: questões da modernidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. p. 204-219.
- UJVARI, S. C. **História das epidemias**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human Developments Reports. **Human Development Data (1990-2017)**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- UNIVERSAL, O. Huma Povoação Nova. **O Universal**, Ouro Preto, 7 jul. 1828. p. 1-2.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. TV USP. **Epidemias no Brasil. Da abolição á história das epidemias no Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HRTkFCe7xwl>>. Acesso em: 30 out 2021. vídeo: 7 min. 25 seg..
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. **Plano Diretor Participativo de Cataguases**. Belo Horizonte; Cataguases: [s.n.], 2006.
- VAINFAS, R. (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. I, p. 3-82, jan.- mar. 1958.
- VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- VEIGA, B. S. **Almanach Sul-Mineiro**. [S.l.]: Typografia do Monitor Sul Mineiro, 1874. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213462&pasta=ano%20187&pesq=>>>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- VEIGA, J. P. X. **Efemérides Mineiras**. Ouro Preto: [s.n.], 1897. 4 v.

APÊNDICE A – Clã Vieira de Rezende: nome, parentesco, data e local de nascimento e morte, formação e cargos políticos e burocráticos ocupados.

Nome, parentesco, data e local de nascimento e morte, formação		Cargos políticos e burocráticos ocupados
1ª geração	Joaquim Vieira da Silva Pinto (patriarca) (Major Vieira) 1804, Queluz -1880, Cataguases	1844 – Guarda-mor substituto das Minas de Ubá 1845 – Guarda-mor do distrito do Meia Pataca 1851 – Major da Guarda Nacional 1853 – Vereador (Leopoldina) 1857 – 2º juiz de paz 1861 – 2º Juiz de Paz 1862 – 5º substituto de juiz municipal 1865 – 1º juiz de paz
2ª geração	José Vieira de Rezende e Silva (Coronel Vieira) filho de Joaquim Vieira da Silva Pinto 1829, Queluz, 1881, Cataguases Formação: humanidades, Colégio de Congonhas do Campo	1859 - 1º Juiz de Paz 1861-1862 - deputado na Assembleia Provincial 1862 - Comandante Superior da Guarda Nacional Comarca de Ubá 1862 - 4º Substituto de Juiz Municipal 1863-1865 - deputado da assembleia provincial 1865 - 2º Juiz de Paz 1868 - comandante superior da Guarda Nacional – Comarca de Leopoldina 1877 - 1880 - Presidente da Câmara e Administrador do Município de Cataguases 1881 - 1884 - Presidente da Câmara e Administrador do Município de Cataguases (não terminou o mandato)
3ª geração	Luiz Vieira de Rezende e Silva neto de Joaquim Vieira de Rezende e Silva; filho de José Vieira de Rezende e Silva Deputado provincial	1883-1886 – vereador em Cataguases 1888-1889 – deputado provincial
	Joaquim Vieira de Rezende e Silva neto de Joaquim Vieira de Rezende e Silva, filho de José Vieira de Rezende e Silva	1887-1889 – vereador em Cataguases
	Arthur Vieira de Rezende e Silva neto de Joaquim Vieira da Silva Pinto; filho de José Vieira de Rezende e Silva 1868 –1945, Cataguases	1892-1897 – vereador em Cataguases
	Astolfo Dutra Nicácio Neto Neto de Joaquim Vieira da Silva Pinto 1864- 1920, Cataguases Formação: Direito, São Paulo	1895-1897 - presidente da câmara e chefe do executivo municipal no triênio de 1895-1897 1890-1891 – juiz municipal 1898 – deputado estadual Vereador, agente executivo e presidente da Câmara Municipal 1900 – deputado pelo Congresso Mineiro, presidente da Câmara Estadual 1903 – 1911; 1915-1920 - Deputado Federal 1914 –1917; 1919-1920 - presidente da Câmara Federal 1894-1920 - Comanda o processo eleitoral em Cataguases
4ª geração	Pedro Dutra Nicácio bisneto de Joaquim Vieira da Silva Pinto; filho de Astolfo Dutra Nicácio Neto 1893, Cataguases – 1965, Rio de Janeiro Formação: Direito, RJ	1920 – nomeado recenseador Vereador 1923-30 - Deputado estadual 1931-33 – Prefeito municipal nomeado 1946-51 – Deputado federal Diretor do Departamento de Previdência do Instituto de Previdência do Estado (IPASE) e da Caixa Econômica Federal

Fontes: (ALMEIDA, 2004; COSTA, 1977; ENERGISA, 2013; RESENDE E SILVA, 1908)

Nota: organizado por Paulo H. Alonso

APÊNDICE B – Clã Peixoto: nome, parentesco, data e local de nascimento e morte, formação e cargos políticos e burocráticos ocupados

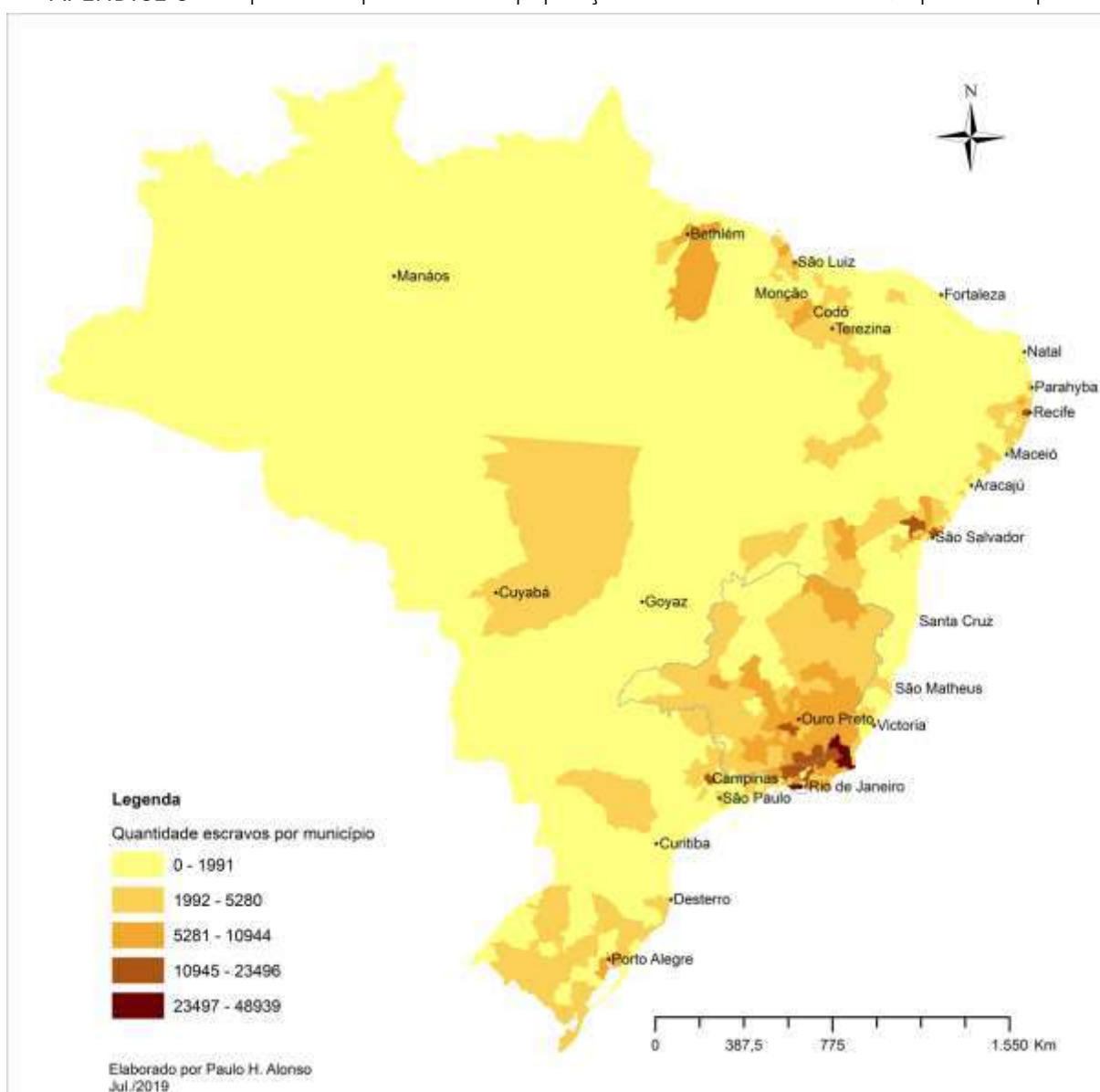
	Nome, parentesco, data e local de nascimento e morte, formação.	Cargos políticos e burocráticos ocupados
1ª geração	<p align="center">Manoel Inácio Peixoto (patriarca) 1852, Ilha do Pico, Portugal – 1917, Cataguases 65 anos</p> <p>1º casamento com Antônia Rosa Peixoto: Deocleciana Peixoto Rama casada com Manoel da Silva Rama; Elvira Peixoto Ramos casada com Joaquim Peixoto Ramos; Ignacio das Neves Peixoto casado com Francisca de Souza Peixoto</p> <p>2º casamento com Francisca Cândida Peixoto Altamiro Peixoto casado com Nair Guimarães Peixoto; José Ignácio Peixoto casado com Francisca de Souza Peixoto; Eponina Peixoto Ribeiro casada com Antero Ribeiro; Manoel Ignácio Peixoto Filho casado com Ondina Carvalheira Peixoto; Mariana Cândida Peixoto Garcia casada com Licínio Garcia; Maria Cândida Peixoto Gomes casada com Hermano Alvim Gomes; Carlos Ignácio Peixoto;. João Ignácio Peixoto casado com Zélia Tâmega Peixoto; Francisco Ignácio Peixoto casado com Amélia de Carvalho Peixoto</p>	<p align="center">Operário na construção da Estrada de Ferro, torna-se comerciante e depois se dedica à lavoura de café. 1911 – Adquire a Companhia de Fiação e Tecelagem 1913 - Companhia de Fiação e Tecelagem passa a se chamar Indústria Irmãos Peixoto S/A</p>
2ª geração	<p align="center">Manoel Inácio Peixoto Filho filho de Manoel Inácio Peixoto (1898-1972, Cataguases) 74 anos</p> <p>Casado com Ondina Carvalheira Peixoto. Filhos: Emília Peixoto Lanna casada com Rodrigo Lanna Eneida Carvalheira Peixoto Edith Peixoto Parros casada com Luiz de Barros Emanuel Carvalheira Peixoto casado com Leda Fonseca Peixoto Elza Peixoto de Rezende Passos casada com Celso Gabriel de Rezende Passos</p>	<p align="center">1917 – assume a Companhia de Fiação e Tecelagem junto com os irmãos 1935-1939 – deputado estadual 1951–1955 – deputado federal 1943 -funda a Companhia Manufatureira de Tecidos de Algodão, da qual se tornou diretor-presidente. Exerceu a mesma função nas Indústrias Irmãos Peixoto S.A., tornando-se mais tarde vice-presidente do Centro das Indústrias de Minas Gerais, subdiretor da Companhia Industrial de Cataguases e conselheiro fiscal da firma Cavalcanti, Junqueira S.A.</p>
2ª geração	<p align="center">Francisco Inácio Peixoto Filho de Manuel Inácio Peixoto 1909-1986, Cataguases Direito, RJ</p>	<p align="center">1927 – 1927 – fez parte, junto ao grupo de jovens, do movimento literário modernista “Verde”. 1939 – assume direção na Indústria Irmãos Peixoto 1940 – encomenda ao arquiteto Oscar Niemeyer projeto para sua residência em Cataguases, quando se dá início ao ciclo da arquitetura e artes modernistas na cidade, tornando-se o mentor desse processo na cidade.</p>
2ª geração	<p align="center">José Ignácio Peixoto filho de Manoel Inácio Peixoto 1896, Cataguases – 1953 - Rio de Janeiro, 56 anos</p> <p>curso primário em Miraí, curso secundário em Ubá Casado com Francisca de Souza Peixoto. Filhos: Josélia Peixoto Pacheco de Medeiros casada com José Pacheco de Medeiros Filho; Zélia Peixoto Ferreira Leite casada com Romeu Loureiro Ferreira Leite José Inácio Peixoto Filho casado com Magdala Duarte Peixoto Celia Peixoto de Barros Lemos casada com Henio Murilo de Barros Lemos Josué Inácio Peixoto casado com Dirce Rodrigues Peixoto; Nélia de Souza Peixoto casada com Reinaldo Ferreira Leite Junior</p>	<p align="center">1927 – vereador 1936 sai da sociedade com os irmãos na Indústria Irmãos Peixoto S/A e com Ormeu Junqueira Botelho e Severino Pereira da Silva, cria Companhia Industrial Cataguases</p>

2ª geração	João Ignácio Peixoto filho de Manoel Inácio Peixoto 1906-1976, Cataguases 69 anos Primário e secundário em Cataguases	1947-51 – prefeito em Cataguases 1959-63 – prefeito em Cataguases
	Milton Carvalheira Peixoto 74 anos 1922, Rio de Janeiro – ? Farmácia e bioquímica – Juiz de Fora	1950-1966 – vereador em Cataguases 1967-1971 – prefeito de Cataguases 1977-1983 – prefeito de Cataguases Filiado aos partidos UDN, ARENA; PDS; PFL

Fontes: (ALMEIDA, 2004; CIA INDUSTRIAL CATAGUASES, 2019; COSTA, 1977; RESENDE E SILVA, 1908)

Nota: organizado por Paulo H. Alonso.

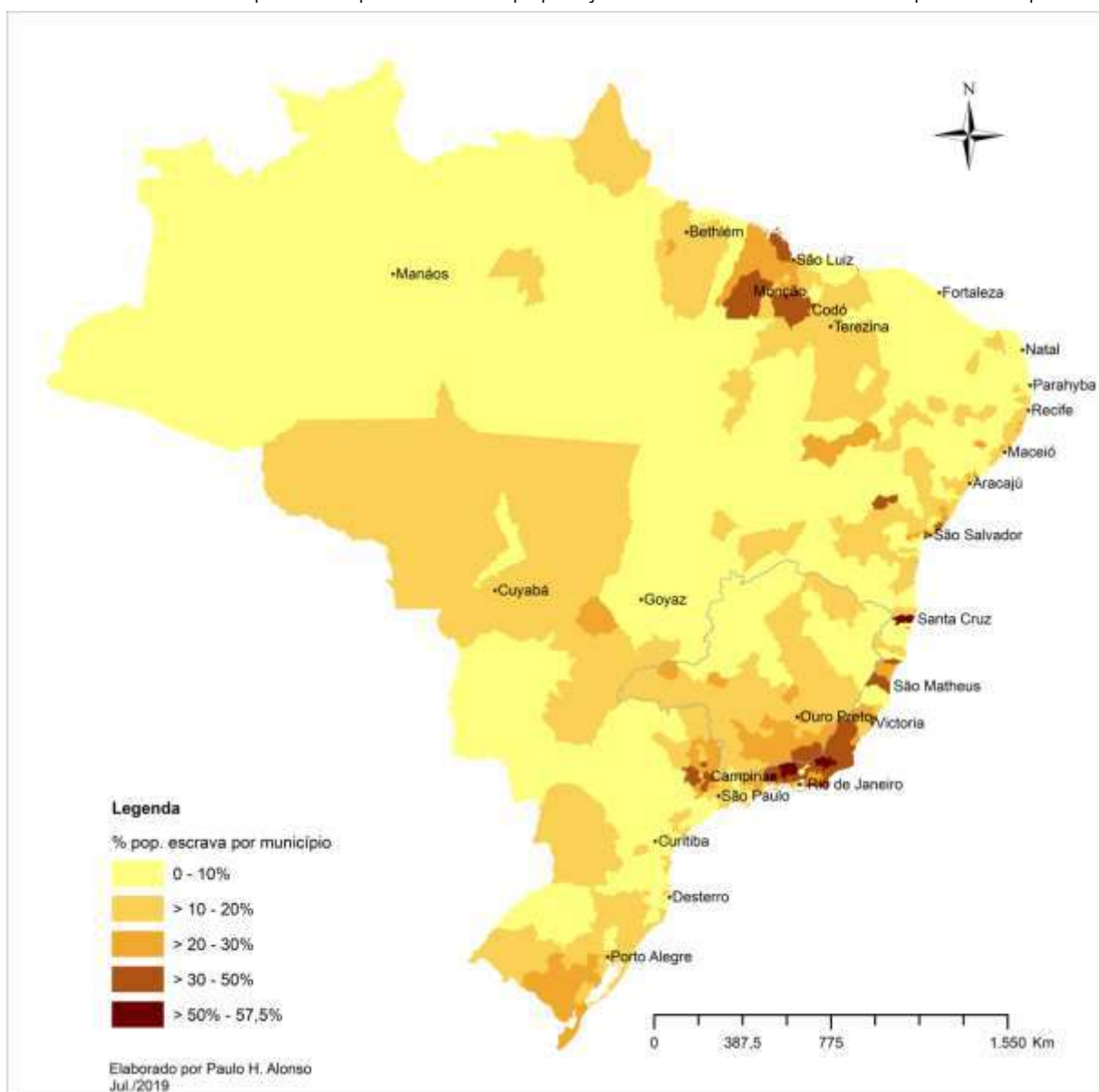
APÊNDICE C – Mapa com a quantidade de população escrava no Brasil em 1872 por município



Fontes: BRASIL, [1874?]; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016;

Nota: Mapa elaborado com base na divisão territorial de 1872; mantida a grafia da época

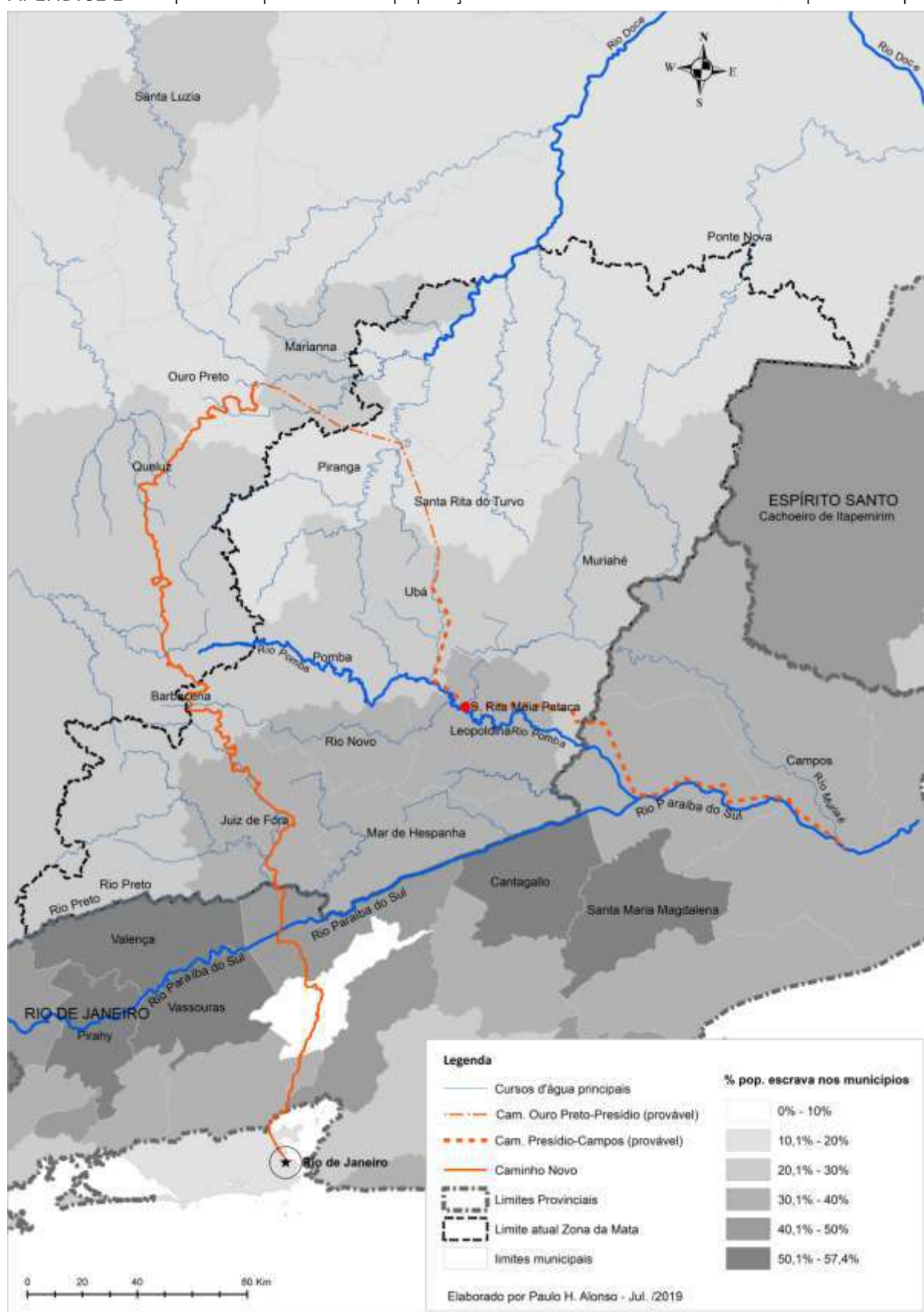
APÊNDICE D – Mapa com o percentual de população escrava no Brasil em 1872 por município



Fontes: BRASIL, [1874?]; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016;

Nota: Mapa elaborado com base na divisão territorial de 1872; mantida a grafia da época.

APÊNDICE E – Mapa com o percentual de população escrava na Zona da Mata em 1872 por município



Fontes: BRASIL, [1874?]; CAPPELLA, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016; INSTITUTO Estrada Real, 2015
 Nota: Mapa elaborado com base na divisão territorial de 1872; mantida a grafia da época.

APÊNDICE F – Quadro com os primeiros 30 municípios do Brasil com maior percentual de população escrava em 1872

	Município	UF	População Total	População livre	População escrava	Percentual da população escrava no município
1º	Santa Maria Magdalena	RJ	13.068	5.566	7.502	57,4%
2º	Cantagallo	RJ	29.453	12.648	16.805	57,1%
3º	Valença	RJ	42.131	18.635	23.496	55,8%
4º	Bananal	SP	15.606	7.325	8.281	53,1%
5º	Pirahy	RJ	25.408	11.933	13.475	53,0%
6º	Santa Cruz	BA	1.331	631	700	52,6%
7º	Vassouras	RJ	39.253	19.085	20.168	51,4%
8º	São Luiz Gonzaga	MA	9.546	4.813	4.733	49,6%
9º	Parahyba	RJ	37.461	20.354	17.107	45,7%
10º	Indaiatuba	SP	3.749	2.041	1.708	45,6%
11º	São José dos Barreiros	SP	5.669	3.125	2.544	44,9%
12º	São João do Príncipe	RJ	17.430	9.777	7.653	43,9%
13º	Magé	RJ	27.291	15.314	11.977	43,9%
14º	Campinas	SP	31.397	17.712	13.685	43,6%
15º	São Matheus	ES	4.657	2.640	2.017	43,3%
16º	Codó	MA	15.806	9.043	6.763	42,8%
17º	Barra Mansa	RJ	25.766	14.822	10.944	42,5%
18º	Monte Alegre	BA	9.360	5.451	3.909	41,8%
19º	Coroatá	MA	5.404	3.172	2.232	41,3%
20º	Cachoeiro de Itapemirim	ES	18.496	11.014	7.482	40,5%
21º	Barra de São João	RJ	9.341	5.581	3.760	40,3%
22º	Guimarães	MA	13.911	8.443	5.468	39,3%
23º	Araruama	RJ	22.100	13.416	8.684	39,3%
24º	Mar de Espanha	MG	32.290	19.632	12.658	39,2%
25º	Capivary	SP	8.197	5.008	3.189	38,9%
26º	Patrocínio das Araras	SP	5.495	3.430	2.065	37,6%
27º	Juiz de Fóra	MG	38.336	23.968	14.368	37,5%
28º	Macahé	RJ	25.149	15.830	9.319	37,1%
29º	Leopoldina	MG	41.286	26.033	15.253	36,9%
30º	Campos	RJ	88.832	56.212	32.620	36,7%

Fonte: BRASIL, [1874?].

Nota: mantidos a grafia e nome dos municípios de 1872.

APÊNDICE G – Quadro com os primeiros 30 municípios do Brasil com maior população escrava em 1872

	Município	UF	População Total	População livre	População escrava	Percentual da população escrava no município
1º	Município Neutro (Rio de Janeiro)	RJ	274.972	226.033	48.939	17,8%
2º	Campos	RJ	88.832	56.212	32.620	36,7%
3º	Valença	RJ	42.131	18.635	23.496	55,8%
4º	Vassouras	RJ	39.253	19.085	20.168	51,4%
5º	Parahyba	RJ	37.461	20.354	17.107	45,7%
6º	Cantagallo	RJ	29.453	12.648	16.805	57,1%
7º	São Salvador	BA	129.109	112.641	16.468	12,8%
8º	Cachoeira	BA	88.181	72.834	15.347	17,4%
9º	Leopoldina	MG	41.286	26.033	15.253	36,9%
10º	Recife	PE	116.671	101.535	15.136	13,0%
11º	São Fidelis	RJ	42.860	28.045	14.815	34,6%
12º	Juiz de Fóra	MG	38.336	23.968	14.368	37,5%
13º	Queluz	MG	56.902	42.909	13.993	24,6%
14º	Campinas	SP	31.397	17.712	13.685	43,6%
15º	Pirahy	RJ	25.408	11.933	13.475	53,0%
16º	Mar de Hespanha	MG	32.290	19.632	12.658	39,2%
17º	Magé	RJ	27.291	15.314	11.977	43,9%
18º	Nictherohy	RJ	47.548	35.673	11.875	25,0%
19º	Barra Mansa	RJ	25.766	14.822	10.944	42,5%
20º	Santo Amaro	BA	58.252	47.632	10.620	18,2%
21º	Barbacena	MG	39.235	29.165	10.070	25,7%
22º	Rezende	RJ	28.964	19.527	9.437	32,6%
23º	Serro	MG	67.436	58.016	9.420	14,0%
24º	Macahé	RJ	25.149	15.830	9.319	37,1%
25º	Baependy	MG	37.453	28.323	9.130	24,4%
26º	Sabará	MG	55.449	46.467	8.982	16,2%
27º	Minas do Rio de Contas	BA	59.893	50.920	8.973	15,0%
28º	Bethlm	PA	61.997	53.150	8.847	14,3%
29º	Araruama	RJ	22.100	13.416	8.684	39,3%
30º	Marianna	MG	42.036	33.614	8.422	20,0%

Fonte: BRASIL, [1874?];

Nota: mantidos a grafia e nome dos municípios de 1872.